



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Sociologia

Tese de Doutoramento

Violência doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência. Uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas.

Ângela dos Reis e Moura de Branco Malveiro

Orientador(es) | Carlos Alberto da Silva

Évora 2020



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Sociologia

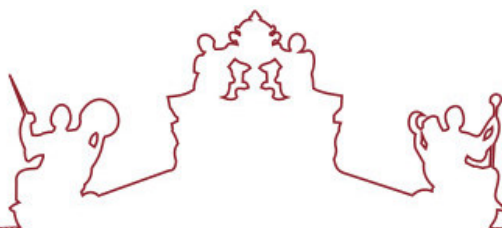
Tese de Doutoramento

Violência doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência. Uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas.

Ângela dos Reis e Moura de Branco Malveiro

Orientador(es) | Carlos Alberto da Silva

Évora 2020



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

- Presidente | José Manuel Vieira Soares de Resende (Universidade de Évora)
- Vogais | Ana Paula Martins Gil (Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)
António Fernando Caldeira Lagem Abrantes (Universidade do Algarve)
Carlos Alberto da Silva (Universidade de Évora) (Orientador)
Carlos Gil Correia Veloso da Veiga (Universidade do Minho)
Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar (Universidade de Évora)

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Carlos Alberto da Silva por me ter aceite como sua orientanda sem nunca hesitar e, acima de tudo, pela sua dedicação, interesse, profissionalismo e amizade com que sempre me tratou nunca deixando de me responder, muitas vezes durante os períodos de descanso, mas com a certeza que, sem a sua experiente, sábia e genuína orientação, não teria conseguido.

À Universidade de Évora- Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA), em especial ao Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais, por me terem aberto as portas e me terem dado a oportunidade ímpar de estudar um tema complexo e provocador.

Aos colegas que me acompanharam nesta jornada e compartilharam do seu conhecimento para que o sucesso de um fosse o sucesso de todos.

A todos os meus inquiridos das diferentes instituições - Fundação António Silva Leal (administradores, técnicos e utentes), APAV (na pessoa do Dr. Daniel Cotrim), CIG (na pessoa da Dra. Marta Silva) e ILGA (na pessoa da Dra. Sara Malcato) - pela disponibilidade, pelo ajuste nas suas agendas e pela confiança que demonstraram ao aceitarem fazer parte deste estudo.

À minha família, ao meu marido, pela paciência nos momentos emocionalmente difíceis, que nunca me deixou desistir, e que sempre disse que eu era capaz. A ele, que tomou conta dos nossos três filhos pequenos quando eu precisava de silêncio e que tantas ausências suportou.

Aos meus pais, tantas vezes financiadores dos meus devaneios estudantis e cuja formação o devo a eles, mas que nunca se esqueceram de perguntar, ao longo destes anos, como corria o meu estudo.

Aos meus filhos Mafalda, Maria e Manuel que desde que nasceram se orgulham de ver os pais estudar e dizem, quando bato a porta, “boa escola” pois é também por eles que lutamos e tomamos estas decisões.

Agradeço por tudo a todos os que tornaram esta jornada possível!

Ângela Malveiro

Dedicatória

Dedico este trabalho às pessoas que
mais deram do seu próprio tempo, três delas sem o saber, ao
longo destes duros anos: a minha família

*Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa,
nunca tem medo e nunca se arrepende.*

Leonardo da Vinci (1452-1519)

Ângela Malveiro

Violência doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência.

Uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas

Resumo

Enquadramento: o estudo da violência doméstica pelas Ciências Sociais é um tema inquestionável uma vez que a violência doméstica é um fenómeno social, quando contra o homem em termos de sociedade, emergente, e deve ser atendida e prevenida através de um conjunto de estratégias políticas e de intervenção social direta, pelo Estado e pelas Instituições, mas, também, de conhecimento teórico sobre o mesmo. É reconhecido às IPSS um papel determinante no desenvolvimento da ação e bem-estar social, mas também de acesso a grupos ou pessoas por cujo domínio de intervenção tem fraca visibilidade, como o caso da casa-abrigo masculina. Como tal, é importante refletir ao nível de respostas existentes e de políticas direcionadas a esta questão social, se as mesmas respondem às necessidades reais da população, bem como qual o futuro desejável para a mesma do ponto de vista dos atores e da instituição, não obstante a necessidade da sociedade e da academia o reconhecerem como um problema social e sociologicamente debatido. **Objetivo:** Compreender o papel duma IPSS no campo dos fenómenos de violência doméstica, conjugal, contra o homem e contribuir para uma reflexão da importância deste tipo de instituições no reconhecimento dos novos desafios sociais. **Metodologia:** desenho qualitativo, do tipo exploratório e descrito, numa amostra intencional do projeto casa de abrigo masculina, em Portugal. Para a recolha de dados foi aplicada a sete atores *expert* uma entrevista semi-dirigida (tipo prospetiva), composta por questões abertas e fechadas, num total de 17 (dezassete) questões, distribuídas por cinco dimensões: enquadramento do projeto casa de abrigo; sistema de ação concreto; qualidade e temas estratégicos de intervenção; relação entre os atores-estratégicos; tendências do desenvolvimento e continuação do projeto casa de abrigo masculina. Para tratamento dos dados recolhidos foi utilizado o software informático IRAMUTEQ, bem como o MACTOR, MICMAC e MORPHOL para a análise prospetiva. **Resultados:** os peritos refletem a

pertinência para o homem vítima e à sociedade do programa da casa de abrigo masculina. Evidenciam também que as IPSS e este tipo de projetos contribuem para o conhecimento dos problemas sociais complexos, como a violência doméstica masculina. **Conclusão:** é necessário encarar a questão da violência doméstica contra o homem como um problema social emergente que carece de conhecimento ao nível da academia, mas, também, de investimento por parte do Estado e das Instituições, nomeadamente através de projetos que se consolidem numa política social de atendimento e apoio à vítima.

Palavras-chave: Violência doméstica, Homem vítima, Economia Social, Terceiro Sector, Análise prospetiva.

Domestic violence and the IPSS' (in)sustainability in providing support to men who are victims of violence.

A sociological approach to the trends of contexts and practices

Abstract

Background: *the study of domestic violence by the social sciences is an unquestionable theme since domestic violence is a social phenomenon, when against man in terms of society, emerging, and must be addressed and prevented through a set of political and social strategies. direct social intervention, by the State and the Institutions, but also theoretical knowledge about it. IPSS is recognized as having a decisive role in the development of action and social well-being, but also in accessing groups or people whose intervention domain has low visibility, such as the male shelter. As such, it is important to reflect on the level of existing responses and policies aimed at this social issue, whether they respond to the real needs of the population, as well as what is the desirable future for the same from the point of view of the actors and the institution, not despite the need for society and academia to recognize it as a socially and sociologically debated problem.* **Objective:** *To understand the role of an IPSS in the field of domestic and conjugal violence against men and to contribute to a reflection on the importance of this type of institutions in recognizing new social challenges.* **Methodology:** *qualitative research, exploratory and descriptive, intentional sample of a male shelter project in Portugal. For the collection of data, a semi-directed interview (prospective type) was applied to seven expert actors, composed of open and closed questions, in a total of 17 (seventeen) questions, distributed over five dimensions: framing of the shelter project; concrete action system; quality and strategic themes of intervention; relationship between strategic actors; development trends and continuation of the male shelter house project. For processing the collected data, the computer software IRAMUTEQ was used, as well as MACTOR, MICMAC and MORPHOL for the prospective analysis.* **Results:** *the experts reflect the relevance to the male victim and to the society of the male shelter program. They also show that IPSS and this type of projects contribute to the knowledge of complex social*

*problems, such as male domestic violence. **Conclusion:** it is necessary to face the issue of domestic violence against men as an emerging social problem that lacks knowledge at the academy level, but also investment by the State and the Institutions, namely through projects that are consolidated in a policy social assistance and support to the victim.*

Keywords: *Domestic violence, Man Victim, Social Economy, Third Sector, Prospective analysis.*

Índice

<i>Agradecimentos</i> -----	<i>iii</i>
<i>Dedicatória</i> -----	<i>v</i>
<i>Resumo</i> -----	<i>vii</i>
<i>Abstract</i> -----	<i>ix</i>
<i>Índice</i> -----	<i>xi</i>
<i>Índice de Quadros</i> -----	<i>xv</i>
<i>Índice de Tabelas e Figuras</i> -----	<i>xix</i>
<i>Siglas e abreviaturas</i> -----	<i>xxi</i>
<i>Introdução</i> -----	<i>1</i>
<i>PARTE 1. Construção do Objeto de Estudo</i> -----	<i>7</i>
<i>1. Perspetivas Teórico-conceituais</i> -----	<i>9</i>
<i>1.1. Violência Doméstica: Enquadramento teórico e quadro normativo</i> -----	<i>9</i>
1.1.1. Violência doméstica em Sociologia e a questão do poder -----	19
1.1.2. A construção social do fenómeno da violência doméstica contra o homem -----	29
1.1.3. Violência doméstica e investigação-----	46
1.1.4. A implantação de políticas públicas na área da violência doméstica contra o homem em Portugal-----	51
1.1.5. Violência doméstica contra o homem no mundo-----	56
<i>1.2. Economia Social, planeamento e avaliação: delimitação e definição de conceitos</i> -----	<i>70</i>
1.2.1. Algumas considerações sobre as organizações do terceiro sector-----	74
1.2.2. Notas breves sobre os diagnósticos sociais nas OTS -----	79
1.2.3. Sociologia e a avaliação: olhares cruzados -----	85
1.2.4. Avaliação de projetos sociais: práticas e desafios-----	89

PARTE 2. Opções Metodológicas	103
2. Linhas de Horizonte Metodológico	105
2.1. Prospetiva, ciências sociais e sociologia	105
2.1.1. Prospetiva: história e princípios	105
2.1.2. Prospetiva: métodos e técnicas	107
2.1.3. O método dos cenários	110
2.1.4. Análise estrutural	112
2.1.5. Análise estratégica dos atores e o apoio à tomada de decisão	115
2.1.5.1. O(s) ator(es)	117
2.2. Metodologia Prospetiva de planeamento estratégico e avaliação	119
2.3. Problema de pesquisa e opções metodológicas	122
2.3.1. Desenho e metodologias de investigação	122
2.3.2. O contexto da investigação: um caso particular/estudo de caso	136
2.3.3. A questão da investigação	132
2.3.4. Objetivos da investigação	133
2.3.4.1. Objetivos gerais	135
2.3.4.2. Objetivos específicos	135
PARTE 3. Resultados Empíricos	141
3. Estudo de Caso: FASL e a Casa-abrigo “Proteção para todos”	143
3.1. Diagnóstico social da Instituição	143
3.1.1. Caracterização institucional	143
3.1.2. Recursos Humanos, respostas sociais e utentes	146
3.2. A especificidade do conteúdo das entrevistas dos atores internos e externos: um olhar através do IRAMUTEQ	149
3.2.1. Caracterização e análise interpretativa	149
3.3. Análise Prospetiva – Resultados e Discussão	169
3.3.1. Diagnóstico social da Casa-abrigo	169
3.3.2. O sistema interno e externo da casa-abrigo	170

3.3.2.1	Sistema Interno -----	171
3.3.2.2	Sistema Externo -----	173
3.3.3	Análise SWOT-----	176
3.3.4	Análise estrutural dos sistemas -----	178
3.3.4.1	Análise estrutural do sistema interno e externo do contexto do Projeto da Casa Abrigo Masculina-----	179
3.3.4.2	Análise das influências diretas das variáveis dos sistemas interno e externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina -----	184
3.3.4.3	Análise das influências indiretas das variáveis dos sistemas interno e externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina -----	191
3.3.4.4	Comparação das variáveis de influências e dependência direta e indireta nos sistemas interno e externo do projeto da Casa Abrigo Masculina -----	197
3.3.4.5	Considerações Finais da análise estrutural dos sistemas-----	201
3.3.5	Caracterização dos Atores do Sistema Estratégico do Projeto da Casa Abrigo Masculina-----	204
3.3.5.1	Objetivos e Desafios Estratégicos do Sistema de Ação Organizada do Projeto da Casa Abrigo Masculina -----	206
3.3.5.2	Relação de “Forças” entre os Atores no “Jogo Estratégico” dos Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina -----	210
3.3.5.2.1	Relações de Influências Diretas e Indiretas entre os Atores do Projeto da Casa Abrigo Masculina -----	210
3.3.5.2.2	Relação de Forças e Posição Relativa dos Atores no “Jogo Estratégico” dos Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina-----	213
3.3.5.2.3	As Distâncias entre os Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina-----	218
3.3.5.2.4	Perfil da Convergência dos Atores em Relação aos Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina -----	221
3.3.5.3	Considerações Finais da Caracterização dos Atores do Sistema Estratégico do Projeto da Casa Abrigo Masculina -----	223

3.3.6	Tendências de Desenvolvimento do Projeto da Casa Abrigo Masculina --	225
3.3.6.1	Análise Morfológica (<i>Morphol</i>) das Tendências do Projeto da Casa Abrigo Masculina-----	225
3.3.7	Configuração dos cenários prováveis do Desenvolvimento do Projeto da Casa Abrigo -----	234
3.3.8	Síntese final: do diagnóstico sociológico à formação do cenário mais provável -----	242
	Conclusões -----	251
	<i>Limitações e desafios para futuras investigações</i> -----	265
	Bibliografia -----	271
	Anexos -----	293

Índice de Quadros

QUADRO 1. RESUMO 1 DE OBRAS.	38
QUADRO 2. RESUMO 2 DE OBRAS.	57
QUADRO 3. AVALIAÇÃO	98
QUADRO 4. ESTRUTURA DA ENTIDADE	171
QUADRO 5: VARIÁVEIS DO SISTEMA INTERNO.....	172
QUADRO 6: VARIÁVEIS DO SISTEMA EXTERNO.....	174
QUADRO 7: ANÁLISE SWOT DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	177
QUADRO 8: GRAU DE IMPORTÂNCIA (%) DAS VARIÁVEIS DOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO	180
QUADRO 9: VARIÁVEIS DO PLANO DE INFLUÊNCIAS / DEPENDÊNCIAS DIRETAS DOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	186
QUADRO 10: POSIÇÃO DAS VARIÁVEIS POR ORDEM DECRESCENTE DE GRAU DE INFLUÊNCIA E DE DEPENDÊNCIA DIRETA NOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	189
QUADRO 11: VARIÁVEIS DO PLANO DE INFLUÊNCIAS / DEPENDÊNCIAS INDIRETAS DOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	193
QUADRO 12: POSIÇÃO DAS VARIÁVEIS POR ORDEM DECRESCENTE DE GRAU DE INFLUÊNCIA E DE DEPENDÊNCIA INDIRETA NOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	196
QUADRO 13: PRINCIPAIS VARIÁVEIS-CHAVE DOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	200
QUADRO 14: SÍNTESE DAS VARIÁVEIS MAIS INFLUENTES E DAS MAIS DEPENDENTES DOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	202
QUADRO 15: PRINCIPAIS ATORES DO SISTEMA DE AÇÃO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	205
QUADRO 16: OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS À DINÂMICA DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	206

QUADRO 17: MATRIZ ATORES X OBJETIVOS (POSIÇÕES SIMPLES) (1MAO) DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	207
QUADRO 18: MATRIZ ATORES X OBJETIVOS (POSIÇÕES FAVORÁVEIS E DE OPOSIÇÃO) (2MAO) DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	208
QUADRO 19: MATRIZ ATORES X OBJETIVOS (POSIÇÕES PONDERADAS) (3MAO) DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	210
QUADRO 20: MATRIZ DAS INFLUÊNCIAS DIRETAS E INDIRETAS (MIDI) ENTRE OS ATORES DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	211
QUADRO 21: MATRIZ DAS INFLUÊNCIAS DIRETAS E INDIRETAS (MIDI) ENTRE OS ATORES DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	214
QUADRO 22: BALANÇO LÍQUIDO DE INFLUÊNCIAS (BLI) ENTRE OS ATORES DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	215
QUADRO 23: SÍNTESE DAS DISTÂNCIAS LÍQUIDAS ENTRE ATORES DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	216
QUADRO 24: MATRIZ DE CONVERGÊNCIAS PONDERADAS DOS ATORES FACE OS OBJETIVOS (3CAA) DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	221
QUADRO 25: HIERARQUIA DOS ATORES SEGUNDO AS CONVERGÊNCIAS PONDERADAS FACE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	222
QUADRO 26: ACORDOS E MOBILIZAÇÃO DOS ATORES FACE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	224
QUADRO 27: PROBABILIDADE DAS TENDÊNCIAS (HIPÓTESES/OCORRÊNCIAS) DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA NUM HORIZONTE DE 5 ANOS	232
QUADRO 28: MATRIZ DOS INDICADORES DOS 50 CENÁRIOS MAIS PROVÁVEIS DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA NUM HORIZONTE DE 5 ANOS	235
QUADRO 29: CONFIGURAÇÃO DOS PRIMEIROS 5 CENÁRIOS OTIMISTAS MAIS PROVÁVEIS DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	237
QUADRO 30: CONFIGURAÇÃO DO CENÁRIO OTIMISTA DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA NUM HORIZONTE DE 5 ANOS (H2; H7; H8; H12; H5).....	238

QUADRO 31: CONFIGURAÇÃO DO CENÁRIO INTERMÉDIO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA NUM HORIZONTE DE 5 ANOS (H1; H3; H8; H12; H9).....	239
QUADRO 32: CONFIGURAÇÃO DO CENÁRIO MENOS PROVÁVEL (PESSIMISTA) DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA NUM HORIZONTE DE 5 ANOS (~H2; ~H3; ~H8; ~H11; ~H6).....	241

Ângela Malveiro

Índice de Tabelas e Figuras

FIGURA 1- NUVEM DE PALAVRAS DO CORPUS TOTAL.....	153
FIGURA 2- NUVEM DE PALAVRAS DO SUBCORPUS EXTERNOS	153
FIGURA 3 - NUVEM DE PALAVRAS DO SUBCORPUS INTERNOS	154
FIGURA 4 - SIMILITUDE (COOCORRÊNCIAS) DO CORPUS TOTAL.....	155
FIGURA 5 - SIMILITUDE (COOCORRÊNCIAS) DO SUBCORPUS EXTERNOS.....	156
FIGURA 6- SIMILITUDE (COOCORRÊNCIAS) DO SUBCORPUS INTERNOS	156
FIGURA 7- DENDOGRAMA DAS CLASSES DOS AGRUPAMENTOS LEXICAIS DO <i>CORPUS</i> TOTAL	158
FIGURA 8- PROJEÇÃO FATORIAL DOS CENTRÓIDES DAS CLASSES DOS AGRUPAMENTOS LEXICAIS DO <i>CORPUS</i> TOTAL (FACTOR 1 X FACTOR 2).....	159
FIGURA 9- PROJEÇÃO FATORIAL DAS CLASSES DOS AGRUPAMENTOS LEXICAIS DO <i>CORPUS</i> TOTAL (FACTOR 1 X FACTOR 2)	160
FIGURA 10 - PLANO DAS INFLUÊNCIAS / DEPENDÊNCIAS DIRETAS DAS VARIÁVEIS DOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	185
FIGURA 11 - GRAFO DAS INFLUÊNCIAS DIRETAS DAS VARIÁVEIS DOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	190
FIGURA 12 - PLANO DAS INFLUÊNCIAS / DEPENDÊNCIAS INDIRETAS DAS VARIÁVEIS DOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	192
FIGURA 13 - GRAFO DAS INFLUÊNCIAS INDIRETAS DAS VARIÁVEIS DOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	194
FIGURA 14 - POSICIONAMENTO DAS VARIÁVEIS POR ORDEM DECRESCENTE DE GRAU DE INFLUÊNCIA DIRETA E INDIRETA NOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA.....	198
FIGURA 15 - POSICIONAMENTO DAS VARIÁVEIS POR ORDEM DECRESCENTE DE GRAU DE DEPENDÊNCIA DIRETA E INDIRETA NOS SISTEMAS INTERNO E EXTERNO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	199
FIGURA 16 - PLANO DE INFLUÊNCIAS E DEPENDÊNCIAS ENTRE OS ATORES DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	212

FIGURA 17 -GRÁFICO DAS RELAÇÕES DE FORÇA MIDI (Ri) ENTRE OS ATORES DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	214
FIGURA 18 - PLANO DAS DISTÂNCIAS LÍQUIDAS ENTRE OS ATORES DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	217
FIGURA 19 -GRAFO DAS DISTÂNCIAS LÍQUIDAS ENTRE OS ATORES DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	218
FIGURA 20 - PLANO DAS DISTÂNCIAS ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	219
FIGURA 21 - GRAFO DAS DISTÂNCIAS ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA	220
FIGURA 21 - PLANO DE PROXIMIDADES DOS CENÁRIOS MAIS PROVÁVEIS DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA NUM HORIZONTE DE 5 ANOS	236
FIGURA 22 - LÓGICAS DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA CASA ABRIGO MASCULINA NUM HORIZONTE DE 5 ANOS	248

Siglas e abreviaturas

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

VD - Violência Doméstica

OTS - Organizações do terceiro sector

FASL - Fundação António Silva Leal

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à vítima

MAI - Ministério da Administração Interna

UNICEF - United Nations Children's Fund

EUA - Estados Unidos da América

VPI - Violência por parceiro íntimo

NCADV - National Coalition Against Domestic Violence (organização sem fins lucrativos)

AMEM - Anymann, support Service for Men

MALE - mens advice line

DAHMW - linha telefónica americana especializada em vítimas masculinas

EIPSS - Estatuto das Ipss

MICMAC - Matriz de Impactos Cruzados de Multiplicação Aplicada a uma Classificação

MACTOR - Método ACTores, Objetivos, Relações de força

MORPHOL - Método de análise morfológica

IRAmuteq - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

APSS - Associação Portuguesa da Segurança Social

CHD - Classificação hierárquica descendente

AFC - Análise fatorial de correspondência

RASI - Relatório anual de segurança Interna

JI - Jardim de infância

ILGA - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero

Ângela Malveiro

CIG - Comissão Igualdade e cidadania

SWOT - Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats

CA - Casa de Abrigo

CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

MID - Matriz influência diretas

MIDI - Matriz das influências indiretas

Violência doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência.
Uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas.

Introdução

Ângela Malveiro

Introdução

A problemática da violência doméstica tem estado na ordem do dia, ocupando um amplo espaço de atenção pela comunicação social. Se olharmos para as notícias divulgadas nos *media* em Portugal, podemos encontrar mais do que uma referência por dia. Porém no que concerne à violência sobre os homens no espaço doméstico, o que é divulgado na comunicação social, é ainda muito pouco. Porém, tal fato não significa que não hajam ocorrências, mas sim ilustra apenas que é um tema com *deficit* de informação e conhecimento.

“A maioria dos homens vítimas de violência doméstica reage ‘com silêncio’ às agressões e os que recorrem ao sistema de apoio avaliam-no negativamente por sentirem que são incompreendidos e novamente vítimas. Dados divulgados hoje (...) indicam que apenas 10% dos homens vítimas contam à polícia o que estão a passar, contra 26% das mulheres” (Jornal o Público, 10-03-2017).

“Entre 2013 e 2018, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou um total de 2.745 homens adultos vítimas de Violência Doméstica. 395 em 2013, 393 em 2014, 452 em 2015, 494 em 2016, 484 em 2017 e 527 em 2018. Foi possível verificar um aumento percentual de 33,4% de 2013 para 2018” (APAV, 2019).

Apesar da rarefação de informação pública nos *medias*, a problemática da violência sobre os homens no espaço doméstico tem essencialmente sido estudada por vários autores das correntes anglo-saxónicas, tal como justamente denota Dhingra & McGarry (2016), no seu artigo intitulado “*A literature review of intimate partner violence and its classifications. Aggression and Violent Behavior*”. De uma forma sumária, Dhingra & McGarry (2016) argumentam e que referimos oportunamente que pensar em violência doméstica em geral e sobre os homens em particular, é aceitar a existência de um jogo de forças desiguais em que um exerce a violência

enquanto o outro sofre, e tal vai muito além das características morfológicas e funcionais do gênero. É, antes de mais, um fenômeno social em que alguém se vê fisicamente ou psicologicamente agredido e destruído por outro, até mesmo na sua dignidade humana, através da demonstração da dissemelhança de poderes (Malveiro, 2017, p. 157).

Ao tomar como pano de fundo este fio condutor, somos a considerar que o objeto de estudo do presente trabalho, enquadrado na análise de um projeto de intervenção como iremos apresentar mais adiante, apesar da sua dimensão, deve ser aceite um olhar à escala micro, uma vez que nos debatemos com a violência doméstica contra o homem, cônjuge, mas também pertinente pela violência social do crime contra uma pessoa. Cabe-nos, nas nossas investigações, ter em mente que a nossa ação, na área social, visa o conhecimento dos fenômenos mas, em última instância, a melhoria da qualidade de vida sobre o que fazemos, o que estudamos e para quem o fazemos, a denominada por muitos “busca do bem” e, até, da melhoria da política pública, do seu ajustamento, da sua solidificação e do modo como os seus objetivos são cumpridos, mais ainda, quando o fazemos pelas minorias. Mas também, e antes de mais, de conhecer sociologicamente os fenômenos e identificar caminhos sustentáveis a curto e médio prazo para o combate e prevenção das desigualdades (Malveiro, 2017, p. 157-158).

Não é em demasia salientar que, atualmente, vivemos numa época de novos problemas sociais e, mais ainda, problemas complexos, seja à escala micro, meso ou macro. Este novo cenário, de crise económica, de mudanças no papel da mulher e de mudanças na estrutura familiar, tem colocado novos desafios até mesmo na questão das relações humanas. Dito de outra forma, a violência doméstica contra o homem não é um fenômeno recente, mas crê-se que o aumento do número de vítimas e de queixas formais advenha, efetivamente, do contexto social atual. Devido à alteração da dinâmica das famílias podemos assistir a duas transformações distintas do mundo moderno, usando as afirmações de Fukuyama (2000). Por um lado, tornou-se evidente o aumento do crime e dos comportamentos desviantes. Por outro, devido ao enfraquecimento dos laços familiares e à despadrãoização dos papéis parentais, o homem deixou de ser o centro e patriarca da família, assumindo

por vezes o papel de maior fragilidade. Particularmente, em épocas de crise económica e social que afeta quase sempre o equilíbrio familiar. Nesta perspetiva, o problema da violência doméstica contra o homem e o aparente aumento dos casos em Portugal, segundo dados do Ministério da Administração Interna e da própria APAV, terá contribuído para a assinatura de um protocolo em 2016 entre uma Instituição Particular de Solidariedade e o Governo para a criação de um projeto piloto - uma resposta de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica do sexo masculino e filhos/as menores e/ou maiores com deficiência na sua dependência (Malveiro, 2017, p. 158).

Posto isto, na conjuntura de crise económica, já mencionada, que atravessávamos à data do início do projeto e do estudo tornou-se importante refletir a pertinência deste tipo de respostas e a sua viabilidade, mas, mais ainda, perceber que futuro desejamos para elas e quais as expectativas dos diferentes atores envolvidos nestes projetos. Isto é, “as IPSS, o Estado, a sociedade, têm que percorrer um caminho que melhor se ajuste às problemáticas, sustentado numa capacidade instalada que permite perspetivar uma evolução positiva, não no sentido de inovação pela inovação, mas no sentido do aperfeiçoamento das respostas existentes” (Rio, 2010, p. 4). Não basta criar, é importante refletir ao nível de respostas existentes ou que eventualmente poderão existir, se as mesmas respondem às necessidades reais da população ou se carecem de adaptação para alcançar aquilo que a própria instituição, parceiros e *stakeholders* almejam do equipamento a médio e longo prazo. Aliado a isto, o fato de ainda, à data do documento, estarmos num período de austeridade, em que a gestão diária das IPSS têm sofrido um forte impacto derivado a cortes nos financiamentos e cativações, por um lado, mas também pelo aumento da procura no sentido da intervenção social, criando, naturalmente, constrangimentos na realização na missão da instituição, é preciso desafiar as instituições a mudar a forma como encaram a sua gestão. “É essencial a reorganização das estratégias de gestão para uma aproximação a paradigmas de gestão assentes nos princípios da boa governança” (Garcia, 2017, p. 179 cfr Malveiro, 2017, p. 158).

Sobre o interesse pelo estudo de um projeto de doutoramento em sociologia e, em particular, na área da violência doméstica masculina, o mesmo surgiu numa fase

em que este tema emergiu na comunicação social e pelo interesse que a sociedade e as instituições passaram a demonstrar por este tema complexo. Paralelamente, e após algumas leituras ligeiras, pela tomada de percepção que, ao nível académico, salvo raras exceções, nomeadamente na área da psicologia, as próprias ciências sociais mantinham o seu foco de investigação quase em exclusivo na mulher enquanto vítima e, como tal, a motivação de contribuir para o reconhecimento do fenómeno aumentou exponencialmente. De salientar que, em Portugal, no domínio da violência doméstica, destacam-se os trabalhos de Isabel Dias (2004) intitulado “Violência na Família – uma abordagem sociológica” e de Cláudia Casimiro (2008) em “Violências na conjugalidade: a questão da simetria do género”, e no campo específico da violência doméstica sobre os homens, encontramos na corrente psicológica o trabalho de Andreia Machado (2016) com o título de “*Intimate partner violence against men: From characteristics to their meanings*”. Curiosamente, e à medida que a pesquisa avançou, bem como a assistência a alguns congressos temáticos ou pela publicação de alguns artigos ao longo destes anos – e cujo conteúdo se encontram revertidos nalguns capítulos da tese – bem como através do contato com profissionais da área, fui-me apercebendo do interesse e da pertinência desta investigação.

Foi, portanto, neste sentido que este estudo surgiu. Porque em Portugal só muito recentemente se abriu o debate à violência doméstica que não exclusivamente contra a mulher, tornou-se importante, do nosso ponto de vista, elaborar um estudo sobre o projeto da casa abrigo masculina, com um suporte teórico sobre a violência doméstica contra o homem em Portugal e pelo mundo, bem como sobre outras respostas sociais existentes mas assente na questão de que, uma vez criada essa resposta, “*quais são as estratégias, consensos e alianças que subjazem nas representações e práticas dos principais atores no contexto da ação duma IPSS no campo dos fenómenos de violência doméstica, conjugal, contra o homem?*”.

Ora, este trabalho pretende, na sua generalidade, perceber o papel duma IPSS no campo dos fenómenos de violência doméstica, conjugal, contra o homem e contribuir para uma reflexão da importância deste tipo de instituições no reconhecimento dos novos desafios sociais. Num plano mais específico,

pretendemos caracterizar as relações estratégicas dos principais atores do sistema de ação concreto do desenvolvimento social numa IPSS que subjazem nas práticas e opções mobilizadas e ou que poderão mobilizar os atores, em termos de consensos e alianças, em função da missão e dos recursos que a instituição dispõe para responder a este problema social; identificar as potencialidades, os constrangimentos e desafios do projeto piloto da casa-abrigo masculina bem como destacar as possibilidades de gestão, das parcerias, do envolvimento dos atores e do impacto social, através de uma análise prospetiva; identificar os “futuros possíveis” para o sucesso das práticas sociais de desenvolvimento do projeto da IPSS na perspetiva dos principais atores sociais, em geral, para melhor compreender se com alterações do ambiente externo, a instituição consegue prosseguir com o seu objetivo social; efetuar recomendações estratégicas para a réplica ou continuação do programa e avaliar a pertinência do mesmo.

Apesar da complexidade do estudo, pela escassez de estudos não sobre violência doméstica em geral, mas sim contra o homem em particular, conseguimos, através de uma exaustiva revisão da literatura nas diferentes áreas das ciências sociais construir um quadro de referências teóricas que apresentamos logo na primeira parte do estudo. Nesta primeira parte, então, são esboçadas as perspetivas sobre o enquadramento teórico e o quadro normativo do tema da violência doméstica, bem como a construção social do fenómeno, a implantação de políticas públicas na área da violência doméstica contra o homem em Portugal e como a mesma é tida em conta no mundo. Em paralelo, centrando-nos mais na questão da instituição promotora do projeto, tomamos também em consideração as questões base do terceiro sector, bem como a importância dos diagnósticos sociais nas organizações do terceiro sector e da avaliação de projetos sociais. Esta fase, bem como a seguinte, muito embora tenha sido continuamente desenvolvida e atualizada, teve o seu início em setembro de 2017 e só foi concluída em outubro de 2019.

A segunda parte do estudo assentou já nas linhas de horizonte metodológico, isto é, dada a questão de partida e os objetivos traçámos que a abordagem a utilizar seria a da prospetiva e, assim sendo, centrámos a continuação da nossa fundamentação teórica escudada nas escolas francófonas de Godet, mas, também, nas perspetivas

de autores portugueses tais como Margarida Perestrelo, José Ribeiro, Marcos Santos ou José Saragoça, entre outros autores. No domínio da dinâmica dos atores e da sua lógica de ação em contexto organizacional, convocamos, ainda que indiretamente, as teses de Michel Crozier e Erhard Friedberg, subscritas por Isabel Guerra, entre outros. Escudamos a ainda a leitura da avaliação dos projetos sociais segundo a mesma autora. Ou seja, no campo metodológico os conceitos apresentados e definidos centraram-se na questão da prospetiva, do método de cenários, da análise estrutural, da análise estratégica e do ator. Para finalizar este capítulo, abordámos o contexto e a questão de investigação assim como os objetivos já acima descritos.

No terceiro capítulo, focado no estudo de caso da casa de abrigo "Proteção para todos", através do recurso a diversos programas informáticos de livre acesso (Iramuteq, Micmac, Mactor e Morphol), porque preconizados para uma correta análise prospetiva, e todos eles fundamentais para atingir os nossos objetivos, dedicámo-nos então à análise e reflexão sobre o conteúdo da informação produzida e sistematizada que extraímos das entrevistas realizadas aos diferentes atores entre agosto de 2018 e abril de 2019. Concluído então, pudemos sumariamente afirmar em forma de balanço que as IPSS têm um papel fundamental no campo da intervenção em temas socialmente complexos, tal como são de suma importância na criação de respostas diferenciadas, ao debate social e político de novos desafios sociais. Porém, no caso de projetos semelhantes a estes, para que os mesmos sejam reconhecidos e tenham capacidade de continuar e, até, de aumentar a sua resposta, são necessárias estratégias, consensos e alianças entre os diversos atores do sistema, nos seus objetivos e nas suas ambições para garantir, em particular neste projeto, a sua sustentabilidade financeira, através de acordos ou pela criação de sinergias entre as demais instituições locais e as redes de apoio e responder, também, a algumas questões práticas como a qualidade do equipamento, a qualificação dos recursos humanos e as condições do projeto de vida dos utentes.

O trabalho termina com algumas considerações finais sobre as limitações do estudo, e do projeto, mas também aquilo que o que aqui foi concluído poderá servir de base a futuras investigações.

Violência doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência.
Uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas.

PARTE 1. Construção do Objeto de Estudo

Ângela Malveiro

PARTE 1. Construção do Objeto de Estudo

1. Perspetivas Teórico-conceituais

1.1. Violência Doméstica: Enquadramento teórico e quadro normativo

O termo de violência apresenta-se como um elemento integrante da realidade humana e, como nos explica Peixoto (2012) tem sido abordada de várias formas: violência infantil, violência no namoro, contra idosos, policial, violência doméstica, etc. De facto, segundo o mesmo autor, o ser humano sempre recorreu à prática de violência, quer por uma questão de afirmação, por imposição, para apropriação, ou negar algo a outro, para obter vantagens ou até pelo simples prazer. Mais ainda, parafraseando Lisboa (2009, p.23) "o conceito de violência deve ser entendido como sendo dinâmico, reportando-se genericamente a uma transgressão das normas e dos valores socialmente instituídos em cada momento. A sua qualificação tem sido assumida em função de normas que variam consoante os contextos e podem não ser partilhadas por todos"

O conceito de violência doméstica é relativamente recente na nossa sociedade. Porém, parte, sobretudo de considerações em torno da violência contra a mulher. De acordo com o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013):

“o conceito de violência doméstica abrange todos os atos de violência física, psicológica e sexual perpetrado contra pessoas, independentemente do sexo e da idade, cuja vitimização ocorra em consonância com o conteúdo do artigo 152.º do Código Penal. Importa salientar que este conceito foi alargado a ex-cônjuges e a pessoas de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem co-habitação”.

Fato é, de que a violência doméstica (VD) é uma violação dos direitos humanos, da dignidade humanas e do Estado de direito. De acordo com o relatório da APAV do

ano de 2018 dos 46.371 atendimentos foram identificadas 9.344 vítimas, das quais 17.5% eram masculinas. Se olharmos para os dados de 2015, verificamos um aumento substancial do número de atendimentos. De fato, o relatório da APAV (2015) refere que 755 homens com mais de 18 anos foram vítimas de violência doméstica, em números globais, registou 12.837 processos de apoio com atendimentos, num total de 9.612 vítimas diretas. Para além disso, assinalaram-se 23.326 crimes e outras formas de violência, um aumento de 8% em relação aos últimos 2 anos (cfr Malveiro, 2017, p. 162).

Neste projeto em particular (casa de abrigo masculina "Proteção para todos"), sobre o qual incide a presente tese, tivemos em conta a noção de violência conjugal que, de acordo com Felson, “diz respeito à violência que tem lugar em contexto de relacionamento conjugal – entre dois parceiros, que coabitam, casados ou não” (Felson, 1999, citado por Costa 2005, p.132), sendo opção pelos casos entre pessoas de sexo diferentes.

Não podemos, no entanto, ignorar a questão da sociologia da família e de género e, em sequência, a contenda da alienação parental, enquadrada como um tipo de violência usado contra o homem dentro do próprio casamento sendo, para o estudo em concreto o seu principal interesse associado ao tipo de violência exercido sobre o homem. Segundo Torres (2001 citado por Dias, 2015, p.28; cfr Malveiro, 2017, p. 162)

“os fatores que contribuíram para a rutura do paradigma (da família conjugal) foram: a alteração de valores e de comportamentos nos anos 60; reivindicação de um feminismo de segunda vaga (...) o que levou a uma convulsão social global no sentido da mudança para a paridade entre géneros”.

Como consequência, dá-se também o que alguns autores, como Singly, defendem que esta rutura paradigmática teve como forte característica o individualismo na vida em comum, logo, com interesses individuais e com laços mais complexos. Ora, o reconhecimento da existência de diferentes vontades e identidades, leva a

conflitos que, muitas das vezes, resultam, numa quebra total de laços, cujo o seu pior lado, é a violência, onde se pode, em meu entender, colocar a alienação parental como um tipo de violência, quando existem frutos dessas relações que são usados como arma (cfr Malveiro, 2017, p. 162). Porém, a verdade é que

“nem sempre os cidadãos dão a conhecer que são vítimas e existe, ainda, uma enorme distância entre os crimes praticados, os crimes conhecidos e os crimes denunciados (...) por isso, a violação dos direitos do homem no seio da família é assim um fenómeno de fraca visibilidade” (Fernandes, 1994, p. 26 e 27).

De acordo com Omar (2011) o género está em toda a parte e afeta toda a gente. É, como tal, a forma mais fácil de categorizar o outro. Sucintamente, diz-nos Lisboa (2009, p.25) que "o conceito de “género” refere-se essencialmente aos papéis sociais, valores, normas e modelos produzidos e reproduzidos socialmente ao longo do tempo, em cada contexto espacial e que balizam a acção dos homens e das mulheres em sociedade. Correspondem a dimensões socioculturais que se edificam em cima das diferenças biológicas de sexo – homem e mulher". Contudo, é, acima de tudo uma construção social complicada. É, simultaneamente, um caminho para um ato, uma estrutura de poder, um conjunto de pressões sociais, uma identidade e muito mais. Para MacInnes (1998), segundo Lambert (2006), o género é apenas uma construção social que é usada para fazer diferença entre homens e mulheres quando, na verdade, não as pode haver nesta situação (cfr Malveiro, 2018).

Quando se pensa em violência doméstica, automaticamente surge o estereótipo de fenómeno heterossexual, de género – do homem contra a mulher, e predominantemente físico (Wright, 2016). Por exemplo, em Inglaterra e no País de Gales, desde 2014, houve uma pressão para que os serviços de apoio a vítimas de abuso respondessem tanto a mulheres como a homens, assumindo que todas as vítimas são tratadas com igualdade, mas também essa abordagem não parece ser apropriada (cfr Malveiro, 2018). Nesta linha de estereotipar a violência diriam alguns autores que:

"A violência de género constitui um padrão específico de violência que se amplia e reatualiza na proporção directa em que o poder masculino é ameaçado. Podendo revestir-se de diversas formas, tanto físicas, como psicológicas, económicas, sexuais ou de discriminação sociocultural, esta forma de violência é considerada, nacional e internacionalmente, como uma das mais graves violações do direito à vida, segurança, liberdade, dignidade e integridade física e mental daquelas que são as suas vítimas, e, por consequência, um entrave ao funcionamento de uma sociedade democrática, baseada no Estado de direito (Lisboa, 2009, p.27)."

Foi com Steinmetz, em 1977, que foi dado o primeiro destaque ao por ele denominado de "síndrome do homem espancado". Mas, em resposta, os críticos afirmam que as mulheres o fazem puramente em autodefesa e que os ferimentos sofridos por estes homens não são proporcionais quando em contrário.

Também para Wright (2016) atualmente os homens vítimas de abuso doméstico estão ao nível das mulheres na década de 1970, quando as vítimas começaram a ser reconhecidas. O que está em causa é perceber que o abuso doméstico não é uma questão de género, mas de poder.

Então, estereótipos e preconceitos dentro da sociedade definiram a construção da vítima ideal e merecedora do conceito: a mulher, e tal tem a permissão do governo, através do não apoio financeiro às restantes sendo, assim, corresponsável no abuso. E, em alguns países, apesar de ir surgindo algum empenho de alguns governantes em reconhecer os homens enquanto vítimas, e que os mesmos recebam iguais serviços aos das mulheres, a rentabilidade parece ser a primeira preocupação. No entanto, é importante que não se esqueça que também é necessário investir na prevenção, nomeadamente, pelas escolas e pela consciencialização dos jovens sobre o que é um relacionamento saudável e de como comunicar sem se tornar agressivo ou submisso (Wright, 2016).

Ora, o ativismo feminino conseguiu muito na abordagem do conhecimento da população sobre a violência doméstica, mas há quem argumente que isso levou a uma abordagem específica de género dentro das nações ocidentais com foco na

violência perpetrada pelo homem, com políticas públicas sustentadas em teorias patriarcais (Perryman & Appleton, 2016). O ativismo de gênero deve, então, envolver um equilíbrio de poder nos relacionamentos em vez de arrogar só para um dos lados.

Na Austrália, tal como nos Estados Unidos da América, prefere-se o termo “violência familiar” ou “violência conjugal” ou ainda “violência íntima nas famílias” considerando o gênero apenas como uma variável como tantas outras (Atmore, 2001). Isto pode fugir ao que se afirma comumente como as mulheres serem as típicas vítimas/sobreviventes de violência doméstica e os homens agressores. Pelo contrário, os homens também podem ser vítimas de violência doméstica. Quando as pessoas falam ou escrevem sobre violência, muitas vezes, têm interesses políticos ou particulares. Daí que se advogue que a definição de um problema social e político está ligada a interesses específicos. Deste modo, ainda Atmore (2011) considera que não se pode assumir a violência doméstica como um “tamanho único”. Fazê-lo é negar outros tipos de violência e agressores entre parceiros e negar, principalmente, as necessidades dessas outras vítimas/sobreviventes. Por outro lado, os meios de comunicação social podem ser também considerados atores/decisores secundários, uma vez que eles apresentam a sua própria versão das alegações, nem sempre positivamente. Perry (2014), concordando com Dows (1972), diz até que o desenvolvimento de um problema social não indica necessariamente que uma mudança ocorreu nas ações dos indivíduos, mas simplesmente que uma questão existente foi levantada na consciência de outros para os quais ela não era anteriormente um problema. Assim que a sociedade o entenda como um problema social, os recursos podem ser mobilizados para apoiar. No entanto, se a comunicação social ignorar esse problema pode impedir essa consciência pública (cfr Malveiro, 2018).

Ainda dentro da questão da definição de violência, do seu reconhecimento ou da sua consciência, considerámos interessante chamar à atenção para a violência estrutural.

Segundo Palhares & Schwart (2015), Johan Galterng (1985), sociólogo norueguês, estabeleceu o conceito de violência em três tipos: direta, cultural e estrutural. Sobre

esta última, a que nos interessa neste momento, afirmou-a como sendo silêncio, que “não se mostra (...) é consequência direta ou indireta da ação humana sobre estruturas que refletem a distribuição desigual de poder. Tais estruturas abrigam, por exemplo, o racismo, o sexismo ou a violência política” (Palhares & Schwartz, 2015, p.19). Ela pode, deste modo, ser tida em “situações que envolvem a distribuição desigual de recursos ou serviços, aos quais as pessoas, em razão dessa desigualdade, têm acesso limitado” (Palhares & Schwartz, 2015, p.17). O que acontece, por vezes, é que o próprio “senso comum nem chega a compreendê-la como uma manifestação de violência [mas pura e simplesmente como] incompetência de governantes e responsáveis, ou até como uma maneira de gerir conflitos sociais” (Neto & Moreira, 1999, p.35) é, quase, como ignorar a existência desta.

De facto,

“O Estado, nas suas diferentes estruturas e poderes, torna-se responsável direto pelo estabelecimento e desenvolvimento das condições de vida de uma população (...) o seu instrumento de atuação são as políticas públicas que desenvolve (...) que deveriam ser orientadas para arbitrar de forma justa as tensões sociais, promovendo a igualdade entre os cidadãos e a sua qualidade de vida”(Neto & Moreira, 1999, p.35)

Por isso, ao ceder a grupos de pressão e ao servir interesses financeiros, acaba por vitimizar a restante população.

Boulding (1981, citado por Neto & Moreira, 1999, p.36) define que é o

“conceito de violência estrutural que oferece um marco à violência do comportamento, se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família, como aos sistemas económicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as mais

vulneráveis (...) Essas estruturas determinam igualmente as práticas de socialização que levam os indivíduos a aceitar ou a infligir sofrimento, de acordo com o papel que desempenham”

Ora, ao negarmos aos homens vítimas de violência doméstica o reconhecimento da sua condição, mas, principalmente, a existência e o acesso a respostas bem como ao seu atendimento que, à mulher vítimas é acessível, os responsáveis (governos e instituições), estão a exercer este tipo de violência e, em última instância, a gerar um grave quadro de exclusão social. Mas nem só estes são responsáveis diretos pela prática dessa violência, também os grupos de pressão, por exemplo, dos movimentos feministas, ao não permitirem o reconhecimento ou, simplesmente, a investigação imparcial, nem o investimento financeiro, reprime a estes homens a existência da sua problemática, pela ausência da sua proteção, e de inibição da garantia de direitos e da satisfação de necessidades.

Então, numa sociedade em que o órgão público máximo define as suas políticas públicas e gere o seu capital em serviço de grupos específicos, as verdadeiras, ou outras necessidades civis e sociais ficam restringidas e prejudicadas. Logo, verifica-se uma quebra de “qualidade dos serviços públicos, que passam a prestar um atendimento insuficiente e de má qualidade, não sendo capaz de dar conta das necessidades e anseios da parcela da população que os procura” (Neto & Moreira, 1999, p.38). Deste modo, o lado mais vil da violência estrutural é o de “responsável pela instauração de um processo seletivo que tem o poder de decidir quais os cidadãos que disfrutarão do bem-estar social” (Neto & Moreira, 1999, p.39).

Como é sabido, um dos grandes entraves ao investimento público é, nada mais do que, o Orçamento do Estado e, uma vez que as políticas públicas não existem, ou não se implementam de forma livre, estas estão sob o crivo do planeamento financeiro:

“Assim, um diagnóstico estratégico deve ser capaz de compreender e elucidar os aspetos qualitativos das situações ensejadas favorecendo o reconhecimento da realidade, com suas carências e

ausências, além de apontar para a reorganização da gestão e o controle social sobre as políticas públicas. Se a estrutura de uma sociedade está organizada de maneira que as políticas públicas tornam-se instrumentos que privilegiam determinados segmentos em detrimento das condições de vida do restante da população, isto é, se elas são instâncias de mediação da perpetração da violência estrutural, o processo de avaliação destas políticas assume um caráter intrinsecamente preventivo" (Neto & Moreira, 1999, p.44).

Por isso, somos levados a concordar com a tese de que

“a adoção de um processo contínuo e bem estruturado de avaliação das políticas públicas surge como uma estratégia de prevenção à violência estrutural, que deve ser utilizada não apenas por aqueles que ao assumirem a direção do Estado compreendem sua abrangência e poder, dispendo-se a utilizá-lo como um instrumento de desenvolvimento e justiça social, mas pela própria sociedade civil organizada como forma legítima de pressão e luta social” (Neto & Moreira, 1999, p.39).

O que se pretende mostrar, também, e que será por nós, mais adiante, abordado, é que num cenário de avaliação das políticas públicas, nomeadamente na área da V.D., é que esta ferramenta torna-se muito importante para o Estado quando o objetivo é o de um comprometimento real com a melhoria da qualidade de vida de todos e, em contraposição, se estas políticas se mantiverem envolvidas em redes burocráticas e de interesses irá gerar a cita violência estrutural e permitir “situações de marginalização extremamente perigosas para os cidadãos por ela afetados que, diante de determinados acontecimento, podem reagir, manifestando novas formas de violência” (Neto & Moreira, 1999, p.47).

Há quem das mais variadas formas justifique, então, que a inexistência ou a hipotética insignificância de números de vítimas seja motivo para o não reconhecimento das vítimas masculinas e, por conseguinte, o não investimento em respostas sociais. Mas, é bem conhecido que as pessoas que usam os serviços não são, em grande escala, representativas da população em geral. Para Mckeown & Kidd (2002) o que a pesquisa diz é que a violência está em algum lugar entre os 5% e os 20% em todas as relações heterossexuais atuais e em metade dos casos ambos os parceiros, logo, a violência doméstica não é de género, mas de relacionamentos. Assim, embora se possa aceitar, à primeira abordagem, que as mulheres sejam vítimas desproporcionais de violência por pessoas íntimas, há debate se a literatura e a estatística ignoraram ou sub-representaram os homens como um grupo igualmente importante de vítimas. Tal se deve, por exemplo, a uma construção idealizada da masculinidade onde parece haver uma contra-construção do “privilégio feminino”, sustentado por um *ethos* do patriarcado, onde é considerado aceitável bater ou ridicularizar um homem que não atende a esses ideais masculinos (Fontes, 2003 citado por Simon, 2011).

Posto isto, o conceito de violência doméstica baseia-se em poder e controlo. E o termo mais inclusivo nesta temática é o de “violência por parceiro íntimo” pois permite a vitimização na mão de um parceiro íntimo de qualquer género, seja ele casado, coabitante ou namorado (Perry, 2014). Também Vernan (2017) afirma que o termo de violência por parceiro íntimo ganhou força em vários artigos nos anos 2000 para descrever essa violência entre parceiros e, só essa escolha de palavras é, por si, mais abrangente, afastando a ideia de que as mulheres são exclusivamente vítimas.

Já o ciclo de violência consiste, sucintamente, em seis categorias: abuso, culpa, desculpas, comportamento “normalizado”, fantasia, planeamento e configuração (Younger, 2011). A violência doméstica é, ainda, tipicamente um processo e não um acontecimento único. Por outro lado, o termo violência por parceiro íntimo inclui: casamento legal, relações de facto e relações entre namorada e namorado (Hogan, 2016). Na tentativa de compreender melhor, assim, a dinâmica do conceito, segundo ainda Younger (2011), Johnson (2006) terá identificado quatro tipos de

violência entre parceiros íntimos: terrorismo íntimo, resistência violenta, violência situacional do casal e controlo violento mútuo. Nas primeiras as vítimas são atacadas com mais frequência, experimentam maior sofrimento psicológico e abusos mais prolongados e são mais propensas a procurar ajuda. No segundo caso, ambos têm um nível de violência, porém só um é controlador, tentando o outro resistir-lhe. No terceiro, nenhum é violento nem controlador, surge em consequência de um conflito crescente entre casais. No último, ambos são violentos e controladores. A verdade é que as vítimas masculinas sofrem o mesmo tipo de violência do que as mulheres, como ameaças, violência física ("conjunto de ações levadas a cabo com intenção de causar dor física ou ferimentos" Gil, 2012, p. 7), abuso emocional ("todas as ações que infligem sofrimento, angústias ou aflição, através de estratégias verbais ou não-verbais", Gil, 2012, p. 8), intimidação, isolamento, controlo económico ("uso ilegal ou inapropriado de bens, fundos ou propriedades da pessoa" Gil, 2012, p. 8) e social, e com o mesmo impacto, por exemplo, lesões físicas, stress pós-traumático, ideias suicidas, perda de autoestima, medo e vergonha.

Em suma, aceitar que violência está somente associada às desigualdades de género ou que este tipo de violência não existe porque não se espera que a mulher use violência, particularmente física, sobre o homem é potenciar a discriminação da vítima (neste caso masculina). Esta argumentação é sustentada pela perspectiva da sociologia da família e da violência na família (Straus, Gelles e Steinmetz, 1980, citados por Lopes, Caçapo & Carmo, p. 30)

“no modelo que identifica a violência doméstica com o conflito familiar, o abuso é interpretado como resultado de tensões na família. Partindo do pressuposto de que se trata de um conflito, admite-se o aumento da tensão com escalada para a violência. Face a este pressuposto, qualquer pessoa na família pode contribuir para a escalada do conflito”,

isto é, até mesmo a mulher pode ser agressora.

“O desfasamento entre paridade de género preconizada pelas sociedades ocidentais democráticas e as realidades socioprofissionais e familiares existentes conduz à persistência dos citados mitos acerca da família. A família e os papéis sociais de género têm que ser desnaturalizados, assim como deve ser rejeitada a dicotomia entre espaço público e domínio privado” (Dias, 2010, p. 250).

Então, é errado estereotipar e negar que existe violência doméstica para lá da feminina e, até a própria Erin Prizzey, feminista e fundadora do primeiro refúgio para mulheres vítimas de abuso, acredita que a violência não é uma questão de género, mas sim de família e da sociedade.

1.1.1. Violência doméstica em Sociologia e a questão do poder

À medida que a violência doméstica se foi metamorfoseando, cada vez mais, em objeto de pesquisas científicas, várias conceptualizações foram despontando. De entre o vasto conjunto de modelos disponíveis, consideraremos especialmente uma teoria de nível microssociológicas (teoria dos recursos) e outras duas de nível macrossociológicas (teoria do conflito e teoria geral dos sistemas). Deste modo, ser-nos-á possível um olhar especificamente sociológico sobre o fenómeno da violência doméstica, contra o homem, e como o mesmo pode ser considerado à luz das teorias da Sociologia.

Antes de mais, como o próprio nome indica, “as teorias micro dão ênfase a um olhar em pequena escala e mais profundo sobre as representações das relações conjugais violentas.” (Dias, 2004, p.163). Ora, para a teoria dos recursos, poder e recursos constituem dois conceitos extremamente importantes - e, mais à frente, faremos uma maior justificação do primeiro recorrendo a Foucault. Então, para esta, existe um ator com capacidade de influenciar o comportamento do outro. Como Dias (2004, p. 164) nos relembra, na família tradicional esta capacidade, poder e

superioridade era atribuída ao homem, no entanto, na sociedade moderna ocidental “é cada vez maior a possibilidade de mobilidade social ascendente para as mulheres, o que lhes permite participar em domínios que eram adquiridos para o sexo oposto”. A grande mais valia desta teoria passa pelo mérito de

“chamar a atenção para a questão do poder nas relações familiares e de tentar explicar de que forma ele pode estar na origem da violência doméstica (...) que ocorre quando um dos cônjuges detém mais recursos e, por outro, quando existe um desfasamento entre o status que tradicionalmente é atribuído ao homem e aquele que na prática ele possui na família” (Dias, 2004, p.168).

Acrescenta ainda a autora que seguimos que

“Para esta teoria, poder e recursos constituem dois conceitos centrais. O primeiro é entendido como a capacidade potencial de um ator influenciar o comportamento do outro e o segundo como um bem (raro) que um dos parceiros pode pôr à disposição do outro e que é suscetível de satisfazer as necessidades deste último.” (Dias, 2004, p.163).

As teorias macrosociológicas preocupam-se, em contrapartida, por descobrir tendências e padrões, logo, atuam a uma escala mais ampla. Surge então a teoria do conflito, originalmente associada à sociologia marxista, dos anos 70, onde o conflito é encarado como uma questão empírica nas interações sociais mas que também se associa à questão do poder onde se refere à capacidade de um indivíduo poder controlar outros indivíduos ou situações (Dias, 2004, p.181). Então, para a mesma autora, estas teorias estão ligadas às características da estrutura social. Outras das premissas existentes nesta perspetiva são o de ameaça, agressão e de promessa, aquilo que identificámos como estágios da violência doméstica. Em suma, esta perspetiva vê “a família como uma arena onde se desenvolvem confrontos e conflitos de interesses entre os seus membros e surge como um meio

poderoso dos interesses de uns sobre os outros (Dias, 2004, p.185)” admitindo que faz então parte das dinâmicas familiares e cingindo a sua preocupação à gestão de conflito na organização conjugal e dos processos familiares (Dias, 2004).

Em resumo, os conceitos chave da teoria do conflito podem ser definidos por Dias (2015, p.35-36) como: a família é vista como um sistema voltado para a regulação do conflito; subjacente ao casamento e à família existe uma estrutura competitiva; as relações familiares são caracterizadas pela luta pelo controlo dos recursos sociais, psicológicos e económicos da família; o conflito não é necessariamente prejudicial; o conflito como condição para mudança social. Ou seja:

“A teoria do conflito tem como premissa básica que este é um elemento indissociável de qualquer associação humana (Gelles e Straus, 1979, p.567) (...) os indivíduos prosseguem mais os seus próprios interesses, não se preocupando com a necessidade de equilíbrio do sistema. Assim, o conflito é encarado como natural, como um elemento implícito nas interações sociais e como condição de mudança social” (Dias, 2004, p.181).

Já a teoria dos sistemas considera que o comportamento individual só pode ser compreendido pelo todo, ou seja, como integrante do sistema família.

“a teoria dos sistemas enfatiza muito a relação entre as partes e o todo e, sobretudo, as suas interações (...) nenhum sistema pode ser compreendido se isolarmos as suas partes (...) o comportamento individual só pode ser compreendido como uma parte do sistema família” (Dias, 2004, p.192).

Logo, como Peixoto (2012) nos explica a violência não é só potenciada pela condição genética, mas também pelo contexto físico ou pelas práticas educativas, por exemplo. Então, a violência doméstica não seria uma patologia individual, mas resultante do sistema. De acordo com Strauss (1973) citado por Dias (2004) esta teoria pode ser aplicada na análise da VD a partir de oito proposições:

- “A violência doméstica tem muitas causas e origens, sendo que as estruturas normativas, os traços de personalidade, as frustrações e os conflitos constituem apenas algumas delas.
- Ocorre muito mais violência doméstica do que a que é denunciada.
- Grande parte da violência praticada ou é negada ou considerada normal.
- As imagens estereotipadas associadas à violência doméstica são apreendidas na infância.
- Os estereótipos da violência doméstica são continuamente reafirmados através da interação social quotidiana e dos meios de comunicação social.
- Os atos violentos praticados por pessoas violentas poderão conduzir aos resultados desejados.
- O uso de violência em situações que contrariam a norma familiar gera conflitos secundários decorrentes da violência inicial.
- Os indivíduos que são rotulados de violentos poderão sentir-se encorajados a desempenhar um papel violento” (Dias, 2010, p.194-195).

Em suma, a verdade é que o termo violência doméstica está envolto num rol de perspectivas teóricas e metodológicas bastante vasto e esta pluralidade pode levar-nos a conhecimentos dispersos e contraditórios apesar de, também, enriquecer o campo disciplinar. Ora, citando largamente Dias:

“é inegável o contributo de cada uma das teorias abordadas para o conhecimento de um fenómeno que só recentemente foi identificado como um problema sociológico. Assim, a teoria dos recursos demonstrou que a posse destes está proporcionalmente relacionada com a força e o poder que um indivíduo detém na família. A violência emerge precisamente como um recurso disponível para que possa ser perpetuada a posição de dominação. Emerge também quando o status que o indivíduo possui na família se encontra

desfasado do que lhe é tradicionalmente atribuído” (Dias, 2004, p.394).

Outra das teorias mencionadas, a teoria do conflito:

“veio mostrar que, enquanto condição de mudança este constitui uma dimensão implícita às interações sociais. Esta teoria demonstrou que a família constitui uma forma onde se desenvolvem conflitos entre os seus membros, uma vez que a intensidade das suas interações pode conduzir precisamente à emergência de forças antitéticas (Simmel, 1986). No fundo, esta perspetiva mostrou-nos a inerência do conflito às interações familiares, na medida em que funciona como um meio poderoso de imposição de interesses de uns sobre os outros.” (Dias, 2004, p. 395-396).

Também demos a conhecer a posição macrossociológica da teoria dos sistemas em que:

“verificámos que esta conceptualiza a família como um sistema mais ou menos aberto ao meio, partilhando com os demais sistemas certas características isomórficas. Assim, a violência na família constitui um produto do próprio sistema e não uma patologia individual.” (Dias, 2004, p.396).

Posto isto, e uma vez que considerámos algumas teorias quer de nível macro quer micro iremos, de seguida, optar por aquela que nos faz mais sentido quando falamos de violência doméstica contra o homem e que está aliada ao conceito de poder que, tal como Dias (2004) nos recorda, está relacionado com a capacidade de um influenciar o comportamento de outrem, logo, ao pensarmos nas práticas de violência doméstica pode ser visto com a “capacidade de um ator influenciar as

interações, sobretudo com vista a manter e/ou perpetuar a sua posição de dominação” (Szinovacz, 1987, p.662-663, citado por Dias, 2004, p. 214).

A verdade é que a violência doméstica constitui um problema relativamente recente nas preocupações sociais ocidentais e que se construiu com base nalguns fenómenos sociais como a alteração dos papéis sociais da mulher – entrada no mercado de trabalho, elevação do nível de educação, libertação sexual da mulher, número de filhos mais reduzido e tardio, etc. – e as consequências que tal provocou na estrutura familiar, aliada às mudanças legais. Talvez, então, por a questão ser tão recente, os estudos empíricos a este problema social acabem por ser promovidos, quase em exclusivo, a agências ligadas às forças de lei (Costa, 2005), mas desta questão falaremos noutra ponto.

A violência surge, como explicámos, como um problema social grave, reiterado, persistente e de árduo combate. Parafraseando Saffioti e Soares, somos a considerar que

“Nesse contexto, compreende-se por que a possibilidade de o Estado intervir na intimidade da instituição familiar, ou seja, tornar um problema público e coletivo uma vivência privada, a qual muitas vezes é experimentada de forma individual, sem dúvida é uma problemática complexa” (Silveira, Nardi & Spindler, 2014, p.325).

Aceitamos então que tornar possível a visibilidade dos diversos modos de subordinação, às quais estão expostos nichos da sociedade pode funcionar como um potenciador de políticas públicas específicas combate à violação de direitos humanos. Porém, sabe-se que as políticas públicas dirigem-se, obrigatoriamente, a um sujeito/grupo de direitos e acabam por universalizar as suas ações deixando para trás, ou para mais tarde, as chamadas minorias. Queremos com isto dizer que, à medida que a compreensão da violência doméstica foi ganhando terreno na sociedade, as mulheres foram identificadas como vítimas e, por conseguinte, os homens vítimas foram marginalizados, colocados fora do interesse público, sem direito a investimentos financeiros uma vez que nem sequer estavam tidos como

um problema. Daqui saiu então uma crescente indefesa legal e social destas vítimas, mas também políticas sociais que impediam resolver o problema da violência doméstica na sua totalidade. A velocidade demorada com que a sociedade, instituições e Estado tende a reagir às questões minoritárias criou um sistema de injustiça social para estes homens. Indubitavelmente, políticas governamentais unilaterais é o cerne do problema da violência doméstica. O facto de que tanto as pessoas em geral como investigadores ou políticos estarem dispostos a aceitar o abuso como exclusivo, testemunha a existência de estereótipos visceralmente enraizados e da estigmatização da vítima masculina.

O estudo da violência doméstica pelas Ciências Sociais é um tema presente indiscutível uma vez que a violência doméstica é um fenómeno social antigo, que embora quando contra o homem em termos de sociedade, emergente, deve ser acolhida e prevenida através de um conjunto de estratégias políticas e de intervenção social direta do Estado e das instituições, diz Lisboa (2005), mas, também, de conhecimento teórico sobre o mesmo. Por exemplo, em sociologia, as pesquisas sobre violência, crime e segurança pública, de um lado, e género e sexualidade, do outro, são dois campos em estudo desde a época do filósofo francês Foucault onde eram uma forte e constante referência. No entanto, como Casimiro (2013) afirma, “grande parte dos estudos sobre a família, nomeadamente em Portugal e até há relativamente pouco tempo, teve nas mulheres as suas principais protagonistas. Pouco se sabe sobre a vida familiar através da voz dos homens”. Daí que não seja de estranhar, nas palavras da mesma, que o tema na sociologia da violência na família não fuja a esta propensão e, como tal, o objeto de estudo “homem vítima” mantém-se pouco debatido e, conseqüentemente, pouco pesquisado.

O grande repto para enfrentar e de certa forma contribuir para a visibilidade da questão da violência doméstica contra o homem pode partir por criar uma rede de serviços para atender estas vítimas masculinas que vivenciam situações de violência física, psicológica e sexual – como mais à frente será defendido pelos atores - através de programas e projetos, que se consolidem numa política social de atendimento e apoio à vítima, mas também de prevenção.

“Para tal é precioso superar a ideia de homem e mulher como polos opostos. Superar esta dicotomia é visualizar homem e mulher componentes de uma mesma relação e não como opostos entre si. Homens e mulheres estabelecendo constantes relações, que segundo Foucault (1990) se estruturam em forma de rede” (Lisboa, 2005, p.4).

Logo, e na mesma linha, citando ainda Foucault (citado por Lisboa, 2005, p.4) o poder “deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, (...) o poder funciona e se exerce em rede”, isto é, tanto pelo homem como pela mulher pois ambos podem utilizar mais ou menos poder e violência na relação conjugal.

No cenário das novas interfaces que vivenciamos, tal como aconteceu com a violência contra a mulher há vinte anos, a questão da violência contra o homem tem vindo a tornar-se, nos últimos três ou quatro anos, mais visível e passou a ser discutida como um problema público a ser enfrentado (relembramos que, nos telejornais de 13 de Março de 2019, enquanto se discutiam as vítimas mortais deste flagelo fez-se por diversas vezes menção às duas vítimas masculinas do primeiro trimestre do ano). A verdade é que, e

“uma vez que a linguagem é investida do poder de criar o ‘socialmente real’ por meio dos atos de locução dos sujeitos falantes, o conjunto desses atos repetidos ao longo do tempo produzem efeitos de realidade que acabam sendo percebidos como factos” (Witting citado por Nigro, 2011, p.58).

Assim, também a comunicação social pode contribuir positivamente para alertar a sociedade e os académicos da existência desta realidade. No entanto, a aceitação da violência como problema público é baseada em um consenso anterior que afirma respeito à integridade física e à dignidade humana. Ou seja, o processo de institucionalização do problema da violência doméstica no Estado é, por vezes, inicialmente impulsionado por pessoas já comprometidas com a questão, que

mobilizam as suas redes pessoais para motivar ações institucionais. Os problemas públicos não existem por si mesmos como meros fenómenos objetivos, mas são construídos por atores que se deslocam em diferentes cenários, trocam e confrontam discursos, com base em vários esquemas interpretativos. Os atores reconhecem-se e comprometem-se com a formulação, defesa, negociação e acordo de uma solução para determinado problema. Deste modo, como dizem Croizier & Friedberg (1977) a ação coletiva, organizada, provoca ou é uma construção social. Voltaremos a esta questão mais adiante.

Voltando à questão da violência nas ciências sociais, para lá da atualidade mediática, a teoria sociológica tem-se preocupado desde sempre e é amplamente eficaz na análise da violência e do conflito social, em geral, mas muito menos nas especificidades da violência interpessoal, na violência doméstica ou na violência íntima. Na teoria sociológica clássica, a definição e a análise da violência surgem associadas aos conceitos de controle social e do papel do Estado. Assim, tem sido central na sociologia a questão da coesão social e do poder. Nessa linha, o Estado é visto como órgão central de controle, possuindo o monopólio legítimo da violência para apaziguar desordens sociais e ameaças à propriedade. Uma elucidação suplementar defende que o aumento da violência está enraizado nas relações sociais instauradas nas aceleradas mudanças do país no final do século XX, com a intensificação do processo de modernização. Tais mudanças alteraram drasticamente as relações de poder e, em simultâneo, aumentaram as expectativas relativas à condição de sujeito e aos seus direitos individuais. Embora Marx e Engels aceitassem as origens da opressão de classe em primeiro na opressão pelo sexo, a violência doméstica não era para estes um tema marcante. Já o contributo de Foucault para o estudo da questão relacionou-se com o facto de ter elevado a mesma para o campo institucional e não somente para o poder ao nível doméstico.

Adotando o conceito de poder de Foucault e o conceito de género de Scott, autores como Izumino (2002) alega que

“pensar as relações de género como uma das formas de circulação de poder na sociedade significa alterar os termos em que se baseiam as relações entre homens e mulheres nas sociedades; implica em

considerar essas relações como dinâmicas de poder e não mais como resultado da dominação de homens sobre mulheres, estática, polarizada” (Santos & Izumino, 2005, p. 157).

A situação de violência conjugal, por exemplo, encerra uma relação de poder muito mais intrincada e diligente do que a descrita pelo viés do domínio patriarcal, mas de forma dinâmica e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de forma desigual.

Para Santos & Izumino (2005) é importante que se estude como é que a construção social tanto da feminilidade quanto da masculinidade está relacionada com o fenómeno da violência. A verdade é que, tal como César (2015) afirma com a evolução da sociedade, inúmeras mudanças sucederam, e ainda continuam a acontecer, nomeadamente sobre a família e, inevitavelmente, as relações de poder também acompanharam as transmutações da família.

"As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, micro lutas, de algum modo” (Foucault, citado por César, 2015, p.513).

No entanto, "as relações pessoais não podem ser concebidas como uma espécie de dominação brutal, com a utilização de violência" (Foucault citado por César, 2015, p.512). De facto, até mesmo com as mudanças sociais e legislativas, onde o poder passou a ser exercido em cooperação, democraticamente, por todos, os componentes da família, foram sendo criados espaços de compartilhamento de decisões, de escuta e de afeto, independentemente de se ser homem ou mulher. Porém, não é possível negar que o Estado abraça o controle de muitas dessas relações; mas é preciso entender que tais relações não se resumem à figura do Estado. Não se pode esquecer, mais uma vez, de que “o poder deve ser analisado

como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia” (Foucault, 1999, p.35 citado por César, 2015, p.520).

1.1.2. A construção social do fenómeno da violência doméstica contra o homem

Nos últimos 30 anos, as teorias, a comunidade e as políticas relacionadas com a violência doméstica mudaram consideravelmente para proteger e apoiar as mulheres maltratadas. Porém, outras vítimas foram negligenciadas. É da responsabilidade do governo abordar o abuso do parceiro por meio de políticas e práticas isentas de sexismo.

Antes de avançar, julgamos importante explorar as alterações na sociedade, em particular na família, que sabemos ser um dos pilares da construção do fenómeno da violência doméstica e de como o mesmo passou a ser percebido à luz das relações. Fá-lo-emos pelo percurso da passagem da família tradicional, para a família moderno e atualidade.

Tal como Dias nos diz (2004):

“a família, nas sociedades atuais, não está completamente desprovida de violência. O paradoxo reside, então, numa família moderna que dá de si a imagem de um lugar de afetividade, de privacidade e de autenticidade, mas que é, também, um lugar de sujeição e de exercício da violência sobre os seus membros, nomeadamente, sobre as crianças, as mulheres, os idosos e, inclusive, os homens” (Dias, 2004, p.31).

Ora, esta aceitação no mundo Ocidental de que o casamento passou de um contrato, acatado por ambas as partes, para uma relação sentimental, entre outras situações, Dias (2004) chamou-lhe de sentimentalização que se fez “sentir particularmente no domínio da escolha do cônjuge, das relações entre mães e filhos e no da demarcação entre a família e a comunidade envolvente” (Dias, 2004, p.32).

A verdade é que, na família que conhecemos como tradicional e como já dissemos, o casamento tinha laivos de um contrato comercial onde as mulheres eram moeda de troca e, mediante os seus dotes e as suas propriedades, ou a sua origem, tinham acesso a um bom casamento, mas,

“a prevalência do cálculo e os interesses materiais fazia com que as mulheres vivessem num estado de reclusão. Era-lhes exigido abnegação e sacrifício em função da família (...) com o casamento a mulher passava da tutela do pai para a do marido (...) Era nítida a segregação dos papéis sexuais e a subordinação da mulher e dos filhos à autoridade do homem (...) No campo e na cidade, entre a aristocracia, a burguesia e o povo, as grandes linhas da vida conjugal e parental eram marcadas pelo formalismo e pela distância” (Dias, 2004, p.33-34).

Mais ainda, era ponto assente a indissolubilidade do casamento e mesmo após viuvez as mulheres só podiam voltar a casar por questões económicas.

No final do século XVIII começamos a assistir, então, à cita sentimentalização, “os tempos modernos passaram a exigir a aproximação dos espíritos e dos corpos (...) para atingir o seu ideal romântico, o casal foi obrigado a romper com a comunidade envolvente” (Dias, 2004, p.36-37). Mas não só a relação entre o casal sofreu as suas alterações houve, inclusive, “a intensificação do sentimento maternal que permitiu a intrusão do espírito doméstico e do sentimento de intimidade no lar” (Dias, 2004, p.p.38).

Estamos perante uma importante transformação da família, das relações e daquilo que pertencia ao espaço público e que passou a ser privado:

“Na sociedade tradicional, a família cumpria uma função essencial, nomeadamente, assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes (...) a imagem prevalecente sobre ela era a de uma família normal, estável e adequada à preservação da ordem social. Com base numa estrutura fortemente hierarquizada” (Dias, 2004, p.41).

Em contrapartida, na família moderna, após os normais processos das mudanças sociais, políticas e económicas, como o desenvolvimento do capitalismo ou a privatização das relações pessoais ou, ainda, a emergência de novos pensamentos religiosos e filosóficos, deu-se, então, origem a uma mudança social e, a família, a passou a ter “uma função afetiva, tornando-se a realização pessoal no casal, através deste e dos filhos, uma das suas principais finalidades” (Dias, 2004, p.45), no entanto, “a implementação do sentimento de domesticidade e da intimidade do lar fez-se a par do declínio das sociedades públicas (...) só que, o enfraquecimento da vida pública conduziu, também, a uma deformação das relações íntimas” (Dias, 2004, p.46-47).

Então, ao passar de um relacionamento distante para uma relação com sentimentos isto gerou contradições e tensões no próprio casamento, “um conflito entre os interesses da família e os interesses do indivíduo (...) as exigências profissionais e de construção de uma carreira constituem uma área em que este conflito se manifesta com alguma regularidade” (Dias, 2004, p.47).

Pese embora que:

“a ideologia romântica insiste na igualdade dos cônjuges e na partilha de decisões. O quotidiano das relações conjugais e familiares mostra-nos que pode existir uma tensão entre o ideal de igualitarismos e certas desigualdades concretas (...) com efeito, a detenção do poder e o modo de repartição das tarefas constituem dois domínios de grande tensão na família moderna” (Dias, 2004, p.48).

Posto isto, entramos então na questão do fenómeno da violência doméstica em concreto que:

“constitui uma das maiores contradições da família moderna. Se, por um lado, esta assume a realização pessoal dos seus membros, a partilha de tarefas, a igualdade de oportunidades e elevados níveis de comunicação conjugal e intergeracional como dimensões

essenciais à sua organização e funcionamento, por outro lado, ela não está completamente desprovida de violência (...) Com efeito, esta ao eludir as relações de poder e ao eludir as desigualdade entre os sexos e entre as gerações pode tornar-se propícia à emergência de comportamentos violentos” (Dias, 2004, p.49).

Efetivamente, a violência doméstica não é fruto da família moderna, no entanto, num casamento por contrato, e em que a autoridade do chefe de família era incontestável, não metia em causa a continuação e a estrutura da mesma, logo, “o conflito e a violência, longe de serem reconhecidos como um problema social, constituíam práticas necessárias ao exercício da autoridade masculina e à exigência de estabilidade e permanência das relações e do património” (Dias, 2004, p.54). No entanto, por esta data, a V.D. não era alvo de denúncia.

Somente quando a família passou a ser representada “como um lugar de companheirismo e realização afetiva para os seus membros, um espaço recluso da vida pública” (Dias, 2004, p.54), um espaço privado, é que passámos de um “contexto sociocultural em que a violência familiar era um dado adquirido, para um outro, em que, se esta fosse reconhecida como um problema social grave e comum a todas as famílias, punha em causa o mito da família idealizada” (Dias, 2004, p.54).

O que passámos a ter, segundo a mesma autora, fruto de um reconhecimento tardio da sociedade e, também, das ciências, foi uma “espécie de tabu” e a emergência da violência como a “outra face da família moderna”. Logo, nesta família moderna passou a coexistir “a dimensão afetiva e a dimensão conflitual”. Mais concretamente, “para além de ser um espaço de intimidade, de afetividade, de autenticidade e de solidariedade, ela pode igualmente constituir um espaço de opressão, de obrigação, de egoísmo, gerando, assim, violência entre os seus membros” (Dias, 2004, p.56).

Ora, em termos de datas, como já referimos, foi no princípio dos anos 70, em particular com os movimentos feministas, que se chamou a atenção para a violência doméstica sobre as mulheres. Mais tarde, nos anos de 1980, passou-se a reconhecer,

também, a existência da violência sobre os idosos. Mas, só recentemente, as várias ciências e a sociedade, começaram a dar atenção à violência contra o homem. “Contrariamente às restantes formas de violência existe como que uma recusa histórica e cultural em reconhecer que o homem é agredido na sua própria família (...) a negação do mau trato sobre o marido também se encontra entre as autoras feministas” (Dias, 2004, p.71).

Assim, e em Portugal,

“Embora se aceite que os dados sobre a violência doméstica no nosso país se encontrem dispersos (Antunes, 2002, p.49) e se concorde com Matos (2002) quando afirma que, se há campo em que as estatísticas são de pouco préstimo é o da violência doméstica, uma vez que as proporções são seguramente maiores do que os dados revelam, consideramos que estes constituem uma primeira forma de aproximação a uma realidade que até há pouco permanecia (quantitativamente) desconhecida entre nós” (Dias, 2004, p.63).

Efetivamente, segundo Woods (2007) a violência faz parte da História e da cultura, mas reconhecer essa inevitabilidade não impede que ela seja vista como um problema social e até de saúde pública (cfr Malveiro, 2018, p. 1552). "Naturally, the extent of violence has varied in different locations and times, driven by contextual factors such as racism, poverty and war" (Woods, 2007, p.1). Uma das áreas da violência é, de facto, a entre dois adultos num relacionamento íntimo tida como violência doméstica. Porém, pode ser distinguida de duas formas:

"first is referred to as “situational couple violence”, the low-level reciprocal violence that occurs between intimates, is primarily isolated incidents, and does not lead to any notable harm (...) is not gendered, and is initiated by men and women in equal parts (...) The second form of violence, however, they label “intimate terrorism”, and is the severe, and much rarer, psychological and/or physical abuse associated with “wife battering” (Woods, 2007, p.3).

Para Sarantakos (1999 cfr Malveiro, 2018), a violência doméstica é tida maioritariamente como uma manifestação de valores patriarcais e incrustada nos papéis masculinos e femininos estereotipados, da supremacia masculina e da mulher subordinada - este entendimento

"of domestic violence has been manifested (through intense lobbying, conditioning and policy implementation) in the minds of many Australians, has been reproduced in the media, supported by many academics, researchers, interest groups, advisers and consultants, and policy makers, and is reflected in relevant social policies" (Sarantakos, 1999, p.232).

Já para Kubai (2012) a violência contra os homens é um produto de uma multiplicidade de fatores complexos e multifacetados que operam em diferentes níveis. Aliás, o problema na condução de estudos que procuram descrever a violência em termos de género é a quantidade de silêncio, medo e vergonha (cfr Malveiro, 2018, p. 1552).

Uma das formas de abordar o problema da violência doméstica é conscientizar o público. No entanto, uma das dificuldades reconhecidas pelos homens vítimas é que a consciência pública e as perceções profissionais são influenciadas pelo consenso que existe sobre a questão. Há quem defenda a necessidade de um paradigma de violência doméstica maior e mais inclusivo (Mckeown & Kidd, 2002). Contudo, este não deve incitar à competição entre as vítimas minimizando as experiências de uns em detrimento de outros. Não deve, então, servir de desculpa aos governos para reduzir custos e serviços às mulheres vítimas, isto é, admitir que existe um problema social em que o homem também deve ser uma vítima reconhecida não deve retirar importância ao sofrimento das mulheres vítimas (Malveiro, 2018).

"The broader and more inclusive paradigm of domestic violence which is suggested by the findings of this report in no way diminish what we already know about the suffering caused to women at the

hands of men; nor should it be used in any way as an excuse to reduce services for women victims of domestic violence (...) it would be reasonable to proceed on the assumption that domestic violence against men is a significant problema” (Mckeown & Kidd, 2002, p.15).

Face ao exposto, somos a considerar uma elevada plasticidade no uso do termo de violência doméstica, em linha com a argumentação de Fontes (2018)

“Ao falarmos de violência encontramos-nos perante um significante polissémico, elástico, ambivalente e que aparece inscrito em diferentes articulações. Não existe uma referência objectiva do termo violência, mas vários usos do significante. Podemos também suspeitar que a designação da violência constitui ela própria também um exemplo de violência simbólica, como nos elucidava Pierre Bourdieu (2001, pp. 87-99), ao assumir um papel central no controlo discursivo da construção da realidade social, mediante a capacidade que tem a enunciação na constituição dos dados, ao fazer ver e crer, assim como para legitimar a representação e investimento simbólico dos grupos e das instituições. Apesar da grande dispersão do significante da violência se encontrar regulado, ela só encontra sentido quando a designação da violência nos permite excluir algo como violento. (...) Neste sentido, o conceito de violência assume vários usos, sendo um deles, para além da sua força moral que permite reprovar algumas práticas e atos, a sua eficácia política na identificação e legitimação de significados partilhados, assim como na nomeação e imposição de significados” (Fontes, 2018, p.7-8).

Acrescente ainda o autor que

“Ao olharmos para a violência contemporânea, esta parece ter atingido tal nível de instrumentalização que ultrapassa qualquer

justificação em termos de meios e fins, resultando mediatizada até ao ponto de coincidir com a sua autorrepresentação mediática. Como refere González de Reque-na Farré (2013, p. 87), a violência não encontra guião algum ou narrativa coerente onde cobrar sentido, quer se trate de relatos de pacificação, de mitos sobre o ciclo originário da violência, de narrações messiânicas de uma violência redentora, de relatos trágicos de decadência e de retorno à violência, entre outros. Assim, a violência transforma-se em algo mais que um significado flutuante que encontra o seu sentido através de identificações polémicas, torna-se icónica, Torna-se uma imagem mediática e funde-se com a sua própria superfície de inscrição e com a sua encenação” (Fontes, 2018, p.10-11).

Relembremos o balanço que Dias (2004) faz no seu estudo há quase duas décadas, mas que continua atual aos dias de hoje:

“Como balanço final, gostaríamos de lembrar os benefícios, para o nosso estudo, da atenção que prestámos ao discurso dos homens sobre a violência que perpetram, ou da qual, embora menos frequentemente, também são vítimas. O trabalho de terreno revelou-nos que eles não só falam das duas experiências de violência (parental, no namoro e conjugal) como, através das histórias de vida, as organizam segundo relações (afetivas e familiares) inteligíveis. Revelou-nos, também, que se trata de uma população à espera de ser sociologicamente escutada (...) Importa, pois, que a sociologia da família dê, definitivamente, voz a estes protagonistas – sob pena de continuar a excluir, do processo de produção de conhecimento sobre a violência, as experiências sociais da subjetividade masculina. Assim sendo, novas vias de pesquisa se abrem. E também uma masculinidade (supostamente) hegemónica que progressivamente pode ser desconstruída.” (Dias, 2004, p.404)

*Revisão sistemática de literatura*¹

Numa primeira abordagem do estudo para delimitação e perceção dos conceitos teóricos em torno da temática da violência doméstica contra o homem e da sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social foi efetuada uma revisão sistemática de literatura nacional desde 2010 até dezembro de 2017 por fim a ser possível mapear as publicações existentes, independentemente da área de estudo, aumentando o conhecimento científico sobre o tema (Malveiro, 2017, p. 158).

Para esta primeira parte realizou-se a pesquisa por artigos e teses constantes das bases de dados *b-on* e no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, excluindo, nesta fase, o Google académico - devido à dispersão do assunto - e o *scielo* pela duplicação de conteúdos. Foram também excluídas bases de dado de acesso restrito. Para a primeira busca, cujo título utilizado foi "homem vítima violência" o resultado foi de 724 estudos. Contudo, ao limitar o resultado pelo idioma - português - pelo ano (entre 2010 e 2017) e especificamente ao homem enquanto vítima, foram selecionados um total final de 8 artigos/teses de acesso aberto. Daqui resultou, por conseguinte, a publicação de um artigo numa revista científica nacional, que será, no entanto, aprofundada (Malveiro, 2017, p. 159).

Em termos de resultados a classificação proposta foi de: título, autor, ano, palavras-chave, objetivos, metodologia, e principais resultados (Quadro 1).

¹ Versão melhorada do conteúdo apresentado no artigo que publiquei aquando do desenvolvimento da presente investigação e com a seguinte referência: Malveiro, A. (2017). Violência Doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência. Uma breve revisão da literatura. *Desenvolvimento e Sociedade. Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*, 3, p. 157-170. Disponível em http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/article/view/227

Quadro 1. **Resumo 1 de obras**

Título Autor/Ano	Palavras-chave	Objetivos	Principais Resultados	Metodologia
Violência doméstica contra o homem: de agressor a agredido. Dotoli, F., & Leão, A. (2016).		Apreender o significado de gênero. Problematicar a existência das denúncias por parte dos homens. Dar resposta às solicitações na área da saúde para apoio às vítimas masculinas. Incentivar ao repensar do plano legal.	Apesar das denúncias, o silêncio ainda é uma forma de defesa do agredido. Nesse sentido, a quando chamados para entrevista, as vítimas disseram que apenas falaram para expor a situação, por temor, contudo “o evento não necessitava ser explicitadas e intervindas em qualquer tipo de ação para promoção de saúde”. Há relutância em assumir a própria denúncia.	Pesquisa Qualitativa. Estudo Documental (Ficha de Notificação de Violência Interpessoal/ Auto provocada do Ministério da Saúde do Brasil)
A Opacidade da Violência Doméstica no Masculino. Silva, J. (2012).	Violência doméstica; Homem; Gênero; Masculinidades	Perceber como é que os homens se veem na sociedade quando enfrentam uma experiência de vitimação. Caracterizar socio-demograficamente os entrevistados, aferir sobre a vida pessoal destes e caracterizar o fenômeno do ponto de vista da vítima e sobre as hipóteses de reconstrução de identidade antes e após a denuncia.	A não representatividade da realidade da violência doméstica contra o homem pode justificar-se: pela representação das próprias vítimas de si como tal; por não serem considerados em recolhas de dados por estarem em minoria; porque normalmente as pesquisas neste sentido indicam que os homens têm mais recursos para sair das relações íntimas violentas antes mesmo de ocorrer um abuso violento considerado grave. Mais ainda, a opacidade da violência doméstica contra o homem resulta do fato de que o grande leque do quadro conceptual e legislativo em relação à violência lhe confere o papel de agressor e, também, desigualdade ao nível das medidas de apoio e defesa à vítima, desde a atenção dos Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, à existência de casas abrigo e mesmo de instrumentos que preparem os profissionais para a intervenção com vítimas do sexo masculino.	Metodologia Qualitativa. Estudo exploratório. Estudo empírico (instrumento/entrevistas não aplicado)
A violência entre parceiros íntimos sob a perspectiva de homens vítimas de suas parceiras no Brasil Cezario, F.; Carvalho, L; Carmo Lopes, N. d., & Lourenço, L. (2015).	Violência Entre Parceiros Íntimos, Violência Contra o Homem, Violência Psicológica, Violência Doméstica	Fazer um levantamento das informações acerca da violência contra o homem no município de Juiz de Fora (Brasil); perceber se existem homens vítimas na localidade e que tipo de violência sofrem. E quais as dificuldades por parte dos homens em não se reconhecerem como vítimas.	A violência psicológica como a agressão mais sofrida entre os entrevistados seguidos da violência física. Os problemas afetivos, as motivações abrangentes e os problemas socioeconómicos são os principais motivadores. Apenas 38.46% dos homens vítimas declararam ter procurado ajuda e 62.50% alegaram ainda ter contato com a agressora. Percebeu-se que existe violência perpetrada pelas companheiras, mas que há dificuldade em falar sobre a mesma.	Estudo Exploratório. Pesquisa Qualitativa. Entrevistas semiestruturadas; Questionário Sociodemográfico ; Estatística descritiva e Análise de Conteúdo de Bardin

Título Autor/Ano	Palavras-chave	Objetivos	Principais Resultados	Metodologia
Violência conjugal contra o homem: uma análise bibliométrica. Cezario, A. & Lourenço, L. (2013).	Violência doméstica; violência conjugal; Relações familiares; conflito conjugal	Perceber como na literatura atual é tida a violência conjugal e se, nessa mesma literatura, é proposta algum tipo de intervenção. Através da análise dos artigos, perceber como os autores encaram este novo alvo da violência conjugal, o homem.	Os autores dos artigos analisados estão focados na identificação deste novo problema, datando-o de 2000 a 2010, deixando ainda de parte a questão da intervenção (dos 64 apenas 16 apresentam propostas de intervenção) e do bem-estar. Destaca-se a existência das comorbidades em alguns estudos (23) e a sugestão prevenção passa pela atuação sobre as mesmas.	Revisão bibliométrica de 64 artigos sobre a violência conjugal. Pesquisa Quantitativa.
Violência doméstica contra homens: percepções das forças de segurança. Lopes, F. (2016).	Violência doméstica, homens, vítimas, percepções, forças de segurança.	Compreender as percepções das forças de segurança relativamente à violência doméstica contra os homens, exercida em relações heterossexuais	Num estudo realizado no Instituto de Medicina Legal (n=535), 11,5 % dos casos avaliados correspondiam a vítimas do sexo masculino, cuja perpetradora era mulher e, havendo um historial de violência física e psicológica na maioria dos casos (81,6%). Em 2015 (APAV) foram recebidos 388 pedidos de ajuda de homens vítimas de VD, em relações heterossexuais, maioritariamente casados (50,2%), com ensino superior (48,7%), empregados (54,2%) mantendo, atualmente, uma relação conjugal com a perpetradora (50,8%:APAV, 2016). Os homens vítimas não admitem sua condição e não procuram ajuda profissional, devido a obstáculos sociais e à falta de apoio. O investimento nacional em ações de formação e sensibilização concebidos às FS revelam que as Forças de segurança estão informadas sobre a temática. Nomeadamente, nos participantes mais novos e mais instruídos. No entanto, essa formação não é nada a nível institucional e esse facto foi percecionado como uma lacuna para uma intervenção correta.	Metodologia quantitativa (estatística descritiva e estatística inferencial) – Inventário <i>online</i> junto de 1653 profissionais da Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.
Alienação Parental e família. Brito, C. (2015)	Família; guarda; alienação parental;	Apresentar reflexões sobre alienação parental. Fazer um levantamento do ordenamento jurídico no Brasil sobre a prevenção do fenómeno. Perceber a abordagem do mesmo em Portugal.	Nem sempre a ocorrência de alienação parental é evidente e, em última análise, deve-se sempre atender ao supremo interesse da criança. Historicamente, os filhos ficavam sob a guarda materna devido ao despreparo dos homens na função. O fenómeno da alienação parental existe há bastante tempo, mas não tinha regulamentação específica.	Estudo comparativo.

Título Autor/Ano	Palavras-chave	Objetivos	Principais Resultados	Metodologia
Homens vítimas de violência doméstica: estudo exploratório. Valério, A. (2010).	Violência doméstica; mulheres abusadoras; homens vítimas.	Conhecer e caracterizar o homem vítima de violência doméstica, através do conhecimento teórico e clínico.	A vitimação masculina existe e tem consequências físicas e mentais pois os mesmos experienciam maus tratos físicos e psicológicos. Contudo, existe medo e vergonha em denunciar quer a familiares quer às autoridades. Estudos recentes mostram que o paradigma de género não reflete a realidade atual e que dadas as redefinições do papel social da mulher, já não se pode atribuir exclusividade da perpetração ao homem. Um dos fatos recolhidos do processo é o medo dos homens em perderem a responsabilidade parental dos filhos.	Estudo exploratório. Metodologia qualitativa. Análise de conteúdos de 41 processos (APAV 2008).
A complexidade da violência doméstica: contributos para a justificação da intervenção social em rede. Ferreira, C. (2012).	Género; poder; violência doméstica.	Dar visibilidade à complexidade do fenómeno de acordo com as configurações construídas pelos profissionais em torno da intervenção e sublinhar a importância de uma metodologia de intervenção integrada e partilhada, eficaz na resolução das situações das vítimas.	O género é uma construção social da realidade que implica uma imersão nos conceitos de dominação e poder, logo, a problemática da violência doméstica está intimamente ligada com a desigualdade de género. A Vd é um fenómeno social de longa data, mas só desde 2000 é considerado crime público e embora tenha ganho relevo com os planos nacionais contra a violência doméstica, a violência exercida contra os homens parece passar para o segundo plano. Existem, ainda, uma contradição na sociedade uma vez que reconhecem o homem como vítima, mas não tem uma resposta institucional à data (ex.: casa abrigo) como as mulheres. Os homens têm dificuldades em assumir-se como vítimas dado o primado da masculinidade. A intervenção clássica é pouco flexível. A intervenção em rede centra-se na inclusão, participação dos utentes, proximidade dos atores sociais e tem um impacto fundamental na conceção de políticas sociais. A complexidade das problemáticas e a sua crescente visibilidade levam à reformulação da forma de intervenção. Mas, na intervenção, os utentes devem ser ativos na resolução dos seus problemas, contudo, neste caso específico, são muitas vezes resistentes à mudança. Além do mais, os próprios profissionais carecem ainda de muita formação para estes problemas complexos.	Estudo empírico Estudo 1 – metodologia quantitativa e análise estatística. Estudo 2 – metodologia qualitativa, entrevistas semiestruturadas a 4 participantes.

Fonte: elaboração própria (cfr Malveiro, 2017, p. 166-170).

Neste sentido, gostaria de salientar os principais resultados obtidos na revisão sistemática e, de seguida, o conteúdo abordado nos referenciais teóricos (Malveiro, 2017, p. 159).

No caso das metodologias utilizadas, uma vez que estamos no âmbito das ciências sociais, confirma-se que, na temática da violência doméstica a abordagem qualitativa seja maioritariamente mais utilizada para atingir os objetivos que cada estudo se propôs (Malveiro, 2017, p. 159). Em relação às palavras-chaves indiciam e, em parte, justificam, os conceitos teóricos que regem esta investigação. Na VD esse mesmo pressuposto está latente em todos os estudos. Embora como alguns autores afirmam, "a violência por si só é geradora de paradoxos, em que as fronteiras concetuais do fenómeno são tão ténues que podem suscitar diferentes significados" (Gil, 2012, p. 8), nos resultados que apresentámos, os próprios, no caso da violência doméstica conjugal contra o homem, estes parece orientar-se para tipos de violência específicos (violência psicológica, alienação parental) bem como onde e por quem é exercida (violência de género, conflito conjugal, parceiros íntimos).

Em relação ao conteúdo, estes estudos vêm confirmar a ideia de que a violência doméstica é um fenómeno que não se pode generalizar uma vez que existem realidades ainda pouco visíveis, nomeadamente, a da violência contra o homem no espaço doméstico. Ferreira (2012, p.v) justifica dizendo que “a ocultação desses fenómenos prevê em não se aceitar o homem como vítima, sendo que o mesmo está historicamente marcado pelo papel dominante”.

Contudo, certo é que, na atualidade, essa já não vai sendo a nossa realidade – nem mesmo portuguesa – e já vem reconhecendo o homem não exclusivamente como agressor, logo, “não podemos categorizar este crime como sendo predominantemente masculino pois a realidade complexa da V.D. revela-nos que este crime também é cometido por mulheres” (Ferreira, 2012, p.41)

No entanto, a mesma autora dá a entender a existência de uma contradição na sociedade pois, e embora legalmente e socialmente se reconheçam estas vítimas, à data do seu estudo, estas não tinham uma resposta institucional de intervenção como as vítimas femininas – e todas as mais valias que a intervenção pode ter nestas

situações – e nem a justificação de “os recursos em Portugal são escassos e, portanto, o que nós vimos a constatar é que o fenómeno é mais complexo do que aquilo que as pessoas imaginaram e que as respostas sociais que existem não são suficientes.” (Ferreira, 2012, p.90) Então, dada a cita complexidade e as exigências que uma intervenção nestas situações carece “os profissionais que trabalham junto das vítimas devem conhecer um conjunto de informações imprescindíveis a uma intervenção social adequada (...) e as intervenções profissionais devem ser inter e multidisciplinares” (Ferreira, 2012, p.106). Infelizmente, como a própria refere ao longo do seu texto, os recursos que existem em Portugal são escassos e não respondem às necessidades, sendo difícil, no caso particular das vítimas masculinas, encontrar respostas imediatas:

“a falta de respostas traduz-se pela falta de recursos financeiros disponibilizados pelo Estado (...) há uma necessidade presente em trabalhar em rede, da criação de protocolos de cooperação entre as entidades para superar as dificuldades da praxis” (Ferreira, 2012, p.101).

Também Dotoli & Leão (2016) falam desta necessidade, no âmbito da violência doméstica geral de “reciclar os profissionais que deverá passar pelo crivo da educação permanente pois os quadros funcionais e problemas alteram as intervenções” (Dotoli & Leão, 2016, p.1643). O que muitas vezes acontece, por exemplo aquando o homem tenta denunciar “apesar das denúncias que deflagram as mulheres na inversão de papel de vítima para a agressora, esta conduta coloca a masculinidade em ênfase como frágil e afeminada” (Dotoli & Leão, 2016, p. 1649). Para os autores, trata-se de legitimar direitos e, mais ainda, de desconstruir o conceito de identidade e género, no âmbito da violência doméstica. A verdade é que

“a agressão de qualquer natureza envolvendo diferentes géneros é algo a refletir, sobretudo pensando em propor metodologias de intervenção para controle desta prática ou (quicá) saná-las, visto que tais comportamentos é uma produção recursiva de atos ilícitos que

fatalmente induzem à destruição do outro e das relações” (Dotoli & Leão, 2016, p.1654).

Posto isto, concluem a emergência de produzir políticas públicas que signifiquem equidade de direitos no âmbito da V.D. e de repensar o quadro legal.

Lopes (2016) volta a lembrar-nos que a violência pode ser bi-direcional e, por isso, “a investigação não se deve focar apenas em quem perpetra mais, nem em quem é mais vítima” (Hines & Douglas, 2009, citado por Lopes, 2016, p.7) uma vez que, contrariamente ao que se espera, já existem dados, como da organização Parity, que revelaram que cerca de 40% das vítimas de violência doméstica na Europa eram masculinas. O que acontece, para a possível justificação do desconhecimento dos números, aliado ao baixo número de denúncias efetivas, é que

“a procura de ajuda parece ser influenciada pela perceção da sociedade sobre as diferenças de género (...) que enaltecem a capacidade física e económica para resolver os seus próprios problemas (...) por via disso, muitos dos homens vítimas não admitam a sua condição e não procurem ajuda profissional” (Lopes, 2016, p.9).

Este estudo foca, também um dado relevante que resulta na lacuna da intervenção das forças de segurança, seja por falta de formação, seja por estereótipos de quem intervém muitas vezes em primeiro lugar, o que leva a “vitimização secundária dos homens, reforçando a não procura de apoio [, logo,] a necessidade de um treino mais específico na área da VD, sendo pertinente desenvolver programas dirigidos a profissionais” (Lopes, 2016, p.29).

Cezario et al. (2015) voltam a reforçar a ideia da necessidade de se estudar a violência doméstica entre o casal de uma perspectiva bidirecional e inter-relacional. Neste sentido, desenvolveu um estudo exploratório onde teve como um dos objetivos do seu estudo mostrar a perceção dos homens entrevistados sobre o que é a violência doméstica no casal, e quais as suas possíveis motivações. Na sua grande

maioria, a violência foi categorizada como física ou psicológica, mas também moral, sexual, financeira e patrimonial. Porém, curiosamente, apesar de terem sido vítimas de algum desses tipos de violência, nem todos os homens que fizeram parte do estudo se reconheciam como vítimas.

Noutro estudo, de Cezário & Lourenço (2013), é identificada uma questão interessante da violência, isto é:

“a violência irá afetar a saúde individual e coletiva de forma a exigir um olhar maior da sociedade. Isto porque a violência se tornou um problema de saúde pública e hoje exige a participação de diversos setores como o da saúde, o jurídico e o de segurança pública” (Cezário & Lourenço, 2013, p.145).

Nesse sentido, os autores centram a questão da violência não só na intrafamiliar, mas, em particular, na violência conjugal, admitindo que ambos os membros do casal podem ser vítimas e agressoras, afetando o bem-estar do outro. Daqui, resulta então, o paralelismo entre “violência conjugal, violência por parceiros íntimos e violência entre casais – têm como objetivo apresentar a violência entre pares como um resultado entre parceiros íntimos” (Cezario & Lourenço, 2013, p.146)

Posto isto e, em parte, tal como o nosso estudo, um dos objetivos destes é que o homem possa ser tido nos estudos de violência como uma possível vítima, sendo que, como em alguns países, a criação de um abrigo para homens vítimas podia contribuir para a mudança de foco.

Já Valério tenta no seu estudo conhecer e caracterizar o homem vítima de violência doméstica pelo conhecimento teórico do conceito e através da análise de processos clínicos. Como já foi identificado por outros autores, também aqui o medo e a vergonha surgem como motivo para esta vítima não procurar ajuda, bem como o facto de temer “represálias por parte da sua agressora (...) medo de sofrer ataques físicos, de ser desacreditado” (Valério, 2010, p.14) Por outro lado, justifica o desenvolvimento do fenómeno da violência conjugal como resultado “da história

de vida, depressão, características da personalidade, consumo excessivo de álcool ou drogas, dificuldades económicas” (Valério, 2010, p.14).

Silva (2012) relembra-nos que a violência doméstica é transversal a todas as famílias, de todos os estratos sociais, como tal,

“os profissionais de diversas áreas devem assumir um papel preponderante na intervenção com vítimas de violência doméstica e mesmo com a prevenção da mesma, já que esta revela consequências físicas, psicológicas, económicas e também sociais” (Silva, 2012, p.13).

E a autora que seguimos, remata ainda com a afirmação de que:

“os homens são claramente vítimas de violência doméstica, vivendo relações íntimas violentas, silenciadas pelo medo e preconceito de serem humilhados e descredibilizados, não sendo social e culturalmente considerados homens, de acordo com as características que definem a masculinidade hegemónica. Para além disso, este silêncio conjuga-se também com fatores como as más experiências no contato com instituições de apoio à vítima” (Silva, 2012, p.42).

Em síntese, sobre as conclusões dos estudos apresentados podemos extrair algumas ilações tais como, de que o homem é uma vítima silenciosa, isto é, nos textos de Dotoli & Leão (2016), Silva (2012), Cezário et al (2015), Lopes (2016) e Valério (2009) as vítimas masculinas são relutantes em fazer uma denúncia formal, ora por não se reconhecerem enquanto tal, ora por medo e desconhecimento que determinados tipos de violência que lhes são infligidos possam ser tidos como violência doméstica - como nos é dito nos estudos de Brito (2015), Valério (2009) e Cezario et al (2015) – ou ainda pela falta de enquadramento deste tipo de crime no quadro normativo português e da escassez de respostas sociais direcionadas a estas vítimas – Silva (2012), Lopes (2016) e Ferreira (2012). Outra conclusão que

podemos retirar é que existe ainda muita falta de formação ao nível dos profissionais que recebem a queixa (Lopes, 2016) bem como dos que posteriormente intervêm e trabalham com os denunciante (Silva, 2012) (cfr Malveiro, 2017, p. 159).

Estamos, de facto, e resumidamente perante os grandes obstáculos do reconhecimento da violência doméstica contra o homem: desconhecimento social, desinteresse da sociedade, do poder e da academia, fraca ou inexistentes respostas, incapacidade profissional de lidar com a questão e medo.

1.1.3. Violência doméstica e investigação

Uma questão importante e para a qual o nosso estudo pretende contribuir e incentivar à sua continuidade prende-se com a investigação académica.

A verdade é que, pelos resultados das pesquisas que apresentámos, o abuso contra os homens permanece sub-investigado e sub-teorizado, independentemente dos números e das notícias se começarem a afirmar. Por exemplo, na Suécia, estima-se que em 2007 3,8% da população masculina foi vítima de violência física (Swahnberg, et al, 2012). A alta prevalência de experiências abusivas contra o homem enfatiza a necessidade de uma melhor compreensão das experiências dos homens como vítimas. A falta de conhecimento do fenómeno está ligada às construções sociais dominantes de masculinidade e feminilidade, sendo, também, necessário entender como o abuso influencia a vida dos homens, intensificando assim esforços para a prevenção primária (cfr Malveiro, 2018, p. 1554).

A pesquisa pelo assunto começou com os movimentos feministas dos anos de 1970 e 1980 e cuja visão dominante da violência conjugal é de que é algo que afeta as mulheres em larga escala devido ao desejo patriarcal masculino em controlar. Daqui decorre, igualmente, que a violência doméstica é, como foi já dito, de género e que o poder estrutural masculino no domínio público é reproduzido no domínio privado. Contudo, em paralelo, segundo Swahnberg et al (2012) ainda nos anos 80, outros investigadores (como Strauss, 1980; Henton et al, 1993; Kalnuss, 1984; Gelles & Strauss, 1988; Brinkerhoff et al, 1988; Sugarman & Hotaling, 1988) relataram que

existia um grande nível de reciprocidade na violência doméstica que não podia ser ignorada:

"The high prevalence of abusive experiences among men emphasise the need for a better understanding of men's experiences as victims of abuse. The relative lack of such knowledge is probably linked with dominant constructions of masculinity and femininity which tend to view abuse against women as self-evident but misrecognize men as victims within somewhat similar processes" (Swahnberg et al , 2012, p.21).

Apesar das evidências, os primeiros – feministas – continuaram a afirmar que se tal eventualmente acontecia era exclusivamente em legítima defesa. Mais uma vez, o paradigma da autodefesa foi contestado por outros - Morse, 1995; Headey, Scott & de Vaus, 1999; Fergusson, Horwood & Ridder, 2005; Whitaker et al, 2007 citado por Swahnberg et al, 2012 – que alegam que a violência nos relacionamentos é tão ou mais provável começar com a mulher. Este último, num estudo longitudinal, descobriu que quase 50% da violência era recíproca e apenas 24% era unilateral e, daqui, 70% eram as mulheres as perpetradoras. Infelizmente, assiste-se muitas das vezes ao uma conveniência de discurso e, essa falta de rigor na pesquisa, afeta as práticas e o modo como é realizada a prevenção primária e, assim, todos vítimas e perpetradores ficam a perder (cfr Malveiro, 2018, p. 1554).

Em todos os estudos analisados se justifica a necessidade de mais pesquisa sobre a vitimização masculina a fim de compreender melhor as experiências masculinas e, conseqüentemente, com o objetivo final de melhorar os serviços e o atendimento às vítimas. Ou seja, uma das situações comuns a todos é a expressão da carência de pesquisa para melhorar a consciência da sociedade em reconhecer que há homens vítimas de violência e que as ajudas que lhes são prestadas são escassas, se não mesmo inexistentes, e ineficientes (cfr Malveiro, 2018, p. 1554).

O que muitos académicos feministas argumentam é que a violência contra as mulheres resulta em conseqüências físicas mais severas, daí que o seu interesse em

as estudar seja maior. No entanto, as taxas igualmente significativas de agressão da mulher para o homem e as suas consequências merecem, largamente, mais atenção. Concentrar-se exclusivamente no abuso masculino ou feminino ignora as complexidades dinâmicas da violência íntima. Um entendimento completo da violência do parceiro só pode ser percebido quando é visto como um problema humano e, quanto muito depois, com a aclamada questão de género (Lupri, 2004).

"It is important to realize that couple abuse by either partner is harmful and demeaning not only to the individuals involved. It affects the whole family, particularly children, for whom a harmful cycle of violence may be established (...) couple violence is as much an ideological issue as it is a scientific one" (Lupri, 2004, p.4).

Mais ainda para Omar (2011) referindo-se ao estudo de Mcneely, et al (2001), a visão popular e académica da violência doméstica, contribui para a indefesa legal e social dos homens, mas, também, ao considerar apenas um perpetrador, torna-se um entrave à criação de políticas sociais que resolvam o problema (cfr Malveiro, 2018, p. 1554).

Quer-se com isto dizer que, efetivamente, a maioria da pesquisa na literatura de ciências sociais e até nas ciências médicas sobre o impacto da violência por parceiro íntimo e sobre o fenómeno em si é, erradamente, limitado a amostras de mulheres vítimas (cfr Malveiro, 2018, p. 1554). Ou seja, homem abusado e a mulher abusadora tornaram-se marginalizados não apenas na pesquisa académica e no desenvolvimento de intervenções, mas também nas políticas e na prestação de serviços (Josolyne, 2011):

"Some researchers using alternative methodologies have continued to report that a significant proportion of self-identified victims of partner abuse are male (see Archer, 2000 for a review). However, these researchers have until recently remained a minority and marginalised voice in academia, heavily criticised by some (e.g. DeKeseredy and Schwartz, 2003) for reporting significant levels

female violence and abuse. Thus, it is argued that there has been an ‘exclusionary’ aspect to the feminist-inspired research in relation to the presence of a ‘male victim’ and a ‘feminisation’ of the phenomenon of victim” (Joysolyne, 2011, p.9).

Apesar das mudanças legislativas, as práticas institucionais continuam a ser influenciadas pelos discursos de género e dos estereótipos sociais que os sustentam, bem como os homens continuam sob o manto da masculinidade hegemónica e do estigma social

Os estudos de violência doméstica para serem viáveis devem incluir quer mulheres quer homens e as suas experiências de violência doméstica, seja como vítimas, perpetradores ou ambos e devem ser baseados em amostras representativas da população de amostragem aleatória (Mckeown & Kidd, 2002):

"Public awareness campaigns which focus only on women as victims may exacerbate the problems of male victims because it effectively denies the reality of their experience and contributes to the mutually reinforcing process that men do not present for services while services, in turn, do not develop to respond to men’s needs. One group of commentators has described this situation as the unintended negative consequences to wellintended social policies” (Mckeown & Kidd, 2002, p.86)

Há, também, muito pouca literatura sobre o tópico dos serviços para os homens uma vez que esses serviços são raros mesmo em países onde existe estatística relevante. Porém, estes serviços só podem ser desenvolvidos se houver consciência pública muito maior entre a população em geral, assim como entre os prestadores profissionais de serviços, de que isto é uma realidade.

Fazer campanhas e relatórios exclusivos sobre as mulheres, como os da UNICEF, é negar a realidade e traz consequências negativas não intencionais às políticas sociais (Mckeown & Kidd, 2002). Como tal, uma abordagem mais inclusiva da

violência doméstica não deve criar competição entre as vítimas, minimizando experiências, mas deve ser a base para uma abordagem mais abrangente tanto para a prevenção como para o desenvolvimento de serviços para vítimas e perpetradores (cfr Malveiro, 2018, p. 1557).

Em Portugal, e conforme nos foi possível verificar anteriormente, os estudos sobre violência doméstica contra o homem não só são num reduzido número como se concentram quase na sua grande maioria em três áreas: Psicologia, Sociologia e Serviço Social. É o caso, por exemplo, dos estudos de Andreia Machado e Marlene Matos sobre as vítimas de quem não se fala, e de Ana Valério ou Ana Gomes, que caracterizam as vítimas masculinas e as perceções dos homens sobre este tipo de violência, ou de Isabel Dias sobre a violência na família, e de António Fernandes sobre o direito dos homens, ou de alguns estudos da Universidade do Porto, em Serviço Social e Criminologia, caracterizando também as agressoras. Já os estudos internacionais superam em larga escala o número dos mesmos uma vez que a experiência e a existência deste tipo de casas e de instituições estão largamente difundidas pelo Mundo, como no Reino Unido ou Canadá, entre outros e, por isso, não só os estudos incidem sobre a caracterização das vítimas e o problema social da violência doméstica contra os homens mas, também, ao contrário de Portugal, há já uma preocupação em estudar as respostas em si, como é o caso dos estudos de Coralie Wright, Caroletta Shuler, Mckeown e Kidd, Katie Lambert, entre outros.

Em suma, o problema da violência doméstica não é homogéneo nem exclusivo de uma ordem social patriarcal, ele também existe em famílias democráticas e matriarcais. Para muitos, aceitar que há homens vítimas pode prejudicar a imagem pública dos movimentos feministas e, pior, colocaria em risco o financiamento na vitimização feminina, levando a resultados políticos que prejudicariam as mulheres, afastando-se do foco da “mulher” e concentrando-se nas pessoas (Sarantakos, 1999). Da mesma forma que aumentar os estudos sobre vítimas masculinas poderia, eventualmente, tirar o foco ao género e centrar-se nas relações humanas e de poder. Então, não é importante o número de homens maltratados, é importante reconhecer que eles existem e merecem ser mais do que simples notas de rodapé, sendo urgente respostas sociais e serviços adequados a este novo flagelo, mas também mais conhecimento social e sociológico para descodificar melhor as malhas que tecem

esta realidade que teima persistir quase oculto ou assume-se como um tabu que ninguém quer discutir.

1.1.4. A implantação de políticas públicas na área da violência doméstica contra o homem.

As políticas públicas, enquanto área de conhecimento e disciplina académica nascem nos Estados Unidos sob a tutela da Ciência Política, estudando em particular a ação dos governos, enquanto que na Europa surgem depois baseadas em teorias sobre o papel do Estado (Malveiro, 2017, p. 162). De acordo com Celine Souza (2006) as políticas públicas são dotadas de

“uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses [, mais ainda] a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia” (Souza, 2006, p.25 cfr Malveiro, 2017, p. 162).

Há, ainda, o reconhecimento de que outros atores que não os governos se envolvem na produção de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais. Resumindo, parafraseando Campos, et al (2015), as políticas públicas materializam-se nas ações dos governos que, por sua vez, decorrem de uma conjugação de fatores relacionados às interpelações das classes sociais e dos grupos de pressão.

Da relação entre políticas públicas e violência doméstica surge a resposta do laboratório social e, neste caso concreto, de casa-abrigo. Sobre este último a Lei define a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica que abrange as respostas de acolhimento de emergência que apontam para o acolhimento urgente

de vítimas com filhos/as menores, ou não, pelo tempo necessário à avaliação da sua situação, assegurando a proteção quer da sua integridade física quer psicológica. Porém se na maioria das situações existe uma hierarquização dos géneros, tendo os homens lugar favorecido em relação às mulheres, nos casos de violência doméstica/conjugal ocorre o oposto, seja pela existência de estereótipos de género seja pela falta ou distorção de informação sobre esta problemática ao ser transmitida à opinião pública. Dito isto, é, infelizmente, natural que apenas em 2016 se tenha percecionado a necessidade das vítimas de violência doméstica masculinas terem acesso aos mesmos serviços do que as femininas, no sentido de encontrar soluções que apoiem também os homens vítimas de violência doméstica, e se tenha criado um projeto (laboratório social) entre o Estado e uma IPSS, através de uma carta de compromisso, com 10 vagas para a resposta de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica do sexo masculino e filhos/as menores e/ou maiores com deficiência na sua dependência na unidade residencial “Proteção para Todos” (Malveiro, 2017, p. 163).

Nas palavras de Mota de Carvalho, as políticas públicas têm como principal objetivo facilitar a coexistência entre os interesses do indivíduo e dos grupos, e são estratégias e políticas do Estado para construir uma sociedade equitativa e coesa. As políticas sociais são compostas por “duas partes que se complementam: uma de tipo valorativo, filosófico, ético e moral que tende a definir os objetivos a alcançar; e outra de tipo empírico, prático, que mostra de que maneira se podem alcançar os objetivos estabelecidos” (Carvalho, 2007, p.75 cfr Malveiro, 2017, p. 163).

A violência doméstica contra o homem perpetrada por um parceiro íntimo é considerada rara e, como tal, é-lhe concedida um nível mínimo de importância.

Mesmo aceitado que os homens sejam minorias das vítimas de violência doméstica, a verdade é que, não há serviços nem alojamento de emergência, regra geral, para eles e para os seus filhos, não há programas para as parceiras abusadoras, nem profissionais com formação para lidar com esta questão (Woods, 2007).

No passado, a violência doméstica era tida como um problema pessoal e não social e, para a polícia, os distúrbios eram tidos como disputas familiares e não como

violência contra o indivíduo. Atualmente, é ponto assente que a violência doméstica é um problema social e um crime. O debate está entre aqueles que a percebem apenas para as mulheres ou também para os homens agredidos. O controlo social informal moldou o pensamento sobre quem abusa de quem na sociedade, como resultado, os homens são o género mais forte, conseqüentemente, não admitem ser vítimas e se denunciam o abuso são vistos como cobardes. Devido a esse constrangimento, as vítimas do sexo masculino não se aproximam dos serviços profissionais, seja ele de saúde, seja ele de lei (Shuler, 2010). Também para Shuler (2010) existem mulheres abusadoras que chegam a ameaçar as suas vítimas do sexo oposto dizendo que as denunciam à polícia como legítima defesa se estes as acusarem. Logo, tal desvirtua todas as estatísticas de violência doméstica conhecidas. Muitas vezes até a polícia, se não ignora as vítimas masculinas, chega a ameaçá-las com ordem de prisão ou prisão efetiva em vez de às mulheres agressoras. Para muitos, neste sentido, o sistema judicial criminal tem sido tolerante em relação às perpetradoras e, com as alterações no seio da família na atualidade, são, efetivamente, este segmento – de mulheres violentas – com mais rápido crescimento no sistema (cfr Malveiro, 2018).

De acordo com George (1994), no passado, na França Renascentista e na sociedade inglesa, humilhavam-se os maridos espancados só porque estavam fora do *ethos* patriarcal onde se exigia o domínio da esposa. No início dos anos 70 o segredo da violência doméstica contra as mulheres foi exposto e, finalmente, tido em consideração, porém, e infelizmente, passou a existir uma literatura volumosa que retrata a violência como um fenómeno social unilateral, com base numa ordem social patriarcal. A questão de que os maridos podem ser vítimas gerou controvérsia nos ciclos académicos e muitos preferem, como já foi dito, negligenciá-la. E embora, como também já foi referido, existam estudos onde se encontraram taxas de vitimização masculina, os dados nem sempre estão completos, como é o caso de Suzanne Steinmetz, nos EUA, que afirmou que uma em cada oito mulheres age violentamente durante o conflito conjugal, ou no estudo de Goldberg Tamianovich sobre pacientes atendidos num determinado serviço de emergência em que 38% dos homens eram vítimas, ou noutro, no Canadá, de Bland & Orn, em que, em contexto familiar, o número de homens e mulheres abusadoras era análogo. Ou seja, reduzir

ou rejeitar a vitimização masculina apenas com base no grau do prejuízo físico tem severas implicações para a compreensão correta do fenômeno (cfr Malveiro, 2018).

Os homens muitas das vezes também se recusam a reconhecer que são violentados pelas mulheres, provavelmente pela necessidade de negar interiormente a sua vulnerabilidade e pela obrigação de aceitar tal repreensão por, de alguma forma, terem falhado e serem merecedoras da mesma.

Na verdade, assumir que a violência doméstica sobre a mulher é um problema social e uma preocupação pública, mas sobre o homem não o é, torna quase impossível obter números realistas do espancamento dos maridos (George, 1994). Conseqüentemente, quer o mundo acadêmico quer os profissionais de saúde ou judiciais, acabam por ser insensíveis e hostis a este problema. Enquanto apenas a violência sobre a mulher for alvo de investimento público, porque é socialmente aceitável a sua existência e estudo, estereótipos sociais da autoridade patriarcal impedirão a aceitação da vitimização masculina.

Em relação a serviços para vítimas de violência doméstica do sexo masculino apesar de terem aumentado em número de camas, é o aconselhamento individual a forma mais popular de apoio devido à sua utilidade e disponibilidade. No entanto, é essencial que os profissionais que prestam esse serviço reconheçam o significado da resistência ao *status* da vítima na tentativa de encorajar mais homens a procurar ajuda (Younger, 2011). Até porque, muitas vezes, os homens percebem o aconselhamento como um último recurso uma vez que procurar ajuda representa uma fraqueza e um desafio à masculinidade. Logo, estas percepções restringem o seu envolvimento com as diversas formas de apoio. É, então, necessário que os especialistas considerem formas criativas de integrar a masculinidade no seu trabalho, estabelecendo com as vítimas uma relação que lhes reconheça uma identidade masculina aceitável tanto a nível pessoal como social. Uma abordagem profissional não julgadora é particularmente importante uma vez que os homens são autocríticos atendendo às suas próprias expectativas internas e sociais (cfr Malveiro, 2018).

Presentemente, embora haja, por parte de alguns, a vontade de aumentar a resposta às vítimas, as mesmas estão limitadas, principalmente em momentos de austeridade e cortes nos gastos públicos, à pressão das decisões de serem tomadas com a análise de custo-benefício e a probabilidade de obter financiamento adicional, até pela caridade, é reduzida (Wright, 2016). Quer com isto dizer que os serviços são muito poucos, mesmo em países onde há evidências estatísticas de um número considerável de vítimas. Mais ainda, quando há evidências de que os homens são relutantes em relatar a sua própria vitimização à polícia ou aos médicos porque muitas vezes já experimentaram situações negativas desses serviços (McKeown & Kidd, 2002). A falta de serviços para vítimas do sexo masculino ocorre em muitos países, para além dos EUA. Em Inglaterra e no País de Gales há 60 lugares de abrigo disponíveis para homens contra 7500 para mulheres. Em Portugal há apenas 10 camas disponíveis num projeto piloto. Na Austrália foram alocados 18 milhões de dólares para mulheres vítimas de violência doméstica, 2 milhões para homens perpetradores e zero para homens vítimas. Os homens enquanto vítimas estão, portanto, praticamente excluídos do financiamento das políticas públicas, dos serviços de ajuda, da conscientização e do reconhecimento social e, essa falta de apoio da sociedade e do governo às vítimas masculinas criam estereótipos e provocam discriminação, o que leva os homens a serem relutantes na busca de auxílio (cfr Malveiro, 2018).

Assim, aqueles que detém e dirigem esses serviços necessitam de ampliar as suas perspetivas sobre o abuso de parceiros e dar-lhes resposta, garantido que essa não é de acesso exclusivo a mulheres, mesmo que isso seja um desafio. Porque, para Perry (2014), excluir vítimas masculinas do recebimento desses serviços especiais semelhantes aos que as vítimas de sexo feminino recebem é insustentável e inconcebível.

1.1.5. Violência doméstica contra o homem no mundo

Para fazer uma abordagem mais precisa e comparativa, desta feita, à violência doméstica contra o homem em diversos países, foi realizada uma segunda pesquisa² com base em vinte e dois estudos sobre violência doméstica masculina, em todo o mundo, escolhidos aleatoriamente em um mecanismo de busca, cujo objetivo era compreender se, como em Portugal, esse tipo de vítima ainda é marginalizado pela sociedade, políticas, governo e academia. Também este resultou numa publicação de um artigo, desta feita, porém, numa revista internacional. Como palavras-chave foram utilizadas expressões como “homens vítimas de violência doméstica”, “violência por parceiro íntimo” e “homens abusados”. Preferência foi dada aos motores de busca *on-line*, scielo e porta de pesquisa, no entanto, devido ao número limitado de resultados em repositório aberto, um mecanismo de busca também foi feito no *Google*. Dos potencialmente elegíveis, os resumos foram lidos e os artigos em texto completo foram recuperados, se apropriado, resultando em 22 estudos elegíveis. Efetivamente, dos estudos em análise, não foram encontradas referências nem dados relativos a Portugal. Tal acontece, muito provavelmente, porque a resposta/projeto social não sendo pioneiro a nível mundial surge após as pesquisas internacionais apresentadas já terem sido realizadas. Os textos foram reunidos durante os meses de julho e agosto de 2018 (cfr Malveiro, 2018, p. 1556). No final os resultados são apresentados através de uma tabela de revisão sistemática e as principais ideias de cada um dos documentos estão descritas a seguir.

² Apresentamos aqui uma versão mais aprofundada do conteúdo de um artigo desenvolvido no período dos trabalhos conducentes à tese, com a seguinte referência: Malveiro, A. (2018). Domestic Violence against Man: Where are We Around the World? *The Social Sciences*, 13: 1552-1560. DOI: 10.3923/sscience.2018.1552.1560

Quadro 2 – Resumo 2 de obras

Autor/Ano/ Título	Palavras-chave	Objetivos	Metodologia	Principais Resultados
Atmore, C. (2001) Men as Victims of Domestic Violence some issues to consider	Violência Doméstica, perpetrador, vítima, sobrevivente	Dar uma definição de violência doméstica, particularmente contra os homens, e os tipos de estudo para compreendê-lo.	Pesquisa qualitativa (discussion paper)	Prefere o termo "violência familiar" ou "violência conjugal" ou "violência íntima nas famílias", considerando o género apenas como uma variável como muitas outras. A violência doméstica não é unilateral ou de um único sexo.
Dienye, P.& Gbeneol, P. (2009) Domestic Violence Against Men in Primary Care in Nigeria	Violência contra o homem, Port Harcourt	Avaliar a prevalência de violência doméstica contra homens, as características sociodemográficas das vítimas e o padrão de lesão sofrido em um cenário de cuidados primários	Estudo retrospectivo, por um período de 5 anos, em que todos os dados dos pacientes foram recuperados	Ao longo de um período de 5 anos (2000-2005), um total de 220.073 registos de pacientes foram vistos. Havia 70.400 (32%) homens e 149600 (68%) mulheres. Foram identificadas 48 vítimas de violência doméstica, das quais 5 (10,4%) eram do sexo masculino e a prevalência de violência doméstica na clínica foi de 0,022%. A prevalência de violência doméstica contra homens foi de 0,0023%. A idade dos utentes variou de 17 a 79 anos, com média de 45,86 ± 6,18 anos, sendo a maioria na faixa etária de 30 a 49 anos, composta por 41.751 (28,67%) do sexo masculino e 103.877 (71,33%) do sexo feminino.
George, M. (1994) Riding the Donkey Backwards: Men as the Unacceptable Victims of Marital Violence		Compreender a vitimização masculina	Revisão estudos de pesquisa e literatura em que a violência doméstica era dirigida contra maridos / parceiros do sexo masculino	Mais pesquisas são necessárias para ajudar a definir as semelhanças e diferenças entre vítimas masculinas e femininas de violência doméstica
Hines, D. & Douglas, E. (2010) A Closer Look at Men Who Sustain Intimate Terrorism by Women	Violência por parceiro íntimo; vítimas masculinas; violência doméstica; abuso de cônjuge; espancamento; perpetradores do sexo feminino	Fornecer uma investigação aprofundada da demografia, agressividade experimentada e estado de saúde mental dos homens que sofreram terrorismo íntimo; fornecer dados descritivos empíricos sobre porque optam por permanecer em relacionamentos em que a violência praticada pelo parceiro íntimo que é caracterizada por violência severa e de controle de comportamentos	Estudo descritivo de 302 homens (informação quantitativa e qualitativa).	A VPI que os homens mantêm é bastante severa e tanto mental quanto fisicamente prejudicial; a resposta mais frequente à VPI do parceiro é afastar-se dela; e os homens sentem-se bloqueados quando tentam fugir, às vezes fisicamente, mas mais frequentemente por causa de fortes laços psicológicos e emocionais com seus parceiros e especialmente os filhos.

Autor/Ano/ Título	Palavras-chave	Objetivos	Metodologia	Principais Resultados
Hogan, K. (2016) Mens experiences of female-perpetrated intimate partner violence: A qualitative exploration	Violência por parceiro íntimo (IPV)	Explora as experiências masculinas que sofreram violência perpetrada pelas mulheres, incluindo uma exploração de como os homens auto-experienciaram a natureza e gravidade do abuso que sofreram	Estudo de pesquisa experiencial. Entrevistas semiestruturadas de 23 homens	Como nas mulheres, a experiência dos homens em estar num relacionamento abusivo teve um impacto negativo tanto física como psicologicamente. Além disso, a falta de reconhecimento e compreensão destes como vítimas pela sociedade é uma das suas preocupações. Os participantes demonstraram desejo de ajudar outros homens abusados.
Josolyne, S. (2011) Men's experiences of violence and abuse from a female intimate partner: Power, masculinity and institutional systems	Homens abusados, mulheres abusadoras, violência doméstica, abuso de parceiros do sexo masculino	“Entender como os homens heterossexuais construíram as suas experiências de abuso e consideraram como essas construções tiveram impacto na negociação de sua identidade em resposta ao abuso e também na sua conduta de busca por ajuda.”	Abordagem pós-estruturalista à análise do discurso com base no trabalho de Foucault (1982). Métodos qualitativos (versão realista crítica da análise do discurso)	Os "homens maltratados" continuam sendo um grupo "oculto" e "silenciado", aparentemente pouco dispostos ou incapazes de ter acesso a suporte exterior. Os homens tendiam a construir o comportamento desafiador como tendo mais impacto na sua identidade como homem, tanto pública quanto privada.
Kubai, N. (2012) Causes and consequences of domestic violence against men in Mukurwe-ini Constituency, Kenya		Explorar as causas da violência física contra os homens em Mukurwe-ini e investigar as consequências da violência contra os homens na área de estudo das vítimas de violência doméstica perpetrada com foco na compreensão das questões envolvidas da sociedade, autoridade local e masculinidade	Entrevistas qualitativas selecionadas aleatoriamente de uma amostra de 22 homens e Mukurwe-ini em outubro de 2014, analisadas pelo uso do SPSS.	O estudo admite que os homens são espancados, no entanto, sugere que o silêncio desse tema deriva da sociedade patriarcal e da dificuldade das autoridades em reconhecer. Isso sugere que há repressão social e estereótipos, bem como discriminação que levam ao silêncio das vítimas.
Lambert, K. (2006) Broken Men Break the Silence - Male Domestic Violence Victims and their Struggle to be Heard		Explorar a quantidade de ajuda e suporte disponível para homens vítimas de violência doméstica perpetrada com foco na compreensão da violência questões envolvidas da sociedade, governo e masculinidade.	Entrevistas semi estruturadas qualitativas (pesquisa empírica qualitativa).	A ajuda e apoio disponíveis para vítimas do sexo masculino é praticamente inexistente e o que existe é de má qualidade. A razão subjacente para esta falta de apoio é que a sociedade e o governo não reconhecem ativamente a violência doméstica contra o homem, o foco é para as vítimas femininas.
Lupri, E. (2004) Domestic Violence: the case of male abuse	Abuso de parceiros, violência conjugal, violência doméstica, abuso cômputo, violência íntima	Reconhecimento do abuso de mulher contra homem, consequências e prevenção / intervenção	Qualitativo	Homens que são abusados por suas parceiras femininas íntimas lutam tanto interna como externamente com a manutenção de um ideal masculino. Medidas preventivas são extremamente importantes. Homens abusados é um problema social que precisa de atenção imediata.

Autor/Ano/ Título	Palavras-chave	Objetivos	Metodologia	Principais Resultados
McKeown, K. & Kidd, P. (2002) Men and domestic violence: what research tell us	Violência Doméstica	Cinco questões principais: Qual é o contexto para rever a violência doméstica contra os homens? Que pesquisa existe sobre a prevalência da violência doméstica contra os homens? Qual é a prevalência de violência doméstica contra os homens? Quais são os fatores associados à violência doméstica? Quais serviços são necessários para lidar com a violência doméstica contra os homens?	Uma visão geral da pesquisa sobre violência doméstica contra homens	As pessoas que usam os serviços não representam a população; as vítimas do sexo masculino enfrentam mais barreiras ao acesso aos serviços; há mais serviços para mulheres vítimas; o apoio aos homens é insuficiente; é mais difícil para os homens obter ajuda legal; a agressão feminina aumenta onde quer que existam valores liberais seculares modernos, bem como a emancipação econômica e familiar das mulheres.
Omar, A. (2011) Masculinity and the acceptance of violence: a study of social construction	Gênero, Masculinidade	Medir empiricamente a masculinidade e estudar sua relação com as percepções de violência.	Estudo empírico (de uma análise multivariada)	“Associação teórica, associação quantitativa entre graus de masculinidade, não masculinidade e a aceitação da violência. Conformar-se às normas masculinas de violência, assumir riscos e perseguir o status está direta e positivamente associado à aceitação da violência.” Isso mostra que existe uma relação entre a masculinidade e a aceitação da violência.
Perry, A. (2014) Battered men and our changing attitudes toward intimate partner violence	Violência por parceiro íntimo, espancamento	“(1) Como o diálogo sobre a violência entre parceiros íntimos mudaram ao longo do tempo (2) essas mudanças podem ser comparadas a movimentos? (3) é o aumento da consciência que se seguiu ao aparecimento de homens agredidos e termos relacionados na literatura documentada também foram refletidos na literatura das ciências sociais (4) no aumento dos recursos de apoio disponíveis para os homens espancados? ”	Google’s Ngram word corpus. Pesquisa online de homens maltratados (quantitativos)	O termo mais abrangente neste assunto é o da "violência por parceiro íntimo", porque permite a vitimização na mão de um parceiro íntimo de qualquer tipo, seja casado, coabitante ou namorado. Excluir as vítimas do sexo masculino de receber serviços de apoio é insustentável e inconcebível.

Autor/Ano/ Título	Palavras-chave	Objetivos	Metodologia	Principais Resultados
<p>Perryman, S. & Appleton, J. (2016) Male victims of domestic abuse - implications for health visiting practice</p>	<p>abuso doméstico, violência doméstica, violência por parceiro íntimo, vítimas do sexo masculino, homens abusados, perpetradores do sexo feminino, visitas de saúde</p>	<p>1) tipos e variedade de abuso doméstico experimentado por homens 2) efeitos do abuso doméstico na saúde física e psicológica, e comportamentos de estilo de vida das vítimas do sexo masculino. 3) fatores de risco para vitimização masculina de violência doméstica 4) Que sistemas formais e informais de apoio são acedidos por homens vítimas de abuso doméstico e a aceitabilidade e eficácia dessas redes? 5) o que facilita a divulgação masculina de vitimização de abuso doméstico</p>	<p>Revisão bibliográfica sistemática e crítica (dezanove pesquisas primárias foram incluídas na revisão)</p>	<p>Homens relataram ter sido vítimas de abuso físico, emocional, psicológico e sexual perpetrado por mulheres, com alguns sofrendo agressões severas, controle e medo. Quando os homens buscavam ajuda formal, eles geralmente relatavam barreiras externas e inconsistências de apoio. As conclusões da revisão indicam que a vitimização por VPI em homens é um problema complexo e multidimensional, com barreiras sociais e formais que inibem o acesso a apoio.</p>
<p>Pizzey, E.; Shackleton, J. & Urwin, P. (2000) Women or Men – Who Are the Victims?</p>		<p>Mostrar a desigualdade de género no mercado de trabalho, mas também como o mercado de trabalho está a mudar e como isso se reflete na violência familiar</p>	<p>Estudo descritivo</p>	<p>A posição das mulheres melhorou significativamente no último quarto de século. Parte do problema com os homens é que eles não querem aceitar que as mulheres possam ser tão más quanto os homens.</p>
<p>Sarantakos, S. (1999) Husband abuse: fact or fiction</p>		<p>Explorar o status do marido abusado</p>	<p>Empírico</p>	<p>O abuso do marido é mais comum e mais sério do que geralmente se acredita. A análise mostra que a noção de autodefesa não é válida: a maioria das esposas abusivas não agride seus maridos em autodefesa. A violência doméstica não é um problema homogêneo.</p>
<p>Swahnberg, K.; Davidsson-Simmons, J.; Hearn, J. & Wijma (2012) Men's experiences of emotional, physical, and sexual abuse and abuse in health care: A crosssectional study of a Swedish random male population sample</p>	<p>Vitimização masculina, abuso, masculinidade, violência</p>	<p>Estimar a prevalência de abuso e abuso emocional, físico e sexual nos cuidados de saúde, comparar essas estimativas com as taxas de prevalência previamente reunidos e contribuir para uma análise mais geral das experiências de vitimização de homens.</p>	<p>Estudo transversal de um estudo populacional masculino aleatório. 6000 homens selecionados aleatoriamente da população de Östergötland, na Suécia.</p>	<p>"O abuso contra os homens é prevalente e os homens são vitimados como pacientes nos cuidados de saúde. A taxa de resposta e o método de amostragem não influenciaram as taxas de prevalência de abuso. A vitimização masculina de abuso emocional e abuso em saúde foi associada a baixa renda e nascida fora do sistema de saúde". Países nórdicos e, portanto, precisa ser analisado nas interseções de género, classe e etnia ". (p.2)</p>

Autor/Ano/ Título	Palavras-chave	Objetivos	Metodologia	Principais Resultados
Shuler, C. (2010) Male Victims of Intimate Partner Violence in the United States: An Examination of the Review of Literature through the Critical Theoretical Perspective	Violência por parceiro íntimo; Violência doméstica; Vítimas do sexo masculino; Perpetrador do sexo feminino; Dupla detenção	Compreender o conceito de vítimas do sexo masculino de violência doméstica por seus parceiros íntimos femininos.	Qualitativa; Revisão de literatura	Vítimas masculinas de violência por parceiro íntimo são vítimas isoladas em nossa sociedade. Técnicas de policiamento comunitário, como campanhas de educação pública e reuniões comunitárias, são necessárias para informar os cidadãos sobre a violência doméstica. O financiamento federal deve ser dado para mais estudos são necessários para examinar o impacto da dupla prisão e violência por parceiro íntimo quando se trata de vítimas do sexo masculino.
Vernon, D. (2017) Has Society Created Social Injustice for Male Victims of Domestic Violence?	Violência doméstica, abuso ou violência por parceiro íntimo, vítimas masculinas de violência doméstica, homens que procuram ajuda com violência doméstica	“Analisar se as agências de violência doméstica de Utah indicam ou não que reconhecem homens como vítimas de violência doméstica em seus sites e se eles fornecem serviços semelhantes para homens, assim como para mulheres. O estudo também procura analisar se esses sites de agências de violência são convidativos e inclusivos de homens e mulheres ou se são direcionados exclusivamente para mulheres”	A análise contextual foi conduzida em sites de agências de violência doméstica de Utah e uma pesquisa no google para obter uma lista de agências de violência doméstica de Utha.	“Estes resultados demonstram que os homens continuam a encontrar barreiras quando procuram serviços ou ajudam como vítimas de violência doméstica, apesar de evidências de que eles também são vitimados dessa maneira. Também demonstrou a falta de recursos disponíveis para vítimas do sexo masculino em comparação com os recursos disponíveis para mulheres vítimas de violência doméstica.”
Woods, M. (2007) The Rhetoric and Reality of Men and Violence		Compreender o conceito de vítimas masculinas de violência doméstica entendendo as implicações de manter um paradigma de gênero	Investigação teórica	A violência deve ser vista como um problema social e de saúde. Os homens podem até ser uma minoria de vítimas, mas precisam de serviços de apoio e profissionais de saúde e policiais treinados para lidar com o problema.
Wright, C. (2016) The Absent Voice of Male Domestic Abuse Victims: The Marginalisation of Men in a System Originally Designed for Women	Abuso doméstico, vítimas, financiamento, apoio	Explorar a invisibilidade das vítimas do sexo masculino na sociedade e investigar o nível de prestação de serviços atualmente disponível para vítimas do sexo masculino	Qualitativa	"A provisão de serviços para vítimas do sexo masculino permanece inadequada, particularmente em relação aos espaços de refúgio; e há uma falta de conscientização de que os homens também podem ser vítimas de abuso doméstico, o que serve para desencorajar as vítimas do sexo masculino a buscar ajuda."

Autor/Ano/ Título	Palavras-chave	Objetivos	Metodologia	Principais Resultados
Younger, R. (2011) The Effects of Domestic Violence: The Male Victims Perspective	Abuso; abusador; violência doméstica; abuso emocional; autor; IPV	Ver como os tipos de abuso tiveram um impacto no vítima de uma perspectiva física e emocional; responder se a violência doméstica é um problema	Amostra de 8000 homens escolhidos aleatoriamente por telefone entre os anos de 1994 e 1996. (análises de dados secundários dos arquivos do Nacional Arquivo de Dados da Justiça Criminal)	O estudo sugere que as vítimas masculinas de violência doméstica são afetadas de perspectivas físicas e emocionais; a violência doméstica é mais um problema, o que significa que é preciso fazer mais para ajudar as vítimas do sexo masculino

Fonte: elaboração própria (cfr Malveiro, 2018, p. 1557-1560).

No texto de Swahnberg *et al* (2012) foi efetuado um estudo transversal, numa amostra aleatória a seis mil homens residente em Ostergotland, na Suécia, onde foram detetados que estes homens sofreram violência e onde houve a prevalência de quatro tipos de abuso: abuso emocional (16,7%), abuso físico (48,9%), sexual (4,5%) e de negação de cuidados de saúde (7,3%) (cfr Malveiro, 2018, p. 1556). O próprio afirma que

"a large proportion of men in our study had been subjected to some kind of abuse (...) The high prevalence of abusive experiences among men emphasise the need for a better understanding of men's experiences as victims of abuse. The relative lack of such knowledge is probably linked with dominant constructions of masculinity and femininity which tend to view abuse against women as self-evident but misrecognize men as victims within somewhat similar processes" (Swahnberg et al, 2012, p.21).

Já Dienne & Gbeneol (2009 cfr Malveiro, 2018, p. 1556) efetuaram um estudo retrospectivo de cinco anos para avaliar a prevalência da violência doméstica contra o homem na Nigéria, extraído de registos médicos. Mas não só, para os autores os baixos números também podem significar que

"The low prevalence in our study could also be attributed to the fact that men are less likely to call the police or report in the hospital, even when there is injury, because, like women, they feel shame about disclosing family violence. But for many men, the shame is compounded by their inability to keep their wives under control" (Dienye & Gbeneol, 2009, p.337).

Segundo os autores, dos 220.000 pacientes, apenas 48 foram diagnosticados como vítimas de violência doméstica (5 deles homens), no entanto, os autores consideram que o facto de o mesmo ter sido de base hospitalar pode ter limitado e afetado essa percentagem uma vez que, noutros estudos com base comunitária realizados na Nigéria do Leste, e onde as normas culturais continuam a aceitar a violência doméstica, tiveram valores para homens vítimas de 27% na Zâmbia, 7% em Moçambique ou 7% no Malawi. Facto é que, na Nigéria, não há qualquer programa formal ou organização que se debruce sobre a violência doméstica uma vez que não é visto nem como problema social nem como problema de saúde pública (cfr Malveiro, 2018, p. 1556). Ou seja, não está previsto nem na lei nem nos cuidados primários este tipo de crime

"Screening for domestic violence is not a routine part of medical visits in Nigeria (...) it is not viewed as a public health issue in Nigeria as in most developing countries, there is no hospital policy for victims of domestic violence hence, physicians diagnosing domestic violence against men, may possibly have had special interest in the subject, with resultant high index of suspicion especially if they do not report" (Dienye & Gbeneol, 2009, p.337).

É nos Estados Unidos da América que, de acordo com Shuler (2010) os aumentos de vítimas são exponenciais uma vez que estudos demonstram que 3,8 mulheres e 1,3 homens em 1000 são anualmente vítimas de violência doméstica (cfr Malveiro, 2018, p. 1556). Logo, não é de estranhar quando Shuler afirma que

"Male victims of intimate partner violence have become a serious issue in the United States (...) each year approximately 1,181 women and 329 men are victims of intimate partner homicides. Even though the numbers are not as high for men as for women, these victims cannot be ignored (...) domestic violence is viewed as a serious social problem and a crime" (Shuler, 2010, p.164).

Aliás, de 1994 a 1996 foram referenciados 8000 homens vítimas de violência doméstica e, segundo o NCADV, 835.000 homens são abusados todos os anos pelas suas parceiras, mas apenas 10% contactam uma agência da especialidade (cfr Malveiro, 2018, p. 1556). Para o autor, a violência e os números da mesma são certo, mas, o debate faz-se entre

"those who perceive domestic violence only to battered women or battered men (...) Because of the feminist movements, women have been strongly recognized as victims of domestic violence. There is still discrimination on male victims in intimate partner violence cases" (Shuler, 2010, p.164).

A verdade é que 1 em cada 10 casais americanos têm relacionamentos abusivos (Younger, 2011), mais ainda "men and women initiate domestic violence at similar rates" (Younger, 2011, p.14 cfr Malveiro, 2018, p. 1556). Porém, acrescenta o autor que

"Men find it hard to see themselves as victims (...) Men do not carry the label of victim (...) Male victims find it hard to seek help because help is mainly gender based and they feel that they do not have the right to seek help because they have become part of the problema" (Younger, 2011, p.30).

Outro estudo descritivo efetuado nos EUA, de Hines & Douglas (2010), realizado a 302 homens que sofreram violência por parceiras íntimas graves no ano antes, maioritariamente recrutados pela DAHMW (linha telefónica nacional especializada em vítimas masculinas), entre os 18 e os 59 anos, revelaram que 100% deles tinha sofrido violência psicológica por parte da mulher e 90,4% agressões físicas severas mas que as suas reações em resposta teriam sido: afastarem-se da agressora (85,4%), gritar (62,8%), chorar (29,8%), chamar a polícia (28,3%), agarrar/empurrar/bater (19,5%) (cfr Malveiro, 2018, p. 1556). No entanto, mesmo em relações violentas os homens optam por ficar e a razão que os autores apontam é

"the reason they chose to stay in the relationships typically involved their commitment to the marriage and their children (...) In addition, the vast majority (71%) of men indicated that they stayed in the relationship because of love" (Hines & Douglas, 2010).

Na Austrália, Sarantakos (1999) chama à violência doméstica contra o homem de invisível pois a mesma é tão banalizada e descredibilizada que é incapaz de exigir intervenção social, sendo que, os próprios pedidos de subsídios para conduzir pesquisa nesta área são rejeitados e os poucos dados que surgem, quase por acaso, resultam de estudos sobre o tratamento de emergência em hospitais – onde se encontrou 28% de homens vítimas (cfr Malveiro, 2018, p. 1556). O autor retrata de forma negativa esta afirmação ao lembrar que "Apart from the resulting invisibility and neglect of this form of domestic violence and the implied lack of sensitivity to the plight of abused husbands and their suffering in the hands of their spouse, there is also the problem of blaming the victim" (Sarantakos, 1999, p.233). Ou seja, para o autor,

"husband abuse is a real problem, and one which is more common than one is led to believe; husband abuse affects enough people to deserve the concern of the community and the state (...) the problem of domestic violence is not monolithic and homogeneous; in many cases it entails wife abuse, and in other cases it entails husband abuse, child abuse, elder abuse and parent abuse" (Sarantakos, 1999, p.242).

O mesmo diz Vernon (2017) que no seu estudo, citando Evans (2016) mostra que na Austrália mais de um quarto de todas as vítimas são homens, contudo, "male victims continue to be an underserved and under-recognized population (...) male victims of domestic violence continue to encounter barriers when seeking help from formal services to obtain equal services that women receive from these agencies" (Vernon, 2017, p.30); ou citando Cheung (2012) em Hong Kong que afirma que um homem para quatro mulheres é vítima, e que o número tende a aumentar todos os anos resultado da igualdade de género e da pressão das mulheres que passaram a trabalhar para sustentar a família.

Perryman & Appleton (2016) realizaram uma revisão de 19 estudos primários sobre violência doméstica contra o homem onde identificaram quatro temas orientadores: relacionamento abusivo, danos e comportamentos, risco e busca por socorro. Concluíram, desses mesmos estudos, que em Inglaterra e no País de Gales, em 2015, existiriam 600.000 vítimas do sexo masculino, 19 dessas resultaram em morte, porém, nem assim os serviços para apoiar estes homens vão para além dos escassos (cfr Malveiro, 2018, p. 1556). Isto acontece porque "Lack of public recognition of the issue is argued to increase difficulties for male victims. Compounding this, healthcare practitioners are guided to focus on protecting women and children" (Perryman & Appleton, 2016, p.5). A verdade é que, tal como todos os outros estudos nos dizem (cfr Malveiro, 2018), também segundo estes autores

"whilst men tend to minimize or trivialise the abuse experienced, with a greater reluctance to inform others (...) Although studies show that both men and women perpetrate violence knowledge of assessing victimisation risk for men is limited and understanding of female perpetration of abuse, poor" (Perryman & Appleton, 2016, p.4).

Podemos justificar isto uma vez que

"Many societies were shaped by a patriarchal belief system under which hegemonic masculinity embracing hierarchy, aggression and

heterosexuality, is valued (...) in modern industrialised nations men are generally considered capable of causing more harm to others than are women. Such beliefs may result in communities failing to recognise or acknowledge acts of female-perpetrated violence” (Perryman & Appleton, 2016, p.6).

Tal como referi oportunamente (cfr Malveiro, 2018, p. 1556-1560), Kubai (2012) realizou 22 entrevistas qualitativas a homens vítimas em Mukurwe-ini em outubro de 2014. A verdade é que, na tradição africana é tido como inédito uma mulher espancar o marido fisicamente uma vez que ele é mais forte do que ela. "In African tradition, it is unheard of for a woman to batter the husband physically whether stronger than him or not. Most communities deem this a taboo for a woman to raise their hands on their husbands” (Kubai, 2012, p.3). No início de 1900 os homens iam para as florestas lutar contra as potências coloniais e quando regressavam as mulheres já tinham assumido o controlo da casa e da economia. Terá sido aqui que se deu início à violência contra o homem, uma vez que, não lhes sendo reconhecida autoridade, acabavam por se virar para o álcool levando-os a falhar nas responsabilidades familiares. Apesar do alegado desconhecimento por parte das autoridades, para o autor afirma que "thousands of men regardless of their colour, age, marital status, creed, socio-economic status and/or place of residence live with the constant threat of domestic violence whether battery or emotional abuse” (Kubai, 2012, p.2). Curiosamente, é a comunicação social quem tem dado mais atenção a esta temática no Quénia do que propriamente a literatura, que é escassa.

"The media in Kenya has prominently highlighted cases of men who had been battered by their wives. Men were brutally battered, for example the case of a Nyeri man who currently has several knife cuts on his face. The other prominent case is that of a man who was burnt on his back” (Kubai, 2012, p.3).

Ainda segundo Kubai (cfr Malveiro, 2018, p. 1556), mesmo o governo, de acordo com os entrevistados, não só nega o abuso contra o homem, como o desaprova e discrimina em nome da moral. Ou seja, apesar de as vítimas sofrerem

"physical injuries, psychological disturbances, emotional and social maladjustments. Violence against men is a serious and widespread problem in Kenya. This is mainly due to traditional culture permitting a man to discipline his wife. The majority of the cases remain unreported or at least unpunished" (Kubai, 2012, p.4).

Similarmente na Irlanda impera a ideia de que os homens são perpetradores e as mulheres as vítimas (cfr Malveiro, 2018, p. 1556). Porém, os autores defendem que

"power is a common thread in all of them. Relationships in which one partner is dominant – sometimes the man, sometimes the woman – are at higher risk of domestic violence than more democratic, egalitarian relationships (...) Both men and women can be trapped in a violent relationship" (2002, p.82).

Esta conclusão resulta do artigo de Mckeown & Kidd (2002) onde foi efetuada uma revisão de 13 estudos onde se conclui, também, que as vítimas masculinas podem enfrentar maiores barreiras no acesso a serviços de apoio e que há uma gama muito maior de serviços para mulheres vítimas de violência. No entanto, a lei irlandesa, em termos de género, é neutra, mas, na comunicação social e na academia não o é. Acontece que, chamar a atenção para as vítimas masculinas dificulta os esforços para aumentar o financiamento às mulheres vítimas. Na Irlanda, em 1997, foi fundada a AMEN, uma linha de apoio a homens vítimas e, anos mais tarde, em 2000 foi estabelecido o primeiro refúgio, resultado do facto de, nos primeiros três anos, se terem registado mais de 6.000 contatos de vítimas e dos seus familiares, entre os 17 e os 90 anos. Para a AMEN na Irlanda, tal como para a MALE no Reino Unido, os refúgios nem sempre são uma prioridade para os homens, a menos que haja dependentes a cargo, e são as linhas de apoio ou os grupos de aconselhamento

que têm o papel mais importante no apoio. Todavia, normalmente são subfinanciados e executados por voluntários não treinados, para além de não serem respostas sociais amplamente disseminadas (cfr Malveiro, 2018, p. 1556). Os autores resumem o seu estudo afirmando que:

"there are virtually no services for male victims of domestic violence even in countries where there is statistical evidence to indicate that domestic violence against men is a substantial reality. The reason for this is not just the existing consensus about domestic violence – and the resistance which this creates to the idea that men could be victimised by women – but the reluctance of male victims themselves to present for services. The reality of domestic violence for men as well as for women is that it is a private, hidden and often shameful form of suffering that few ever hear about other than the men, women and children who are immediately involved (...) It is well recognised that one of the ways of addressing the problem of domestic violence against women is to raise public awareness that the problem exists. However a major problem facing the male victims of domestic violence is that public awareness and professional perceptions are often very heavily influenced by the existing consensus on this issue (...) However male help lines are typically under-funded and sometimes run by untrained volunteers" (McKeown & Kidd, 2002, p.95).

Pelas leituras resumidas, podemos então concluir que, muito embora em termos de respostas sociais e de estudos, a nível mundial o problema social e sociológico tenha um maior interesse e, em alguns países, como o Reino Unido, a preocupação com estas vítimas seja já relevante e sirva de exemplo a outros países – como o foi ao caso português – a verdade é que o homem continua a ser uma vítima escondida, ignorada e minorizada.

Passemos, então, à fase seguinte de compreender o papel da economia social e da sua contribuição na resposta a este tipo de questões.

1.2. Economia Social, planeamento e avaliação: delimitação e definição de conceitos

“A conceptualização da Economia Social pode ser perspetivada em termos institucionais e de formato jurídico, mas também segundo os princípios que regem estas organizações. De acordo com a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013), os princípios incluem o primado da pessoa e do objeto social sobre o capital; a adesão livre, voluntária e aberta; o controlo democrático pelos seus membros; a conciliação dos interesses dos membros e utentes ou interesse geral; a defesa e aplicação dos princípios de solidariedade e responsabilidade; a autonomia de gestão e independência dos poderes públicos; utilização dos excedentes para prosseguir objetivos de desenvolvimento sustentável e serviços de interesse para os membros ou interesse geral” (Vieira, 2015, p. 15).

Desta feita, o termo terceiro sector surge pela primeira vez em 1979 por Jack Delors e J. Gaudin para designar (Malveiro, 2017, p. 160):

“o conjunto de organizações muito diversificadas entre si, que representam formas de organização de atividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos-, designados frequentemente e de forma simplificada, por Estado e Mercado” (Quintão, 2004, p. 2).

Entre o seu surgimento e para o seu grande desenvolvimento, principalmente após finais da década de 90, contribuíram algumas demandas como a necessidade coletiva em dar respostas aos persistentes problemas da pobreza, da exclusão social ou do desemprego. Delas resultaram, por exemplo, a criação de formas de

organização institucional, pública ou privada, lucrativa ou não (Malveiro, 2017, p. 160).

Diretamente podemos definir as organizações como: do 1º setor em que o Estado regula e faz políticas universais através recursos públicos próprios e para fins públicos, do 2º setor denominado de iniciativa privada com intuito de gerar riqueza através de recursos privados com objetivos privados e de 3º setor associado à sociedade civil organizada marcada pela diversidade e que alia os recursos privados a fins públicos. Neste último, nas chamadas OTS estão as organizações que Nogueira (2011) caracterizou como as que não integram o aparelho do Estado, onde não há distribuição de lucros nem procuram gerá-lo na sua ação primária, que são legalmente constituídas, têm capacidade de gestão própria das suas atividades e são constituídas livremente por quaisquer pessoas.

De forma leve dizemos por vezes:

“terceiro sector porque assumimos que existem outros dois, as empresas e as instituições do sector público. O sector das organizações privadas que não têm como fim primeiro o lucro será o terceiro sector. Há muito tempo que se usa a expressão Economia Social. Na Comissão Europeia esta traduz-se na consideração de quatro tipos de organizações: as associações, as fundações, as mutualidades e as cooperativas. Dos países anglo-saxónicos herdámos a expressão Sector não lucrativo. A nossa hesitação face a esta definição reside no facto das organizações sem fins lucrativos poderem, na nossa perspetiva ter lucro, e poderem desenvolver algumas atividades com o objetivo claro de retorno, atividade que por vezes é indispensável à sua sustentabilidade. Desde que essa atividade se mantenha secundaria face às que servem diretamente a missão da organização” (Azevedo, Franco & Meneses, 2010, p. 19).

Em Portugal, a evolução do conceito está intimamente ligada à História, mais precisamente à Igreja, ao princípio de solidariedade e cooperação, às mutualidades,

ao regime, mas, mais recentemente, à delegação dessas competências sociais por parte do Estado a entidades não-lucrativas. Infelizmente, está também ligado a uma conotação negativa precisamente pelo facto de ter uma base não lucrativa e principalmente quando o pensamos numa perspetiva de economia, ao invés de sociológica, histórica ou política.

A verdade é que as OTS, e uma vez que o seu objetivo não é a maximização de lucros sobre o capital investido, mas sim a defesa de interesses coletivos e a inclusão de grupos de indivíduos vulneráveis e com problemas sociais complexos, devem ser vistas como um importante "laboratório" para o desenvolvimento de projetos sociais inovadores (Vieira, et al, 2017). Deste modo, para Vieira (2015) a importância deste setor é evidente não só enquanto ator económico, pela criação de emprego, pela prestação serviços que satisfaçam necessidades, mas também como ator político, na defesa dos direitos e embaixadores de mudança políticas e sociais, na resposta às necessidades sociais, contribuindo para a inclusão social, muitas das vezes através de projetos com novas abordagens, formas diferentes de intervenção ou com particularidades de diferenciação em relação às respostas já existentes. Ou seja, as OTS têm, então, a função de inovação pois, e uma vez que o seu objetivo não é gerar lucro, podem muitas das vezes arriscar na criação de novos serviços.

O conceito de economia social surge na Europa continental como alternativa ao conceito de terceiro setor. Ferreira (2009), segundo os mesmos autores, argumenta que enquanto a abordagem do setor não lucrativo centra-se na lucratividade, a economia social centra-se nos direitos de propriedade, sendo esta coletiva, já que o conceito de terceiro setor exclui as cooperativas e associações mutualistas que admitem uma redistribuição de excedente dentro de determinados limites entre os membros cooperantes ou associados se assim por eles for decidido, características que se integram no conceito de economia social. Ancorada no trabalho de Laville et al. (2000 citado por Vieira, et al, 2017), Ferreira (2009 citado por Vieira, et al, 2017) considera que a linha de separação não se deve prender no conceito de lucrativas e não lucrativas, mas sim, entre organizações capitalistas e organizações da economia social, pois nestas últimas há a criação de riqueza coletiva em prejuízo do rendimento de um investimento próprio ou único. O impacto da economia social

no desenvolvimento económico e social da economia e da sociedade deu-lhe legitimidade nas esferas políticas e jurídicas europeias.

A verdade é que o paradigma do Estado social está em mudança e Santos perspetiva duas tendências: uma primeira é

“um menor envolvimento do Estado na oferta direta ou indireta (via subsídios, participações, ou outras transferências) se serviços sociais [e, a segunda é] o maior envolvimento da comunidade na prestação de apoio de proximidade aos seus membros mais carenciados (...) que reflete a afirmação do conceito de responsabilidade social” (Santos, 2004, p.47).

Mas tal também acarreta desafios, uns positivos, como a oportunidade de criar projetos de prestação de serviços, mas, outros, prendem-se com a concorrência do sector privado, a necessidade de criar estratégias para captação de recursos e, ainda, a capacidade de atuar em redes de parcerias.

Há inclusive autores que consideram a economia social como um laboratório de inovação social, e Comeu, Favreau, Lévesque & Mendel (2001 citado por Vieira, et al, 2017), bem como Laville, Levesque & Mendel (2005 citado por Vieira, et al, 2017) dão ênfase a proximidade dessas instituições com as comunidades locais, permitindo o agrupamento de pessoas, os ajustes constantes que levam à inovação contínua, uma gestão partilhada e de confiança ou até a implementação de estratégias voltadas para o longo prazo, tendo em conta a lógica do desenvolvimento sustentável. Assim como fator-chave destaca-se a coligação entre os vários atores de uma região envolvida na promoção da economia social, como por exemplo, as universidades, ou as demais instituições e o setor empresarial.

De facto, na sua grande maioria são as organizações da economia social mais aptas do que o Estado a atender a certas necessidades, pois respondem mais rapidamente a procuras específicas e são capazes de mobilizar recursos, através por exemplo do trabalho voluntário ou donativos, mas também por serem orientadas e geridas pelos

diversos *stakeholders* com essas necessidades e conhecimentos. Deste modo, do lado da economia social, exige-se uma parceria com o Estado assente nos denominados acordos de cooperação que ultrapasse a mera ação reguladora do Estado e o mero financiamento mas onde se propõe um novo modelo de governação no âmbito das políticas sociais, em que todos os atores da economia social são considerados importantes e onde há partilha de responsabilidades e competências e, mais ainda, parcerias no âmbito do diagnóstico, da conceção e da regulação a médio e longo prazos que os problemas sociais complexos demandam (Parente, 2014 citado por Vieira, et al, 2017). Desta feita, as organizações da economia social são capazes de implementar projetos e práticas inovadoras que foram em parte ignoradas pelo mercado ou pelo Estado, mas que se podem articular no âmbito local respondendo às necessidades de cada território, com os recursos disponíveis e facilitando as interações sociais.

1.2.1. Algumas considerações sobre as organizações do terceiro sector

A atuação do 3º sector, segundo Carneiro, et al (s/d), ocorre em primeira instância em áreas em que o Estado e o Privado têm demonstrado desinteresse ou pouca capacidade para resolver esses problemas, podendo nós designar como principais os das áreas da educação, saúde, cultura, preservação do ambiente, entre outros. Tal intervenção (do terceiro sector) cresceu nos últimos anos em virtude de fatores diversos, tais como: falta de interesse político por parte de quem governa em determinados temas sociais, crise do Estado, exigências da sociedade por uma maior responsabilidade social sobre o sector privado e uma conscientização do primeiro e segundo setores de que é vital apoiar os projetos do Terceiro Setor, pois, se bem executados e geridos, acarretam benefícios para todos. Facto é que, existem muitas pareenças entre os três tipos de sectores e organizações. Ou seja, todas dependem de administradores competentes que saibam fazer planeamento estratégico, estabelecer metas e objetivos, controlar os recursos financeiros e humanos, promover o trabalho em equipa, e que busquem cada vez mais resultados a curto-prazo independentemente das limitações, críticas ou pressões.

Drucker (1996) destaca a importância do setor social para a formação pessoal dos indivíduos uma vez que a sua base compreende a conscientização do indivíduo para a ajuda ao próximo e a preocupação com o bem-estar da população. Já Hudson (1999), o traço comum às organizações dos três setores é a certeza de que são orientadas por valores de indivíduos ou grupos que acreditam que as mudanças são necessárias e que estão dispostos a atuar nesse sentido (Carneiro et al, s/d).

De acordo com Rêgo (2001, p.20 cfr Malveiro, 2017, p. 160), citando o artigo 1º do Decreto-Lei nº 119/83, as Instituições Particulares de Solidariedade Social são:

"instituições sem fins lucrativos, constituídas por iniciativa de particulares com o objetivo de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, com o objetivo de fornecer serviços de proteção social (...) alargado a outros sectores como da política social como a saúde, a educação, formação profissional e a habitação".

São, então, segundo a mesma autora, parceiras privilegiadas do Estado para o desempenho da ação e do bem-estar social. Mais concretamente, segundo o artigo 1.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, são instituições particulares de solidariedade social as constituídas, sem fins lucrativos, por iniciativa de particulares com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços (cfr Malveiro, 2017, p. 160):

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;

- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução dos problemas habitacionais das populações.

Para Vieira, et al (2017) a maioria das abordagens sobre o terceiro setor segue a orientação norte-americana do setor não lucrativo (*non-profit*) e a delimitação apresentada por Salamon & Anheier (1992), que considera cinco as características principais destas organizações: formais, privadas, independentes, não distribuidoras de lucros e com certo nível de participação voluntária.

Particularmente, as IPSS são:

“uma realidade multissecular na sociedade portuguesa (...) Durante séculos foram a instância fundamental da proteção social (...) a partir do século XX com o advento da previdência e depois da segurança social, evoluíram para um papel diferente (...) a mudança traduziu-se no facto do estado assumir a responsabilidade política pela proteção social, mediante a consagração de direitos e a prestação de diversos serviços (...) o Estado recorreu à participação das IPSS, regulando a sua atividade e assegurando-lhes uma parte significativa do financiamento” (Sousa, 2012, p.7).

Ou seja, o Estado tem responsabilidade sobre a ação social, mas recorre às instituições particulares de solidariedade social, enquanto prestadoras de serviços a este a aos seus beneficiários; por sua vez, emanadas da sociedade e dos problemas complexos sociais que nela existem, têm responsabilidade na obtenção do bem-

comum, oferecendo os melhores serviços possíveis pelos quais são subsidiadas. A verdade é que o impacto positivo, tanto social como económico, “da atuação das IPSS a resposta às necessidades sociais não é só muito significativa como abrange diversas vertentes” (Sousa, 2004, p.19) porém, muitas das vezes, por motivos económicos/financeiros próprios estas vêm-se muitas das vezes incapazes de responder a todas as solicitações que lhes são feitas pois dependem exclusivamente dos acordos de cooperação, então:

“O grande desafio à atuação das IPSS é responder às necessidades sociais, antigas e novas, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada onde os apoios públicos são uma entre várias fontes de financiamento. Os apoios públicos continuarão a ter necessariamente um papel importante na estrutura de financiamento das IPSS, mas estes não podem continuar a ser encarados como a primeira fonte e em muitos casos quase exclusiva de recursos financeiros” (Sousa, 2004, p. 29).

Informalmente, podem ser reconhecidos dois tipos de IPSS. Por um lado, as que atuam a par do serviço público, muito próximas às respostas já existentes e, por outro, as inovadoras, que ao irem de encontro aos novos desafios sociais, procuram formas inovadoras de intervenção, desenvolvendo novas respostas e novos projetos de encontro com as novas realidades sociais sem, no entanto, terem ainda conseguido na sua totalidade fugir à forma tradicional de parceria no que respeita ao seu financiamento. No entanto, ambas dão resposta às necessidades que as populações vivenciam no seu dia-a-dia, através da prestação de serviços ou pela gestão de respostas sociais que, em segunda instância, combatem também o flagelo do desemprego. São, portanto, uma dupla mais-valia social (Malveiro, 2017, p. 160).

Curiosamente, é nos meios mais desfavorecidos e/ou rurais que o papel das IPSS é mais valorizado pois é aqui que o seu trabalho social e económico tem mais impacto, nomeadamente ao nível do desenvolvimento do território (Malveiro, 2017, p. 160).

“As IPSS vivem um período caracterizado por mudanças sociais significativas, muitas delas decorrentes da fragmentação dos laços (...) e o surgimento de novas necessidades sociais (...) A alteração dos hábitos individuais e dos comportamentos coletivos levantam novas questões (...) a complexidade da resposta a estas questões é ampliada pelo atual contexto de agravamento das necessidades sociais antigas e surgimento de novas, a par com a tendência de redução de apoios públicos, tanto prestados diretamente às famílias como as transferências públicas para as instituições sociais” (Sousa, 2004, p. 43).

É nesta linha de pensamento que surgiram as casas de abrigo femininas e, com este projeto, a primeira casa abrigo masculina em Portugal.

Os serviços de acolhimento temporário para mulheres vítimas de violência doméstica, em busca de respostas legais e institucionais de proteção a estas vítimas, têm a sua origem nas pressões dos movimentos feministas na década de setenta - a primeira datará de 1971, em Inglaterra, denominado de Refúgio de Chiswick (Malveiro, 2017, p. 160).

Em Portugal, porém, apenas na década de noventa surge a primeira resposta social nesta área. Tal se justifica, naturalmente, com o desenvolvimento político e social do país, onde estava vigente um regime autoritário (Malveiro, 2017, p. 160).

Em Portugal, também, só após a implementação de legislação específica sobre a violência doméstica bem como a implementação dos planos nacionais de combate contra a violência doméstica - o I Plano datado de 1999, no qual estava previsto a criação de uma rede pública de casas abrigo - e com lei n.º 107/99, de 3 de agosto, onde se estabelece o quadro geral dessa rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas, foi possível favorecer o desenvolvimento deste tipo de equipamento (Malveiro, 2017, p. 160).

Até 2016 as casas abrigo eram uma resposta social cujas vítimas de violência doméstica e em situações de perigo, do género feminino acompanhadas ou não dos

seus filhos menores, por um período máximo de 6 meses, poderiam ser institucionalizadas, não tendo outros recursos, e, ali, teriam o auxílio de um corpo técnico especializado e pluridisciplinar para se reintegrarem socialmente, através de um plano individual de intervenção e da redefinição do projeto de vida da utente. Atualmente, em Portugal, existe uma rede de 40 casas abrigo com capacidade para 800 mulheres vítimas de violência doméstica mas também um projeto piloto de uma Casa-abrigo masculina "Proteção para Todos", cuja carta de compromisso foi assinada em 2016, iniciando funções a 1 de Outubro desse ano, e tem como objetivo o acolhimento temporário de homens vítimas de violência doméstica e filhos/as menores e/ou maiores com deficiência na sua dependência, disponibilizando 10 vagas para a resposta de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica do sexo masculino na unidade residencial (Malveiro, 2017, p. 160).

Nesse sentido, de reconhecimento da importância do terceiro setor na inovação social, em particular aquando de temas sociais e sociologicamente complexos, que surge o nosso estudo de avaliar prospectivamente, auscultando os diferentes atores do sistema, o projeto de casa de abrigo masculina, muito embora assente na premissa que, para a sua boa execução, é necessário o conhecimento dos conceitos e da realidade mas, também, o seu devido planeamento estratégico.

1.2.2. Notas breves sobre os diagnósticos sociais nas OTS

De acordo com Oliveira (2017) o diagnóstico é uma palavra de origem grega (*diágnostikós*) cujo significado é "através da verdade"³. É, efetivamente, muito empregue no âmbito do trabalho social como forma de intervenção social e faz parte do planeamento. Baseia-se na significação do verbo "diagnosticar", ou seja, "ver para além de" uma vez que procuramos ter uma visão lúcida sobre a realidade. É, antes de mais, um estágio de trabalho que faculta a base para um processo de mudança e de desenvolvimento e deve constituir-se como um acontecimento previamente determinado e dentro de um processo contínuo, mas dinâmico,

³ "O termo diagnóstico provém do grego *diagnostikós*, formado pelo prefixo *dia*, 'através' e *gnosis*, 'conhecimento', 'apto para conhecer'. Trata-se, pois, de um 'conhecer através', de um 'conhecer por meio de'" (Idáñez & Ander Egg, 2008, p. 10).

alternando entre a prática institucional e a reflexão/aprendizagem em determinados momentos também eles estruturados e monitorizados, com a intenção de avaliar as mudanças pelas quais a instituição sofre, indicando a natureza das relações humanas, fomentando-as com vista à eficácia e à eficiência das organizações (Idáñez & Ander Egg, 2008).

Oriundo das correntes de trabalho dos Serviço Social,

“Richmond descreve o diagnóstico social como ‘a tentativa de efectuar com a maior precisão possível uma definição da situação e personalidade do ser humano com alguma carência social; ou seja, da sua situação e personalidade na relação com os outros seres humanos, dos que depende em alguma medida ou que dependam dele, e em relação também com as instituições sociais da comunidade’” (Idáñez & Ander Egg, 2008, p. 5).

De acordo com os autores

“qualquer diagnóstico social representa uma das fases iniciais e fundamentais do processo de intervenção social. Constitui um dos elementos chave de toda a prática social, na medida em que procura um conhecimento real e concreto de uma situação sobre a qual se vai realizar uma intervenção social e dos diferentes aspectos que é necessário ter em conta para resolver a situação-problema diagnosticada. Fazer isto (o diagnóstico) oferece uma maior garantia de eficácia na programação e execução de actividades” (Idáñez & Ander Egg, 2008, p. 16).

Segundo Ander Egg & Idáñez (2008),

“um diagnóstico não se faz só para saber o que está a acontecer. É elaborado (...) com dois propósitos bem definidos, ambos orientados

para a acção: Em primeiro lugar, fornecendo uma informação básica que sirva para programar acções concretas. Esta informação será mais ou menos alargada, consoante se trate de elaborar um plano, um programa, um projecto, ou simplesmente realizar determinadas actividades. Em segundo lugar, trata-se de proporcionar um quadro situacional que sirva para seleccionar as estratégias de actuação mais adequadas” (Idáñez & Ander Egg, 2008, p. 16).

Por outras palavras, o diagnóstico social é, segundo os autores uma espécie de radiografia de um dado contexto, e uma das primeiras fases, pois é preciso conhecer para atuar, e até mesmo fundamental do processo de intervenção social, pois integra um dos elementos chave que é a busca conhecimento real e concreto de uma situação sobre a qual vai incidir a intervenção bem como o que é necessário para reagir aos problemas que vão sendo diagnosticados. Desta forma, é possível ter mais garantias que o projeto terá mais eficácia na realização das suas propostas (Idáñez & Ander Egg, 2008).

Ander Egg & Idáñez (2008 citado por Siqueira, 2016) explicam que o diagnóstico social é uma ferramenta que permite conhecer para atuar e onde o poder dessa atuação depende do conhecimento adquirido previamente pelas questões levantadas, ou seja, é uma ferramenta de investigação que tem por objetivo, por exemplo, o conhecimento de uma dada realidade local, identificando as demandas e potencialidades dessa região e tem como objetivos fornecer informações que sirvam como base para a elaboração de ações concretas e adequadas ao tratamento de questões sociais sejam elas em forma de planos, programas ou projetos. Certo é que, seguindo esta lógica, na pesquisa avaliativa, por exemplo, a primeira etapa é a avaliação diagnóstica. Para Reis (2009) a avaliação diagnóstica deve acontecer na fase de formulação e definição do projeto compreendendo alguns pontos prévios:

“- Apreende o contexto na sua dinâmica, a inter-relação entre o micro e o macro, a visão social, política, económica, física, cultural

que analisa os pressupostos e expectativas dos idealizadores do projeto;

- Verifica as demandas e expectativas do público-alvo, o perfil dos beneficiários, a demanda reprimida, o grau de prioridade e importância do projeto para o público que pretende beneficiar (avaliação das necessidades):

- Identifica os insumos internos e externos à organização, necessários para a consecução do programa;

- Comprova a viabilidade da proposta;

- Verifica a coerência do plano de trabalho entre a missão e os objetivos, as atividades/estratégias e execução do projeto.” (Reis, 2009, p.55).

Sucintamente, a avaliação de situação, denominada como diagnóstico, antecede a intervenção e examina onde esta deverá ser encaixada e como poderá fazer a diferença. O diagnóstico do contexto social é, então, anterior ao projeto, definindo o ponto de partida e muitas vezes abrangendo simulações que servirão de apoio para a decisão sobre os investimentos e opções. No entanto, é um procedimento que está aberto a mudanças, melhorias e atualizações, não é em si um processo fechado, que procura respostas a um determinado número de perguntas que deve fazer para que a organização consiga obter recursos tendo em vista os seus objetivos. Em suma,

“O diagnóstico comporta algo mais do que uma investigação. Num estudo sobre problemas sociais recolhem-se, sistematizam-se, relacionam-se, analisam-se e interpretam-se dados e informações sobre os problemas. Num diagnóstico, para além disso, é necessário compreender os problemas com vista à acção” (Idáñez & Ander Egg, 2008, p. 17).

Posto isto, no que se refere às organizações de terceiro sector, regulamentadas e sujeitas às regras, nomeadamente às IPSS e em particular em Portugal pela débil cultura de planeamento, devido ao facto da sua ação social ser, como já dissemos, muitas das vezes financiadas quase em exclusividade pelo Estado e cujos valores precisam de ser justificados torna-se difícil incluir nesse orçamento verbas para efetuar avaliações, diagnósticos ou planeamentos, independentemente do argumento de, se feito inicialmente, provavelmente muitos dos investimentos teriam um retorno ou impacto mais positivo e eficaz. A verdade é que é

“frequente constatar que o exercício do planeamento mais frequente é a construção obrigatória de um plano de atividades anual cuja elaboração poderia ser substancialmente melhorada (...) Havendo pouca liquidez financeira nas organizações o investimento em processos de planeamento não é muito acentuado, pelo que as organizações que necessitam de o realizar normalmente fazem-no de acordo com a sua disponibilidade de recursos” (Fragoso, 2015, pp. 262-263).

Como é sabido, na atualidade a cultura daquilo que é exetável das Instituições Particulares de Solidariedade Social deixou der ser do simples assistencialismo para uma resposta de qualidade mas, mais ainda, que a sua intervenção tenha, concretamente, impacto social e, nesse sentido, também se passou a exigir que as mesmas, quando propõem projetos ou executam programas, os mesmos sejam sustentáveis, ou seja, que o investimento realizado, em todos os seus recursos, tenha, efetivamente, um benefício associado, social, ou financeiro, etc.

Posto isto, existem

“sempre a priori três dimensões num projeto de intervenção que devemos considerar no desenho da nossa estratégia de diagnóstico. São elas o tempo, o custo e a qualidade (...) Sendo o diagnóstico um processo de análise de uma situação ou de um problema resulta numa descrição que permite identificar problemas, ou necessidades de um

território, de um grupo de pessoas ou de uma organização. Este deve possuir algumas características fundamentais: ser participado, ser prospetivo e ser analítico” (Fragoso, 2015, pp. 267-268).

Positivamente, a viragem do século trouxe novas dinâmicas e exigências às IPSS no que respeita ao apoio social, com novos métodos de trabalho, de gestão, de planeamento e novos mercados, derivados dos desafios sociais complexos com que se foram confrontando, assim sendo, é certo que estas possuem “competências e qualidade suficientes para redefinir contratos com o estado criando uma dinâmica mais acentuada entre o domínio público e o domínio privado. Estamos a viver um novo paradigma em que o empreendedorismo e a inovação social estão na moda. Ainda bem!” (Fragoso, 2015, p. 280).

Em síntese,

“qualquer diagnóstico é sempre apoiado numa investigação aplicada. Trata-se de realizar um estudo com a finalidade de obter conhecimentos para produzir mudanças introduzidas e/ou planificadas. Ou com o propósito de resolver problemas, satisfazer necessidades, desenvolver potencialidades, ou agir sobre algum aspecto da realidade social” (Idáñez & Ander Egg, 2008, p. 19),

prática que comporta implicações profundadas no domínio do conhecimento e da ação no seio das IPSS.

1.2.3. Sociologia e a avaliação: olhares cruzados

Já dizia António Firmino da Costa (2003) a sociologia é uma ciência com especial apetência para a reflexividade e, como tal, uma das coisas que ela permite é analisar uma questão como um facto social. Mas é, sobretudo, uma análise no âmbito das relações sociais e, também, na investigação das causas e dos processos sociais.

“a constatação essencial é que a sociologia, não só estuda a sociedade, mas também faz parte dela (...) e a atividade profissional dos sociólogos tem sempre uma base científica (...) As relações da sociologia com a sociedade são tanto relações sociais de observação e análise como relações sociais de participação e intervenção” (Costa, 2003, pp.136-139).

O estudo que nos propusemos realizar é, como Hermano Carmo afirma, citando Josué de Castro, um “estudo de sociologia participante ou comprometido. De uma sociologia que não teme interferir no processo de mudança social” (Carmo, 2010, p.105).

A este tipo de sociologia chamaram de sociologia de intervenção, onde se aceita a influência do investigador, pois este utiliza-a para produzir melhorias sociais sobre o objeto de estudo.

A verdade é que a sociologia dotou-se desde os seus primórdios de mecanismos reflexivos, de se reanalisar a si própria, não se limitando em exclusivo à produção de conhecimento sobre a sociedade – o que também é importante, por exemplo, para as instituições pois dá-lhes ferramentas e conhecimentos teóricos para prosseguirem com mais eficácia os seus fins – mas, ainda, e tal como a avaliação – de que falaremos mais à frente – tem a capacidade de conseguir, dada essa reflexividade, levar os atores sociais a pensarem e terem noções da sua própria atividade.

Esta atividade sociológica advém da crescente profissionalização das ciências sociais e humanas, mais ainda, da denominada teoria da ação:

“Considerando que a intervenção da sociologia não é de natureza normativa mas é do plano cognitivo, o trabalho científico assenta no conhecimento produzido sobre o sistema de ação e os problemas com que este se confronta, por outro lado, na elaboração de um raciocínio que permita descodificar esse conhecimento e utilizá-lo para elaborar um plano de ação conjunto dos atores envolvidos” (Guerra, 2014 , p.75)

Existem alguns modelos para a intervenção sociológica, mas aquele onde focaremos o nosso estudo é a da análise estratégica de Crozier e Friedberg. De facto, muito embora não entrem em rutura com a sociologia clássica, estes sociólogos franceses pretendem mostrar a complexidade do social, por um lado, apoiando-se

“nos autores clássicos – continuam a defender a neutralidade, demonstram desconfiança face aos comprometimentos práticos, reivindicam a lembrança da distância entre o pensamento e ação bem como a unidade dos métodos e a sua articulação a uma teoria social específica recusando ainda demasiadas proximidades disciplinares, etc. Mas, por outro lado, defendem a análise das práticas sociais, o reequacionamento de uma teoria de ação, o papel dos atores na mudança social e a historicidade de produção científica” (Guerra, 2014, p. 5)

Esta corrente de pesquisa, dos anos 80, retoma então a palavra ator e centra-se quer na pesquisa-ação, quer na pesquisa qualitativa. Apela-se, também, à pesquisa de terreno mas, sobretudo é um período de análise bipolar, por um lado, uma assente na compreensão dos fenómenos mas outra que prevê a melhoria das intervenções e conhecimentos dos utentes (Guerra, 2014). Então, podemos demarcar nela três modelos explicativos:

- Perspetiva estratégica – “com a análise estratégica, a racionalidade da ação é interpretada como um jogo de interesses e de poder entre os diferentes atores cujas relações e interações influenciam o funcionamento dos serviços sociais e as formas de vida social (...) visa articular as relações entre ator e sistema acreditando-se que o ator dispõe de uma margem de manobra num contexto de racionalidade limitada e que o poder está no centro das análises de ação coletiva” (Guerra, 2014, p. 7)
- Perspetiva de regulação social – onde é dada uma atenção “aos regulamentos, às formas de organização, práticas profissionais, relações de trabalho, etc.” (Guerra, 2014, p. 8)
- Perspetiva construtivista – onde “um problema social é considerado ser o resultado da ação de indivíduos ou de grupos visando a modificação de certas condições sociais (...) a existência de um problema social depende da existência de grupos que o definem como problema e tem vontade de o alterar.” (Guerra, 2014, p. 8)

Ora, favorecendo a participação dos atores e a reflexividade estes aceitam, então, participar na produção de sociedade, como já se disse, e cada projeto por eles concebidos originaria mudanças sociais.

Essas mudanças só fazem sentido numa lógica das relações que se estabelecem entre elas, de cooperação e de redes, quer de entendimentos e sinergias, quer de interdependência ou de conflitos, mas, mais ainda, de planeamento para o sucesso da ação.

Antes de prosseguir lembremo-nos, por último, na sua profissão de sociólogo, e nesta linha de pensamento, quando colocado no meio da ação coletiva é obrigado “a repensar o seu papel como interveniente em contextos de mudança complexos” (Guerra, 2005, p. 23), isto porque, estando permanentemente em contato com os atores que compõem os sistema, ele submerge na produção de conhecimento e na

transformação social, ou seja, ao mesmo tempo que tenta compreender a sociedade ele próprio vai construindo-a é, como tal, produtor de sentidos e transformador de objetos (Guerra, 2014). Em termos práticos, e aplicando a questão às instituições e aos projetos, o sociólogo procura entrar numa organização, por encomenda ou não, e ocupa-se com a compreensão do funcionamento dos serviços, dos atores e das suas redes, e de forma como os serviços interferem na construção das suas decisões em prol dos seus objetivos.

No entanto, para uma intervenção sociológica eficaz existem algumas ferramentas que não podem ser descuradas, logo, essa eficácia

“depende da qualidade do inquérito e da forma de produzir conhecimento, quer dizer recolher dados, submetê-los a um tratamento sistemático, construir interpretações e por outro lado, organizar o processo de comunicação desses resultados” (Guerra, 2014, p. 75).

Neste tipo de estudos, que trabalham o planeamento e também a avaliação, existiram, de facto, ruturas epistemológicas com os métodos de análise tradicionais – aqui dá-se primazia a metodologias de investigação-ação, metodologias que apelam à participação ou que decorrem da análise do sistema (Guerra, 2005) - como tal, aceita-se que, em ciências sociais, para que os novos caminho e formas de fazer sociologia tenham um resultado científico menos contestável haja necessidade de triangular estas novas metodologias com as tradicionais (entrevistas, questionários, etc):

“uma parte significativa das discussões sobre as novas metodologias de trabalho são mais questões de ordem ética e política do que de ordem científica ou técnica. Trabalhar com atores, partilhas conhecimentos e saberes e, sobretudo, gerir encomendas sociológicas com atores públicos que têm de dar visibilidade ao seu investimento, gera contradições e exige compromissos de ordem ideológica nem sempre simples (...) A capacidade de argumentação,

de adequação da linguagem e a pedagogia da reflexividade são importantes, assentes que o nosso papel não é apenas produzir conhecimento é também socializa-lo” (Guerra, 2005, p. 24).

1.2.4. Avaliação de projetos sociais: práticas e desafios

É no início do século XX que surge a preocupação por parte dos especialistas em avaliar os projetos sociais com o objetivo de:

“procura de meios mais eficazes e mais económicos para generalizar processos de intervenção social: alfabetização da população adulta, formação profissional, etc. Desde os anos 30 que se desenvolve um esforço de avaliação sistemática recorrendo a técnicas de pesquisa tradicionais, que são ainda experiências parcelares sem verdadeiro impacto no mundo académico nem nas vertentes mais profissionalizantes” (Guerra, 2010, p. 177).

Contudo, só depois da Segunda Guerra Mundial passa a ter verdadeira importância. Sobretudo nos Estados Unidos da América, dado o crescimento económico, acreditava-se que a “produtividade poderia durar sempre e harmonizaria os interesses de várias classes sociais” (Guerra, 2010, p.177). Por conseguinte, tiveram origem diferentes modelos de avaliação e diferentes tomadas de posição por quem avaliava, consoante os estudos, mas também de acordo com os interesses pessoais ou financeiros de quem procurava este tipo de pesquisa. Nesta fase, a investigação em avaliação desenvolve-se sob as metodologias qualitativas para compreensão do processo de funcionamentos dos mesmos, mas tal, levou a “um excesso de localismo (...) fornecendo pouca credibilidade nas informações” (Guerra, 2010, p.180).

Já no final do século, com a evolução das sociedades, o avanço do capitalismo, o reconhecimento do papel do avaliador e da função da avaliação, também como

legitimadora do Estado e das Instituições, ela emerge como uma ciência multidisciplinar e pluralista.

Então, a difusão da metodologia de avaliação, segundo a supra citada autora, passa por várias fases.

“No final dos anos 50, uma larga atividade de avaliação era já frequente (...) e a difusão da metodologias de avaliação era fornecido pelos poderes públicos nacionais e internacionais (...) Os modelos dos anos 60 eram fundados na necessidade dos técnicos de planeamento de obterem informações de forma a saberem orientar os seus esforços em pessoal e investimento financeiro (...) estes modelos enfatizavam os métodos experimentais, a recolha estandardizada de dados, largas amostragens e dados cientificamente fundamentados (...) mas tais modelos eram monoculturais (...). A investigação em avaliação desenvolve-se devido ao desenvolvimento dos métodos de investigação e das estatísticas aplicadas ao estudo dos problemas sociais, processeos e relações interpessoais e devido à melhoria da recolha sistemática retirada dos questionários extensivos, à introdução da informática no tratamento de dados, às análises multivariadas” (Guerra, 2010, p.178-179).

Contudo, uma das lacunas que se apontava era a desconsideração pela diversidade dos grupos sociais e, como tal, em meados da década de 70, emerge esse olhar sobre a pluralidade de culturas e agentes. Porém, é só nos anos 80 que se aproximam

“atores e decisores numa procura pragmática da eficácia e (...) não cessam de fazer crescer a obrigatoriedade da avaliação científica na maioria dos programas (...). No final do século XX a avaliação tornou-se mais integrada nas suas componentes operacionais e evoluiu de uma dimensão monopolítica para uma dimensão pluralista (múltiplos métodos, critérios, medidas, perspetivas, audiências, interesses, etc) e dando-se conta de que a avaliação tem

efeitos políticos (...) como fonte de procura de novas dimensões de legitimidade por parte da esfera pública e por vezes de instituições privadas” (Guerra, 2010, p.181).

Em Portugal, de acordo com Margarida Perestrelo, a função da avaliação ganhou notoriedade após a nossa adesão à Comunidade Europeia e, hoje em dia, é tida como um processo dinâmico indispensável à formulação da ação, mas também “pluralista, no sentido em que implica o conjunto dos atores (...) centrada nos atores e na sua reflexão estratégica” (Perestrelo, 2002, p.40). Inclusivamente, são frequentes financiamentos internacionais em programas e projetos sociais de países em desenvolvimento tendo como objetivo mudanças sociais nos mesmos.

“Avaliar é sempre comparar um modelo – medir – e implica uma finalidade operativa que visa corrigir ou melhorar (...) é o processo pelo qual se delimita e se fornece informações úteis, permitindo ajuizar sobre as decisões futuras” (Guerra, 2010, p.185).

Assim, o primeiro significado de avaliação é o dar valor a alguma coisa, ou seja, é dar significado aos elementos subjetivos ao tentar perceber a importância da sua magnitude, da sua intensão, da sua extensão, do seu alcance, qualificativos intangíveis, ao invés de valores como o preço ou os concorrentes, sem necessidade de comparação. Então, as avaliações de projetos sociais estão sujeitas à capacidade de obter o maior número de informações, exatas e de qualidade, para originar uma opinião adequada sobre determinada ação social pois também só dessa forma se conseguem evidenciar os seus problemas e obstáculos e, de alguma forma, solucioná-los ou remodelar a ação futura.

A avaliação é, então:

“um componente do processo de planeamento. Todos os projetos contêm necessariamente um plano de avaliação que se estrutura em função do desenho do projeto e é acompanhado de mecanismos de

autocontrolo que permitem, de forma rigorosa, ir conhecendo os resultados e os efeitos da intervenção e corrigir as trajetórias caso estas sejam indesejáveis” (Guerra, 2010, p. 175).

Quando avaliamos projetos há a pretensão de perceber até que ponto foram alcançados ou respondidos alguns critérios essenciais para o sucesso, ou não, dos projetos. Para Isabel Guerra (2000) existem alguns critérios-chave tais como, aceitação, adequação, coerência externa e interna, conceptualização / atualidade / validade do projeto, efetividade, eficácia externa e interna, eficiência, impacto, oportunidade (interna / endógena e externa), pertinência, relevância, sistema de gestão e acompanhamento, suficiência, sustentabilidade, transferibilidade, utilidade, externalidades e validade interna.

Ou seja, através deles podemos auferir o nível de satisfação por parte de utentes e funcionários, se existe harmonia nos objetivos e ações das partes que intervêm, se estão os mesmos alinhados com estratégias e outros meios externos aos programas, se as propostas iniciais ainda estão de acordo com o problema, se a intervenção está a responder ao problema social, se trouxe valor ou efeitos a outros sectores, se as ações previstas estão sendo realizadas, se a medida contribuiu para a qualidade das práticas, fazer, igualmente, uma análise custo-benefício, quais os resultados expectáveis a medio e longo prazo, que oportunidades e necessidades foram desencadeadas por estes projetos no seu público-alvo, que ilações se podem tirar dos projetos e a nível de contexto local, regional e nacional, mas também social, económico e institucional, avaliar, também, as necessidades de gestão e adequação da resposta ao nível do quadro organizativo e institucional, se a capacidade da resposta é suficiente para atingir as metas propostas, se trouxe aprendizagens, se tem capacidade de ser replicado, comparar os seus efeitos antes e depois na população-alvo, entre outras questões.

A avaliação deve estar no processo da criação de uma política pública como uma atividade permanente que está presente em todos os seus estágios, desde o

reconhecimento do problema até a análise das mudanças sociais resultantes da intervenção. No entanto, é importante conhecer:

“os paradigmas de avaliação permite tomar consciência das potencialidades e dos riscos da sua utilização e constitui um primeiro passo para a utilização adequada de qualquer dispositivo de avaliação. É preciso reconhecer os limites da previsão social e da capacidade de medição dos fenómenos sociais, na medida em que a teoria social tem uma capacidade de previsão limitada e, assim, qualquer dos modelos de avaliação pecará sempre por defeito e os seus resultados só poderão ser hipoteticamente explicativos” (Guerra, 2010, p.177).

Também para a avaliação de políticas e de projetos são importantes indicadores sociais, que servem como indicadores de análise e formulação de políticas públicas e, conseqüentemente, análise dos seus resultados, incidências e efeitos – neste caso, em concreto, seria dada primazia aos indicadores subjetivos (qualitativos) uma vez que seriam medidas construídas a partir e após avaliação por especialistas em relação a certos aspetos da realidade e do programa (Santos, 2012) – no entanto, persistem as limitações associadas aos parâmetros envolvidos na produção destes indicadores que têm uma utilização limitada. Contudo, Souza (2003 citado por Finkler, 2011, p.28) “argumenta que a construção das políticas envolve diversas pressões às quais determinado governo é submetido e prioriza, tendo em vista a sua eleição, nomeadamente de grupos de interesse que exercem pressão nos vários estágios.”

Ou seja, é curioso notar que algumas iniciativas bem-sucedidas, avançadas tanto pela esfera governamental quanto puramente privada, servem de base para a consolidação de políticas públicas dos governos. Tal acontece também muitas vezes com as organizações do Terceiro Setor, mais pequenas, mas criativas que criam também alternativas eficazes e a menor custo para combater ou prevenir um determinado problema social. Deste modo o Terceiro Setor deve ser tido cada vez

mais como um laboratório que cria e experimenta projetos sociais que podem servir de base para os gestores públicos implantarem novas políticas e equipamentos na sociedade. Quer-se com isto dizer que avaliar também diz respeito à mudança uma vez que

“os processos e resultados da avaliação podem implicar mudanças no planejamento e implementação de um programa; mudanças em políticas; mudanças sobre o mérito, valor ou significado de um programa; ou, ainda, mudanças nas atitudes referentes ao valor da avaliação” (Pocho, 2011, p.10).

Para Gambardella (2014) existem algumas questões na avaliação que não podemos descurar. Primeiro, é preciso definir o “para que” da avaliação, e depois também será necessário definir o “para quem”. Por exemplo: a avaliação direcionada aos parceiros e colaboradores poderia cingir-se à análise do desempenho financeiro e dos resultados quantitativos. Porém quando destinada à equipa ou utentes já deveria interessar mais a qualidade, o desempenho e capacidade de replicabilidade. Já Fernandes (2013) de acordo com Sirgado (2015) enumera alguns dos principais intentos da avaliação auxiliar a tomada de decisões; auxiliar na prestação pública de contas; melhorar as práticas e procedimentos organizacionais; adjuvar na compreensão dos problemas sociais e das possíveis soluções; criar empatia pelas experiências vivenciadas pelos beneficiários dos programas e, por último, legitimar programas.

De facto, a abordagem concebida pelas linhas de avaliação com vertentes qualitativas acabou por chamar à atenção a figura do beneficiário da ação. Também para Gambardella (2014) embora a figura do beneficiário deva cada vez mais ser tida em conta, quando forem avaliados os projetos que lhe são direcionados, não nos podemos esquecer que a criação dos mesmos teve origem na falta de investimento público e de condições que eram, até à data, despendidas a estas questões que têm por base direitos humanos e sociais e que, embora previstos em Lei/Constituição Nacional, têm sido descumpridos pelo Estado.

Ainda, outra forma de avaliar é medindo o impacto político que um projeto provoca na sociedade, quer seja através da adesão ou reconhecimento, seja pela origem de protestos. A verdade é que o processo de avaliação tem se tornado ponto-chave em variadíssimas atividades sociais, principalmente quando se tratam de projetos realizados mediante a captação de recursos públicos que precisam de ser justificados. Daí que, curiosamente, se considere que

“a emergência da avaliação como prática profissional decorre do avanço do capitalismo perante o enfraquecimento das instituições de controlo e de regulação tradicional e face à emergência de novas formas de legitimidade do Estado. Assim, o poder político procura outras dimensões de legitimação” (Guerra, 2010, p.181).

Nesta temática, Couto et al. (2013) e Esperança & Matias (2009) (citados por Teixeira, 2015, p. 24) afirmam que a

“avaliação de projetos aparece como metodologia de análise e apoio a decisões de investimento, em ambiente de incerteza em relação ao futuro, baseada num conjunto de técnicas que permitem analisar todos os custos e benefícios associados aos projetos de investimento” e o seu objetivo é de perceber o mais fielmente o “valor a ser gerado pela decisão de investir, de forma a melhorar a eficiência da utilização dos recursos, através de princípios metodológicos que permitam sistematizar toda a informação que decorre dos estudos inicialmente efetuados sobre mercados, a tecnologia, a dimensão e a localização do projeto, a fim de sustentar o processo de tomada de decisão” (Soares et al., 2007 citado por Teixeira, 2015, p. 22)

e, desta forma, perceber se aquilo que se pretende que aconteça durante a vigência de um programa está, efetivamente, a ocorrer.

Então, os projetos sociais são oportunidades reais de mudanças na sociedade, pois são um espaço de relações permanentes entre a vontade individual e coletiva, com o intento de mudar a realidade dos participantes em causa.

Antes de continuarmos a nossa linha de pensamento, é conveniente relembrar que:

“a avaliação e a pesquisa utilizam metodologias diferentes, pese embora ambas recorram às metodologias tradicionais de investigação em ciências sociais. A investigação distingue-se porque não pretende medir os resultados de uma ação nem dar elementos que suportem a decisão (...) Zuniga (1986) propõe a reconciliação entre investigação e avaliação através daquilo que denomina como investigação avaliativa e que define como a utilização sistemática de procedimentos de investigação social na conceptualização e na avaliação, da execução à utilidade, de projetos de intervenção social (...) embora seja difícil traçar uma linha de demarcação, é evidente que as metodologias de avaliação são metodologias de investigação e muito especialmente de investigação-ação (...) meio de conhecimento da realidade e meio de conhecimento dos resultados de uma intervenção” (Guerra, 2010, p.184-185).

Como já dissemos então, os projetos sociais são concebidos e cumpridos com o sentido de transformação social, de realizar mudanças na vida dos seus usufruidores, sendo que uma das grandes dificuldades com que se depara são a curta duração da maioria dos projetos. Deste modo, existem algumas etapas que devem ser respeitadas. Uma das reconhecidas é a avaliação ex-ante ou ponto de partida que, como o nome indica, acontece no início do projeto e que abarca a análise e diagnóstico do contexto social anterior ao projeto, definindo o marco zero. Esta - a avaliação ex-ante - “verifica as alternativas possíveis e os impactos dos projetos sobre cada uma das alternativas quanto a custos, nível de adesão da organização e dos beneficiários, padrões de intervenção, estratégias, processos e resultados” (Reis, 2009, p. 59). O marco zero é uma avaliação introdutória, que poderia ter outras

designações, como “diagnóstico, indicadores preliminares, avaliação ex-ante, de contexto ou outras” (Marino, 2003, p.24, citado por Barros & Barreto, 2016, p.11).

“O processo por ele desencadeado representa a análise situacional da realidade pelos diferentes atores envolvidos no início de um projeto. As informações obtidas a partir desse momento vão orientar o planeamento das ações futuras e servir de parâmetro para as outras fases da avaliação” (Marino, 2003, p.24, citado por Barros & Barreto, 2016, p.11).

Posteriormente, é feita a avaliação de processo, ou de acompanhamento, e é efetuada ao longo do decorrer do programa. Já a avaliação de produto (*post*), é aquela realizada no final do projeto e pretende verificar os resultados e impactos causados pelo mesmo.

Na composição de uma proposta de projeto social, como o da casa de abrigo masculina, o principal desígnio é que ele atinja a meta, conquistando a confiança dos atores investidores pela habilidade da organização em gerir, tanto os recursos financeiros, como humanos como temporais a que se propôs – o que só é possível se na base estiver uma proposta sustentável - “Avaliar é sempre comparar com um modelo – medir – e implica uma finalidade operativa que visa corrigir ou melhorar” (Guerra, 2010, p.185).

A avaliação tem, então, e no mínimo, quatro funções que importa destacar. Por um lado, a função de medida que requer a definição inicial dos resultados a avaliar e, muito embora seja um processo contínuo e que os efeitos nem sempre sejam quantitativamente mensuráveis, criam um padrão; por outro, o de ferramenta de apoio à tomada de decisão, logo, capaz de fornecer informação que permita a racionalização da tomada de decisão; ainda a de processo de formação, ou de aprendizagem, pois é uma ferramenta de reflexão sobre contextos e resultados; por último, de aprofundamento da democracia participativa pois “deve constituir-se como um momento de reflexão (e ação) dos diferentes parceiros sobre a

causalidades dos problemas e os efeitos das ações, bem como sobre as decisão sobre a melhor forma de agir” (Guerra, 2010, p.187).

A verdade é que diferentes autores definem diferentes tipos de avaliação e objetivos. Já nós considerámos possível resumir e completar o que foi dito dos tipos de avaliação e dos objetivos através de um quadro resumo elaborado por Antunes (2008):

Quadro 3- Avaliação

Tipos de Avaliação	Caraterísticas
1-Formativa	Fornecer informações aos gestores do projeto para que eles efetuem melhorias ainda na fase da implantação. Ocorre no começo do projeto.
2- Somativa	Normalmente efetuada após o fim do projeto, utilizada para deliberar acerca da continuidade, extensão ou encerramento do projeto.
3- Avaliação de situação	Acontece antes que o projeto seja posto em prática e visa conhecer reais necessidades da população beneficiária do projeto a ser implantado.
4- Avaliação ex-ante	Ocorre no início do projeto de forma a antever fatores considerados no processo decisório.
5- Avaliação ex-post	Efetuada depois ou durante o projeto, proporciona um processo decisório baseado nos resultados efetivamente alcançados.
6- Avaliação de processos	Integra a avaliação ex-post e é efetuada no decorrer do projeto. Fornece informações para aperfeiçoar o projeto ou decidir pela descontinuidade do mesmo.
7- Avaliação de impacto	Também integra a avaliação ex-post e ocorre após o encerramento do projeto. Este tipo de avaliação busca verificar se os objetivos do projeto foram alcançados e analisar os impactos causados na população alvo do mesmo.
8- Avaliação externa	Realizada por pessoas que não estão envolvidas com a gestão do projeto. Possui como ponte forte a imparcialidade do avaliador
9- Avaliação interna	Executada pela própria instituição que mantém o projeto. O ponto forte deste tipo de avaliação é o facto de que o avaliador conhece bem o projeto que está avaliando.
10- Avaliação mista	É feita conjuntamente entre avaliadores internos e externos. Alia-se o trabalho de ambos de modo a minimizar as dificuldades encontradas pela avaliação interna e pela externa.
11- Avaliação participativa	Surgiu para preencher o espaço deixado pelos outros tipos de avaliação e envolve os beneficiários do projeto. Há contribuições de diferentes visões e perspetivas que enriquecem o processo.

Tipos de Avaliação	Caraterísticas
12- Avaliação de projetos de grande porte	Estratégia de avaliação: analítica e objetiva; lógica da avaliação: predominantemente dedutiva; roteiro da avaliação: utiliza modelos experimentais que permitam dimensionar a realidade; técnicas de análise: normalmente quantitativas complementadas com as qualitativas; resultado da avaliação: são gerais, as pessoas são tratadas em grupos; avaliadores: avaliação é centralizada em virtude do tamanho do projeto, o avaliador não está em contato permanente com todos os atores do projeto.
13- Avaliação de projetos de pequeno porte	Estratégia de avaliação: qualitativa e global; lógica da avaliação: indutiva; roteiro da avaliação: toma por base a realidade global e busca compreender o projeto por meio das relações sociais; técnicas de análise: predominantemente qualitativas; resultados da avaliação: as pessoas são tratadas individualmente; avaliadores: eles estão localizados no próprio projeto em virtude da exigência de interação do avaliador com o grupo.
14- Avaliação destinada aos dirigentes superiores	Visa fornecer informações para que tais dirigentes tomem decisões acerca de que projetos serão realizados bem como os recursos necessários para executá-los.
15- Avaliação destinada aos administradores	Abastece os administradores de informações para que eles distribuam os recursos destinados de forma a atingir os objetivos do projeto
16- Avaliação destinada aos técnicos	Fornecer informações acerca da execução do projeto
17- Avaliação por triangulação de métodos	Conta com a participação de pesquisadores de diversas áreas, com diferentes fontes de informações e distintas técnicas de coleta de dados

Fonte: Antunes (2008)

É importante frisar que a avaliação não deve ser apenas uma fase, muito menos a última de um projeto, pois esta deve ser realizada ao longo da execução do mesmo já que se a avaliação for uma constante mais depressa se poderá corrigir desvios. “A avaliação é sempre um ato de comparar o previsto com o realizado, para introduzir correções ou simplesmente para validar a qualidade do que foi feito” (Sirgado, 2015, p. 68).

A verdade é que as organizações do terceiro setor procuram contribuir para a solução de questões complexas da sociedade (Aguar & Guerra-silva, 2008), ainda assim, é óbvia a dificuldade em avaliar as atividades realizadas por organizações cujos resultados precisam ser medidos quer pela mudança qualitativa que provocam quer por meio de indicadores quantificáveis e tangíveis. Os critérios e os métodos usados para se proceder à avaliação das atividades dependem então de existir algum

tipo de motivação que suscite a iniciativa de avaliar ou da necessidade de avaliação no apoio ao processo decisório sobre em que projetos apostar e que recursos alocar. A esta situação López Martinez et al (1999 citado por Aguiar & Guerra-silva, 2008) chamam de avaliação prospetiva, tal como se pretende perceber no projeto da casa-abrigo masculina.

Os critérios de avaliação prospetiva podem ser internos - forma pela qual as ações programadas devem ser cumpridas - ou externos - impacto das ações desenvolvidas na população-alvo. Segundo López-Martinez et al (1999 citado por Aguiar & Guerra-silva, 2008), a eficiência e a capacitação de pessoal são critérios internos. Já o critério de utilidade exprime em que grau os resultados previstos do projeto, terão impacto, por exemplo, nos utentes.

Resta-nos lembrar que:

“Tomar consciência das potencialidades e dos riscos na utilização de metodologias de avaliação é um primeiro passo para a utilização adequada de qualquer dispositivo de avaliação (...)advém, em primeiro lugar, da complexidade, se não mesmo da impossibilidade de previsão de fenómenos sociais (...) uma outra dificuldade advém da avaliação dos objetivos das intervenções sobre o social (...) mais ainda, os projetos sociais definem os seus objetivos no decurso da ação num contexto em perante mudança (...) e uma última a dificuldade da avaliação relaciona-se com o sistema de construção dos indicadores sociais” (Guerra, 2010, pp. 203-205).

Mas, a avaliação é, por último,

“um dever ético, com importância estratégica e indispensável para a confirmação de idoneidade, o estabelecimento de boas relações com parceiros e beneficiários, para a manutenção e instituição de novas parcerias, para a captação de recursos, para a sua sustentabilidade, para a produção de novos conhecimentos. Ela é indispensável para a

melhoria na tomada de decisões que procuram atender a população com qualidade e, sobretudo, ofertando-lhe dignidade.” (Gambardella, 2014, p.137).

Foi tendo como pano de fundo este fio condutor plural e polissêmico que lançámos para o desenvolvimento do trabalho para a análise da problemática da violência sobre os homens em contexto doméstico, questionando os dilemas e desafios do projeto Casa-abrigo masculina "Proteção para Todos", cujas opções metodológicas e resultados alcançados irão ser descritos adiante.

Ângela Malveiro

Violência doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência.
Uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas.

PARTE 2. Opções Metodológicas

Ângela Malveiro

PARTE 2. Opções Metodológicas

2. Linhas de Horizonte Metodológico

2.1. Prospetiva, ciências sociais e sociologia

A profissionalização crescente da investigação em ciências sociais e, particularmente, no campo da sociologia faz renascer o interesse por uma teoria de ação procurando uma relação entre conhecimento e intervenção. Neste sentido, de acordo com Vasconcelos e Sá (1990) citado por Margarida Perestrelo (1999), nos anos 70, dá-se uma crise do planeamento tradicional emergindo um pensamento voltado para a complexidade dando origem ao paradigma de planeamento estratégico e da análise prospetiva. São vantagens do exercício da prospetiva: “a comunicação e a coordenação entre atores e *stakeholders*, a concentração no longo prazo (uma exigência), a construção de uma visão partilhada que facilita a focalização dos atores, gerindo incertezas, potenciando exercícios mais inclusivos e fortalecendo redes e interfaces (capital social), a contribuição para a definição de prioridades (num contexto de significativas restrições ao nível dos recursos e de crescente concorrência internacional) e a criação de compromissos (de participação e de implementação)” (Alvarenga & Carvalho, 2007, citados por Mamede, 2014 , p. 46).

2.1.1. Prospetiva: história e princípios

O sentido da palavra prospetiva é evidente: olhar para frente e não para trás. Daqui é sugestionado que uma pesquisa prospetiva se presta a examinar o futuro, um projeto que concebemos para o futuro. Passar da retrospeção à prospeção não é apenas desviar a nossa atenção para outro tempo verbal, mas sim estarmos prontos para atuar. Portanto, a prospetiva dedica-se a uma análise em profundidade. Em vários sentidos, a prospetiva assemelha-se com a História, uma vez que as duas se ocupam de factos, que a bem dizer, não existem: o passado já era; mas o futuro ainda não chegou.

De acordo com Saragoça (2010)

“enquadrada no campo dos estudos futuros é uma abordagem interdisciplinar que estuda as mudanças passadas e presentes e procura, através da análise das fontes, padrões e causas da mudança e da estabilidade, desenvolver a capacidade de antevisão e traçar futuros possíveis (...) O interesse da sociologia pela prospetiva remonta sobretudo aos anos 30 do século XX, com os trabalhos de Gilfillan & Ogburn (Henshel, 1982), prosseguida posteriormente com mais visibilidade nos anos 50, através de algumas iniciativas orientadas para prever o comportamento humano” (Saragoça, 2010, p.115).

Os primeiros “empreiteiros de futuro” de que se escreve foram os profetas, presentes nas religiões judaica, cristã e islâmica. Fica-nos claro que estes personagens da história tiveram um papel preponderante de professores, não podendo ser apelidados de apenas serem meros adivinhos. Na Grécia o futuro era vaticinado nos oráculos e, mais tarde, a preocupação com o futuro reemerge no Renascimento e toma uma marcante forma literária com Júlio Verne no Século XIX. O primeiro autor a utilizar o termo prospetiva foi o filósofo e pedagogo francês Gaston Berger na sua obra "A Atitude Prospetiva" (1957), na qual considera que a atitude prospetiva é olhar para longe, preocupar-se com o longo prazo, tendo em atenção as interações, os fatores e as tendências que realmente interessam. Herman Kahn avançou na década seguinte com os estudos de caráter prospetivo no seu livro "O Ano 2000", lançado em 1967, no qual surge a noção de cenários prospetivos tidos como sequências hipotéticas de eventos, visando o propondo-se a identificar a tensão dos pontos de decisão e os processos causais. É nos anos 80 que Michel Godet formaliza em livro a metodologia francesa de prospetiva e que defende que a atitude prospetiva não reside em esperar a mudança para reagir, mas sim controlar a mudança em dois sentidos: de pré-atividade (a preparação para uma mudança esperada) e de proatividade (provocar uma mudança desejada) (Moreau, 2014).

Hoje, os estudos prospetivos são um forte instrumento no âmbito do planeamento, pela possibilidade que permitem e favorecem na promoção e planificação de mudança social ou na ajuda à construção de futuros. A prospetiva distingue-se por aprimorar a capacidade de prever e lidar com as mudanças – quer exógenas, quer as relacionadas com as próprias ações – e por ter em conta os futuros possíveis. Aplica-se em atividades que concertam diretrizes a longo prazo, redes e fortes ligações com o planeamento e tomada de decisão (Borges, 2012).

2.1.2 Prospetiva: métodos e técnicas

Um dos trabalhos pioneiros da aplicação dos métodos prospetivos na Universidade de Évora é o realizado por José Saragoça (2010), na sua tese de doutoramento em Sociologia. "O interesse manifestado pelos estudos prospetivos e a utilidade que representam, tem provocado o interesse académico por esta prática científica e pela aplicação das metodologias da prospetiva, que proporcionam a constituição de cenários possíveis e prováveis" (Baião, 2014). Na sequência desta linha, defendida anteriormente, por outras teses de Doutoramento que serviram de base teórica e de pesquisa, também esta investigação preconiza as vantagens destes métodos e técnicas.

Um dos motivos é porque as metodologias prospetivas buscam identificar cenários possíveis e a relação de dependência entre a concretização desses cenários e a estratégia dos atores envolvidos, bem como as variáveis, as alianças e os conflitos a ter em atenção no exercício das escolhas. Uma abordagem qualitativa e prospetiva prevê que os instrumentos de análise e antecipação sejam produzidos de uma forma concertada entre os distintos atores.

Alvarenga & Carvalho (2007), como já dissemos, consideram que o primeiro grande objetivo da prospetiva é antecipar para agir, o seu grande interesse incide:

“na capacidade de explorar o futuro de forma organizada (construindo processos modulares a partir de múltiplas ferramentas em função dos objetivos definidos e recursos disponíveis);

estruturada (procurando categorizar e interligar os diferentes elementos relevantes para a análise); consistente (procurando e justificando a coerência da combinação entre diferentes elementos de um exercício de Prospetiva: elementos pré-determinados, tendências, incertezas, surpresas estratégicas, pontos fracos); plausível (não confundindo criatividade e imaginação com fantasia); útil (respondendo a necessidades específicas, estimulando a tomada de decisão e enquadrando a implementação e a monitorização de Estratégias)” (Mamede, 2014, p. 44).

Então, a prospetiva pode interessar aos atores dos projetos e das organizações numa dupla abordagem. Por um lado, numa perspectiva denominada de prospetiva exploratória, este tipo de abordagem tem em vista os futuros possíveis de um sistema, ou seja, o que pode ocorrer no futuro num dado sistema ou subsistema. Noutra, estamos diante a prospetiva estratégica, já que os seus promotores questionam sobre o que pode a organização fazer em relação às possibilidades futuras, o que vai fazer e como, num exercício prospetivo que tem aspirações e finalidades estratégicas para os atores que o realizam.

A prospetiva é “uma disciplina com visão global, sistémica e aberta que antecipa futuros possíveis, prováveis e desejáveis, não apenas através de extrapolação de dados do passado, mas também e, fundamentalmente, tendo em conta as prováveis evoluções futuras das variáveis” (Santos, 2013, p.11) e pode ser usada com dois objetivos distintos: como uma prospetiva exploratória, a qual tem apenas como objetivo esclarecer os futuros possíveis de um sistema, aplicando-se com frequência à análise de questões macro e, por outro, uma prospetiva estratégica integrando um elemento numa corrente de aprendizagem das organizações que lhes possibilita antecipar o desenvolvimento do enquadramento e, com suporte nessas simulações experimentar as estratégias existentes ou definir uma nova visão estratégica condutora de uma nova ação. Contudo, ainda de acordo com o mesmo autor, e não obstante os pontos fracos e fortes de cada um, podem ser categorizados da seguinte forma:

“i) monitoramento e sistemas de inteligência; ii) análise de tendências; iii) opinião de especialistas; iv) modelos computacionais e ferramentas analíticas; v) cenários e, vi) a criatividade. De acordo com a mesma fonte pode - se destacar como exemplos desses métodos os seguintes: i) para o monitoramento e sistemas de inteligência (a inteligência competitiva tecnológica); ii) para análises de tendência (temos a regressão; a curva S e, as equações de Lotka Volterra); iii) para opinião dos especialistas (o método Delphi; o painel de especialistas; as tecnologias críticas; surveys, a avaliação individual, e ainda os comitês, seminários, conferências e workshops); iv) para os cenários (as metodologias adotadas pela Global Business Network, por Schoemaker, e por M. Porter), v) para os modelos computacionais e ferramentas analíticas (a modelagem; a simulação; as análises multicritérios, e, o data mining); vi) para a criatividade (a análise morfológica; a análise de impacto; o brainstorming; os focus group; as metáforas e analogias, e, a ficção científica)" (Santos, 2013, p.12).

Resumindo, Saragoça, et al (2013) a prospectiva é uma abordagem interdisciplinar enquadrada no campo dos *Future Studies* vocacionada para o estudo das transformações passadas e presentes, que, pela análise das fontes, padrões e razões da mudança e da estabilidade, permite apurar a habilidade de antevisão e delinear futuros possíveis a partir dos quais, preferindo um, pode desencadear-se uma estratégia de ação, da qual não podemos separar os papéis que os atores assumem no desempenho das suas funções e no prosseguimento dos objetivos definidos da qualidade enquanto missão da própria organização.

2.1.3 O método dos cenários

Um cenário é, em termos concretos, um conjunto composto pela narração de uma situação futura e do rumo dos acontecimentos que possibilitam ir da situação de primária para a situação futura. Pensar de forma prospetiva obriga a ter em conta a existência de cenários. Cenários estão intrinsecamente relacionados com estados possíveis bem como rumos de desenvolvimento do futuro, organizados de forma ordenada, quase como um enredo ou várias histórias nas quais o sociólogo tem a capacidade e procura intervir. Para Godet (citado por Saragoça, 2013, p. 4) os cenários podem ser de dois grandes tipos: “os exploratórios (que partem das tendências passadas e presentes e levam a futuros verosímeis) e os normativos, ou de antecipação (concebidos de forma retrojetiva, a partir de imagens alternativas do futuro)”. No entanto, na literatura, de acordo com o mesmo, há outros tipos que podemos identificar, por exemplo, tais como: diacrónicos (quando se apresentam detalhes de uma história do futuro); sincrónicos (quando retratam uma imagem do futuro num dado momento futuro); possíveis (compreendem tudo o que se possa imaginar); realizáveis (aqueles em que tudo o que é possível, mas em virtude das condicionantes) e desejáveis (os que são eleitos pelos atores entre os que são suscetíveis de concretização).

Foi em 1983 que Michel Godet criou o seu reconhecido método dos cenários onde os seus exercícios prospetivos se sucedem em duas importantes fases: a construção da base, isto é, a delimitação do sistema, passa para a determinação das variáveis-chave e termina com o estudo da estratégia de atores, e a construção dos cenários em si.

Sucintamente, o Método dos Cenários compreende duas etapas fundamentais, por um lado, a “construção da base” e, por outro, a “construção dos cenários”. De acordo com Margarida Perestrelo, a construção da base é constituída por três fases: delimitação do sistema - que “não é mais do que um diagnóstico orientado, que permite encontrar um conjunto de variáveis quantitativas e qualitativas que o caracterizam o mais exaustivamente possível” (Perestrelo & Caldas, 1996, p. 84) - determinação das variáveis-chave através da análise estrutural e análise da estratégia de atores. Já a construção de cenários consta na construção de hipóteses,

consulta a peritos, hierarquização de cenários e a delimitação do sistema. Os cenários são, conseqüentemente, narrativas sobre futuros diferentes que podem despontar num horizonte temporal anteriormente instituído, sendo delineadas a partir das incertezas reconhecidas na envolvente externa à organização e que, numa determinada altura são as mais pertinentes para a instituição em causa. Delinear cenários é, mais uma vez, antecipar futuros e testar estratégias e alternativas adequadas antes do futuro chegar tendo como grande objetivo, na maior parte das vezes, dotar da melhor política no suporte à decisão e favorecer um envolvimento conseguido no processo de mudança, permitindo, também, que as organizações estejam preparadas para responder aos desafios a cada um dos problemas que vão sendo identificados, nomeadamente, através de planos de contingência. A construção de cenários tem como objetivo de organizar, sistematizar e delimitar as incertezas e não a mera previsão. Assim, os cenários formam a base para uma reflexão sobre o futuro, por exemplo, das instituições, apoiam a preparação das ações a tomar em prol das metas traçadas, orientando o planeamento estratégico das organizações.

Por outras palavras, o método de cenários envolve:

“a construção e utilização de visões mais ou menos sistemáticas e internamente consistentes de futuros alternativos e plausíveis. São sequências hipotéticas de eventos construídos para focar a atenção em processos e pontos de decisão com base na combinação de dimensões (por exemplo, políticas, económicas, ambientais e sociais) extremadas. Este tipo de exercício resulta de um processo de introspeção, análise da realidade (presente) e pensamento estruturado que permite perspetivar possíveis futuros. Estes métodos baseiam-se em histórias assumindo que possíveis eventos – situados num ponto qualquer no futuro –, que ainda não se materializaram, podem acontecer esboçando conseqüências destas situações. Por estes motivos, estes métodos requerem reflexão, imaginação e criatividade. A aplicação deste tipo de métodos, por norma, envolve um processo participativo, quer na construção de cada futuro

alternativo, quer na discussão estratégica sobre cada futuro”. (Borges, 2012, p.31)

Em síntese, "O método dos cenários de Godet (1993) possibilita a concretização da identificação das variáveis-chave, a determinação dos atores fundamentais e a descrição, sob a forma de cenários, da evolução dos sistemas estudados” (Baião, 2014), neste caso concreto, num horizonte temporal de 5 anos onde é efetuada uma projeção, considerada como primordial e imprescindível, tendo como perspectiva a progressão, a continuidade e a qualidade dos serviços praticados às vítimas masculinas de violência doméstica através da casa-abrigo masculina, projeto que nos interessou analisar.

2.1.4 Análise estrutural

A análise estrutural do sistema e do ambiente consiste na elaboração de uma lista preambular das variáveis pertinentes do sistema e de seus principais atores. Ou seja, Chorincas (2006) afirma que esta fase, da análise estrutural, começa com o levantamento de todas as variáveis e atores-chave internos e externos no sistema. Posteriormente, faz-se uma análise da sua evolução e do estado do sistema no tempo presente, de forma a identificar os agentes da mudança. Finda esta primeira fase, efetua-se a revisão da listagem inicial de variáveis e atores e elabora-se uma matriz da análise estrutural, cruzando as variáveis para identificar e calcular a influência que cada uma tem em relação às demais, nomeadamente ao nível de dependência e identificando essas variáveis-chave. É dado o valor 0 (zero) às variáveis em que a relação de influência é fraca ou nula, e o valor I às variáveis com relações de influência, de seguida somam-se os valores e as que apresentam os valores mais elevados são as mais dependentes ou "motrizes". Seguidamente, desenha-se um gráfico "motricidade/dependência", de onde se extraem resultados de ligação, autonomia, relevância e as implicações de cada uma no sistema. Ou seja,

“para a análise do sistema representado na matriz de análise estrutural Godet propõe um método, designado MICMAC (Matriz de Impactos Cruzados de Multiplicação Aplicada a uma Classificação), que tem como objetivos determinar as relações indiretas entre as variáveis e classificá-las segundo uma tipologia baseada no seu grau de motricidade e dependência” (Caldas & Perestrelo, 1998, p. 5).

A análise estrutural surge, então, depois da delimitação do sistema, ou do diagnóstico, com os seguintes propósitos: evidenciar os efeitos escondidos e desagrupar o sistema em grupos de variáveis; identificar as variáveis-chave do sistema; evidenciar a visão sistémica do problema em análise e servir de controlo para outro tipo de análises.

Para Perestrelo & Caldas (1996), os objetivos da análise estrutural são os seguintes:

- destacar os efeitos escondidos e decompor o sistema em grupos de variáveis.
- detetar as variáveis-chave do sistema;
- ajudar uma equipa, normalmente heterogénea em termos de interesses e competências, se não mesmo ideologicamente, a ter uma visão sistémica e comum do problema em estudo;
- servir de controlo para certo tipo de análises espontâneas propostas por determinados grupos com tendência para privilegiar fatores emblemáticos.

Para Perestrelo & Caldas (1996), os procedimentos da análise estrutural abrangem as seguintes etapas:

- recenseamento das variáveis que intervêm no sistema
- construção de uma matriz de análise estrutural com a identificação das relações diretas entre variáveis;

- hierarquização das variáveis por ordem de motricidade e dependência e seleção das variáveis-chave pelo método MICMAC.

Mais ainda, citando os mesmos autores, a decomposição operada pela análise estrutural conduziu à classificação das variáveis de acordo com o seu grau de motricidade e de dependência em cinco grupos:

- Variáveis motrizes - variáveis muito motrizes e pouco dependentes que influenciam a dinâmica do sistema, mas dependem pouco do conjunto das outras variáveis;
- Variáveis resultado - variáveis muito dependentes e pouco motrizes que sendo muito condicionadas pela dinâmica do sistema, exercem pouca influência sobre ele;
- Variáveis-chave - variáveis muito dependentes e muito motrizes, ocupando uma posição de charneira, uma que dependendo muito do conjunto das variáveis, propagam esses efeitos a todo o sistema;
- Variáveis excluídas - variáveis pouco dependentes e pouco motrizes que têm um papel relativamente irrelevante para a análise do sistema;
- Variáveis pelotão - variáveis medianamente motrizes e dependentes, que só não são excluídas por não existir prova da sua irrelevância para a análise.

Estes resultados possibilitam, deste modo, separar um conjunto de variáveis-chave em volta das quais se encadeiam as estratégias dos principais atores.

2.1.5 Análise estratégica dos atores e o apoio à tomada de decisão

Para Guerra (citada por Saragoça, 2010, p. 145) os principais motivos para efetuar uma análise de estratégia de atores são: descobrir padrões de interações, melhorar intervenções, permitir que esta análise se constitua como um instrumento de gestão na construção de políticas e no apoio à tomada de decisão e, ser também, um instrumento para reconhecer consensos e conflitos. Também, por exemplo, o conceito em si explica-se pela conduta ou forma de atuação dos diversos atores com poder sobre as questões organizacionais, tendo em vista a alcançar os seus objetivos ou os do grupo com o qual se identificam. Assim, para formar essas estratégias, a análise da posição deverá ter em atenção um dos indicadores: uma concórdia a longo prazo, denominado de alianças; os indicadores da oposição, do desacordo e os indicadores dos acordos ou da negociação.

Os objetivos da estratégia de atores são os seguintes (Perestrelo & Caldas, 1996, p. 87):

- identificar e caracterizar os diferentes atores-chave;
- perceber quais os conflitos e alianças possíveis entre os diferentes atores;
- contribuir para uma maior participação e reflexão estratégica por parte dos diferentes atores;
- confrontar os projetos em presença e avaliar as relações de força existentes;
- elaborar uma série de recomendações estratégicas e especificar as condições de viabilidade da sua implementação.

Por outras palavras,

“O objetivo fundamental da Estratégia de Atores é a identificação dos desafios estratégicos e objetivos que lhes estão associados, assim como das alianças e conflitos entre os diferentes atores do sistema

estudado, com vista à elaboração de recomendações estratégicas”
(Perestrelo, et al, 2000, p. 2).

De acordo com os autores que seguimos, as suas principais etapas são as seguintes
(Perestrelo & Caldas, 1996, p. 87):

- recenseamento dos principais atores;
- realização de entrevistas semi-directivas;
- análise de conteúdo das entrevistas e construção de sinopses;
- construção de um quadro de estratégia de atores;
- construção de matrizes de identificação dos desafios considerados estratégicos e dos objetivos que lhe estão associados;
- construção de grafos de convergências e divergências para cada objetivo, tendo em conta o peso dos diferentes objetivos assim como as relações de força existentes (através do MACTOR);
- caracterização dos diferentes atores segundo o seu grau de implicação nos diferentes objetivos e a sua força relativa;
- caracterização dos diferentes objetivos segundo o seu grau de conflitualidade e mobilização;
- construção de grupos de atores;
- elaboração de conclusões com vista à formulação de recomendações estratégicas, tendo em conta os objetivos definidos e os meios de atuação dos diferentes atores;
- construção de hipóteses sobre a evolução futura.

A metodologia de estratégia de atores,

“também designada por método MACTOR (Método ACTores, Objetivos, Relações de força) é do tipo interativa e pluralista, pois além de se identificarem e caracterizarem os diferentes atores chave, é a partir da confrontação dos seus projetos e das relações de força existentes que se elaboram uma série de recomendações estratégicas” (Perestrelo, 2017, p. 5).

Ainda Perestrelo, parafraseando Bana & Costa, alude a importância de identificar os atores segundo as suas funções no processo de decisão, ou seja, pelo tipo e grau de intervenção que cada um deles tem e também pelo poder de influir na tomada de decisão. No MACTOR, de facto, é tido em consideração esse poder dos atores para influenciar e tomar decisões. Ou seja, para Godet (1993 citado por Balão 2014) os objetivos do uso do método MACTOR são: a) promover a identificação dos projetos e das motivações dos diferentes atores; b) reconhecer os desafios e os objetivos; c) identificar convergências e divergências entre atores; d) realizar a hierarquização dos objetivos e as táticas possíveis; e) avaliar as relações de força existentes; f) formular hipóteses sobre tendências e g) elaborar recomendações estratégicas, especificando as condições de viabilidade à sua implementação.

2.1.5.1 O(s) ator(es)

Antes de mais há que aceitar que o primeiro critério do conceito de ator é o facto de ele representar um grupo de indivíduos organizados, com objetivos e meios de atuação equivalentes. Como tal, "as decisões não são senão excepcionalmente assunto da responsabilidade de um só indivíduo (...) Há que distinguir os atores segundo as suas funções no processo de decisão" (Perestrelo, 2002, p. 38). De forma mais completa, são "aqueles cujos interesses são afetados pelos objetivos ou atividades de um projeto de intervenção, quer por possuírem informações, recursos, experiência para a formulação de estratégias e implementação, quer por

constituírem o público a quem se destinam as ações" (Guerra, 2006, p. 111). Posto isto, a escolha de atores com relevância no futuro de um determinado sistema é uma questão complexa. É importante não esquecer nenhum ator e selecionar os indivíduos, organizações, grupos de indivíduos, ou de organizações que têm um papel fundamental na evolução das variáveis essenciais do sistema. Há, portanto, que determinar se se considera um ator como um todo, ou se se congrega em função de uma determinada tipologia.

Em sequência disso, de acordo com Crozier & Friedberg, referidos por Saragoça, o ator é essencialmente estratégico, logo, ativo, que não se limita a acatar as informações do contexto, mas que as interpreta e as compreende, estruturando-as e adaptando-as (Saragoça, 2010, p. 132). Como tal, segundo os mesmos a ação social permite a criação de alianças, parcerias e redes negociadas, de autonomia própria, consoante os recursos e os interesses estratégicos construindo uma ordem local (Friedberg citado por Saragoça, 2010, p. 132). No mesmo sentido, as organizações não são homogêneas, mas sim diversificadas e atuam de acordo não só com os seus objetivo mas com aquilo que são as suas incertezas, através de estratégias e negociações, pela análise de oportunidades e pelos constrangimentos que o ambiente lhes impõe – muito embora os atores não se encontrem em posições equivalentes, o que pode potenciar o conflito ou a cooperação (Friedberg citado por Saragoça, 2010, p. 140). Nesse sentido e naturalmente, as relações sociais entre os atores acontecem no quadro de um sistema de interação complexo que depende de algumas condicionantes como os valores, as prioridades e os interesses de cada um, muitas vezes conflitantes, no qual partilham e agilizam informação para coadunar prioridades do território e a definição de uma estratégia de futuro e de transformação da realidade atual. Mais ainda, a ação coletiva presume a ação de atores que têm interesses conflitantes e/ou divergentes. Porém, constata-se que esses mesmos atores podem coligar-se para alcançar determinados objetivos e para materializar projetos. Por tudo isto, os atores assumem um papel fulcral e encaram o futuro como múltiplo e não sujeito a qualquer determinismo construído nas ocorrências passadas.

2.2 Metodologia Prospetiva de planeamento estratégico e avaliação

Planear estrategicamente compreende em pensar sobre um futuro incerto, definir metas baseadas em cenários desenhados, cenários projetados e prosseguir nesse sentido. Trata-se de uma metodologia que tende a estabelecer a direção a tomar por uma organização, tendo em vista a aumentar o grau de interações com os diferentes ambientes, interno e externo. Existe uma relação inerente entre gestão estratégica e prospetiva., visto que ambos têm o mesmo repto: antecipar os eventos e as mudanças, consciente das ameaças e das oportunidades externas logo carecendo da escolha de uma estratégia. Deste modo, o planeamento baseado numa abordagem prospetiva decorre de uma atitude pró-ativa em que “o futuro está aí para ser criado através das nossas ações no presente” (Alvarenga & Carvalho, citado por Mamede, 2014, p.56)

O planeamento estratégico passa por algumas etapas conforme se descreve seguidamente: 1) declaração da visão e missão da atividade; 2) análise do ambiente externo e do ambiente interno o que permite efetuar o levantamento de forças e fraquezas, ameaças e oportunidades; 3) enunciação de metas e objetivos; 4) definir a estratégia; 5) programação; 6) implantação e implementação; 7) resposta; 8) controle, e 9) reavaliação.

Já os processos de Planeamento Estratégico, segundo Fragoso (2002 citado por Santos, 2013) têm contribuído para:

“ i) Mudar a direção e o desempenho da organização, na medida em que se tem mostrado pertinente; ii) Estimular discussões, baseadas em factos, de questões delicadas dentro da organização; iii) Criar uma estrutura comum para a tomada de decisões na organização; iv) Estabelecer o contexto apropriado para as decisões orçamentais e para a avaliação do desempenho; v) Treinar os dirigentes para que produzam informações melhores que levarão a melhores tomadas de decisão, e vi) Aumentar a confiança nos decisores da organização por parte de stakeholders.”

O Planeamento estratégico tende a afirmar-se na sua base, segundo, Perestrelo & Caldas (1996) como a "negação da separação e do primado dos fins sobre os meios; escolha de um entre futuros possíveis, dependentes da estratégia dos atores e processo dinâmico sujeito a revisão permanente com o envolvimento dos atores." (p.82) Paralelamente, pressupõe explícita ou implicitamente uma visão prospetiva.

A avaliação, por outra parte, também pode ser denominada de avaliação dinâmica e, apesar de em primeira instância ser uma ferramenta de controlo pois permite a avaliação de resultados, é também importante num processo de decisão uma vez que possibilita renegociação constante de objetivos e meios e um processo de aprendizagem coletiva e da ação individual de cada ator. Então, "planeamento estratégico e avaliação dinâmica são duas faces da mesma moeda. são instrumentos de ação orientados para a mobilização e participação dos atores sociais, vindo a construir ferramentas uteis à tomada de decisão (Perestrelo & Caldas, 1996, p.93)

Ao falar de planeamento estratégico podemos referir-nos também em planeamento de cenários que, segundo Santos (2013)

“é uma técnica que procura dar resposta aos desafios colocados pelo ritmo de uma mudança cada vez mais acelerado, contexto no qual os decisores têm dificuldades acrescidas na previsão da evolução do meio envolvente a médio e longo prazo, tornando-se difícil saber de que forma essa mesma evolução pode condicionar o desenvolvimento da organização pela qual são responsáveis” (Santos, 2013, p.36).

Mais ainda, no

“planeamento por cenários substitui-se as previsões, (baseadas em informação quantitativa) por hipóteses alternativas sobre o futuro, visando estas implementar o desenvolvimento de estratégias. Processo esse, através do qual, mediante a conceção de hipóteses alternativas sobre o futuro (os cenários), os decisores podem avaliar

o impacto que a concretização de cada uma das hipóteses alternativas poderia ter sobre a organização e, assim gizar as estratégias de longo prazo para a posicionar de forma adequada, face a esses cenários (que são elaborados para responder a situações de incerteza)” (Santos, 2013, p.37).

Resumindo, o pensamento estratégico é sobre a indagação de opções, e relaciona-se com a capacidade de síntese, geralmente intuitivo procurando ir para além daquilo que o pensamento lógico pode informar. Já o planeamento estratégico é sobre a tomada de decisão (definir orientações e executar ações) e a prospetiva é um constituinte do pensamento estratégico que comunica estratégias futuras, valorizando a conjuntura dentro do qual a estratégia é desenvolvida, planeada e executada (Borges, 2012). A prospetiva aparece, então, como parte do pensamento estratégico, que permite a consideração de um conjunto de questões sobre as opções estratégicas disponíveis.

Assim sendo, somos a considerar que

“O ciclo de vida de um projeto corresponde uma sequência encadeada de fases que vão deste o início ao fim do projeto ou seja, da génese à avaliação final da intervenção social. Todo o projeto tem o seu ponto de partida numa ideia que se materializa em problemas, necessidades, encomenda de uma determinada organização ou até mesmo como resultado da criatividade de alguém; terminando com a avaliação final da mudança preconizada pela intervenção.” (Saragoça et al., 2017, p. 24).

2.3. Problema de pesquisa e opções metodológicas

2.3.1. O contexto da investigação: um caso particular/estudo de caso

Em relação ao estudo proposto pretendemos efetuar uma abordagem qualitativa, prospetiva e um estudo de caso. Porquê o caso?

De acordo com Greenwood (1963), na sociologia existem três métodos básicos de investigação empírica: o método experimental, o método de medida e o método de casos. Este último, que nos interessa, consiste num estudo intensivo e em profundidade de uma amostra singular e selecionada com um dado objetivo de um fenómeno social com intuito de compreender esse mesmo fenómeno na sua totalidade.

O estudo de caso é, verdadeiramente, uma das mais utilizadas metodologias de pesquisa. Porém e para muitos, não está dotado de um status legítimo de estratégia de investigação na área das ciências sociais por não dispor de formalidades bem definidas e, supostamente, bem estruturadas. Para nós, o estudo de caso é apenas uma das várias formas de concretizar uma pesquisa nas ciências sociais, logo, não é menos do que os outros métodos de pesquisa. Tal como Flyvbjerg (2004) defendia, a escolha do método deve depender sobre o problema que se pretende estudar e as suas circunstâncias, nomeadamente, quando o objetivo é conseguir o máximo de informação sobre um determinado problema e uma amostra aleatória não é a estratégia mais adequada, por exemplo, quando falamos de um projeto-piloto onde os atores estão muitas das vezes mais ativos.

A investigação sustida por estudos de caso tem vindo a incrementar-se e a ganhar maior consideração devido a autores como Yin & Stack. De facto, Yin, Merriam & Stake são tidos como metodólogos fundamentais na área.

Investigadores de várias disciplinas usam

“o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto

ou fenómeno” (Dooley, 2002 citado por Meirinhos & Osório 2010, p. 52).

Ou seja, os desafios do estudo de caso prendem-se, muitas das vezes, em justificar porque é que determinada questão é melhor tratada pela construção de uma teoria. Como tal, é necessário mostrar que a teoria existente não aborda a questão de forma apropriada ao desejado, não dá uma resposta exequível, e, como tal, é necessário estender essa mesma teoria de forma a enquadrar e a dar importância ao fenómeno em estudo. Esta situação ocorre, por exemplo, nas questões de violência doméstica cuja literatura não só incide quase de forma exclusiva na violência perpetrada contra mulheres, deixando de parte os homens vítimas, mas também os idosos e as crianças, como nas próprias áreas de estudo onde é na psicologia e no direito que estas questões ganham mais notoriedade. Por outro lado, e uma vez que o caso não deve ser aleatório, o caso é obrigatoriamente útil, muitas das vezes pela sua exclusividade, para replicar ou estender essa teoria emergente. O objetivo passa não por generalizar grandes teorias, mas para dotar áreas de conhecimento com novas revelações teóricas de fenómenos incomuns, como o é, mais uma vez de exemplo, a violência doméstica contra o homem, em geral, e do projeto casa de abrigo masculina, em particular.

Também a deliberação de investigar uma realidade, situada no aqui e agora das interações sociais, torna preferencial o estudo de caso para a pesquisa de práticas e condutas. O estudo de caso constitui um método de pesquisa de um fenómeno social, através da análise de um contexto próprio dessa realidade. Ou seja, o estudo de caso como uma abordagem metodológica, que permite a análise aspectual aprofundada de um fenómeno, situação ou problema (Coimbra & Martins, 2013).

A verdade é que, um estudo de caso pode ser composto tanto por um caso único como por múltiplos. Deste modo, a unidade de observação (instituição, associação, programa, etc) deve ser ilustrativa da realidade social. Assim, e uma vez que o que interessa ao investigador é a amplitude da auscultação e profunda compreensão não há limite para o grau de informação a coletar sobre o mesmo. Em simultâneo, um

estudo de caso permite uma abordagem temporal da construção dos fenómenos, no passado, presente e do que há de vir. Também para Meirinhos & Osório (2010) citando Yin (1993 e 2005), Stake (1999), Rodríguez et al. (1999), entre outros, o estudo de caso pode ter como objeto estratégico algo bem definido ou concreto, tal como referimos anteriormente, como um indivíduo, um grupo ou uma organização, mas também pode ser algo menos definido ou definido num plano mais abstrato como, decisões, programas, processos de implementação ou mudanças organizacionais. Em suma, uma justificativa, entre várias, para o projeto de estudo de caso único prende-se quando podemos afirmar que o caso é extremo, ou peculiar, ou ainda quando o caso é revelador, isto é, quando o fenómeno era inacessível ou inexistente à investigação da ciência social e torna-se passível de observação e de investigação, daí o seu interesse e viabilidade quando estudamos novos problemas sociais ou avaliamos projetos inovadores.

É importante ressaltar que, o estudo de caso não se reduz à interpretação e descrição de situações, podendo apoiar-se em hipóteses construídas metodicamente, mas, infelizmente, propicia muitas das vezes o uso e abuso deste tipo de metodologia, pela aparente facilidade de recolha de dados e concretização da investigação - resumindo uma amostra disponível ou um estudo de conveniência.

Em contrapartida, as vantagens do estudo de caso prendem-se com a liberdade em escolher as técnicas de investigação que melhor se adaptem a cada caso. Ou seja, se o objeto de estudo for o indivíduo a história de vida será a técnica provavelmente que melhor se adequa, se tratarmos de uma comunidade será, então, a observação-participante ou a entrevista. Certo é que é

“evidente que a quantidade de dados recolhidos dos estudos de caso não iguala a enorme massa de dados obtidos numa medição sociológica realizada em grande escala (...) no entanto, nem a experimentação nem a medição produzem tanta informação acerca de cada unidade de observação em particular” (Meirinho & Osório, 2010, p. 333).

Estudar um caso é, como tal, querer preservar o caráter unitário do mesmo e compreendê-lo na sua totalidade, nunca perdendo de vista o objeto central do estudo em vez de resumi-lo às suas características, como acontece em outros métodos. Estudar um único projeto social é querer apreendê-lo no seu todo e extrair informação que, doutra forma, seria eliminada.

Daí que, o estudo de caso também seja especialmente usado em fenómenos contemporâneos e em que esses mesmos casos são estudados em situação real e atual, ou seja, em novas áreas e processos de mudanças abordando questões como “como” e “porque”, tal como sugere Yin, mas não tanto o “quantas vezes”. Uma das formas de enriquecer o estudo de caso é, por exemplo, entrevistar diversos tipos de atores (externos e internos) altamente conhecedores do fenómeno em estudo e que nos forneçam diferentes perspetivas, e várias fontes de evidências, mas este deve ser também um caso revelador. Por exemplo, como defende Duarte (2009) na “triangulação centrada num caso” em que um grupo ou vários grupos de atores respondem a um questionário e a uma entrevista. Posteriormente, as respostas dadas por estes são decompostas, analisadas, comparadas e produzem resultados, sendo, então, a amostragem quantitativa e qualitativa. Pedron (2008) baseando-se em autores como Yin, Macnealy ou Halinen & Tornroos, também reforça a ideia de que o estudo de caso é usado em fenómenos do presente e em contextos verídicos, mais ainda, quando o conhecimento sobre esse fenómeno é ainda pequeno e as teorias disponíveis não são as mais adequadas para explicá-los e, também, quando há uma necessidade de explorar uma situação ou um fenómeno que não está ainda bem definido. Neste caso, é fundamental que os dados sejam recolhidos em múltiplas fontes ou por distintas perspetivas de diferentes atores, sem esquecer que o investigador tem de ter uma forte capacidade de integração. Parafraseando Löbner, et al (2014) segundo Yin (2010, p. 39), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente definidos”. Esta aceção tem em conta três requisitos básicos sobre estratégias de pesquisa: o tipo de questão de pesquisa, o controle do investigador sobre eventos comportamentais, e o foco no contemporâneo em prol de acontecimentos históricos. Ao delinear estas três premissas, Yin alega a escolha

de estudo de caso como a estratégia eleita quando “como” ou “porquê”, tal como referimos acima, são as principais questões ou quando o pesquisador tem pouco controle sobre as situações ou ainda quando o foco está num fenómeno atual.

Na teoria de Stake (1995), o estudo de caso permite prestar atenção a questões concretas e a casos complexos e específicos. Para o autor, estuda-se um caso quando este tem um interesse especial, sendo assim, presta-se atenção aos detalhes de interação do caso com os seus contextos. “O estudo de caso é o estudo da particularidade e da complexidade de um único caso, chegando a compreender a sua atividade dentro de circunstâncias importantes” (Stake, 1995 citado por Löbler et al, 2014, p.4).

Já para Esaston (2010), o método é muitas vezes ensinado como um método de pesquisa qualitativa em questões que abordam o realismo crítico. O realismo crítico admite que os fenómenos sociais são inerentemente reveladores, e, portanto, que o significado não é apenas externamente descritivo, mas constituído dos fenómenos sociais. O significado tem de ser entendido, não meramente medido, e, como tal, contém um elemento interpretativo ou hermenêutico nas ciências sociais.

Outra questão exaustivamente discutida nos estudos de caso está relacionada com a capacidade de generalização. De acordo com Stake (1995), o objetivo do estudo de caso é tornar compreensível o caso por meio da sua particularização.

“Järvensivu & Törnroos (2010), defendem que nem o estudo de caso único e nem os estudos de casos múltiplos devem ser avaliados em termos de generalização do conhecimento (ou seja, a universalidade da teoria), mas sim em termos de saber se os resultados contribuem para perceções contextuais. (...) não é para revelar verdades universais, mas para gerar determinado conhecimento e historicamente específico ao contexto” (Löbler et al, 2014, p.8).

É-nos compreensível a crítica da incapacidade de generalização ou da posição enganosa e pessoal do investigador, principalmente em situações de projetos de

únicos de inovação social, ou de temáticas socialmente controversas e mediatizadas como a violência doméstica ou, mais ainda, quando o próprio investigador tem alguma relação com o fenómeno em estudo, mas todos os outros métodos estão igualmente dotados de incapacidades, como a superficialidade, não torna este, por isso, inferior aos demais. O ideal, por ventura, seria os métodos serem usados de futuro ou noutros estudos não como competitivos entre si, mas sucessivos de forma a uns e outros abrirem novas portas e abordagens dos diferentes temas sociológicos. Mas há que perceber a sua validade como método exploratório para quem investiga e que tenta iniciar a sua compreensão sobre um fenómeno pouco familiar, logo, especialmente fecundo na produção de revelações úteis, ou seja, gerando indícios de problemas pouco conhecidos. Logo, “as conclusões de um estudo de caso podem engendrar uma hipótese para a experimentação” (Greenwood, 1963, p.345).

Também Gomez et al. (1996 citado por Araújo, et al 2008, p.13), referem que “o objetivo geral de um estudo de caso é: explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar (...) e que não se estuda um caso para compreender outros casos, mas para compreender o caso.”

Já Patton (1990) substitui o termo generalização e opta pelo termo extrapolação. A extrapolação apresenta-se com um sentido mais ligeiro e mais apropriado no que se refere às possibilidades de transferência de conhecimento de um caso a outro caso posterior. As conclusões de um estudo poderão ser extrapoladas ou amovíveis para outros casos tendo em conta as similitudes condições e dos contextos de cada uma – e para Yin (2005 citado por Meirinhos & Osório, 2010), os estudos de caso, da mesma forma que as experiências, são generalizáveis a proposições teóricas, mas não a generalizações estatísticas. Para Yin também, o objetivo é ter de antemão um esquema, com algumas bases teóricas antecipadamente abordadas pela revisão bibliográfica, que poderão fornecer a direção ao ensaio. Todo o bom desenho de pesquisa de caso incorpora uma teoria, que serve como alicerce da investigação, mas prevê-se a modificação das questões iniciais do estudo, à medida que este vai avançando.

Por outro lado, um estudo de caso que compreenda determinadas características, ajuda a validar a sua utilização na investigação. Coimbra & Martins (2013) referem

oito categorias: 1) pluralidade do estudo de caso (ex.: pluralidade da realidade do mundo social; pluralidade de áreas de conhecimento; interligação do paradigma qualitativo com o quantitativo); realidade múltipla/complexa do mundo social; produção científica na área (exemplo, análise retrospectiva e prospetiva, comparativa do comum e do particular); construção processual do caso (exemplo, seleção de fenómeno original e complexo, formulação de questões; delimitação de fronteiras estudo-contexto; caracterização do contexto) delimitação do estudo de caso (exemplo, delimitação de unidades específicas do estudo e do contexto); recolha e análise de dados do estudo de caso (exemplo, recolha de dados em contexto natural de investigação; análise de conteúdo qualitativa, passível de quantificação); posicionamento do investigador e aplicabilidade das conclusões do estudo de caso.

Já Yin (2002) de acordo com Bedrettin (2016) refere a sua sugestão quanto à medição da qualidade do projeto a partir de quatro critérios: a validade do construto, a validade interna, a validade externa e a confiabilidade. A maximização dessas condições nas fases do processo de investigação é uma obrigação dos investigadores que queiram desenvolver projetos rigorosos. Daí que seja crucial que investigadores iniciantes escrevam uma revisão de literatura robusta nos seus projetos de investigação e dissertações. Essa revisão ajudá-los-á a qualificar a sua investigação e a dotar de um quadro teórico sobre o qual eles podem erguer o processo de pesquisa. Cabe, então, aos investigadores desenhar os seus dados, partindo de várias fontes para captar o objeto de estudo na sua complexidade e totalidade.

Por último, quanto à tipologia,

“os estudos de caso podem ser classificados como exploratórios, se a finalidade é obter informação preliminar sobre o objeto de estudo, descritivos, quando interessa descrever o “como”, ou ainda analíticos, sempre que problematizam, constroem ou desenvolvem uma nova teoria, confrontando-a com outras existentes" (Yin, 2001 citado por Coimbra & Martins, 2013, p.33).

Mais concretamente, Yin (1993) apresenta um critério de classificação do qual surgem seis tipos de estudos de caso, ou seja, conforme sejam únicos ou múltiplos (holísticos - com uma unidade de análise - ou incorporados - várias unidades de análise), os estudos de caso também podem ser exploratórios, descritivos ou explanatórios. Os estudos exploratórios têm como finalidade definir as questões ou hipóteses para uma investigação posterior. Isto é, são o prefácio para uma investigação posterior, mas não forçosamente um estudo de caso. Estes estudos são distintos dos descritivos. Desejam fornecer um certo sustentáculo para a teorização e são, talvez, os de maior reputação. A opção por um projeto de caso único ou de casos múltiplos é um aspeto a ser pensado ao formular as questões de pesquisa. Por exemplo, o autor considera o estudo de caso isso um instrumento específico para um programa de avaliação ou a necessidade de realizar estudos de caso surge da necessidade de estudar fenómenos sociais complexos.

Stake (1999) adota uma classificação também bastante ilustrativa, com base nos objetivos dos investigadores ao intentar a metodologia de estudo de caso. Assim, estes podem ser intrínsecos, instrumentais ou coletivos. Nos intrínsecos, o interesse da investigação, versa sobre o caso particular, isto é, o importante é compreender exclusivamente o caso per si, sem relação com outros ou com outras problemáticas mais amplas. Nos segundos, o caso em si tem um interesse acessório. Distinguem-se dos intrínsecos, porque se definem em função do interesse por entender e compreender uma problemática mais vasta. O caso é o motor para compreender ou iluminar um problema ou as condições que afetam não apenas o caso estudado, mas também outros. Desta forma, o caso funciona como base para facilitar o entendimento de algo que vai para além do caso em si. Não existe uma linha rigorosa entre os estudos intrínsecos e instrumentais (Meirinhos & Osório, 2010). No estudo de caso é fulcral que o investigador assegure que os métodos e técnicas de recolha de informação são dotados de informação suficiente e pertinente, por exemplo, e entre outros, incluindo o uso de análise de documentos, efetuando entrevistas abertas e fechadas, efetuando também uma análise quantitativa e qualitativa de dados ou então pela formulação da mesma questão a diferentes fontes. Stake, por exemplo, invoca mesmo a importância da descrição do contexto como fonte de informação, mais ainda, a documentação é complementar às demais fontes

de evidência e tais informações são válidas como substitutas a situações que não puderam ser observadas diretamente. Deste modo ainda, o recurso a fontes documentais relacionadas com a temática é uma estratégia básica num estudo de caso. Estas fontes podem ser diversas: relatórios, registos institucionais internos, comunicados, entre outros. A informação recolhida pode assim ser útil para enquadrar o caso, acrescentar informação ou para validar evidências de outras fontes. Tal como referimos anteriormente, também “a entrevista é uma das fontes de informação mais importantes e essenciais, nos estudos de caso” (Yin, 2005 citado por Meirinhos & Osório 2010, p.62), nomeadamente, a entrevista semiestruturada que, apesar de ainda ser espontânea e informal, o pesquisador segue um conjunto de perguntas originadas no protocolo.

Porque, até à data, apenas uma Instituição investiu num projeto piloto de casa-abrigo masculina e pelo interesse científico e sociológico levantado pela questão, justifica-se o estudo de caso já que, de acordo com Creswell (2010), citando Stake (1995), os resultados são igualmente válidos a qualquer outro visto que os "estudos de caso são uma estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos. Os casos são relacionados pelo tempo e pela atividade, e os pesquisadores coletam informações detalhadas usando vários procedimentos de coleta de dados durante um período de tempo” renegando, de certa forma, o preconceito que existe por vezes no rigor científico que, neste caso, pretende “a compreensão e a extrapolação (...) de um fenómeno de certa natureza ocorrendo num dado contexto” (Vilelas, 2017, p. 194).

A título de resumo, a opção pelo estudo de caso justifica-se uma vez que o objeto de estudo – violência doméstica contra o homem, em geral, e a casa de abrigo masculina, no particular – é uma área/problema social emergente, bem como um projeto recente e único até à data da elaboração da tese. Mas não só, também a gestão de projetos no terceiro setor são formas de intervenção recentes que estão em crescimento neste tipo de organizações. A verdade é que o estudo de caso tem sido extensivamente usado na investigação social, em particular nas de questão mais práticas pois, mais do que generalizar, pretende-se compreender (Carneiro et

al., 2012). Como tal, foi usada uma amostra intencional, holística, que consistiu em identificar e selecionar uma instituição única com as características pretendidas para a pesquisa, previamente apoiada na revisão de literatura, e que, pelo seu caso excecional/único foi evidente levando a um estudo intensivo, profundo e detalhado da questão recorrendo a diferentes atores, técnicas e fontes.

Em síntese, ao pretendermos avaliar, por exemplo, questões como o projeto de casa de abrigo masculina em Portugal, estamos perante, um estudo de caso. Ora, fosse, efetivamente a pretensão do investigador olhar sobre um único programa em particular seria necessária uma abordagem específica. Tal como Stufflebeam (2001) nos diz seria imprescindível ter em conta, antes de mais, a área geográfica onde o mesmo se desenvolve, os seus contextos organizacionais, estruturais e históricos, a forma como opera, os seus recursos e os seus objetivos. Mais ainda, teria de definir quais os beneficiários do projeto, as suas vicissitudes e até que ponto este seria uma mais valia para os propósitos e necessidades dos ditos beneficiários. Então, provavelmente, o foco deste tipo de avaliação não seria tanto para avaliar o seu mérito mas para direcionar a ação e fazer o projeto – quem o pensou – questionar-se. Nestas situações, segundo o mesmo autor, o investigador deve identificar e interagir com os atores do projeto e, idealmente, estes devem ser os beneficiários, as entidades que o originaram e supervisionam, os administradores, a equipa, etc. Idealmente, também, os avaliadores devem incluir uma ampla variedade de fontes e de métodos, quer quantitativos, quer qualitativos, tais como: observação, pesquisa documental, análise de conteúdo, entrevistas, questionários, grupos de foco, relatórios, etc.

Pioneiros neste tipo de estudo e de método foram, então, autores como Campbell (1975), Lincoln e Guba (1985), Platt (1992), Smith e Pohland (1974), Stake (1995) e Yin (1992).

Em suma, a abordagem do estudo de caso é extremamente apropriada na avaliação de projetos, em particular no estudo dos dilemas, desafios e tendências do projeto case de abrigo masculina “Proteção para Todos”, porque:

“não requer controle de tratamentos e assuntos e analisa os programas como eles ocorrem naturalmente e evoluem. Porque aborda questões de precisão empregando e triangulando múltiplas perspectivas, métodos e fontes de informação, ou seja, emprega todos os métodos e fontes de informação relevantes. Olha para dentro de contextos relevantes e descreve influências contextuais sobre a programa. Analisa os programas de forma holística e aprofundada. Examina o funcionamento interno do programa e como ele produz resultados. Pode ser adaptado para se concentrar nas perguntas mais importantes do público-alvo e pode ser feito retrospectivamente ou em tempo real. Pode-se reportar o cumprimento de determinados prazos e posteriormente atualizado com base em desenvolvimentos futuros” (Stufflebeam, 2001, p.35).

2.3.2 A questão da investigação

Como já foi mencionado, a metodologia tem um papel crucial no decorrer dos projetos e da investigação em particular. Em todo o caso, num estudo é fundamental iniciá-lo, segundo Quivy & Campenhout (1995), por uma pergunta de partida que deverá orientar todo o trabalho e o que se pretende esclarecer. Nesse sentido, a questão que nos colocámos foi:

“Quais são as estratégias, consensos e alianças que subjazem nas representações e práticas dos principais atores no contexto da ação duma IPSS no campo dos fenómenos de violência doméstica, conjugal, contra o homem?”

Para responder à pergunta de partida, bem como aos objetivos que, de seguida, propomos foram, conforme já afirmámos, utilizados métodos, técnicas e fontes que considerámos úteis e pertinentes ao desenvolvimento do estudo.

Uma das nossas opções foi a utilização dos métodos mistos. Segundo Sampieri, Collado & Lúcio (2010) estes dão à pesquisa empírica, através da recolha de dados quantitativa e qualitativa, a possibilidade de uma integração e discussão conjunta ímpar, logo, o ajuste entre os dois permitirá responder melhor à questão da investigação.

Já em relação ao nosso estudo de caso, especificamente, optámos então pelas técnicas de recolha de dados, pela pesquisa e análise documental e por sete entrevistas semiestruturadas (tipo prospetivo). Nesta última, devido à construção da mesma (em anexo) e pelos dados obtidos, fomos orientados para a aplicação de procedimentos mais quantitativos, com recurso a *software* preferencialmente estatístico, mas sem descurar a tradicional análise de conteúdos. Em suma, no desenvolvimento deste estudo de caso, apoiámos os nossos procedimentos metodológicos na pesquisa documental e em entrevistas semiestruturadas para, posteriormente, analisarmos os dados pela análise estrutural de conteúdo e com tratamento dos mesmos com recurso aos programas informáticos Iramuteq, Micmac, Mactor e Morphol.

2.3.3 Objetivos da investigação

Na nossa função de investigadores é importante, nos objetivos a que nos propomos, ter em mente que a nossa ação, na área sociológica, visa o conhecimento dos fenómenos, mas, em última instância, a melhoria da qualidade de vida sobre o que fazemos, o que estudamos e para quem o fazemos, a denominada por muitos “busca do bem” e, até, da melhoria da política pública, do seu ajustamento, da sua solidificação e do modo como os seus objetivos são cumpridos, mais ainda, quando o fazemos pelas minorias mas também, e antes de mais, de conhecer sociologicamente os fenómenos e identificar caminhos sustentáveis a curto e médio prazo para o combate e prevenção das desigualdades, nomeadamente através do conhecimento das respostas sociais existentes no presente mas, também, da possibilidades futuras destes mesmos equipamentos.

Porém, para os alcançarmos, não nos devemos esquecer que os instrumentos de recolha de dados são fundamentais para responder a cada um dos propostos.

Neste caso, por exemplo para os objetivos gerais, tomámos como ponto de partida a recolha e análise documental através, ainda, da construção de dois quadros teóricos com maior enfoque no fenómeno da violência doméstica contra o homem em Portugal e no mundo. Contudo, para estes objetivos gerais e para os objetivos específicos, apesar de, tal como Yin (2001) afirma, os documentos têm um papel fundamental ao investigador, mas, conjugá-lo com outra técnica tornou-se essencial para aprofundar e esclarecer todos os objetivos que nos propusemos com clareza e rigor.

Outra técnica que utilizámos foi, desta feita, a entrevista semiestruturada. Para Yin (2001, citado por Mestre, 2020, p. 198)

“as entrevistas é uma das técnicas mais importantes para o estudo de caso na medida em que elas fornecem conhecimentos sobre o estudo que não poderiam ser obtidas de outra forma (...) que carece de registo cuidado, bem como a adoção de uma atitude semidiretiva do entrevistador”.

Para a realizar, construímos então um guião de entrevista caracterizado por perguntas indutivas e com eixos temáticos definidos, com o intuito de perceber o pensamento do entrevistado, mas conservando o objeto de estudo (Ruquoy, 2005, citado por Mestre, 2020, p. 201).

À posteriori, para melhor compreensão das respostas das entrevistas efetuámos uma grelha (em anexo) onde alavancámos os temas a tratar.

Por conseguinte, tendo presente a pergunta de partida *“Quais são as estratégias, consensos e alianças que subjazem nas representações e práticas dos principais atores no contexto da ação duma IPSS no campo dos fenómenos de violência*

doméstica, conjugal, contra o homem?”, este trabalho tem como objetivos os seguintes:

2.3.3.1 Objetivos gerais

1. Compreender o papel duma IPSS no campo dos fenómenos de violência doméstica, conjugal, contra o homem.
2. Contribuir para uma reflexão da importância deste tipo de instituições no reconhecimento dos novos desafios sociais, nomeadamente da violência doméstica contra o homem.

2.3.3.2 Objetivos específicos

1. Caracterizar as relações estratégicas dos principais atores do sistema de ação concreto do desenvolvimento social duma IPSS que subjazem nas práticas e opções mobilizadas e ou que poderão mobilizar os atores, em termos de consensos e alianças, em função da missão e dos recursos que a instituição dispõe para responder a este problema social;
2. Identificar as potencialidades, os constrangimentos e desafios do projeto piloto da casa-abrigo masculina bem como destacar as possibilidades de gestão, das parcerias, do envolvimento dos atores e do impacto social, através de uma análise prospetiva, limitada temporalmente a 5 anos.
3. Identificar os “futuros possíveis” para o sucesso das práticas sociais de desenvolvimento de projeto piloto duma IPSS na perspetiva dos principais atores sociais, em geral, para melhor compreender se em contexto de crise, isto é, com alterações do ambiente externo, a instituição consegue prosseguir com o seu objetivo social.
4. Efetuar recomendações estratégicas e sustentáveis para a réplica ou continuação do programa.
5. Avaliar a pertinência do programa bem como a adequação dos recursos e das estratégias.

2.3.4 Do Desenho da investigação aos procedimentos de recolha e tratamento dos dados

Como já afirmámos anteriormente, vivemos numa época de acelerada mudança social, e em consequência, esta diversidade de universos de vida confrontam os investigadores com novos contextos sociais e novas perspetivas, até ao nível metodológico.

De acordo com Saragoça (2010), como já referimos, “o interesse da sociologia pela prospetiva remonta sobretudo aos anos 30 do século XX, com os trabalhos de Gilfillan & Ogburn (Henshel, 1982), prosseguida posteriormente com mais visibilidade nos anos 50” (Saragoça, 2010, p. 115). Em termos de planeamento, a abordagem prospetiva na sua base resulta de uma atitude pró-ativa dos atores, no sentido de provocar mudanças desejadas para o futuro a médio e longo prazo. Paralelamente, Godet defende que o exercício prospetivo advém de dois grandes momentos: a "construção da base" e a "construção de cenários". No primeiro, existe uma delimitação do sistema, determinam-se as variáveis-chave através da análise estrutural e efetua-se uma análise da estratégia de atores. O segundo consiste na construção de hipóteses, na consulta a peritos e na hierarquização de cenários.

Assim, considerámos pertinente e enriquecedor numa primeira parte, de enquadramento teórico, um estudo empírico sobre estado da arte sobre a violência doméstica, do conceito e da sua relevância em Portugal e no mundo, e dos tipos de violência; também do terceiro sector, em particular das IPSS, das casas-abrigo, da sustentabilidade do sector e dos programas sociais de intervenção na violência doméstica contra o homem, através de uma abordagem interpretativa e especulativa.

Contudo, numa segunda parte, com base num estudo de caso da IPSS que desenvolve o projeto da Casa abrigo para homens vítimas de violência doméstica, enveredando pela sociologia de ação recorreremos, então, à metodologia prospetiva. Ora, como dito anteriormente, será efetuada uma delimitação do sistema, isto é, um diagnóstico orientado que permita encontrar variáveis que caracterizem inexoravelmente o sistema, sejam elas quantitativas ou qualitativas; uma análise estrutural, que faça uma leitura das relações entre as variáveis decompondo o próprio sistema através de uma matriz (MICMAC) com o objetivo de caracterizar

sociologicamente as dinâmicas do sistema de ação concretamente da instituição; uma estratégia de atores, ou seja, depois de definidas e decompostas as variáveis-chave é necessário posicioná-las relativamente aos atores, ao nível de alianças, estratégias e conflitos através do método MACTOR. Será, deste modo, efetuado uma entrevista aos diversos atores e, posteriormente, uma análise de conteúdos dessas mesmas entrevistas que darão origem a sinopses e ao quadro das estratégias dos atores. Dentro do mesmo procedimento iremos recorrer a um terceiro software MORPHOL que é o método de análise morfológica que nos dá ferramentas para limitar o campo das possibilidades e reduzir as incertezas.

Paralelamente e porque a existência de programas informáticos especializados está cada vez mais presente nas análises de dados em pesquisas qualitativas e pela necessidade de desmontarmos as entrevistas, categorizar as mesmas, produzirmos novos dados e textos e comunica-los para compreender mais objetivamente o conteúdo do discurso de cada ator optaremos pelo recurso ao software gratuito IRAMUTEQ que é o “o acrônimo de Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (...)” e permite:

“cinco possibilidades de análise de dados textuais, a saber: i) estatísticas textuais clássicas (identifica quantidade e frequência de palavras, palavras únicas (coeficiente de Hapax), identifica e busca palavras de acordo com as classes gramaticais e busca palavras com base na raiz (lematização); ii) pesquisa de especificidades de grupos; iii) classificação hierárquica descendente (por consequência Análise Fatorial de Correspondência); iv) análises de similitude; e v) nuvem de palavras.” (Ramos et al, 2018, p. 3).

O *software* Iramuteq permite-nos, então, efetuar uma análise textual estatística recorrendo à quantificação de dados, essencialmente qualitativos, extraídos das entrevistas, ou seja, permitiu, tal como Salviati (2017, p.4) diz, construir uma representação, propondo uma interpretação do texto. Porém, convém salientar que

“Para Leimdorfer, o interesse da sociologia pelas técnicas de tratamento quantitativo dos dados textuais privilegia a descrição e a comparação das práticas dos grupos sociais e demais situações que ocorrem num determinado espaço e tempo, procurando através da exploração com *software* a quantificação das regularidades, a caracterização da “estabilização” dos factos (práticas e relações sociais), a compreensão da qualidade dos factos ou eventos e seus efeitos, bem como explicação da representatividade dos dados textuais entre as categorias sociais. Contudo, tal como refere Demazière, a pluralidade das aplicações também obriga não só olhares diversificados da sociologia, mas impõe-se a adoção de softwares ao serviço da imaginação sociológica” (Silva, 2019, pp. 11-12).

Em suma, os procedimentos de análise de dados no âmbito deste presente estudo, para além da análise documental na parte mais empírica do trabalho, isto é, da revisão sistemática da literatura no período de setembro de 2017 e que acompanhou todo o desenvolvimento do estudo, optámos pela utilização de uma entrevista semi-estruturada na medida em que o considerámos um instrumento de medida capaz de responder aos objetivos propostos e às hipóteses posteriormente levantadas. Assim, o processo consistiu na aplicação de uma entrevista semi-dirigida (tipo prospetiva), composta por questões abertas e fechadas, num total de 17 (dezasete) questões, distribuídas por cinco dimensões: enquadramento do projeto casa de abrigo; sistema de ação concreto; qualidade e temas estratégicos de intervenção; relação entre os atores-estratégicos; tendências do desenvolvimento e continuação do projeto casa de abrigo masculina. As sete entrevistas, à exceção de duas, foram respondidas e gravadas presencialmente entre os meses de agosto de 2018 e abril de 2019.

O guião das entrevistas foi elaborado de forma a obtermos um melhor conhecimento não só do projeto como da temática da violência doméstica contra o homem (em Anexo). Já os indivíduos, um conjunto de sete atores expert (quatro internos e três externos) na implementação do projeto e utentes, dada a

singularidade do caso em Portugal, foram selecionados por conveniência, uma vez que possuem conhecimento e tiveram intervenção no mesmo. No entanto, fomos também alvo de consideráveis recusas ao longo do processo, num total de oito (dois da rede de apoio, dois psicólogos com experiência em vítimas de violência doméstica e quatro especialistas académicos).

Posteriormente, os dados foram tratados e analisados. A análise da informação recolhida foi efetuada pelo recurso a diferentes programas informáticos consoante as metas a alcançar. Em primeiro lugar recorremos ao *software* Iramuteq, utilizado nas Ciências Sociais e Humanas principalmente aquando de trabalhos com análise qualitativa de conteúdo textual e bastante volumoso, e que é gratuito com fonte aberta, “consiste em preparar os dados e escrever scripts que são então analisados pelo software estatístico” (Salviati, 2017, p.4). Segundo a mesma autora,

“Existem cinco tipos de análises textuais que o Iramuteq processa: Estatísticas textuais, Especificidades e AFC, CHD, Análise de Similitude e Nuvem de Palavras. As análises que podem ser realizadas dependem do tipo de dados: corpus textuais ou tabelas. Para corpus textual são possíveis as seguintes análises: Estatísticas textuais; Classificação Hierárquica Descendente; Análises de similitude; Nuvem de palavras; Análise de especificidades; e Análise fatorial de correspondência. Já para tabelas são possíveis: Classificação Hierárquica Descendente; CHD por matrizes de distância; Análises de similitude; Nuvem de palavras; Descrição e qui-quadrado” (Salviati, 2017, p. 29).

A verdade é que o IRAMUTEQ caracteriza-se pelo seu rigor estatístico e permite aos investigadores utilizarem recursos técnicos de análise lexical de forma simples e compreensível. Porém, “Álvarez-Gálvez e Roberts argumentam que é preciso distinguir pelo menos dois tipos de análise de dados textuais: análise de conteúdo ‘clássica’ e a análise quantitativa de textos” (Silva, 2019, p. 14). A verdade é que,

“não obstante os modos de produção da informação sejam distintivos, não podemos fazer de tábua rasa às pré-noções de facilitismos que moldam os automatismos que oferecem o tratamento informático e as operações estatísticas sobre as categorizações empíricas dos dados não numéricos, pelo que, parafraseando Jenny (1996, 1999), se torna relevante ter sempre presente que qualquer análise textual comporta um certo pressuposto ‘representacionista’ da reflexão *versus* o ‘construtivista’ da enunciação na produção discursiva” (Silva, 2019, p. 13-14).

Convém ainda relevar que, “tal como salienta Leimdorfer (2011, 2012), o que importa reter é que, em termos estritos, os *softwares* de tratamento de dados qualitativos são apenas ferramentas de apoio à ‘pesquisa’ e não ferramentas de ‘resultados’” (Silva, 2019, p. 6).

Outros dos softwares utilizados, uma vez que optámos por um estudo prospetivo, recorreremos ao MICMAC, MACTOR e MORPHOL para efetuar a análise estrutural (para delimitação do sistema, redução da sua complexidade e encontro das variáveis-chave), o jogo de atores (para identificação dos atores relevantes, das suas posições, das suas forças e estratégia) e a análise morfológica (que, simplificando, constrói os cenários em si mediante o peso da evolução provável das variáveis chave e do comportamento dos atores), dentro do método dos cenários.

Apresentamos em seguida os resultados do estudo realizado.

Violência doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência.
Uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas.

PARTE 3. Resultados Empíricos

Ângela Malveiro

PARTE 3- Resultados Empíricos

3 Estudo de Caso: FASL e a Casa-abrigo “Proteção para todos”

3.1 Diagnóstico social da Instituição

3.1.1 Caraterização institucional

A organização Fundação António Silva Leal (FASL) em estudo, titular do projeto “Casa-abrigo *Proteção para todos*” é, nas palavras de Bilhim (2005, p. 9) “uma entidade social conscientemente coordenada, que possui fronteiras devidamente delimitadas, que funciona ancorada a uma estrutura relativamente contínua para atingir os fins pré-determinados” (cfr. Baião, 2014), como tal, compreende as relações formais e as incumbências dos membros da organização (Conselho, serviços, diretores, etc.), através da especificação das funções contratualizadas e dos procedimentos dos equipamentos. Trata-se da estrutura organizacional, cuja caraterização é marcada pela complexidade, pela formalização e centralização, onde as tomadas de decisão são autorizadas em exclusivo pelos níveis hierárquicos superiores. No entanto, os elementos-chave e primários são as pessoas (colaboradores e utentes) que desenvolvem a ação na organização, interagem e praticam uma partilha constante, tornando possível o funcionamento e continuidade da mesma. Estas pessoas ou atores encontram-se comprometidos a uma ação interativa e integrada, cuja qualidade dessa relação é condição determinante para o sucesso das iniciativas, em particular, deste projeto.

Nesta parte da tese, identifica-se e caracteriza-se a Fundação António Silva Leal (FASL) como uma IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social que foi escolhida como estudo de caso do presente estudo, exclusivamente por ser, até à data, a única com a resposta social que nos interessava. Nesse sentido, deu-se também atenção, porque foi uma questão mencionada ao longo das entrevistas, à missão e aos objetivos, mencionando-se ainda os dados que a constituem - n.º de utentes, n.º de colaboradores, n.º de voluntários, entre outros dados), as fontes de financiamento e ainda, sobre a relação institucional com o Estado.

A FASL como IPSS em estudo nasce de

“um conjunto de associados da APSS, Associação Portuguesa da Segurança Social, organização não-governamental que se dedica ao estudo e à investigação da problemática da Segurança Social, decidiu criar, em 1993, uma Fundação de Solidariedade Social que homenageasse o Dr. António Silva Leal, professor e investigador social, personalidade que presidiu à comissão organizadora e foi o primeiro presidente daquela Associação de Utilidade Pública Nacional que havia falecido recentemente. Esta Fundação acabou assim por receber o nome daquele eminente catedrático e cientista que a APSS quis homenagear. Assim, em janeiro de 1993 nasce a Fundação António Silva Leal, FASL, uma Instituição de Solidariedade Social sem fins lucrativos e de duração ilimitada - publicada no Diário da República nº. 277 – III Série de 26. Nov.de 1993. Foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social com registo definitivo efetuado em 01Outubro de 1993, sob o nº. 27/93, no livro 05 das Fundações de Solidariedade Social, da Direção-geral de Segurança Social, por despacho do Sr. Secretário de Estado da Segurança Social. Esta instituição, definiu objetivos e adotou um modelo estratégico de desenvolvimento que não são comuns nas IPSS, tendo identificado como área geográfica de intervenção todo o território nacional através de uma estratégia de diversificação, relativamente às suas atividades de ação social. Sediada em Lisboa, a Fundação António Silva Leal detém equipamento a nível nacional, nomeadamente, em Albufeira, Faro, Guia, Sintra, Leiria e Lisboa. Atua ao nível da ação social nas áreas de proteção da infância, juventude, adultos e idosos em situação de risco ou de desintegração e exclusão social, população deficiente e famílias em situação vulnerável, tendo sempre como principal preocupação em linha de conta a prestação de cuidados e apoio solidário aos mais desfavorecidos.” *(in fasl.pt)*

A Fundação tem como Objetivos a promoção e participação em projetos de luta contra a pobreza, visando o desenvolvimento de comunidades locais e grupos alvo. Tem também como objetivo a criação, gestão e manutenção: Creches, Jardins de Infância e Centros de Atividades de Tempos Livres, Lares para Deficientes e Lares para Crianças e Jovens privados do meio familiar normal e outras situações de risco; Lares, Centros de Dia, Serviços de Apoio Domiciliário e assistência para Idosos; Colónias e Centros de Férias para Famílias, idosos, jovens e crianças. A prestação de apoio a familiares de utentes, nomeadamente, no que respeita à orientação e acolhimento; promoção de ações de cooperação e de troca de experiências com Instituições congêneres nacionais e Internacionais; promoção de outras ações no âmbito da Segurança Social, Justiça, Educação, Habitação, Emprego, Ambiente, Saúde, Administração Local, Juventude, Cultura e Desporto; promoção de atividades de Formação Profissional.

A Fundação tem como Missão contribuir para o desenvolvimento privilegiado de atividades de segurança social a nível nacional exercendo ainda ações complementares no âmbito da justiça, educação, habitação, emprego, formação profissional, ambiente, saúde, administração local, juventude, cultura e desporto.

A Fundação tem como Visão ser a instituição de referência nacional na promoção de todas as respostas de âmbito social em conjunto com ações complementares nas outras áreas que compõem a multidimensão social dos cidadãos contribuindo pela inovação, para a investigação científica nas áreas de atuação.

A Fundação tem como Valores como a solidariedade, a idoneidade, a complementaridade, o conhecimento, a integridade, a responsabilidade, a proximidade e a cooperação.

A Fundação tem ainda um Código de Ética e de Conduta que pretende defender os valores de transparência, autorregulação e prestação de contas, entre outros, compreendendo obrigações e responsabilidades relativamente a todos os interessados, utentes, clientes e colaboradores nas suas atividades.

3.1.2 Recursos Humanos, respostas sociais e utentes

A FASL, como IPSS, apresenta uma dimensão significativa, na medida em que os utentes e os trabalhadores que frequentam ou trabalham em cada um dos equipamentos sociais da mesma proporcionam um índice elevado de relevância no ambiente social onde está inserida, mais ainda porque atua em diversas áreas sociais, algumas de forma exclusiva, como é o caso da casa de abrigo masculina.

Em termos de caracterização de Recursos Humanos, no final de 2016 a Fundação contava nos seus quadros com um total de 278 colaboradores, não contando com os prestadores de serviços. Já em finais de 2017 totalizava 280 colaboradores - 175 dos quais efetivos e 65% dos quais estão nos quadros há mais de 5 anos -, sendo 238 mulheres e 42 homens. No que concerne às habilitações literárias, neste último ano, cerca de 37,9% do total dos mesmos apresentavam habilitações iguais ou inferiores ao 3º ciclo e apenas 33,6% ao nível superior (retirado do relatório de contas da Fundação). Ao nível etário, o nível médio é de 42 anos.

É de salientar a aposta da formação interna nos funcionários e, em 2017, surgiu a oportunidade de dar formação interna a 219 trabalhadores contratados, isto é, um valor superior a 80%.

No seguimento do ponto a FASL tem/teve como respostas sociais durante a vigência do projeto da casa de abrigo masculina, diversos equipamentos que respondem, também eles, a um número considerável de utentes e de questões sociais que serão adiante distinguidas por área geográfica:

Albufeira

- Centro Infantil "O Búzio" - 115 utentes
- Centro de acolhimento de requerentes de proteção internacional - 12 utentes
- Refeitório Social "O Búzio" - 40 utentes
- Atendimento Psicossocial
- Creche "Os Amendoinhas" - 100 utentes

- Lar "Nossa Senhora da Visitação" (lar, centro de dia e apoio domiciliário) - 84 utentes
- Unidade de Longa Duração e Manutenção de Albufeira - 20 utentes
- Cantina Social "Albufeira" - 60 utentes

Faro

- Centro infantil "Estrela-do-Mar - 36 utentes
- Creche "Malta Pequena" - 55 utentes
- Centro Comunitário da "Horta-da-areia" - 60 utentes
- Casa Abrigo "Sol Nascente"- 60 utentes
- Casa Abrigo Masculina "Proteção para Todos" - 10 utentes
- Serviços de Formação - média de 1400 formandos/ano

Sintra

- Lar "Quinta do Oitão" - 30 utentes
- Cantina Social "Sintra" - 95 utentes

Lisboa

- Parque Social "Quinta das Carmelitas"
- Casa de Acolhimento de Emergência "Casa da Luz" - 30 utentes
- Lar de Infância e Juventude "Lar Adolfo Coelho" - 30 utentes
- Cantina Social "Quinta da Luz" - 91 utentes
- Apartamento de Autonomização "Passos em volta" - 5 utentes
- Centro de Alojamento de emergência Social "Ponto de Luz" - 25 utentes
- Lar especializado "Entre mundos" - 12 utentes

- Creche "Algodão Doce" - 84 utentes

Leiria

- Lar de infância e Juventude "Colégio D. Dinis" - 25 utentes

Especificamente, para os 10 utentes que pode acolher, ao nível de Recursos Humanos do Projeto Casa Abrigo "Proteção para todos" a casa está dotada de uma equipa multidisciplinar e no seu quadro de pessoal consta um Diretor, um Psicólogo clínico, uma técnica social a tempo parcial, uma jurista a tempo parcial, uma administrativa e três ajudantes de ação direta.

Finda esta introdução acerca da estrutura da instituição, que é importante conhecer, nomeadamente a sua dimensão e as suas áreas de atuação, bem como a sua missão e objetivos, passemos então à análise discursiva das entrevistas efetuadas de modo a interpretarmos o significado do projeto para os peritos e podermos responder aos objetivos que nos propusemos.

3.2 A especificidade do conteúdo das entrevistas dos atores internos e externos: um olhar através do IRAMUTEQ

3.2.1 Caracterização e análise interpretativa

Antes de mais, julgamos importante ressaltar que a escolha de uma abordagem quantitativa aos dados qualitativos das entrevistas não significa nenhuma postura rígida na defesa de *softwares* estatísticos para a análise dos dados textuais, mas, apenas porque, uma opção de quantificação de dados foi, para nós, uma forma de sistematização da leitura dos conteúdos⁴ no concretizar dos nossos objetivos.

De acordo com Silva (2019),

“O uso de *software* de livre acesso nunca foi consensual. Tenho a consciência que alguém poderá dizer que a aplicação Iramuteq não trás nada de novo do que não se saiba já sobre os *softwares* de estatística textual. Outras vezes mais pessimistas sobre a estatística textual poderão ainda argumentar que os investigadores, que utilizam os procedimentos do Iramuteq, ignoram a realidade e os contextos onde são produzidos os textos, assinalando ainda que a estatística textual atrai apenas os investigadores positivistas, sobretudo devido aos outputs e grafismos que a aplicação permite gerar. Porém, para os otimistas, os tratamentos quantitativos dos dados textuais com software, entre os quais o Iramuteq, não se resumem nem podem de forma alguma delimitar-se à mera questão numérica e estética dos resultados. Tal como referi anteriormente, refuto a miopia das práticas metodológicas redutoras à dimensão tecnicista das aplicações informáticas. Subscrevo a tese de Jenny (1996, 1997) e outros que o fundamental é ter sempre presente a necessária vigilância epistemológica no questionamento das diferentes etapas do processo de pesquisa e naturalmente dos passos adotados para o tratamento. Sintetizando, sou da opinião que o

⁴ Segui de perto as aprendizagens sob a supervisão do meu orientador Professor Doutor Carlos da Silva, integrando o desenvolvimento da tese e dos protocolos de análise e tratamento da informação no seu grupo de pesquisa sobre a Análise Estratégica das Organizações, a Classificação Automática de Dados Não Numéricos da Ação Organizada.

tratamento textual com recurso à estatística é ‘delicada’ e não se confunde com o mito do automatismo porque exige um “rigoroso” protocolo de procedimentos ex-ante, durante e ex-pós” (Silva, 2019, p. 43).

Foi com este pano de fundo que, para a nossa análise de resultados começámos, então, pela ferramenta do Iramuteq 0.7 alpha 2, programa informático de acesso livre criado por Pierre Ratinaud (2009) onde, de modo estatístico, podemos analisar os discursos extraídos das entrevistas e interpretar os mesmos a partir da identificação do contexto, vocabulário, separação e especificidade de palavras, de cada um dos atores internos e externos. O Iramuteq é um *software*

“que possibilita diferentes formatos de análises estatísticas sobre *corpus* textuais e sobre tabelas de sujeitos por palavras e é uma aplicação que contém o rigor estatístico e possibilidades de extração de representações gráficas sobre as formas de agrupamento e classificação do teor simbólico subjacente aos materiais textuais” (Camargo & Justo, 2013, citado por Mestre, 2020, p. 214).

Como já dissemos, os dados foram recolhidos por meio de uma entrevista semiestruturada (em anexo) entre os meses de agosto de 2018 e abril de 2019, no caso dos atores externos e internos, onde foi dado o consentimento verbal, e tendo outros oito recusado. Já durante o mês de maio de 2019, numa entrevista com questões diferentes (em anexo), a dois utentes da casa de abrigo, que assinaram o termo de consentimento, resultando em duas o número de recusas. Relembramos, ainda, que uma vez que se trata de uma investigação por estudo de caso, não é uma investigação por amostragem mas sim intencional, sendo os critérios para a escolha dos entrevistados o tipo de envolvimento com o tema e o projeto: se trabalha na instituição, se fez parte da tomada de decisão, se é financiador ou faz parte da rede de apoio, se é especialista no tema ou se é utente. No entanto, nesta fase da análise estatística textual não serão consideradas as entrevistas aos utentes.

Em termos de etapas, inicialmente transcrevemos as entrevistas constituindo, deste modo, o corpus de análise, cada um separado por uma linha de comandos (ex.: **** *Ent1*Act_interno1), num arquivo efetuado no bloco de notas e salvo pela codificação UTF-8. Posteriormente, e após a correção de erros e uniformização de siglas e outras palavras, por exemplo, no termo casa_abrigo, recorremos ao programa propriamente dito.

Então, para a obtenção de resultados no Iramuteq utilizou-se um grupo de textos, num arquivo único (o corpus) e desses dados resultaram da análise da classificação hierárquica descendente (CHD) e, por conseguinte, da análise fatorial de correspondência (AFC).

Embora tenhamos um número reduzido de atores, considerámos interessante abordá-lo inicialmente em três formas de análises: 1º no total, 2º apenas os internos e 3º apenas os externos. As primeiras análises feitas resultaram, deste modo, na nuvem de palavras em três diferentes formas: corpus total (figura em anexo) que resulta na tabela 1 com 7 textos iniciais, 6454 ocorrências, 1058 formas e um hápax de 543; subcorpus internos com 4 textos iniciais, 3859 ocorrências, 1035 formas e um hápax de 609 e subcorpus externos com 3 textos iniciais, 2595 ocorrências, 787 formas e um hápax de 493.

Tabela 1:
Principais frequências lexicais (formas ativas) do corpus Total (n > 10)

Formas Ativas	nº		Formas Ativas	nº
resposta	99		questão	15
casa	68		número	15
violência	62		forma	15
abrigo	54		formação	14
homem	51		técnico	13
projeto	40		passar	13
vítima	33		área	12
existir	33		utente	12
dar	24		entidade	12
qualidade	23		dizer	12
pessoa	23		rede	11
apoio	20		problema	11
querer	19		momento	11
necessidade	19		instituição	11
dever	18		equipa	11
mulher	16		Portugal	10
			caso	10

Fonte: *Corpus Total*; *output Iramuteq formes_active.csv*

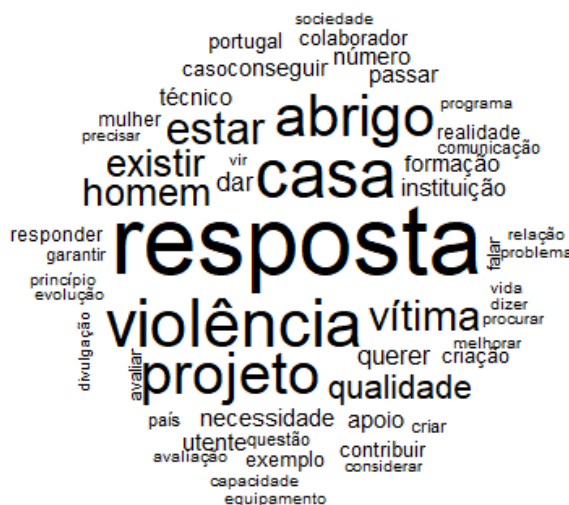
A nuvem de palavras organiza, sumariamente, as palavras das entrevistas segundo a sua frequência, o que quer dizer que, quanto mais forem usadas no decurso do discurso maior é o seu tamanho. Trata-se, deste modo, de uma análise lexical simples e rápida que agrupa graficamente as palavras de acordo com o peso que as mesmas surgem no discurso.

Assim, quer na nuvem de palavras do corpus total (fig.1) quer do subcorpus externo (fig.2) as palavras em maior evidência são “resposta”, “homem”, “casa”, “violência” e abrigo, enquanto que para o subcorpus interno (fig.3) também “projeto” surge nas mais destacadas, tal como podemos constatar na dimensão designada por nós de: enquadramento do Projeto da Casa Abrigo, Qualidade e temas estratégicos de intervenção e Tendências do desenvolvimento e continuação do Projeto Casa-Abrigo Masculina.

Resumo (subcorpus externos) (Fonte: *ouput* Iramuteq):

- Número de textos iniciais: 3
- Número de ocorrências: 2595
- Número de formas: 787
- Número de hapax: 493 (19% das ocorrências – 62.04% das formas)

Figura 3 - Nuvem de Palavras do subcorpus internos



Fonte: subCorpus internos; *ouput* Iramuteq nuage_1.png

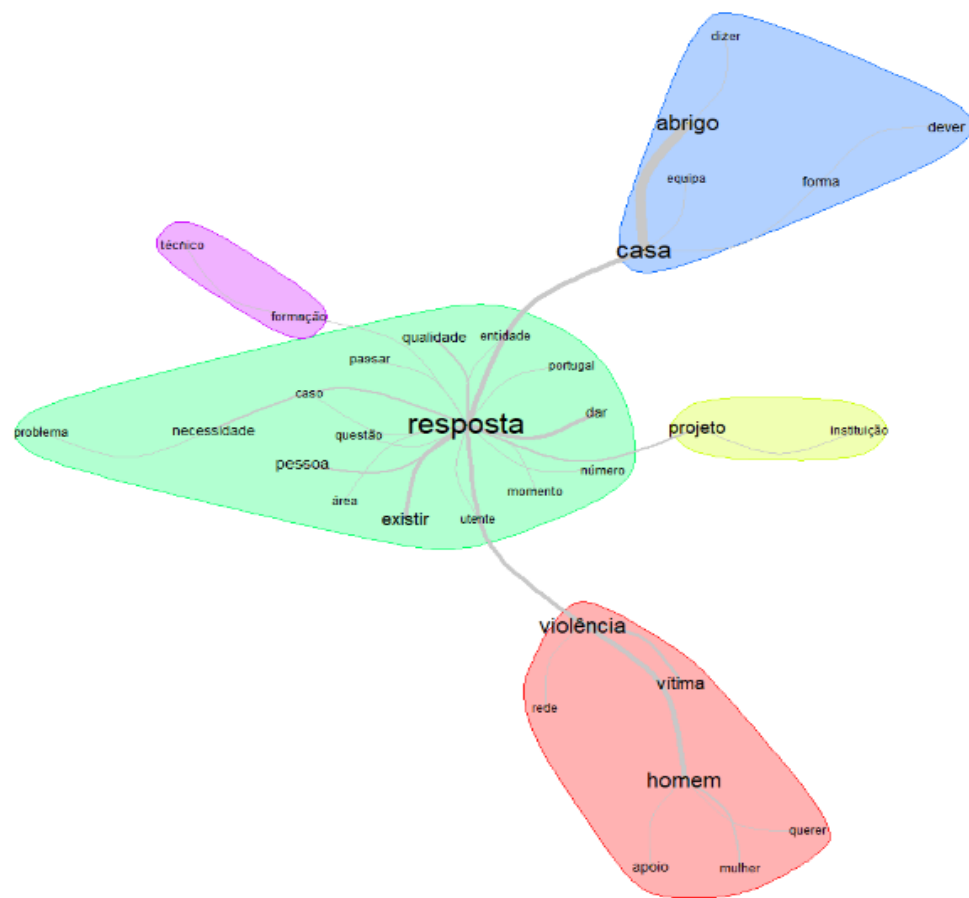
Resumo (subcorpus internos) (Fonte: *ouput* Iramuteq):

- Número de textos iniciais: 4
- Número de ocorrências: 3859
- Número de formas: 1035
- Número de hapax: 609 (15.78% das ocorrências – 58.84% das formas)

Porém, é na similitude que as ramificações se afiguram mais acentuadas como se pode verificar de seguida, muito embora o leque semântico das palavras mais frequentes se mantenha. A similitude é, não mais do que as coocorrências, mas já apresenta indicadores estatísticos e assemelha-se a uma árvore com ramos, mostrando-nos a relação entre palavras. Logo, as palavras que se destacam são

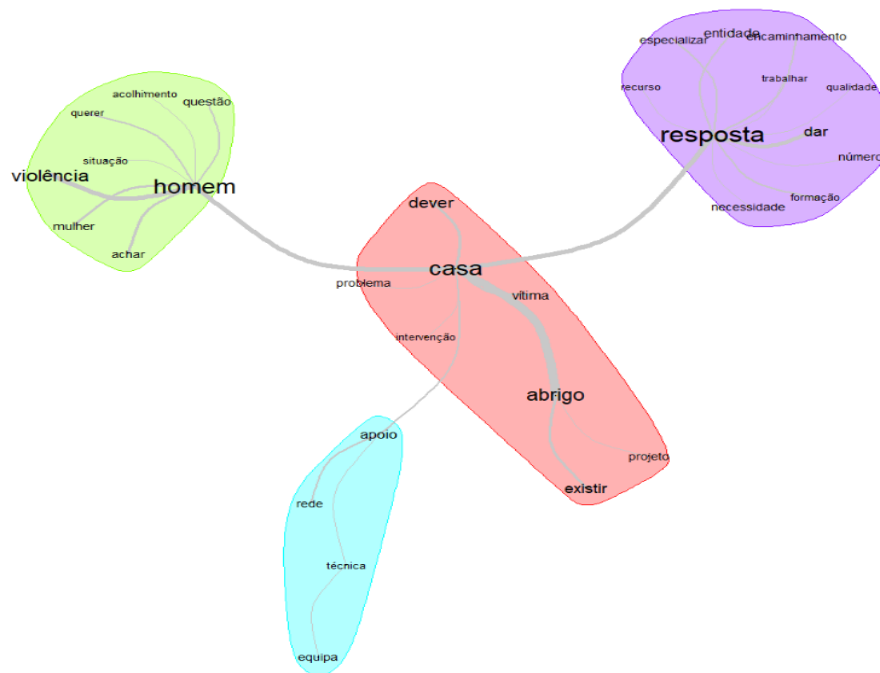
centrais, as mais importantes, e o elo de ligação às demais. Ou seja, onde nos é possível deduzir quais os temas/conceitos de maior relevo, qual o nível de proximidade entre eles e como se relacionam entre si, traduzindo-se numa matriz de representações sociais.

Figura 4 - Similitude (coocorrências) do corpus Total



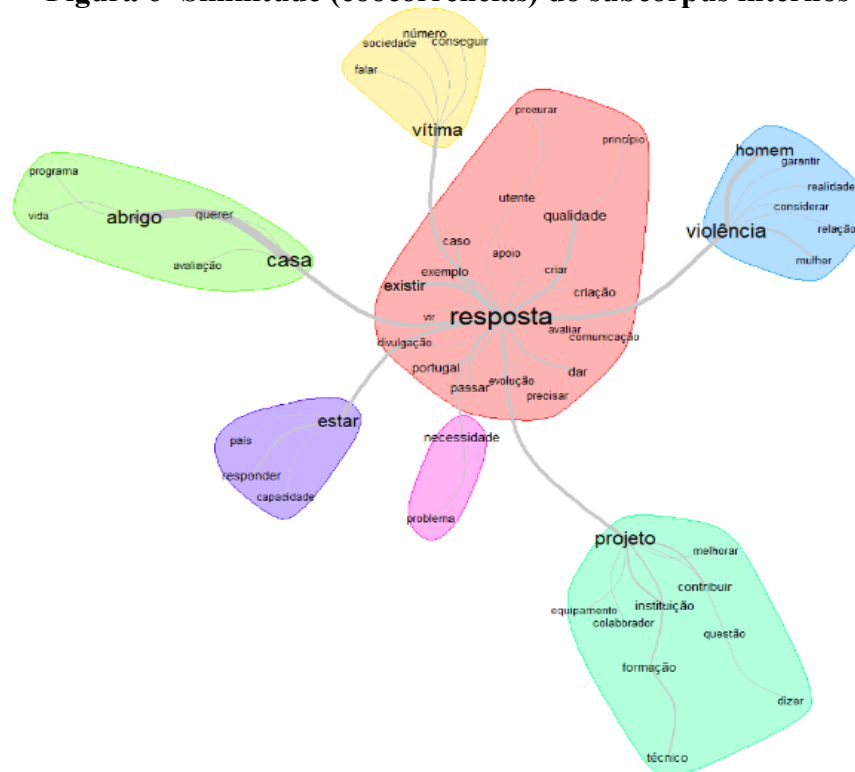
Fonte: *Corpus Total*; *output Iramuteq arbre maximum - graph_simi_1.png*

Figura 5 - Similitude (coocorrências) do subcorpus externos



Fonte: subCorpus externos; *output* Iramuteq *arbre maximum* - graph_simi_1.png

Figura 6- Similitude (coocorrências) do subcorpus internos



Fonte: subCorpus internos; *output* Iramuteq *arbre maximum* - graph_simi_1.png

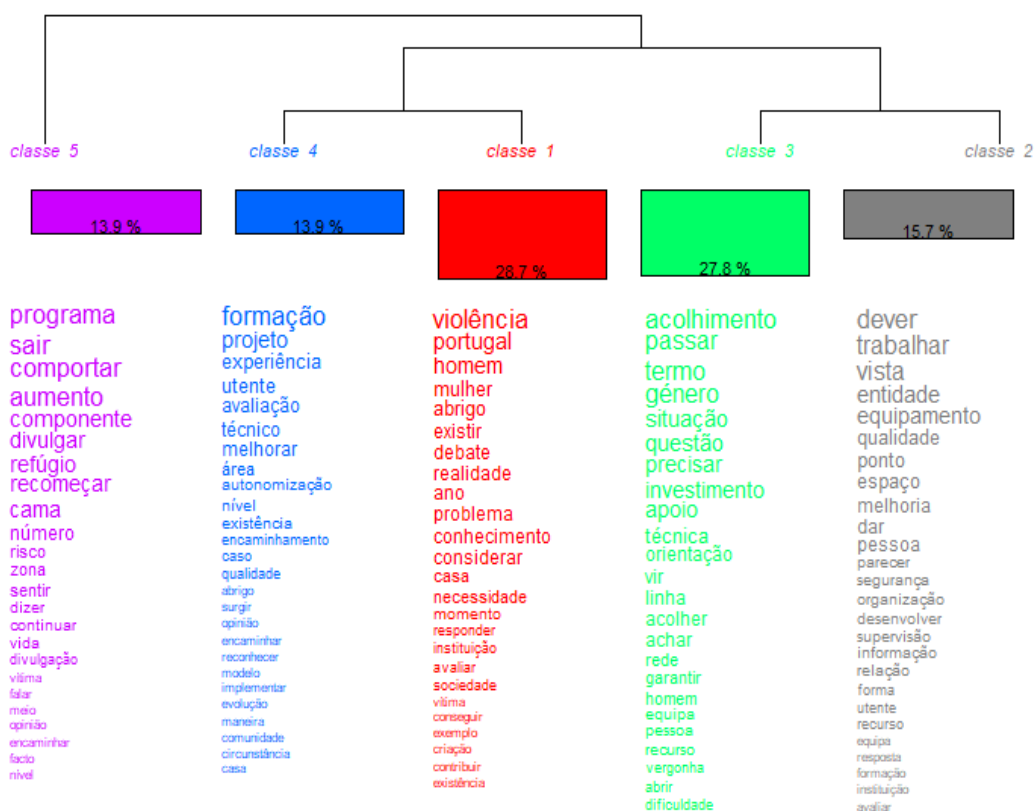
Posto isto, podemos interpretar que, quando todas as entrevistas são consideradas e que destacamos (fig.4) é a “resposta” social, de “qualidade” que tem de “existir” pois existe uma “necessidade” e um “problema” o mote e que liga, principalmente, à questão da “violência” contra o “homem” “vítima” que procura uma “rede” de “apoio”, e à “casa abrigo” bem como ao “projeto” de uma “instituição”, não descurando uma “equipa” que requer “formação” especializada. Porém, para os atores externos (fi.g5), é a própria “casa abrigo”, o “projeto” de “intervenção” que vem responder a um “problema” e à “vítima” o ramo central que, por sua vez, se apoia não só na questão da “violência” contra o “homem” que necessita de “acolhimento”, como na necessidade de dar uma “resposta” de “qualidade”, através de uma “rede” de “apoio” e de uma “equipa” “técnica”. Por último, os atores internos (fig.6), centrados na “resposta” que deve “existir” mas que carece de “divulgação” e “comunicação” para um “exemplo” de “qualidade” apresenta um maior número de ramificações tais como “numero” de “vítimas” na “sociedade”, a “realidade” da “violência” contra o “homem” pela “mulher”, o facto de ser um “problema” e uma “necessidade” mas também a “capacidade” de lhe “responder” e, por fim, um “projeto” de uma “instituição”, cujos “técnico”, “equipamento”, “colaborador” estão empenhados em “contribuir” para “melhorar” a “questão”.

Para efetuar as classes dos agrupamentos lexicais considerámos relevante e de melhor compreensão fazê-lo apenas para o corpus total. Assim, através do processamento do *corpus* foram classificadas 1058 formas sendo que 543 foram aproveitadas. Após este processamento, criámos um dendrograma das classes onde se demonstra como se apresentam e se ligam entre si (fig.7).

No dendrograma o *corpus* foi dividido em dois subcorpus. No primeiro obteve-se a classe 5 com 13,91%. No segundo subcorpus com duas subdivisões compostas pelas classes 4 (13,91%) e 1 (28,07%), pelas classes 3 (27,83%) e 2 (15,65%). Para cada uma delas foi originada um rol de palavras a partir do teste qui-quadrado. Ou seja, deste podemos desenhar algumas interpretações sobre a formação de cada uma das classes e perceber o que as aproxima e afasta. Por exemplo, se entendemos existir uma aproximação entre as classes 1 e 4, que dizem respeito à realidade e reconhecimento da existência de um problema de violência contra o homem em

Portugal por parte da mulher e da necessidade de um abrigo, também é verificável que esse projeto para ter qualidade e responder às necessidades dos utentes carece de uma equipa técnica formada, também entendemos o afastamento dessas mesmas classes em relação, por exemplo, à classe 3 que se concentra maioritariamente nos investimentos e apoios desse acolhimento ou da classe 5, sobre a divulgação do programa e o aumento da resposta. Também o dendograma favorece a visualização das principais palavras que formam cada classe – quanto mais no cimo da lista e maior a dimensão da palavra, maior influência na classe.

Figura 7- Dendograma das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Total



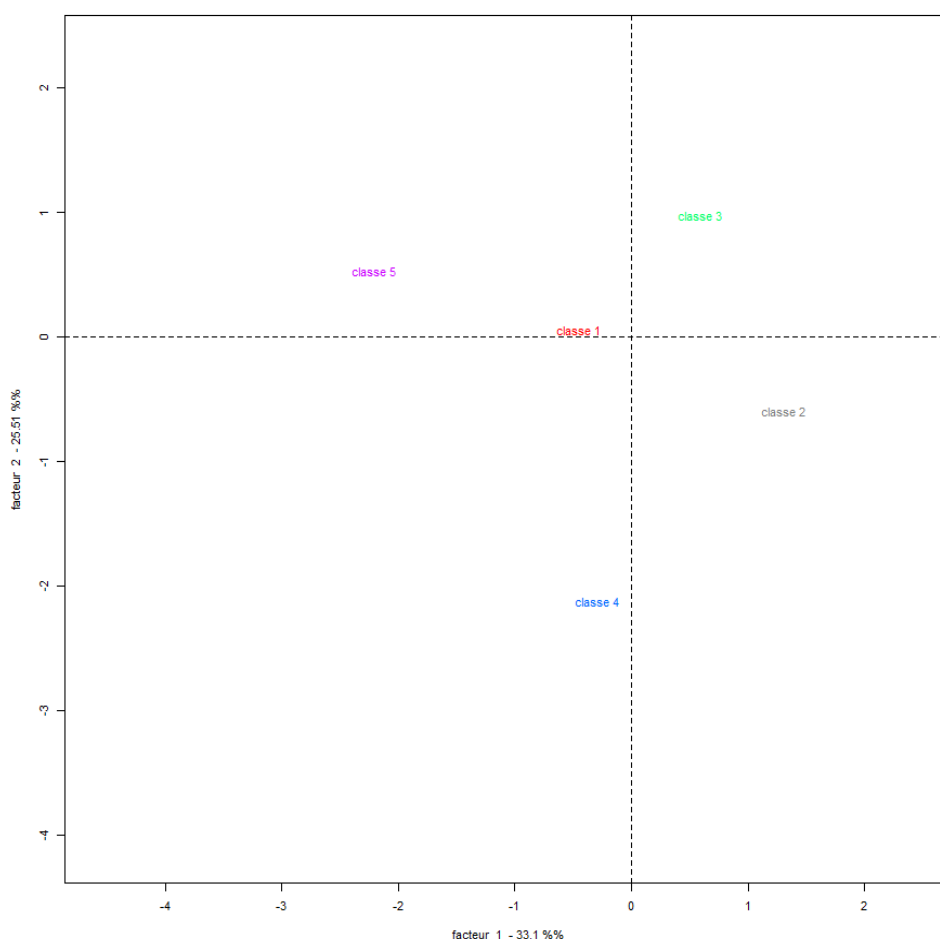
Fonte: *Corpus* Total; *output* Iramuteq dendrogramme_1.png

Ao aprofundar a questão da formação de classes avançámos para a AFC. A análise fatorial de correspondência é, sucintamente, uma análise multivariada e é apresentada em um plano cartesiano onde figuram os diferentes agrupamentos de

palavras, ou de sujeitos, que constituem cada uma das classes propostas na classificação hierárquica descendente.

Neste plano cartesiano (fig. 8 e 9) as aproximações/distanciamentos entre classes e as palavras podem ser facilmente identificadas de acordo com a disposição nos quadrantes. Algumas das palavras em destaque para cada classe são: classe 1 (vermelho), homem e violência; classe 2 (cinza), dever e entidade; classe 3 (verde), género e acolhimento; classe 4 (azul), formação e experiência; classe 5 (roxo), aumento e programa.

Figura 8- Projeção fatorial dos centróides das Classes dos agrupamentos lexicais do *corpus* Total (Factor 1 x Factor 2)



Fonte: *Corpus* Total; *output* Iramuteq AFC2DCL.png

“a avaliação é claramente positiva no sentido de que em **portugal** não se **considerava** que houvesse **violência** doméstica masculina tudo estava centrado na **violência** feminina e a existência per si desta **casa** garante uma ideia de tratamento igualitário aos **homens** e às **mulheres** desde logo porque a **violência** é também igualitária” (scores: 62.63; Ent4 *Act_interno2).

“só podemos fazer um balanço positivo do programa pois sendo o primeiro passámos de uma **realidade** em que não **existia** nenhuma resposta para uma **realidade** em que dispomos em **portugal** de uma **casa abrigo** específica para vítimas masculinas de **violência** doméstica” (scores: 59.20; Ent5 *Act_interno3).

“quando há vinte **anos** se fez a primeira **casa abrigo** para **mulheres** deparou se com uma serie de desafios pela frente que passados estes 20 **anos** quando se abre uma **casa abrigo** para **homens** estes **problemas** não **existem**” (scores: 55.91; Ent2 *Act_externo1).

o número é desproporcional 80 das vítimas são **mulheres** mas também não estamos a aproveitar isto **casa abrigo** para discutir e desocultar a **violência** doméstica conjugal contra os **homens** e explicar que a **violência** doméstica contra os **homens** tem outras raízes tem a ver com as masculinidades e como o **homem** se autorrepresenta (scores: 51.78; Ent2 *Act_externo1).

Não obstante a relevância dos projetos em causa, é da opinião dos entrevistados que a sua dinamização comporta implicações e investimentos diversos por parte das entidades promotoras, em particular no que diz respeito à formação específica de quadros técnicos para assegurar a necessária qualidade na resposta social (classe 2: cor cinza). Os extratos seguintes ilustram o que acabámos de referir:

“**deve** existir um envolvimento dos técnicos bem como uma aposta na formação e qualificação dos **recursos** humanos pois são eles

que **trabalham** diariamente com estas **pessoas** e que promovem uma resposta de **qualidade** são quem está mais próximo ao fim ao cabo e quem sabe as dificuldades e as limitações primárias das instituições e dos **equipamentos**” (scores: 87.82; Ent2 *Act_externo1).

“as casas abrigo **deverão** ser uma resposta que **dê** primazia à **segurança** do **utente**, mas que tenha também em **vista** a sua autonomização é fundamental prever **espaços** para crianças e jovens que sejam filhos desses **utentes** considerar as especiais vulnerabilidades das **pessoas** face à sua etnia” (scores: 87.13; Ent7 *Act_externo3).

“é preciso haver do **ponto** de **vista** da **entidade** que paga exigências de selo de **qualidade** por parte da **segurança** social de se poder atribuir selos de **qualidade** ao trabalho que é **desenvolvido** a justiça continua a ser lenta no caso da violência doméstica contra os homens **parece** que isto emperra ainda mais” (scores: 84.15; Ent2 *Act_externo1).

boa e necessária, mas que falha do **ponto** de **vista** de avaliar a **qualidade** dos **equipamentos** avaliar a **qualidade** das respostas que são **dadas** qualificar as **organizações** nesse sentido na sua grande maioria fazem todas um excelente trabalho (scores: 81.17; Ent2 *Act_externo1).

“mas é alguma crítica a quem financia e a quem tem uma **supervisão** mais técnica a este tipo de **equipamentos** que é na altura em que é anunciado **devia** se ter **dado** aqui alguma maior **informação** por parte da **entidade** que financia ou supervisiona sobre a resposta ao resto das **entidades**” (scores: 77.43; Ent2 *Act_externo1).

potenciar sempre do **ponto** de **vista** da **qualidade** dos **recursos** humanos serem cada vez mais especializados no domínio desta temática perceberem muito bem como é que isto funciona e

construírem redes de parceria adequadas à população com quem estão a **trabalhar** e às necessidades da população com quem estão a **trabalhar** (*scores: 72.69; Ent2 *Act_externo1*).

Se é verdade que a implementação de projetos dessa natureza não ser linear e bastante controversa numa sociedade marcadamente patriarcal, salientam ainda os entrevistados que os projetos de casa de abrigo vieram colocar na ordem do dia a discussão e a pressão da necessidade de mais e melhores políticas públicas não só em defesa das vítimas de violência domésticas, mas sobretudo para a necessidade de ampliar o debate no campo societal da problemática da igualdade de género (caso 3: verde).

“as motivações devem ser sempre proteção das vítimas independentemente do **género** não tem a ver com esta **questão** de **homem** e mulher por razões óbvias **homem** mulher terá de ser **achamos** que poderão existir outras formas de **acolhimento** porque uma casa abrigo é um **investimento** imenso por parte do estado financeiro **recursos** humanos” (*scores: 67.45; Ent2 *Act_externo1*).

“a abertura desta **resposta veio** trazer para a ordem do dia esta problemática oculta e envergonhada da sociedade **passando** se a tratar a problemática da violência doméstica com verdadeira igualdade de **género** em que o **homem** não é só agressor, mas também uma vítima e como tal **precisa** de ser tratado com igualdade em **termos** de auxílio” (*scores: 66.92; Ent6 *Act_interno4*).

“para desenvolver problemas muito complexos a visão **técnica** nem sempre é coincidente com a visão organizacional as **pessoas** estão em conflito com a política da direção da ipss **equipas técnicas** desautorizadas nas suas decisões e em **termos** de gestão é muito pernicioso quando a decisão para o **acolhimento** passa a ser estritamente economicista” (*scores: 61.02; Ent3 *Act_externo2*).

“nem todos os **homens** querem ser ou vão ser **acolhidos** usar **técnicas** de **apoio** à distância para **homens** não há há estudos que apontam para modelos mais participativos em que haja um profissional na psicologia para dinamizar acompanhado por outro dinamizador que já **passou** pela **situação** mas tem formação” (*scores*: 59.57; Ent2 *Act_externo1).

“porque há muita gente que não encarou esta opção como uma boa opção aqui a **questão** da especialização e de **garantir** que esta casa **vem** dar **resposta** a uma necessidade real é fundamental **passará** por esclarecer também as outras entidades sobre o seu papel diferenciado **passará** pela capacidade de **acolher pessoas** a qualquer hora (*scores*: 51.70; Ent3 *Act_externo2).

Apesar dos entrevistados reconhecerem que as entidades promotoras de casas de abrigo possuem alguma experiência em ações de proteção a vítimas de violência doméstica, são ainda destacados pelos mesmos entrevistados a necessidade da contextualização do desenho deste tipo de projeto, assim como um plano de formação aos técnicos para melhor ajustamento à realidade das necessidades da população-alvo (classe 4: azul).

“o corpo **técnico** afeto a esta resposta social a vasta **experiência** na **área** da casa abrigo feminina a **formação** especializada que foram alvo dão garantias de uma excelente qualidade na resposta dadas por este **projeto**” (*scores*: 95.92; Ent6 *Act_interno4).

“na atualidade as propostas a curto prazo que poderiam ser implementadas são a consolidação do **projeto melhorarmos** no âmbito da divulgação a importância da casa abrigo criarmos medidas para os homens vítimas chegarem mais facilmente e adequadamente até nós e reforçar a **formação** dos **técnicos** para lidar com os desafios nesta **área** que nos surgem diariamente” (*scores*: 89.77; Ent5 *Act_interno3).

“no **projeto** da casa abrigo há vários requisitos para que a qualidade prevaleça e facilmente **melhore** tais como ter uma equipa dedicada e com **formação** específica para a **área** uma maior facilidade de acesso aos serviços públicos e uma maior facilidade em arranjar habitação na fase final da **autonomização**” (*scores*: 82.36; Ent5 *Act_interno3).

“o **projeto** casa abrigo proteção para todos foi desenhado de acordo com o modelo da primeira casa abrigo no reino unido tendo os **técnicos** obtido **formação** no reino unido e acesso a todos os materiais utilizados em particular os processos e instrumentos de **avaliação**” (*scores*: 79.94; Ent5 *Act_interno3).

“a **nível** europeu já existe esta resposta e já existe há muitos anos nós é que estamos a dar os primeiros passos de tal maneira que a **formação** que foi feita no nosso **projeto** os nossos **técnicos** foram ao reino unido fazer **formação**” (*scores*: 72.39; Ent4 *Act_interno2).

“pela procura de **formação** específica e subsequente partilha com os diversos parceiros e agentes sociais e por outro pela procura constante de parcerias que possam contribuir para o bem_estar físico psicológico e social dos nossos **utentes** contribuindo em muitos **casos** para o encontrar de trabalho para **melhorar** as condições de **autonomização**” (*scores*: 72.14; Ent5 *Act_interno3).

Sob o ponto de vista dos projetos casa de abrigo em geral, e do projeto Casa-abrigo masculina "Proteção para Todos" em particular, os entrevistados valorizam as dimensões de intervenção que as atividades programadas proporcionam ao público-alvo, nomeadamente as que permitam relevar o contributo para um “recomeçar de vida” às vítimas.

“a **componente** mais relevante da casa abrigo é o fortalecimento emocional e físico a reconstrução da personalidade a reconstrução física e da personalidade que a casa abrigo **comporta digamos** que

para **recomeçar** de **vida** portanto o conceito casa abrigo original que é o **refúgio**” (*scores*: 68.61; Ent4 *Act_interno2).

“é claro que existe na nossa casa abrigo quando um dos nossos clientes **sai** é lhe pedido que tenha níveis de resposta acerca da opinião que teve da casa abrigo em particular bastante exaustivos mas admito que esta matérias seja uma matéria a estar mais atento e essencialmente pela **componente** que ela **comporta**” (*scores*: 52.83; Ent4 *Act_interno2).

“tem que haver respostas iguais para os dois, mas de forma separada porque a problemática é diferente era importante que quando se **divulgasse** no **programa** de **divulgação** nacional o **número** para as vítimas masculinas poderem falar **sentirem** que aquele **número** é para si” (*scores*: 50.72; Ent4 *Act_interno2).

“não sei se te lembras do **número** de notícias que **saiu** na comunicação social quando o projeto foi assinado acredito que só foi possível por causa deste projeto acho que já tivemos algum mérito na **divulgação** já contribuimos para o **aumento** desse interesse por parte das pessoas” (*scores*: 49.71; Ent1 *Act_interno1).

Os excertos das verbalizações dos entrevistados, enquanto atores (internos e externos) do sistema de ação do projeto Casa-abrigo masculina "Proteção para Todos", sugerem um quadro de representações sistematizada por cinco agrupamentos lexicais que podem ser interpretados da forma seguinte:

- Classe 1 (28.07%): O conhecimento da violência doméstica masculina
- Classe 2 (15.65%): Qualidade e Formação
- Classe 3 (27.83%): Investimento em questões complexas e de género
- Classe 4 (13.91%): Medidas a tomar para melhorar a resposta
- Classe 5 (13.91%): O programa para o utente e a comunidade

Tabela 2:
Segmentos de texto mais relevantes do *corpus* Total

	eff.s.t.	eff. Total	%
classe 1	33	115	28,07%
classe 2	18	115	15,65%
classe 3	32	115	27,83%
classe 4	16	115	13,91%
classe 5	16	115	13,91%

Fonte: *output* Iramuteq

É ainda de salientar que apoiando-nos nestes segmentos de texto mais relevantes das principais classes percebemos que o foco dos atores internos reside na classe 1, do conhecimento da violência doméstica masculina, e na avaliação claramente positiva da existência da resposta pela sua necessidade social, bem como na classe 4, das medidas para melhorar a resposta, pela vontade de querer a garantia de qualidade da mesma e, ainda, na classe 5, na preocupação com o projeto de vida do utente. Já os atores externos focam parte do seu discurso na necessidade de formar e qualificar os técnicos, mas, também, na criação de ferramentas de controle de gestão aos equipamentos (classe 2). Ambos os grupos de atores revelam preocupação evidente na mais valia de investir em questões complexas e de género (classe 3).

Em suma, ao utilizarmos o Iramuteq foi possível analisarmos as entrevistas dos atores estatisticamente o que nos facilitou a leitura do conteúdo que queríamos extrair.

Desta forma, conseguimos retirar já algumas conclusões, com credibilidade e segurança, acerca das palavras utilizadas por cada uma delas e o que as mesmas permitem dar significado, nomeadamente, pela frequência da sua utilização e pela forma como os temas e a informação nos vai sendo transmitida.

De facto, de modo geral, a resposta da casa de abrigo masculina "Proteção para Todos" surge, no conteúdo das entrevistas, como um projeto que deve existir para os homens vítimas de violência doméstica, pela necessidade, porém deve

igualmente ser sinónimo de qualidade no acolhimento e de aposta na formação e qualificação das equipas bem como de uma maior capacidade de comunicação, seja para o aumento do conhecimento da mesma, seja pela criação de uma rede de parcerias de forma a garantir o aumento do número de respostas como a continuação do programa.

3.3 Análise Prospetiva – Resultados e Discussão

3.3.1 Diagnóstico social da Casa-abrigo

No decorrer do ponto prévio da caracterização institucional e da demonstração, pelos resultados do *Iramuteq* da análise discursiva dos entrevistados, que nos revelou a relevância e o significado dos mesmos sobre a casa abrigo masculina, é relevante centrarmo-nos agora especificamente na análise prospetiva do projeto da Casa-abrigo masculina "Proteção para Todos".

No entanto, antes disso, é necessário lembrar que a casa abrigo masculina é um projeto criado para responder a uma necessidade reconhecida pela sociedade, pelas organizações e também pelo Estado da existência de uma problemática no âmbito da violência doméstica/conjugal. Tal como referimos anteriormente, a grande motivação para apresentação do projeto por parte da FASL surge da análise dos resultados do RASI, em particular do de 2015, sobre dados de 2014, em que 15,9% das vítimas eram de género masculino e onde se registavam um aumento em relação ao ano anterior. Surge também a certeza de que a cobertura mediática da violência doméstica refletia e reforçava estereótipos de violência doméstica dificultando a aceitação de que os homens podem ser vítimas, mas, também, baixando as taxas de denúncia. Porém, um dos grandes entraves ao arranque deste projeto foi a inexistência da resposta especificamente direcionada às vítimas masculinas e que, por conseguinte, criava um desconhecimento teórico e prático do funcionamento da mesma, mas, também, a indisponibilidade de verbas, recursos e financiamento.

A Casa abrigo “Proteção para todos” é, então, uma unidade residencial com capacidade para 10 utentes vítimas de violência doméstica masculinas, maiores de idades e provenientes do território nacional, cuja permanência não deve ser superior a seis meses. O seu grande objetivo é responder e apoiar estes homens em situação de risco físico, psicológico, social e/ou económico e, com o devido apoio, permitir-lhes a construção de um projeto de vida. Paralelamente, oferece também a satisfação das suas necessidades básicas e estabelece meios para a própria valorização do indivíduo. Para tal, conta com uma equipa a quem compete ajudar esse projeto de vida, e essa inclusão social, mas que também presta cuidados ao nível de facilitação

de comunicação com outros serviços, tais como a Segurança Social ou o Centro de Emprego.

3.3.2 O sistema interno e externo da casa-abrigo

De modo a que possamos “conceber” o futuro é importante que percebamos qual o ponto no qual nos achamos. Assim, importa caracterizar o sistema objeto da nossa intervenção, neste caso da casa-abrigo e da instituição.

Um sistema é definido como as interações que se podem desenhar entre os elementos que o compõem, pelo ambiente que o integra, pela sua estrutura e as relações entre elas e pelas funções que desempenham mas também carece de uma participação ativa, maior ou menor, de todos os esses elementos. Deste modo, aquando do preenchimento da matriz, todos os indivíduos/atores são questionados, de forma a fundamentarem as relações que se podem detetar entre as várias componentes do sistema. Isto é, para realizar a análise estrutural do sistema é necessário efetuar um levantamento das variáveis-chave e dos atores fundamentais desse mesmo sistema, sejam elas internas ou externas.

Conhecer as forças e fraquezas dos cinco ramos essenciais das instituições em todos os seus níveis é fundamental, como é o caso dos recursos humanos, financeiros ou técnicos. É esse então o objetivo do diagnóstico interno. Porém, não basta apenas identificar as forças e as fraquezas da empresa em si, mas é importante avaliar as ameaças e as oportunidades externas, isto é, que coexistem da envolvente estratégica. Neste sentido, efetuamos o diagnóstico externo. É importante que estes dois diagnósticos estejam reciprocamente relacionados e não separados como sucedia na abordagem clássica.

3.3.2.1 Sistema Interno

O diagnóstico interno da empresa ocorre antes do diagnóstico externo, já que para fazer face ou questionar a envolvente da empresa é primordial que a organização conheça bem os seus recursos, a sua capacidade financeira, as suas necessidades, os seus produtos e serviços e o seu mercado ou beneficiários. Só depois se poderá posicionar e definir a sua posição e o seu caminho perante os outros.

Quadro 4
Estrutura da entidade

Entidade		Natureza Jurídica	Respostas Sociais
Fundação ASL		IPSS	Creche; JI; Lar; Sad; Cantina Social; Unidade de Cuidados Longa e Média Duração; Casa-Abrigo; Lar infância e Juventude; Apartamentos autonomia; Formação; Centro Comunitário; Refeitório Social.
Designação da Entidade	Ações Desenvolvidas	Atores Implicados	Principais recursos financeiros
Casa Abrigo Masculina	Apresentação, negociação e implementação da medida. Formação e acompanhamento do projeto. Alimentação Tratamento de roupas Higiene e conforto Apoio na saúde Apoio no projeto de vida (inserção)	Órgãos Sociais (Conselho Executivo e de Administração) Técnicos especialistas Diretor técnico Profissionais qualificados Profissionais indiferenciados Profissionais de serviços gerais Clientes/Utentes	Subsídios/comparticipações do estado Donativos Crédito bancário

Fonte: elaboração própria

Elaborada esta síntese da caracterização dos sistemas internos, onde foram dados a conhecer os atores internos implicados na resposta, tais como, os órgãos sociais (executivo e administração), os técnicos especialistas (serviços centrais), a direção

técnica e os utentes, bem como as ações por eles desenvolvidas e de onde provêm os recursos financeiros do equipamento social. Em seguida, apresentaremos de forma codificada pela aplicação informática, o quadro representativo das variáveis internas para efetuarmos a análise estrutural:

Quadro 5: Variáveis do sistema interno

Nº da Variável		Designação das variáveis
		Sistema interno
		Variáveis da governação
1	GO_1	Modelo da governação organizacional (em geral).
2	GO_2	Liderança no âmbito da proposta.
3	GO_3	Cumprimento das leis emanadas do Estado
4	GO_4	Regulamentos e procedimentos internos (em geral).
5	GO_5	Garantia da qualidade dos serviços (em geral).
6	GO_6	Política de financiamento ao funcionamento organizacional.
7	GO_7	Regulação dos serviços de apoio aos utentes.
8	GO_8	Governação baseada no envolvimento de todos os atores.
9	GO_9	Política de alocação de recursos humanos.
10	GO_10	Normativos legais que regulam as relações e ou condições laborais.
		Variáveis das áreas de interiorização da Casa-abrigo
11	CA_11	Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas do Estado
12	CA_12	Garantia do enfoque na criação de um projeto vida.
13	CA_13	Fomento da empregabilidade e ou inserção na vida ativa.
14	CA_14	Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas da IPSS
		Variáveis dos recursos financeiros
15	RF_15	Recurso aos apoios do financiamento público.
16	RF_16	Receitas provenientes das parcerias e ou protocolos.
17	RF_17	Receitas provenientes de utentes.
18	RF_18	Receitas de outras atividades (donativos, quermesses).
		Variáveis dos recursos tecnológicos e equipamentos de apoio
19	RT_19	Infraestruturas adequadas ao equipamento (em geral).
20	RT_20	Meios de informação tecnológica disponível aos utentes
21	RT_21	Meios de informação tecnológica disponível aos profissionais
22	RT_22	Condições das infraestruturas (p.e edifício, etc.).
23	RT_23	Condições dos gabinetes de trabalho dos técnicos.
24	RT_24	Condições das áreas comuns e privadas.

Fonte: entrevistas

Deste modo, e mais adiante, esta base permitir-nos-á tecer considerações acerca do projeto em estudo pois trata-se de uma parte da estrutura do sistema.

3.3.2.2 Sistema Externo

Para Godet (referenciado por Guerra, 2006) o “mundo não é abstrato. A empresa deve ser considerada como um ator de um jogo em que participam os parceiros da sua envolvente competitiva. Trata-se, por um lado, dos atores da envolvente competitiva imediata: concorrentes no mesmo mercado, fornecedores, clientes, potenciais candidatos e produtores de bens substitutos, para adotar a terminologia de Michael Porter (1982); e, por outro lado, dos atores da envolvente geral, autoridades públicas, bancos, meios de comunicação, sindicatos e grupos de pressão”. A organização deve assumir uma posição relativamente a cada um dos atores da sua envolvente estratégica.

Esta análise pressupõe uma descrição do contexto geral da instituição nas suas vertentes políticas – como os acordos de cooperação ou os protocolos realizados - económica, pelos seus aspetos sociodemográficos e culturais e, ainda, da rede organizacional local.

No ramo político estão, claramente, as políticas públicas, os acordos e os despachos, as questões normativas e legais, mas, também, as regras e formalidades que ditam as relações entre a instituição e o Governo, por exemplo, que resultam nos acordos de financiamento público e de acordos de cooperação típicos ou atípicos. No entanto, o contexto da instituição não pode descuidar as questões do ambiente, ou seja, das questões e problemas sociais com que o público-alvo se debate, mas, também, das dinâmicas da envolvente social, bem como das variáveis da rede que compõe o sistema. Posto isto, foi elaborado um quadro do sistema externo:

Quadro 6
Variáveis do sistema externo

Nº da variável		Designação das variáveis
		Sistema Externo
		Variáveis das políticas governamentais e sectoriais
25	PG_25	Políticas Públicas – de cidadania e igualdade de género
26	PG_26	Sustentabilidade do financiamento público
		Variáveis sociodemográficas, culturais e outras dos público-alvo
27	SD_27	Idade dos utentes
28	SD_28	Proveniência dos utentes.
29	SD_29	Capacidade económica dos utentes
30	SD_30	Utentes acompanhados de menores
31	SD_31	Utentes casados
32	SD_32	Utentes solteiros ou divorciados
		Variáveis da rede
33	RED_33	Existência de outras instituições com a mesma resposta para mulheres.
34	RED_34	Existência de outras instituições com a mesma resposta para homens.
35	RED_35	Qualificação técnica da equipa de intervenção
36	RED_36	Aumento da capacidade de resposta através de novas modalidades (call-center, etc.)
37	RED_37	Colaborações entre instituições sociais para aumentar a capacidade de resposta
38	RED_38	Existência de protocolos com outras instituições (ex.: APAV)
39	RED_39	Articulação das sinergias entre as instituições regionais.
40	RED_40	Estímulo à transferência do conhecimento (aplicações concretas ao mundo científico para reconhecimento da resposta social)
41	RED_41	Ligação da casa-abrigo com a sociedade, em geral, e com outras IPSS, em particular
42	RED_42	Disseminação da atividade da casa-abrigo nos media
		Dinâmicas socioeconómicas da envolvente nacional
43	SO_43	Envelhecimento populacional e desertificação das regiões rurais e do interior
44	SO_44	Evolução desfavorável do mercado de trabalho
45	SO_45	Debilidade sócio económica do território
46	SO_46	Debilidade das relações sociais e familiares
47	SO_47	Dificuldades na articulação processual entre organizações
48	SO_48	Reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência

Fonte: entrevistas

No contexto específico desta questão destacamos como ator principal pela sua relevância, pela influência que exerce sobre a decisão de implementação e financiamento do projeto o ator Governo, representado pelo Ministério da Administração Interna, que colabora e faz cumprir os pressupostos da Casa de Abrigo Masculina. Em termos de regras de funcionamento, a lei que rege esta casa abrigo é a mesma das restantes, (Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, alterada pelas Leis n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 129/2015, de 3 de setembro), que estabelece o Regime jurídico de prevenção da violência doméstica, proteção e assistência às suas vítimas. Já em termos de financiamento o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.º 44/2011, de 24 de março, e 106/2011, de 21 de outubro, regula a forma de distribuição dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em que 13,35% do valor dos resultados líquidos de exploração de jogos sociais, destinados à promoção, desenvolvimento e fomento de atividades, programas, ações ou infraestruturas no âmbito da juventude e do desporto, da cultura e da igualdade de género, onde se insere o projeto casa abrigo masculina.

Em paralelo, para a sua criação que levou mais de 2 anos à sua concretização no processo de planificação e de tentativas de financiamento, que viria a resultar num equipamento histórico em toda a Península Ibérica na luta às desigualdades de género, o projeto contou com outros protocolos de apoio e dinamização da sua ação. O primeiro com a "*Montgomeryshire family crisis centre*", a primeira Casa Abrigo Masculina do Reino Unido, que apoio, através de um protocolo de colaboração internacional, na capacitação técnica e científica dos profissionais envolvidos no projeto. Um segundo protocolo com o centro de investigação da Universidade do Algarve no âmbito da investigação e formação de público em geral para a sensibilização sobre a temática. E um terceiro protocolo com a Escola Superior de Educação e Comunicação, também da Universidade do Algarve, onde foram implementados outros dois projetos "aprender a aprender" e "eu e a família".

Identificadas as variáveis que caracterizam cada um dos sistemas e os atores que os compõem é-nos praticável efetuar a análise estrutural do sistema. Contudo, antes desta, julgámos interessante realizar um diagnóstico suportada numa leitura SWOT

(*Strengths* ou Forças, *Weaknesses* ou Fraquezas, *Opportunities* ou Oportunidades e *Threats* ou Ameaças) e sistematizar as forças e fraquezas da casa de abrigo, bem como as oportunidade e ameaças do projeto.

3.3.3 Análise SWOT

Nas nossas entrevistas tivemos como objetivo conhecer a opinião e avaliação de dois grupos de atores distintos e, dentro deles, diferenciá-los. Por um lado, os atores internos da instituição que compreenderam não só o conselho de administração e executivo – enquanto lugares de decisão -, bem como um representante dos serviços centrais, o diretor do equipamento e utentes – a quem atinge diretamente a medida. Doutra lado, os atores externos da instituição, dois representantes da rede de apoio (APAV e ILGA) e um representante do Governo (CIG) – financiadores do projeto.

Para analisarmos o sistema interno e externo do projeto casa de abrigo masculina e da casa em si consideramos como estratégia chave efetuar uma análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças).

A análise SWOT – do inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities & Threats* - pretende apresentar uma teia entre o ambiente da empresa, os fatores externos, e os recursos da própria instituição, isto é, os fatores internos, através de um esquema sistematizado que permita analisar facilmente essas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças e, assim, escolher uma estratégia apropriada tendo em conta os condicionalismos e os ensejos emergentes ao alcance dos objetivos e da missão da organização. Atualmente, e apesar de já ter sido desenvolvida nos anos 60, a análise SWOT é uma ferramenta de gestão estratégica muito utilizada pelas empresas, com vista a obter uma vantagem competitiva em relação aos concorrentes e a atingir as metas propostas pela própria empresa.

Assim, e de acordo com Cândido (2013), citado por Marreiros (2015):

“A análise SWOT recolhe e reúne informação a nível do seu contexto social, económico, político-legal e, sobre os seus *stakeholders*, relativamente ao ambiente externo, assim como, sobre

os recursos humanos, situação económico-financeira, produção, investigação e desenvolvimento, marketing e comunicação, relativamente ao seu ambiente interno (...) As oportunidades são desta forma consideradas como aspetos positivos relativos ao ambiente externo da organização, que poderão vir a ser uma mais-valia para a mesma, sendo as ameaças aspetos opostos às oportunidades. Relativamente ao ambiente interno, consideram-se pontos fortes, os recursos, capacidades e competências, que a organização dispõe relativamente aos seus concorrentes, assim como, todas as funções que desempenha melhor do que estes, sendo os pontos fracos os aspetos opostos aos pontos fortes” (Marreiros, 2015, p.19)

Neste sentido, iremos situar a questão das oportunidades e ameaças ao nível macro, ou seja, de todo o ambiente externo à instituição e as forças e fraquezas respeitando o nível meso e micro, isto é, do projeto casa de abrigo e da equipa.

Quadro 7
Análise swot do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Oportunidades	Ameaças
Mediatização do tema Projeto Pioneiro Existência de uma rede de apoio especializada	Reduzido financiamento público Captação de recursos privados insuficiente Recursos próprios inexistentes Número de denúncias reduzido Pouco interesse da comunicação social
Forças	Fraquezas
Enfoque no utente Comprometimento da equipa na qualidade de resposta Experiência da organização em casas-abrigo	Fraca afetação de recursos humanos Baixa qualificação das equipas Condições físicas e tecnológicas do equipamento

Fonte: elaboração própria

Assim, e como podemos verificar pelo quadro anterior, destacamos que as ameaças se prendem, em grande escala, com as dificuldades financeiras tendo em conta que a sua sustentabilidade depende na sua totalidade do financiamento público e, do lado das fraquezas, tudo o que envolve os recursos humanos e a sua qualificação técnica para responder a uma questão pouco abordada em Portugal. As oportunidades prendem-se com a mediatização do tema da violência doméstica contra o homem em particular já as forças com o comprometimento da instituição e orientação da equipa em responder às expetativas do utente e com qualidade.

3.3.4 Análise estrutural dos sistemas

Tal como referimos anteriormente no campo dos estudos prospetivos, a análise estrutural visa, de acordo com Perestrelo & Caldas (1998, p. 2) o seguinte:

- “destacar os efeitos escondidos e decompor o sistema em grupos de variáveis.
- detetar as variáveis-chave do sistema;
- ajudar uma equipa, normalmente heterogénea em termos de interesses e competências, se não mesmo ideologicamente, a ter uma visão sistémica e comum do problema em estudo;
- servir de controlo para certo tipo de análises espontâneas propostas por determinados grupos com tendência para privilegiar fatores emblemáticos”.

Mais ainda, ela encerra também três etapas distintas como: o recenseamento das variáveis que interferem no sistema, a criação de uma matriz de análise estrutural com a identificação das relações diretas entre variáveis e a hierarquização das variáveis por ordem de motricidade e dependência e seleção das variáveis-chave pelo método MICMAC, segundo os mesmos autores.

Também, quanto à sua tipologia e tal como já referimos anteriormente, é possível classificar as variáveis de acordo com o seu grau de dependência e motricidade da seguinte forma:

- “Variáveis motrizes - variáveis muito motrizes e pouco dependentes que influenciam a dinâmica do sistema, mas dependem pouco do conjunto das outras variáveis;
 - Variáveis resultado - variáveis muito dependentes e pouco motrizes que sendo muito condicionadas pela dinâmica do sistema, exercem pouca influência sobre ele;
 - Variáveis-chave - variáveis muito dependentes e muito motrizes, ocupando uma posição de charneira, uma que dependendo muito do conjunto das variáveis, propagam esses efeitos a todo o sistema;
 - Variáveis excluídas - variáveis pouco dependentes e pouco motrizes que têm um papel relativamente irrelevante para a análise do sistema;
 - Variáveis pelotão - variáveis medianamente motrizes e dependentes, que só não são excluídas por não existir prova da sua irrelevância para a análise”.
- (Perestrelo & Caldas, 1996, p. 84)

Deste modo, e mais à frente, iremos isolar um conjunto destas variáveis-chave e perceber as estratégias dos atores.

3.3.4.1 Análise estrutural do sistema interno e externo do contexto do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Através do recurso ao programa informático MICMAC (Matriz de Impactos Cruzados de Multiplicação Aplicada a uma Classificação) e da codificação das variáveis quantitativas e qualitativas acima descritas foi-nos possível, do resultado das entrevistas, perceber a importância hierárquica que cada um dos entrevistados e peritos na questão, atribui a cada uma delas. Esse grau tem significado numa escala de 0 a 3 (0=nenhuma importância; 1=importância reduzida; 2=tem importância; 3= muita importância) e, em seguida, damos a conhecer o grau de importância (%) das variáveis dos sistemas interno e externo:

Quadro 8
Grau de importância (%) das variáveis dos Sistemas Interno e Externo

Nº da Variável		Designação das variáveis	Mediana	% importância
		Sistema interno		
		Variáveis da governação		
1	GO_1	Modelo da governação organizacional (em geral).	3	85,71
2	GO_2	Liderança no âmbito da proposta.	2	80,95
3	GO_3	Cumprimento das leis emanadas do Estado	3	90,48
4	GO_4	Regulamentos e procedimentos internos (em geral).	3	90,48
5	GO_5	Garantia da qualidade dos serviços (em geral).	3	85,71
6	GO_6	Política de financiamento ao funcionamento organizacional.	2	80,95
7	GO_7	Regulação dos serviços de apoio aos utentes.	2	80,95
8	GO_8	Governação baseada no envolvimento de todos os atores.	2	66,67
9	GO_9	Política de alocação de recursos humanos.	2	76,19
10	GO_10	Normativos legais que regulam as relações e ou condições laborais.	2	76,19
		Variáveis das áreas de interiorização da Casa-abrigo		
11	CA_11	Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas do Estado	3	90,48
12	CA_12	Garantia do enfoque na criação de um projeto vida.	3	95,24
13	CA_13	Fomento da empregabilidade e ou inserção na vida ativa.	3	85,71
14	CA_14	Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas da IPSS	2	71,43
		Sistema interno		
		Variáveis dos recursos financeiros		
15	RF_15	Recurso aos apoios do financiamento público.	3	95,24
16	RF_16	Receitas provenientes das parcerias e ou protocolos.	1	47,62
17	RF_17	Receitas provenientes de utentes.	0	4,76
18	RF_18	Receitas de outras atividades (donativos, quermesses).	1	47,62
		Variáveis dos recursos tecnológicos e equipamentos de apoio		
19	RT_19	Infraestruturas adequadas ao equipamento (em geral).	2	80,95
20	RT_20	Meios de informação tecnológica disponível aos utentes	2	71,43
21	RT_21	Meios de informação tecnológica disponível aos profissionais	2	76,19
22	RT_22	Condições das infraestruturas (p.e edifício, etc.).	3	90,48
23	RT_23	Condições dos gabinetes de trabalho dos técnicos.	2	66,67
24	RT_24	Condições das áreas comuns e privadas.	2	80,95

(continua)

Fonte: entrevistas.

Quadro 8: (continuação) Grau de importância (%) das variáveis dos Sistemas Externo

		Sistema Externo		
		Variáveis das políticas governamentais e sectoriais		
25	PG_25	Políticas Públicas – de cidadania e igualdade de género	3	90,48
26	PG_26	Sustentabilidade do financiamento público	3	95,24
		Variáveis sociodemográficas, culturais e outras dos público-alvo		
27	SD_27	Idade dos utentes	1	42,86
28	SD_28	Proveniência dos utentes.	0	14,29
29	SD_29	Capacidade económica dos utentes	0	14,29
30	SD_30	Utentes acompanhados de menores	1	47,62
31	SD_31	Utentes casados	1	19,05
32	SD_32	Utentes solteiros ou divorciados	1	19,05
		Variáveis da rede		
33	RED_33	Existência de outras instituições com a mesma resposta para mulheres.	2	66,67
34	RED_34	Existência de outras instituições com a mesma resposta para homens.	1	42,86
35	RED_35	Qualificação técnica da equipa de intervenção	3	100,00
36	RED_36	Aumento da capacidade de resposta através de novas modalidades (call-center, etc.)	2	80,95
37	RED_37	Colaborações entre instituições sociais para aumentar a capacidade de resposta	2	80,95
38	RED_38	Existência de protocolos com outras instituições (ex.: APAV)	2	66,67
39	RED_39	Articulação das sinergias entre as instituições regionais.	3	90,48
40	RED_40	Estímulo à transferência do conhecimento (aplicações concretas ao mundo científico para reconhecimento da resposta social)	3	90,48
41	RED_41	Ligação da casa-abrigo com a sociedade, em geral, e com outras IPSS, em particular	2	76,19
42	RED_42	Disseminação da atividade da casa-abrigo nos media	2	71,43
		Dinâmicas socioeconómicas da envolvente nacional		
43	SO_43	Envelhecimento populacional e desertificação das regiões rurais e do interior	1	42,86
44	SO_44	Evolução desfavorável do mercado de trabalho	2	80,95
45	SO_45	Debilidade sócio económica do território	2	76,19
46	SO_46	Debilidade das relações sociais e familiares	3	90,48
47	SO_47	Dificuldades na articulação processual entre organizações	2	61,90
48	SO_48	Reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência	3	100,00

Fonte: entrevistas.

Relativamente ao sistema interno, da análise apresentada somos capazes de retirar as primeiras inferências sobre o valor atribuído pelos atores às diferentes variáveis. Sobre as variáveis de governação destacam-se o cumprimento das leis do emanadas do Estado (v nº3 – cód: GO_3) com uma mediana de 3 e uma percentagem de 90,48% de importância, e com os mesmos valores de percentagem e mediana, os regulamentos e procedimentos internos (em geral) (v nº4 – cód: GO_4). Também o modelo da governação organizacional (em geral) e a garantia da qualidade dos serviços (em geral) apresentam um destaque significativo. Tal pode ser justificado pelo tipo de entidade (IPSS), que, devido aos acordos com que executa e financia a sua ação, toma por base e por extrema importância os regulamentos e os normativos na sua tomada de decisão e na sua organização.

Em relação às variáveis das áreas de intervenção da casa de abrigo, é tida como muito importante a garantia do enfoque na criação de um projeto de vida (v nº 12 – cód: CA_12), com um valor de 95,24%, logo, centrado no utente e na missão do próprio projeto mas, mais uma vez, na organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas do Estado (v nº 11 – cód: CA_11) com 90,48% de importância para garantir a conformidade da resposta.

As variáveis dos recursos financeiros tornam evidente como os peritos percebem a importância do financiamento estatal pois é o organismo que permite o arranque e financiamento do projeto. Assim, é o recurso aos apoios do financiamento público a variável com uma valorização de 95,24% (v nº 15 – cód: RF_15).

Por último, nas variáveis dos recursos tecnológicos e equipamentos de apoio são as condições das infraestruturas (p.e. edifício), relacionado com a qualidade do serviço prestado ao utente, mas também à equipa, que mais relevo tem (v nº 22 – cód: RT_22)

Como já dissemos, os sistemas não existem apenas de forma interna, mas coexistem e relacionam-se com o sistema externo. Deste modo, em relação ao sistema externo, nas variáveis das políticas governamentais e sectoriais destacamos a v nº 25 – cód: PG_25 com uma percentagem de 90,48% sobre as políticas públicas de cidadania e igualdade de género mas, mais ainda, os atores dão especial enfoque à importância

da sustentabilidade do financiamento público para a criação e continuidade da resposta (v n° 26 – cód: PG_26) com 95,24%.

No que diz respeito às variáveis sociodemográficas, culturais e outras do público-alvo, uma vez que não é uma questão estruturante do projeto pois não existe essa diferenciação no acolhimento do utente a variável que tem algum significado para os peritos mas apenas com 47,62% é quando os utentes/vítimas se fazem acompanhar de menores (v n° 30 – cód: SD_30).

Porém, no conjunto das variáveis de rede, ao longo do discurso dos vários atores, a questão da qualificação técnica da equipa de intervenção foi valorizada a 100% (v n° 35 – cód: RED_35). Este valor reflete a preocupação também com a qualidade e eficácia da resposta que os técnicos podem e devem proporcionar aos utentes da casa de abrigo. Noutra sentida, ambas com 90,48% surgem as variáveis do estímulo à transferência do conhecimento, mais concretamente ao mundo científico para que haja um reconhecimento da resposta social e do problema social (v n° 40 – cód: RED_40) e da articulação das sinergias entre as instituições regionais (v n° 39 – cód: RED_39), para garantir uma rede que responda às problemáticas também elas locais.

Nas dinâmicas socioeconómicas da envolvente nacional é, sem dúvida, a reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência à qual os peritos atribuem 100% de importância (v n° 48 – cód: SO_48)

Em resumo, quer no sistema interno, quer no sistema externo, a valorização dada às diferentes variáveis por parte dos atores refletem muito a valorização das questões normativas e legais, das regras de funcionamento mas também das fontes de financiamento e, ainda, da questão da qualidade dos serviços aos utentes bem como da qualificação e formação da equipa técnica capaz de responder às necessidades do problema social em causa, não esquecendo a importância das redes locais e institucionais.

Feita esta primeira abordagem para entendermos as variáveis mais relevantes de cada sistema urge analisar as relações entre as mesmas.

3.3.4.2 Análise das influências diretas das variáveis dos sistemas interno e externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Como referimos anteriormente, queremos, neste ponto, estabelecer as relações entre as variáveis, nomeadamente, as mais motrizes e as mais dependentes.

Numa primeira fase, iremos identificar as variáveis de classificação direta, isto é, aquelas que resultam de relações a curto prazo, por norma de cinco-dez anos. Assim, através do MICMAC conseguimos criar um eixo cartesiano que reproduz um plano das influências/dependências diretas das variáveis dos sistemas interno e externo do projeto da casa abrigo masculina.

Existem, então, aquilo que no programa podemos diferenciar de cinco setores. Num primeiro, das variáveis motrizes que, segundo Godet, são muito motrizes e pouco dependentes e que, apesar de afetarem a dinâmica do sistema são pouco condicionadas por ele; no sector dois temos as variáveis de ligação, muito motrizes e muito dependentes que sendo objeto de fortes influências, disseminam essas influências ao conjunto do sistema; no terceiro sector as variáveis resultado, pouco motrizes e muito dependentes pois são muito sujeitas à dinâmica do sistema e exercem pouca influência sobre ele; no quarto as variáveis excluídas, pouco motrizes e pouco dependentes logo pouco relevantes e, no quinto sector, as variáveis pelotão, medianas em ambos os pontos, às quais nem sempre se consegue detetar a sua relevância.

Ora, na figura que agora representamos a posição das variáveis anteriores nestes sectores e o modo como se constituem no plano determina, então, a importância de cada uma delas para os sistemas interno e externo.

Godet considera que as variáveis de ligação são as variáveis-chave do sistema uma vez que qualquer alteração sobre elas terá mais repercussões em todo o sistema e, como tal, devem ser alvo de mais atenção pois, também podem ser muito instáveis. É então possível que, neste grupo, sejam as que desempenham um papel crucial à execução e continuidade ou não do projeto casa de abrigo masculina.

Quadro 9 Variáveis do Plano de Influências / Dependências Diretas dos Sistemas Interno e Externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Nº da variável	Código	Nome da variável	Y Inf	X Dep	Grau Imp. (%)
1.- Variáveis Motrizes					
2.- Variáveis de Ligação					
48	SO_48	Reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência	111	93	100,00
35	RED_35	Qualificação técnica da equipa de intervenção	105	109	100,00
22	RT_22	Condições das infraestruturas (p.e edifício, etc.).	89	107	90,48
24	RT_24	Condições das áreas comuns e privadas.	93	93	80,95
15	RF_15	Recurso aos apoios do financiamento público.	91	94	95,24
3.- Variáveis Resultado					
11	CA_11	Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas do Estado	82	99	90,48
36	RED_36	Aumento da capacidade de resposta através de novas modalidades (call-center, etc.)	76	91	80,95
4.- Variáveis Excluídas					
43	SO_43	Envelhecimento populacional e desertificação das regiões rurais e do interior	80	73	42,86
13	CA_13	Fomento da empregabilidade e ou inserção na vida ativa.	78	78	85,71
41	RED_41	Ligação da casa-abrigo com a sociedade, em geral, e com outras IPSS, em particular	78	78	76,19
37	RED_37	Colaborações entre instituições sociais para aumentar a capacidade de resposta	77	76	80,95
6	GO_6	Política de financiamento ao funcionamento organizacional.	76	79	80,95
28	SD_28	Proveniência dos utentes.	76	75	14,29
42	RED_42	Disseminação da atividade da casa-abrigo nos média	75	71	71,43
25	PG_25	Políticas Públicas – de cidadania e igualdade de género	70	77	90,48
2	GO_2	Liderança no âmbito da proposta.	69	63	80,95
47	SO_47	Dificuldades na articulação processual entre organizações	65	71	61,90
5.- Variáveis de Pelotão					
7	GO_7	Regulação dos serviços de apoio aos utentes.	94	83	80,95
38	RED_38	Existência de protocolos com outras instituições (ex.: APAV)	91	83	66,67
12	CA_12	Garantia do enfoque na criação de um projeto vida.	90	88	95,24
20	RT_20	Meios de informação tecnológica disponível aos utentes	90	86	71,43
44	SO_44	Evolução desfavorável do mercado de trabalho	87	79	80,95
5	GO_5	Garantia da qualidade dos serviços (em geral).	86	78	85,71
9	GO_9	Política de alocação de recursos humanos.	86	89	76,19
14	CA_14	Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas da IPSS	86	89	71,43
17	RF_17	Receitas provenientes de utentes.	86	86	4,76
26	PG_26	Sustentabilidade do financiamento público	86	81	95,24
30	SD_30	Utentes acompanhados de menores	86	73	47,62
45	SO_45	Debilidade sócio económica do território	86	80	76,19
21	RT_21	Meios de informação tecnológica disponível aos profissionais	85	90	76,19
32	SD_32	Utentes solteiros ou divorciados	85	80	19,05
4	GO_4	Regulamentos e procedimentos internos (em geral).	84	81	90,48
18	RF_18	Receitas de outras atividades (donativos, quermesses).	84	71	47,62
19	RT_19	Infraestruturas adequadas ao equipamento (em geral).	84	76	80,95
31	SD_31	Utentes casados	84	79	19,05
8	GO_8	Governação baseada no envolvimento de todos os atores.	83	70	66,67
34	RED_34	Existência de outras instituições com a mesma resposta para homens.	83	88	42,86
39	RED_39	Articulação das sinergias entre as instituições regionais.	83	85	90,48
1	GO_1	Modelo da governação organizacional (em geral).	82	83	85,71
16	RF_16	Receitas provenientes das parcerias e ou protocolos.	82	91	47,62
3	GO_3	Cumprimento das leis emanadas do Estado	81	90	90,48
23	RT_23	Condições dos gabinetes de trabalho dos técnicos.	81	82	66,67
27	SD_27	Idade dos utentes	81	80	42,86
29	SD_29	Capacidade económica dos utentes	81	78	14,29
46	SO_46	Debilidade das relações sociais e familiares	81	85	90,48
40	RED_40	Estímulo à transferência do conhecimento (aplicações concretas ao mundo científico para reconhecimento da resposta social)	78	89	90,48
33	RED_33	Existência de outras instituições com a mesma resposta para mulheres.	71	81	66,67
10	GO_10	Normativos legais que regulam as relações e ou condições laborais.	68	85	76,19

Fonte: output MicMac e elaboração própria.

Ora, estas variáveis de ligação, essencialmente explicativas e as quais ajustam todo o sistema estão, então, no sector 2 e destas destacam-se dentro do sistema interno, nas variáveis dos recursos financeiros, o recurso aos apoios do financiamento público (RF_15) e nas variáveis dos recursos tecnológicos e equipamentos de apoio, as condições das infraestruturas (RT_22) e as condições das áreas comuns privadas (RT_24). Já no sistema externo, são identificáveis as variáveis da rede da qualificação técnica da equipa de intervenção (RED_35) e a reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência (SO_48).

No âmbito das variáveis que se posicionam no sector 1 não são perceptíveis variáveis motrizes., ou seja, não estão identificadas nenhuma que se situem em evidência neste setor. Em relação ao sector 3, das variáveis resultado, cuja evolução está dependente dos dois setores anteriores, é do grupo do sistema interno das variáveis das áreas de interiorização da casa de abrigo, em particular, da organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas do Estado (CA_11) que podemos destacar mas, também, o aumento da capacidade de resposta através de novas modalidades (ex.: call-center) – RED_36, ao nível do sistema externo. No sector 4, das variáveis excluídas, que se posicionam próximo da origem, ou seja, 0% de influência e 0% de dependência, logo, não determinantes do futuro temos, por exemplo, o GO_2, nas variáveis de governação do sistema interno, que se refere à liderança no âmbito da proposta ou PG_25 nas políticas públicas de cidadania e igualdade de género e, no sistema externo, as dificuldades na articulação processual entre organizações (SO_47), ligação da casa abrigo com a sociedade em geral e com as outras IPSS em particular (RED_41) e colaboração entre instituições sociais para aumentar a capacidade de resposta (RED_37). Por último, no sector 5 onde se encontram as variáveis de pelotão, as citas mediamente motrizes e/ou influentes cuja influência ou relevância no sistema é difícil de determinar podemos distinguir ao nível do sistema interno a CA_12 (garantia do enfoque na criação de um projeto de vida), PG_26 (sustentabilidade do financiamento público), GO_4 (regulamentos e procedimentos internos), entre outras.

Posto isto, é possível, através do quadro e da análise realizada, compreender quais as cinco variáveis com maior influência direta nos sistemas por ordem decrescente:

1º lugar – variável SO_48: reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas das ciências sociais e da violência

2º lugar – variável RED_35: qualificação técnica da equipa de intervenção

3º lugar – variável GO_7: regulação dos serviços de apoio aos utentes

4º Lugar – variável RT_24: condições das áreas comuns e privadas

5º lugar – variável RF_15: recurso aos apoios do financiamento público

Já no âmbito da maior dependência direta, as cinco variáveis mais sensíveis à evolução do sistema são: 1º lugar – RED_35; 2º lugar – RT_22; 3º lugar – CA_11 (organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas do estado); 4º lugar - RF_15 e 5º lugar RT_24.

O quadro seguinte demonstra o que afirmámos anteriormente:

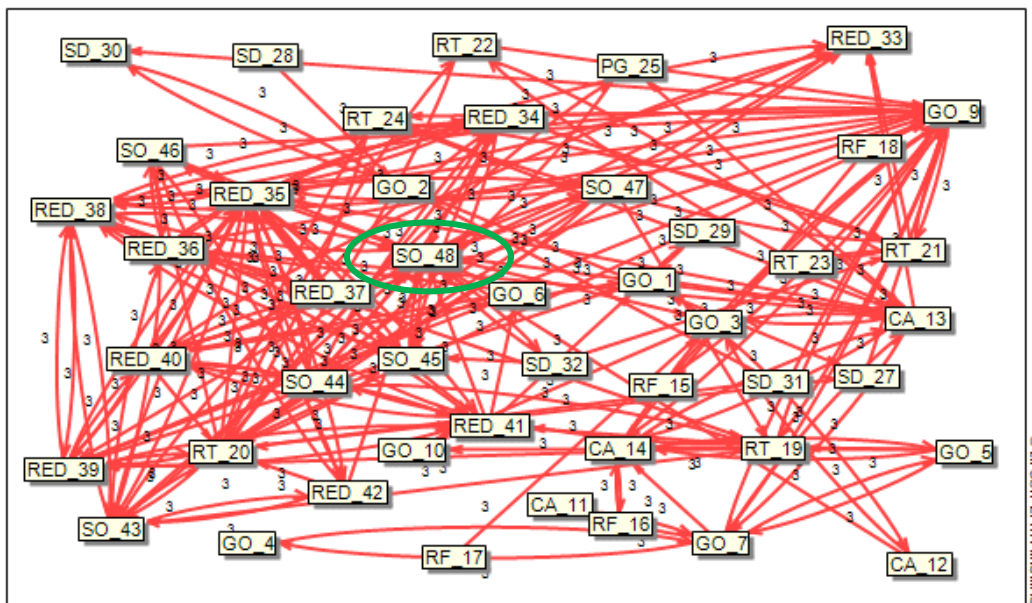
Quadro 10
Posição das Variáveis por Ordem Decrescente de Grau de Influência e de Dependência Direta nos Sistemas Interno e Externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Influência Direta		Dependência Direta	
Posição	Variável (Código)	Posição	Variável (Código)
1	SO 48	1	RED 35
2	RED 35	2	RT 22
3	GO 7	3	CA 11
4	RT 24	4	RF 15
5	RF 15	5	RT 24
6	RED 38	6	SO 48
7	CA 12	7	RF 16
8	RT 20	8	RED 36
9	RT 22	9	GO 3
10	SO 44	10	RT 21
11	GO 5	11	GO 9
12	GO 9	12	CA 14
13	CA 14	13	RED 40
14	RF 17	14	CA 12
15	PG 26	15	RED 34
16	SD 30	16	RF 17
17	SO 45	17	RT 20
18	RT 21	18	GO 10
19	SD 32	19	RED 39
20	GO 4	20	SO 46
21	RF 18	21	GO 1
22	RT 19	22	GO 7
23	SD 31	23	RED 38
24	GO 8	24	RT 23
25	RED 34	25	GO 4
26	RED 39	26	PG 26
27	GO 1	27	RED 33
28	CA 11	28	SD 27
29	RF 16	29	SD 32
30	GO 3	30	SO 45
31	RT 23	31	GO 6
32	SD 27	32	SD 31
33	SD 29	33	SO 44
34	SO 46	34	GO 5
35	SO 43	35	CA 13
Influência Direta	Dependência Direta		
Posição	Variável (Código)	Posição	Variável (Código)
36	CA 13	36	SD 29
37	RED 40	37	RED 41
38	RED 41	38	PG 25
39	RED 37	39	RT 19
40	GO 6	40	RED 37
41	SD 28	41	SD 28
42	RED 36	42	SD 30
43	RED 42	43	SO 43
44	RED 33	44	RF 18
45	PG 25	45	RED 42
46	GO 2	46	SO 47
47	GO 10	47	GO 8
48	SO 47	48	GO 2

Fonte: output MicMac e elaboração própria.

Para concluir a descrição das influências diretas do sistema e novamente recorrendo ao programa informático MICMAC conseguimos perceber uma teia bastante consolidada entre todas as variáveis e tendo a variável SO_48 uma posição de destaque em relação às outras tal como o grafo das influências diretas seguinte:

Figura 11 - Grafo das Influências Diretas das Variáveis dos Sistemas Interno e Externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina



Fonte: output MicMac.

Legenda :

- Influência muito fraca;
- Influência fraca;
- Influência média;
- Influência relativamente importante; e,
- Influência muito importante.

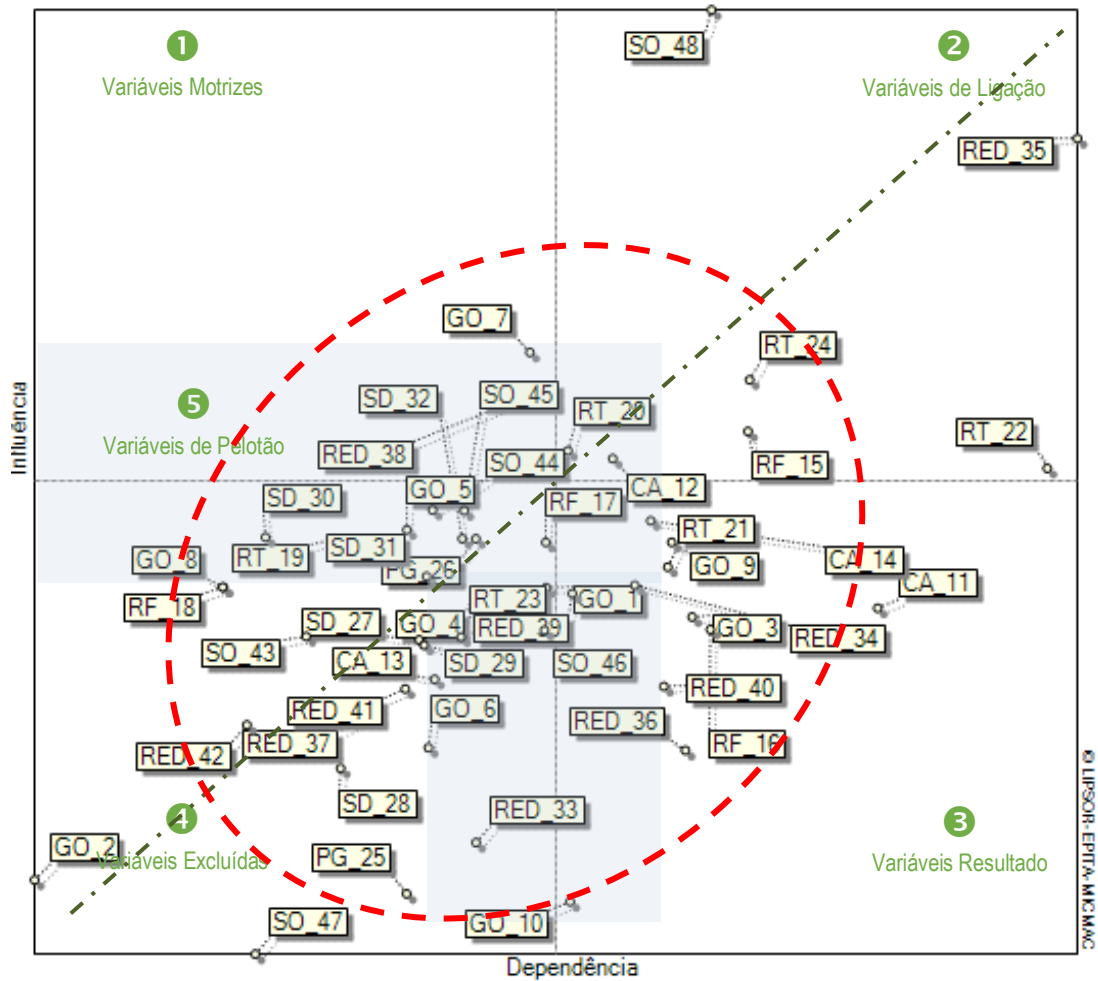
Finda a análise das influências/dependências diretas dos sistemas externo e interno, a nossa atenção vira-se agora para as influências/dependências indiretas das variáveis nos citos sistemas.

3.3.4.3 Análise das influências indiretas das variáveis dos sistemas interno e externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina

A comparação da hierarquia das variáveis nos sistemas em termos de influência e de dependência em virtude das suas ações indiretas desempenham um papel importante pois nem sempre a classificação direta, revista anteriormente, pode detetar. Também aqui os resultados podem ser apresentados um plano axial em que o eixo das ordenadas corresponde à influência e o eixo das abcissas corresponde à dependência. No primeiro quadrante, sector 1, estão as variáveis motrizes, influentes e pouco dependentes, logo, que condicionam todo o sistema, no segundo quadrante as de ligação, muito influentes e muito dependentes, logo, instáveis e que facilmente modificam toda a dinâmica do sistema; no terceiro quadrante, as de resultado, que refletem o impacto que provém das primeiras duas; as variáveis excluídas, do quarto sector são as que menos ligações têm com as demais variáveis e, por último, no quinto quadrante as de pelotão, que requerem uma atenção diferente para ser possível extrair qualquer ilação.

Pela posição no setor 2 (variáveis de ligação) das variáveis podemos verificar que as com maior influência e dependência indireta são as mesmas que as do plano de influências/dependência direta, isto é: as de reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência (SO_48); qualificação técnica da equipa de intervenção (RED_35); condições das áreas comuns e privadas (RT_24); recurso aos apoios do financiamento público (RF_15) e condições das infraestruturas (RT_22).

Figura 12 - Plano das Influências / Dependências Indiretas das Variáveis dos Sistemas Interno e Externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina



Fonte: output MicMac e elaboração própria.

Apresentamos agora o quadro onde podemos evidenciar as restantes variáveis, bem como a importância e a ordem que cada uma delas ocupa:

Quadro 11
Variáveis do Plano de Influências / Dependências Indiretas dos Sistemas
Interno e Externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina

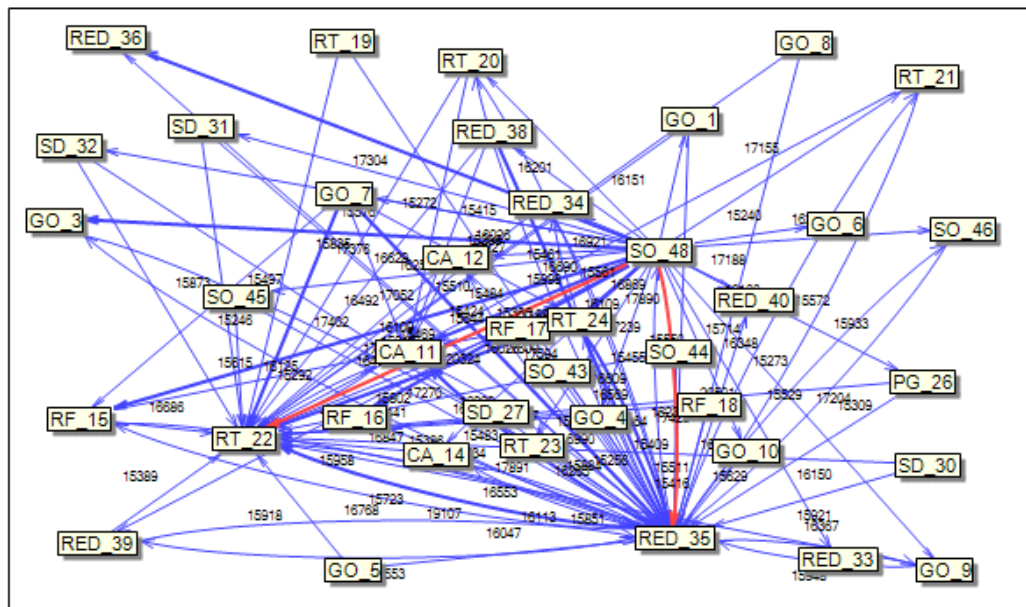
Nº da variável	Código	Nome da variável	Y Inf	X Dep	% Imp
1.- Variáveis Motrizes					
2.- Variáveis de Ligação					
48	SO_48	Reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência	763580	638191	100,00
35	RED_35	Qualificação técnica da equipa de intervenção	722770	749037	100,00
24	RT_24	Condições das áreas comuns e privadas.	646092	649727	80,95
15	RF_15	Recurso aos apoios do financiamento público.	629723	649238	95,24
22	RT_22	Condições das infraestruturas (p.e edifício, etc.).	617985	739894	90,48
3.- Variáveis Resultado					
11	CA_11	Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas do Estado	573590	688530	90,48
16	RF_16	Receitas provenientes das parcerias e ou protocolos.	566815	637836	47,62
36	RED_36	Aumento da capacidade de resposta através de novas modalidades (call-center, etc.)	528415	630284	80,95
4.- Variáveis Excluídas					
43	SO_43	Envelhecimento populacional e desertificação das regiões rurais e do interior	564590	515443	42,86
13	CA_13	Fomento da empregabilidade e ou inserção na vida ativa.	551003	554342	85,71
41	RED_41	Ligação da casa-abrigo com a sociedade, em geral, e com outras IPSS, em particular	547946	545408	76,19
37	RED_37	Colaborações entre instituições sociais para aumentar a capacidade de resposta	540316	536170	80,95
42	RED_42	Disseminação da atividade da casa-abrigo nos media	536492	497459	71,43
6	GO_6	Política de financiamento ao funcionamento organizacional.	529244	552471	80,95
28	SD_28	Proveniência dos utentes.	522723	525862	14,29
2	GO_2	Liderança no âmbito da proposta.	487246	433179	80,95
25	PG_25	Políticas Públicas – de cidadania e igualdade de género	482865	545855	90,48
47	SO_47	Dificuldades na articulação processual entre organizações	463691	500009	61,90
5.- Variáveis de Pelotão					
7	GO_7	Regulação dos serviços de apoio aos utentes.	654827	583203	80,95
38	RED_38	Existência de protocolos com outras instituições (ex.: APAV)	639563	578702	66,67
20	RT_20	Meios de informação tecnológica disponível aos utentes	623575	594699	71,43
12	CA_12	Garantia do enfoque na criação de um projeto vida.	621075	608261	95,24
44	SO_44	Evolução desfavorável do mercado de trabalho	604710	553712	80,95
45	SO_45	Debilidade sócio económica do território	604537	563283	76,19
14	CA_14	Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas da IPSS	601347	619774	71,43
5	GO_5	Garantia da qualidade dos serviços (em geral).	598490	545918	85,71
30	SD_30	Utentes acompanhados de menores	596118	503105	47,62
32	SD_32	Utentes solteiros ou divorciados	595646	562679	19,05
26	PG_26	Sustentabilidade do financiamento público	595640	566822	95,24
19	RT_19	Infraestruturas adequadas ao equipamento (em geral).	595377	523502	80,95
9	GO_9	Política de alocação de recursos humanos.	594513	626120	76,19
5.- Variáveis de Pelotão (cont.)					
17	RF_17	Receitas provenientes de utentes.	594482	587998	4,76
21	RT_21	Meios de informação tecnológica disponível aos profissionais	586646	624942	76,19
31	SD_31	Utentes casados	583672	551891	19,05
34	RED_34	Existência de outras instituições com a mesma resposta para homens.	580872	614976	42,86
18	RF_18	Receitas de outras atividades (donativos, quermesses).	580255	490135	47,62
8	GO_8	Governação baseada no envolvimento de todos os atores.	580184	490381	66,67
1	GO_1	Modelo da governação organizacional (em geral).	580106	588140	85,71
4	GO_4	Regulamentos e procedimentos internos (em geral).	579169	567310	90,48
39	RED_39	Articulação das sinergias entre as instituições regionais.	578260	596010	90,48
3	GO_3	Cumprimento das leis emanadas do Estado	570787	632310	90,48
46	SO_46	Debilidade das relações sociais e familiares	566558	587613	90,48
23	RT_23	Condições dos gabinetes de trabalho dos técnicos.	564420	562339	66,67
27	SD_27	Idade dos utentes	563521	549642	42,86
29	SD_29	Capacidade económica dos utentes	561835	551130	14,29
40	RED_40	Estímulo à transferência do conhecimento (aplicações concretas ao mundo científico para reconhecimento da resposta social)	548722	623736	90,48
33	RED_33	Existência de outras instituições com a mesma resposta para mulheres.	499126	566855	66,67
10	GO_10	Normativos legais que regulam as relações e ou condições laborais.	480353	595349	76,19

Fonte: output MicMac e elaboração própria.

Ora, também nas variáveis motrizes do plano continuamos sem ter nenhuma em evidência. Porém, nas variáveis resultado, além da CA_11 e da RED_36, surge uma nova do sistema interno sobre as receitas provenientes das parcerias e protocolos (RF_16). As variáveis excluídas e de pelotão ocorrem algumas alterações em relação à ordem.

No grafo seguinte conseguimos perceber que, mesmo de forma indireta, continuam a existir relações de rede entre as variáveis.

Figura 13 - Grafo das Influências Indiretas das Variáveis dos Sistemas Interno e Externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina



Fonte: output MicMac.

Legenda:

- Influência muito fraca;
- Influência fraca;
- Influência média;
- Influência relativamente importante; e,
- Influência muito importante.

Verificamos, então, que essa rede continua a ser muito intensa, nomeadamente, que existe uma ligação muito importante entre a variável SO_48 (reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência) – variável de

ligação -, RT_22 (condições das infraestruturas) – variável de ligação - e RED_36 (aumento da capacidade de resposta através de novas modalidades) – variável resultado.

Desta feita, em função da posição que as mesmas ocupam no quadro seguinte, as variáveis de maior influência indireta são: 1ª posição SO_48, 2ª posição RED_35, 3ª posição GO_7, 4ª posição RT_24 e 5ª posição RED_38. As variáveis de dependência indireta ocupam as seguintes posições: 1ª posição RED_35, 2ª posição RT_22, 3ª posição CA_11, 4ª posição RT_24 e 5ª posição RF_15.

Finda apresentação dos quadros e figuras é-nos exequível expor as características das variáveis mais relevantes do sistema interno e externo do projeto casa de abrigo masculina e aquelas que se mostram significativas para a continuidade do projeto em si.

Resumindo, no plano motricidade/dependência, as variáveis ficaram centradas em torno da diagonal principal do plano, muito embora se encontre uma maior concentração das mesmas nos quadrantes inferiores. Em ambas, quer das influências/dependências diretas quer das indiretas não se verificam variáveis motrizes que regulem os sistemas. Também em ambos os planos é a variável do sistema externo, a respeito das variáveis de rede, que mais se destaca (RED_35) – qualificação técnica da equipa de intervenção e que mais a influência exerce sobre os sistemas. Aliada a esta, surgem outras duas de ligação, perto dos 100% de dependência (RT_22) e dos 100% de influência (SO_48).

Outras variáveis são posicionadas nas primeiras posições nos planos diretos e indiretos, tais como: RT_20 (meios de informação tecnológica disponíveis ao utente) e RT_22 (condições das infraestruturas) – ambas do sistema interno e variáveis dos recursos tecnológicos disponíveis aos utentes -, CA_12 (garantia de um enfoque na criação de um projeto vida) ou SO_44 (evolução desfavorável do mercado de trabalho) no sistema externo.

Quadro 12
Posição das Variáveis por Ordem Decrescente de Grau de Influência e de Dependência Indireta nos Sistemas Interno e Externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Influência Indireta		Dependência Indireta	
Posição	Variável (Código)	Posição	Variável (Código)
1	SO 48	1	RED 35
2	RED 35	2	RT 22
3	GO 7	3	CA 11
4	RT 24	4	RT 24
5	RED 38	5	RF 15
6	RF 15	6	SO 48
7	RT 20	7	RF 16
8	CA 12	8	GO 3
9	RT 22	9	RED 36
10	SO 44	10	GO 9
11	SO 45	11	RT 21
12	CA 14	12	RED 40
13	GO 5	13	CA 14
14	SD 30	14	RED 34
15	SD 32	15	CA 12
16	PG 26	16	RED 39
17	RT 19	17	GO 10
18	GO 9	18	RT 20
19	RF 17	19	GO 1
20	RT 21	20	RF 17
21	SD 31	21	SO 46
22	RED 34	22	GO 7
23	RF 18	23	RED 38
24	GO 8	24	GO 4
25	GO 1	25	RED 33
26	GO 4	26	PG 26
27	RED 39	27	SO 45
28	CA 11	28	SD 32
29	GO 3	29	RT 23
30	RF 16	30	CA 13
31	SO 46	31	SO 44
32	SO 43	32	GO 6
33	RT 23	33	SD 31
34	SD 27	34	SD 29
35	SD 29	35	SD 27
36	CA 13	36	GO 5
Influência Indireta	Dependência Indireta		
Posição	Variável (Código)	Posição	Variável (Código)
37	RED 40	37	PG 25
38	RED 41	38	RED 41
39	RED 37	39	RED 37
40	RED 42	40	SD 28
41	GO 6	41	RT 19
42	RED 36	42	SO 43
43	SD 28	43	SD 30
44	RED 33	44	SO 47
45	GO 2	45	RED 42
46	PG 25	46	GO 8
47	GO 10	47	RF 18
48	SO 47	48	GO 2

Fonte: output MicMac e elaboração própria.

3.3.4.4 Comparação das variáveis de influências e dependência direta e indireta nos sistemas interno e externo do projeto da Casa Abrigo Masculina

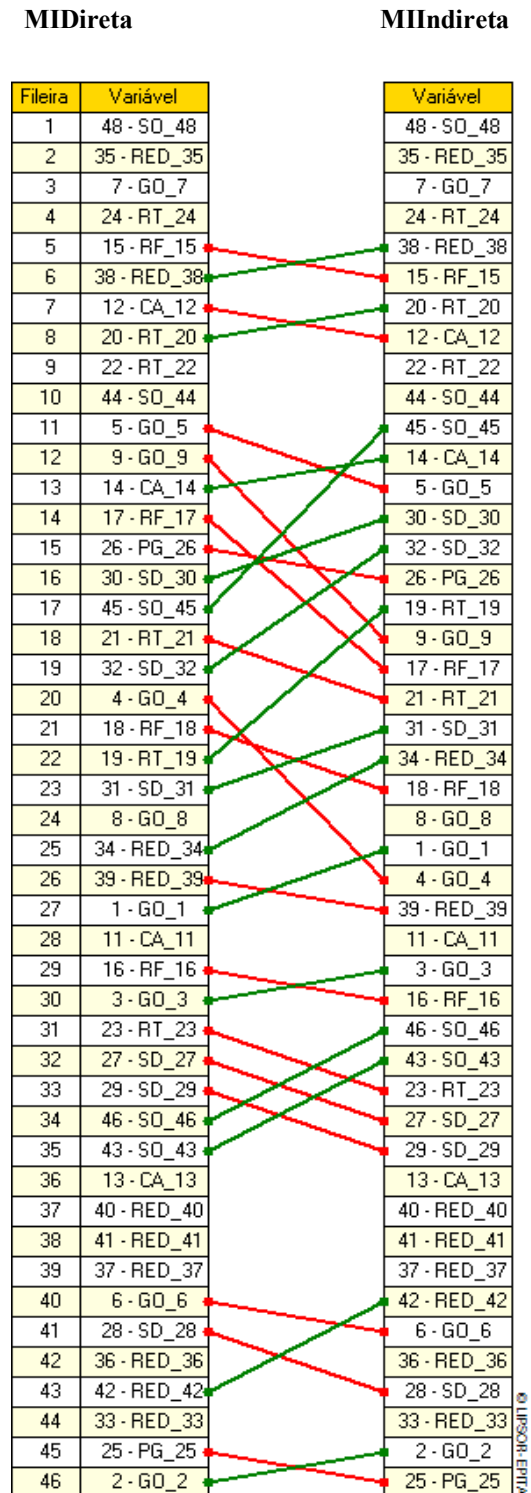
A dinâmica das organizações, em especial das sociais, rege-se pela dinâmica das variáveis de ligação. Assim, se as suas características forem instáveis, o próprio sistema se torna instável e suscetível às transformações internas e externas. O contrário também acontece quando estas gozam de estabilidade e durabilidade.

Em relação às posições ocupadas pelas variáveis no que respeita ao seu grau de influência direta e indireta verificamos, através da figura abaixo (fig.14), que as citas ocupam uma posição estável. Como tal, e uma vez que, nomeadamente classificação direta, diz respeito ao jogo de relações a curto prazo e também a médio, podemos afirmar que o mesmo tende para uma relação duradoura e cuja influência nos sugere que continuará a ser positiva na dinâmica dos sistemas, ou seja, que não sofrerá abruptas alterações independentemente do prazo.

Ora, as variáveis, então, que mantêm as posições, seja na influência direta ou indireta são as nº48 reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência (SO_48), as nº35 qualificação técnica da equipa de intervenção (RED_35), as nº7 regulação dos serviços de apoio aos utentes (GO_7), as nº 22 condições das infraestruturas (RT_22) e as nº44 evolução desfavorável do mercado de trabalho (SO_44).

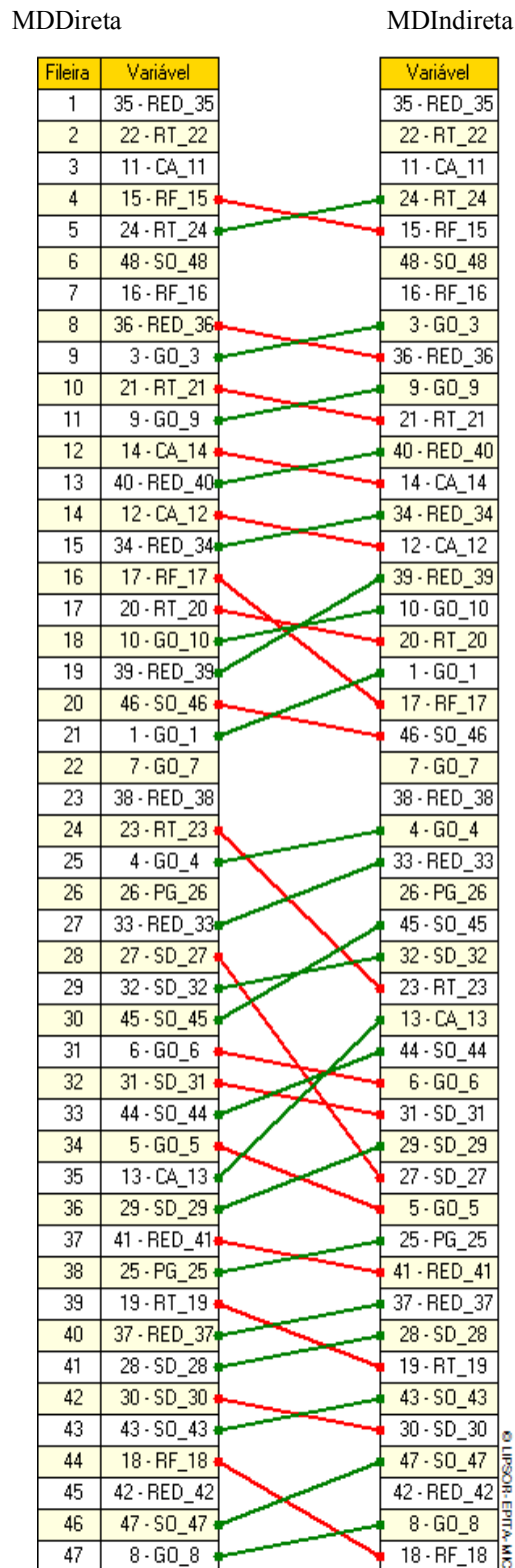
De seguida (fig.15), importa também conhecer a dinâmica que as variáveis em estudo assumem em termos de posição das dependências diretas e indiretas relativamente à evolução dos sistemas, pela compreensão da figura em anexo. Confirmamos assim que, tal como anteriormente, também aqui mantem-se uma estabilidade nas posições ocupadas pelas variáveis. Neste caso, são as variáveis nº35 qualificação técnica da equipa de intervenção (RED_35), nº22 condições das infraestruturas (RT_22), nº11 organização e funcionamento da casa de abrigo segundo as normas do Estado (CA_11), nº48 reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência (SO_48) e nº16 receitas provenientes das parcerias e protocolos (RF_16) as que permanecem nessa estabilidade sofrendo as demais ligeiras alterações.

Figura 14 - Posicionamento das Variáveis por Ordem Decrescente de Grau de Influência Direta e Indireta nos Sistemas Interno e Externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina



Fonte: output MicMac

Figura 15 - Posicionamento das Variáveis por Ordem Decrescente de Grau de Dependência Direta e Indireta nos Sistemas Interno e Externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina



Fonte: output MicMac.

Quadro 13
Principais Variáveis-chave dos Sistemas Interno e Externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Tipo de Variável	Áreas chave	Variáveis mais influentes	Variáveis mais dependentes
Desafios do Sistema Interno	<i>Governança</i>	<ul style="list-style-type: none"> • GO_7 - Regulação dos serviços de apoio aos utentes. • GO_5 - Garantia da qualidade dos serviços (em geral). • GO_9 - Política de alocação de recursos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • GO_3- Cumprimento das leis emanadas do Estado • GO_9 - Política de alocação de recursos humanos. • GO_10 - Normativos legais que regulam as relações e ou condições laborais.
	<i>Áreas de interiorização da Casa-abrigo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • CA_12 - Garantia do enfoque na criação de um projeto vida. • CA_14 - Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas da IPSS 	<ul style="list-style-type: none"> • CA_11 - Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas do Estado • CA_14 - Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas da IPSS
	<i>Recursos financeiros</i>	<ul style="list-style-type: none"> • RF_15 - Recurso aos apoios do financiamento público. • RF_17 - Receitas provenientes de utentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • RF_15 - Recurso aos apoios do financiamento público. • RF_16 - Receitas provenientes das parcerias e ou protocolos.
	<i>Recursos tecnológicos e equipamentos de apoio</i>	<ul style="list-style-type: none"> • RT_24 - Condições das áreas comuns e privadas. • RT_20 - Meios de informação tecnológica disponível aos utentes • RT_22 - Condições das infraestruturas (p.e edifício, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> • RT_22 - Condições das infraestruturas (p.e edifício, etc.). • RT_24 - Condições das áreas comuns e privadas. • RT_21 - Meios de informação tecnológica disponível aos profissionais
Desafios do Sistema Externo	<i>Políticas governamentais e sectoriais</i>	<ul style="list-style-type: none"> • PG_26 - Sustentabilidade do financiamento público 	<ul style="list-style-type: none"> • PG_26 - Sustentabilidade do financiamento público
	<i>Sociodemográficas, culturais e outras do público-alvo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • SD_30 - Utentes acompanhados de menores • SD_32 - Utentes solteiros ou divorciados 	<ul style="list-style-type: none"> • SD_32 - Utentes solteiros ou divorciados • SD_27 - Idade dos utentes
	<i>Rede de intervenção</i>	<ul style="list-style-type: none"> • RED_35 - Qualificação técnica da equipa de intervenção • RED_38 - Existência de protocolos com outras instituições (ex.: APAV) • RED_34 - Existência de outras instituições com a mesma resposta para homens. 	<ul style="list-style-type: none"> • RED_35 - Qualificação técnica da equipa de intervenção • RED_36 - Aumento da capacidade de resposta através de novas modalidades (call-center, etc.) • RED_40 - Estímulo à transferência do conhecimento (aplicações concretas ao mundo científico para reconhecimento da resposta social)
	<i>Dinâmicas socioeconómicas da envolvente nacional</i>	<ul style="list-style-type: none"> • SO_48 - Reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência • SO_44 - Evolução desfavorável do mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • SO_48 - Reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência • SO_46 - Debilidade das relações sociais e familiares
Influências e dependências do sistema	(variáveis de ligação)	<ul style="list-style-type: none"> • SO_48 - Reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência • RED_35 - Qualificação técnica da equipa de intervenção • RT_22 - Condições das infraestruturas (p.e edifício, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> • RED_35 - Qualificação técnica da equipa de intervenção • RT_22 - Condições das infraestruturas (p.e edifício, etc.). • RF_15 - Recurso aos apoios do financiamento público.

Fonte: output MICMAC e elaboração própria.

Resta-nos, por último, evidenciar as variáveis-chave dos sistemas que, dada a sua importância no mesmo, devem ser estudadas de forma prioritária dada à sua relevância no domínio das dependências e influências. O quadro 13 ilustra com clareza as mais influentes e mais dependentes, sendo de destacar as variáveis-chave seguintes:

- **Variáveis mais influentes (Desafios do Sistema Interno):**
 - GO_7 - Regulação dos serviços de apoio aos utentes.
 - CA_12 - Garantia do enfoque na criação de um projeto vida.
 - RF_15 - Recurso aos apoios do financiamento público.
 - RT_24 - Condições das áreas comuns e privadas.

- **Variáveis mais influentes (Desafios do Sistema Externo):**
 - PG_26 - Sustentabilidade do financiamento público
 - SD_30 - Utentes acompanhados de menores
 - RED_35 - Qualificação técnica da equipa de intervenção
 - SO_48 - Reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência

3.3.4.5 Considerações Finais da análise estrutural dos sistemas

Uma das vantagens da análise estrutural realizada prende-se com a vantagem desta metodologia reduzir o grau de complexidade da informação produzida pelas entrevistas, por exemplo. Desta feita, ter em conhecimento e consideração as variáveis com maior significado para os sistemas, seja pela sua influência, seja pela sua dependência, ajuda-nos a compreender a dinâmica que caracterizam as organizações, as suas relações e o seu funcionamento.

As variáveis com maior destaque são ao nível da influência: a reduzida afetação dos recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência (SO_48) – enquanto variável do sistema externo e das dinâmicas socioeconómicas da envolvente nacional -, a qualificação técnica da equipa de intervenção (RED_35) –

ao nível da rede de intervenção e do sistema externo - e a regulação dos serviços de apoio aos utentes (GO_7) - ao nível da governação e do sistema interno. Já as variáveis com maior relevo ao nível da dependência são: também a qualificação técnica da equipa de intervenção (RED_35), as condições das infraestruturas (RT_22) e a organização e funcionamento da casa de abrigo segundo as normas do Estado (CA_11), enquanto variável do sistema interno e da área de interiorização da casa.

Quadro 14

Síntese das Variáveis mais influentes e das mais dependentes dos Sistemas Interno e Externo do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Mais influentes			Mais dependentes		
1	SO_48	Reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência	1	RED_35	Qualificação técnica da equipa de intervenção
2	RED_35	Qualificação técnica da equipa de intervenção	2	RT_22	Condições das infraestruturas (p.e edifício, etc.).
3	GO_7	Regulação dos serviços de apoio aos utentes.	3	CA_11	Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas do Estado
4	RT_24	Condições das áreas comuns e privadas.	4	RF_15	Recurso aos apoios do financiamento público.
5	RF_15	Recurso aos apoios do financiamento público.	5	RT_24	Condições das áreas comuns e privadas.
6	RED_38	Existência de protocolos com outras instituições (ex.: APAV)	6	SO_48	Reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência
7	CA_12	Garantia do enfoque na criação de um projeto vida.	7	RF_16	Receitas provenientes das parcerias e ou protocolos.
8	RT_20	Meios de informação tecnológica disponível aos utentes	8	RED_36	Aumento da capacidade de resposta através de novas modalidades (call-center, etc.)
9	RT_22	Condições das infraestruturas (p.e edifício, etc.).	9	GO_3	Cumprimento das leis emanadas do Estado
10	SO_44	Evolução desfavorável do mercado de trabalho	10	RT_21	Meios de informação tecnológica disponível aos profissionais

Fonte: output MICMAC e elaboração própria.

Das questões que mais ensombram as organizações com fins não lucrativos, dada a sua dependência no financiamento estatal, que também as condiciona em termos de regulação e funcionamento é a qualificação dos recursos humanos que, muitas das vezes, carecem de formação para dar respostas a problemas sociais tão complexos como o da violência doméstica masculina. A análise estrutural a determinação das

variáveis mais influentes e dependentes colocam em evidência a anterior afirmação. Então, através da importância atribuída pelos diversos atores entrevistados e por aquilo que cada uma delas significou nos seus discursos nesta fase é possível confirmar pelo menos a presença de duas hipóteses:

Hipótese 1: O sistema interno e externo do Projeto Casa de Abrigo Masculina reconhece a reduzida afetação de recursos humanos especializado nas áreas de violência doméstica masculina e na necessidade de qualificação da equipa técnica.

Hipótese 2: Este tipo de projetos sociais está fortemente dependente dos apoios do financiamento público, da existência de protocolos com outras instituições, mas, principalmente, do cumprimento das leis emanadas do estado e do seu funcionamento de acordo com as normas do Estado.

Identificadas as variáveis-chave e evidenciadas as relações diretas e indiretas, é importante caracterizar os atores e o sistema estratégico do projeto e, através do exercício prospetivo, clarificar o que podem ser os objetivos, as estratégias, mas, também, as contrariedades e as relações de poder.

3.3.5 Caracterização dos Atores do Sistema Estratégico do Projeto da Casa Abrigo Masculina

O futuro é incerto, inconstante e diverso. É, neste sentido, como já referido anteriormente, que a corrente francesa da prospectiva, representada por Michel Godet, nos propôs o método dos cenários. Desta feita, um dos momentos desse método recai sobre os atores do sistema e a sua capacidade de atingirem os seus propósitos através de ações estratégicas.

Então, a análise do jogo de atores é de elevada importância quando queremos simular o comportamento das questões-chave do futuro, não só pela confrontação dos objetivos dos atores do sistema, mas das suas relações de força e dos desafios que vão enfrentando ao longo do processo.

A aplicação informática utilizada para esta análise é denominada de método MACTOR. O MACTOR pretende calcular as relações de força entre atores e analisar as suas convergências e divergências sobre determinados desafios e objetivos implícitos. Assim, através desta análise, este método dá ao ator também uma ajuda na decisão de implementação da sua tática de coligações e de oposições.

Então, tal como referimos anteriormente, de acordo com Perestrelo & Caldas (1996, p.87) os objetivos da estratégia de atores são os seguintes:

- identificar e caracterizar os diferentes atores-chave;
- perceber quais os conflitos e alianças possíveis entre os diferentes atores;
- contribuir para uma maior participação e reflexão estratégica por parte dos diferentes atores;
- confrontar os projetos em presença e avaliar as relações de força existentes;
- elaborar uma série de recomendações estratégicas e especificar as condições de viabilidade da sua implementação.

Neste sentido, iremos então identificar os principais atores do sistema de ação do projeto da casa abrigo masculina, selecionados a partir da análise estrutural realizada previamente.

Quadro 15

Principais Atores do Sistema de Ação do Projeto da Casa Abrigo Masculina

ATOR	Código
• União Europeia – Países com respostas semelhantes	Ator_1
• Governo	Ator_2
• Fundos Comunitários	Ator_3
• Organizações do Sector não-lucrativo	Ator_4
• Autarquias e comunidades municipais – Regionais/Locais	Ator_5
• APAV (ou outras da rede de apoio)	Ator_6
• CNIS	Ator_7
• Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género	Ator_8
• FASL – Conselho de Administração	Ator_9
• FASL – Conselho Executivo	Ator_10
• FASL – Serviços Centrais	Ator_11
• FASL – Diretores de Outros equipamentos	Ator_12
• Casa Abrigo – Equipa Técnica	Ator_13
• Casa Abrigo – Utentes	Ator_14

Fonte: elaboração própria para aplicação no Mactor.

Os atores acima identificados integram não só o sistema interno das organizações como o sistema externo. Identificámos, então, 14 atores, sendo que os oito que fazem parte do contexto envolvente da organização temos, por exemplo, a União Europeia, o Governo, Fundos Comunitários, Redes de Apoio, CIG e, por outro lado, nos seis atores internos, não só o Conselho Executivo e de Administração, mas também a equipa técnica e utentes, entre outros.

3.3.5.1 Objetivos e Desafios Estratégicos do Sistema de Ação Organizada do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Após os resultados da análise estrutural propôs-se o ajuntamento e divisão dos desafios estratégicos por objetivos associados, conforme quadro seguinte. Neste caso, resultaram três linhas de ação-chave:

Quadro 16

Objetivos estratégicos associados à dinâmica do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Desafios estratégicos	Objetivos associados	
A – Valorização das Práticas de Governação	1. Garantir a sustentabilidade financeira da CA	Obj_1
	4. Assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas	Obj_4
	8. Reforçar o envolvimento dos técnicos na gestão da casa	Obj_8
B – Melhoria das Políticas e Práticas de Qualidade nas Respostas Sociais	2. Garantir a implementação e concretização dum sistema de qualidade nas CA	Obj_2
	3. Melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio utentes	Obj_3
	5. Melhorar as práticas para a concretização do projeto de vida dos utentes	Obj_5
	7. Garantir o fomento da autonomização	Obj_7
C - Melhoria do Contexto de Ação das Redes de Intervenção	6. Reforçar o fomento da cooperação entre o Estado e a IPSS para a garantia de qualidade e capacidade da CA	Obj_6
	9. Melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional	Obj_9

Fonte: elaboração própria para aplicação no Mactor.

No desafio estratégico (A) Valorização das práticas de Governação estão associados os objetivos: garantir a sustentabilidade financeira da CA; assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas e reforçar o envolvimento dos técnicos na gestão da casa.

No desafio estratégico (B) Melhoria das Políticas e Práticas de Qualidade nas Respostas Sociais estão materializados os objetivos: garantir a implementação e concretização dum sistema de qualidade na CA; melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes; melhorar as práticas para a concretização do projeto de vida dos utentes e garantir o fomento da autonomização.

No desafio estratégico (C) Melhoria do Contexto de ação das Redes de Intervenção estão incorporados os objetivos: reforçar o fomento da cooperação entre o Estado e a IPSS para a garantia de qualidade e capacidade da CA e melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional.

Numa primeira análise, este quadro evidencia de imediato as áreas nas quais os diferentes atores vão incidir e onde irão residir as principais convergências e divergências nos diferentes desafios e objetivos.

Ainda no campo de ação da análise da estratégia de atores é relevante perceber qual a posição que cada um dos atores ocupa mediante os objetivos e das convergências e divergências de opinião. Para tal, foi construída uma matriz denominada Matriz AtoresXObjetivos (posição simples) (1MAO) do Projeto da Casa Abrigo Masculina em que quando o 1 é positivo (+1 ou 1) significa uma postura favorável a determinado objetivo, quando o 1 é negativo (-1) a postura já é desfavorável e quando é 0 a posição é neutra face ao objetivo, tal como podemos verificar de seguida:

Quadro 17

Matriz Atores x Objetivos (posições simples) (1MAO) do Projeto da Casa Abrigo Masculina

	Obj1	Obj2	Obj3	Obj4	Obj5	Obj6	Obj7	Obj8	Obj9	Soma absoluta
Ator 1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	8
Ator 2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 11	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 13	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator 14	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8
Quantidade de acordos	13	14	14	14	14	14	14	13	14	
Número de discordâncias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Número de posições	13	14	14	14	14	14	14	13	14	

Fonte: output Mactor.

Como podemos verificar, praticamente todas as posições tomadas pelos peritos estão em convergências, à exceção do Ator_14 – objetivo 1 = 0 e do Ator_1 – objetivo 8 = 0. Esta quase unanimidade dos atores no qual se colocam favoravelmente face aos objetivos subentende a inexistência de conflitos entre os mesmos em relação a estes objetivos.

No entanto, para percebermos qual a importância quanto aos objetivos dada por cada um dos peritos é necessária a construção de uma nova matriz, denominada de Matriz ObjetivosxAtores (posições favoráveis e de oposição) (2MAO) em que, com base na primeira, avaliamos a intensidade das posições favoráveis e desfavoráveis de cada ator segundo esta escala:

- Valor 0 – quando o objetivo é pouco consequente;
- Valor 1 – o objetivo é indispensável ao bom funcionamento dos processos operacionais, de gestão, entre outros;
- Valor 2 – o objetivo é indispensável para a realização do projeto;
- Valor 3 – o objetivo é indispensável à realização da missão;

Quadro 18
Matriz Atores x Objetivos (posições favoráveis e de oposição) (2MAO) do Projeto da Casa Abrigo Masculina

	Obj_1	Obj_2	Obj_3	Obj_4	Obj_5	Obj_6	Obj_7	Obj_8	Obj_9	Soma absoluta
Ator_1	2	1	2	2	1	2	2	0	2	14
Ator_2	3	2	3	3	2	3	2	1	3	22
Ator_3	2		1	1	1	1	1	1	1	10
Ator_4	1	1	1	2	1	1	1	1	1	10
Ator_5	3	2	2	2	1	2	1	1	2	16
Ator_6	1	1	2	2	1	1	1	1	2	12
Ator_7	2	2	2	1	1	2	2	1	2	15
Ator_8	3	2	3	3	2	2	2	1	3	21
Ator_9	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27
Ator_10	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27
Ator_11	3	2	2	2	2	2	2	2	2	19
Ator_12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Ator_13	2	3	3	2	3	2	3	3	2	23
Ator_14	0	2	1	1	2	1	1	1	1	10
Quantidade de acordos	29	26	29	28	24	26	25	20	28	
Nº. de discordâncias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Número de posições	29	26	29	28	24	26	25	20	28	

Fonte: output Mactor.

Em relação ao número de discordâncias podemos verificar a inexistência das mesmas, tal como visto anteriormente e enfatizado nesta matriz.

No que se refere à valorização dos objetivos, pela quantidade de acordos, percebemos que, apesar de todos muito próximos, há dois que são mais valorizados pelos atores: garantir a sustentabilidade da CA (obj_1 – 29) e melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes (obj_3 – 29). Verificamos, também, que quem dá mais relevo a estes objetivos são os atores internos, em particular, o Conselho Executivo da FASL (27) e o Conselho de Administração da FASL (27) mas também são valorizados pelo Governo (22) e pela equipa técnica da casa (23).

Então, na Matriz 2 MAO conseguimos, sucintamente, determinar a implicação de um ator sobre um conjunto de objetivos através da soma das posições que este valoriza. Porém, para percebermos a capacidade dos atores mais influentes para mobilizar tendo em vista a concretização dos objetivos é necessária uma terceira matriz denominada de Matriz ObjetivoxAtores (posições ponderadas) (3MAO).

Através desta matriz conseguimos evidenciar que os atores mais influentes e com maior capacidade de mobilização nesta dinâmica são, por um lado, o Conselho de Administração (28,7) seguido do Governo (25,8). Já os objetivos com maior grau de mobilização neste jogo de atores são o objetivo 3 – melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes (29,8), o objetivo 1 – garantir a sustentabilidade financeira da CA (28,8), o objetivo 9 – melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional (28,5) e o objetivo 4 – assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas (28,4).

Quadro 19
Matriz Atores x Objetivos (posições ponderadas) (3MAO) do Projeto da Casa Abrigo Masculina

	Obj1	Obj2	Obj3	Obj4	Obj5	Obj6	Obj7	Obj8	Obj9	Mobiliz.
Ator 1	1,9	1	1,9	1,9	1	1,9	1,9	0	1,9	13,4
Ator 2	3,5	2,3	3,5	3,5	2,3	3,5	2,3	1,2	3,5	25,8
Ator 3	1,1	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	5,3
Ator 4	1	1	1	1,9	1	1	1	1	1	9,7
Ator 5	2,7	1,8	1,8	1,8	0,9	1,8	0,9	0,9	1,8	14,4
Ator 6	0,9	0,9	1,8	1,8	0,9	0,9	0,9	0,9	1,8	11
Ator 7	2	2	2	1	1	2	2	1	2	15,3
Ator 8	3,3	2,2	3,3	3,3	2,2	2,2	2,2	1,1	3,3	22,8
Ator 9	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	28,7
Ator 10	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	23,8
Ator 11	2,8	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	17,8
Ator 12	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	10,2
Ator 13	2,6	4	4	2,6	4	2,6	4	4	2,6	30,3
Ator 14	0	2,2	1,1	1,1	2,2	1,1	1,1	1,1	1,1	11,2
Quantidade de acordos	28,8	26,8	29,8	28,4	24,8	26,5	25,7	20,5	28,5	
Número de discordâncias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Grau de mobilização	28,8	26,8	29,8	28,4	24,8	26,5	25,7	20,5	28,5	

Fonte: output Mactor.

3.3.5.2 Relação de “Forças” entre os Atores no “Jogo Estratégico” dos Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina

3.3.5.2.1 Relações de Influências Diretas e Indiretas entre os Atores do Projeto da Casa Abrigo Masculina

É a análise da matriz das relações de influências diretas e da matriz das influências indiretas (MIDI) que podemos depreender que o facto de os atores aparentemente estarem em desacordo com outro ator em relação aos objetivos não significa, necessariamente, que estejam em oposição total. O cálculo das relações de forças existentes entre ambos é, então, conseguido a partir destas matrizes e a relação de forças de um ator é maior, ou mais elevada, quanto mais elevada for a sua influência em relação aos restantes atores e, em simultâneo, menos dependente deles.

Então, para melhor compreendermos as influências/dependências entre os diferentes atores do sistema interno e externo é necessário analisar essas mesmas influências/dependências diretas (MID) e indiretas (MIDI).

Assim, através da soma das linhas, conseguimos antever o grau de dependência, por um lado, e, na horizontal, do grau de influência, sendo que, quanto maior for o algarismo, maior será a influência de um ator sobre o outro. No quadro a seguir podemos então ver os resultados:

Quadro 20
Matriz das Influências Diretas e Indiretas (MIDI) entre os Atores do Projeto da Casa Abrigo Masculina

	A_1	A_2	A_3	A_4	A_5	A_6	A_7	A_8	A_9	A_10	A_11	A_12	A_13	A_14	li
Ator 1	20	21	14	19	22	19	17	20	23	24	22	18	16	20	255
Ator 2	20	17	12	23	24	21	19	23	20	21	22	20	19	27	271
Ator 3	10	10	7	12	13	10	10	12	11	11	13	11	11	13	147
Ator 4	24	19	15	24	25	22	19	20	22	23	20	22	18	19	268
Ator 5	21	19	13	20	22	21	17	22	23	25	19	19	16	20	255
Ator 6	20	14	15	26	21	19	22	19	17	19	17	21	17	19	247
Ator 7	23	16	15	25	22	19	18	18	20	21	18	22	17	17	253
Ator 8	20	18	12	24	25	21	18	22	22	23	25	20	21	24	273
Ator 9	22	18	13	25	25	22	17	21	22	23	23	20	20	21	270
Ator 10	18	19	13	20	21	21	17	21	20	20	20	17	18	20	245
Ator 11	20	15	13	23	22	21	19	17	16	19	16	23	19	19	246
Ator 12	23	16	16	28	25	24	23	22	21	24	20	23	19	21	282
Ator 13	26	20	14	28	27	26	21	21	21	24	22	26	21	23	299
Ator 14	23	17	15	26	26	21	19	22	23	23	21	23	20	21	279
Di	270	222	180	299	298	268	238	258	259	280	262	262	231	263	3590

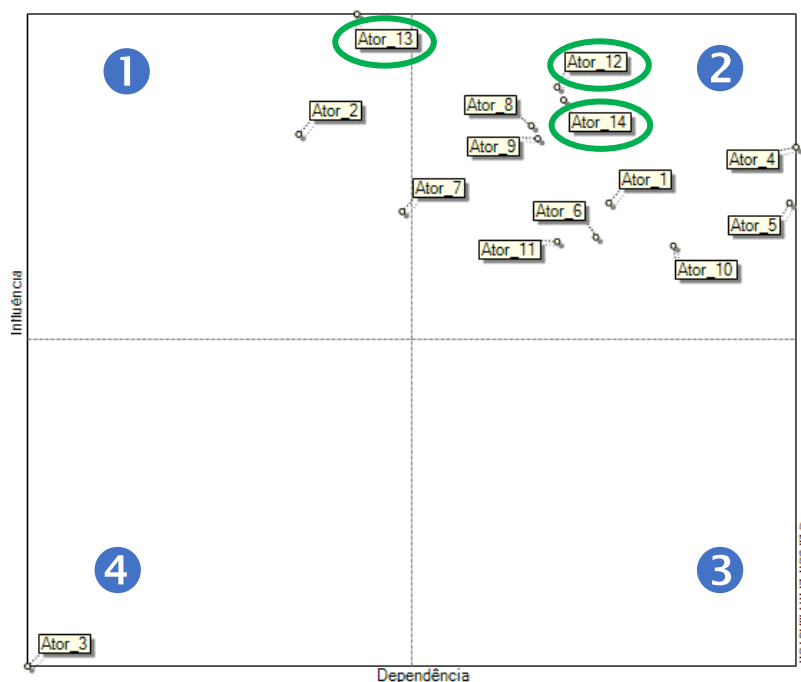
Fonte: output Mactor.

Ora, da leitura desta matriz podemos auferir que, no sistemas em causa, os atores com maior capacidade de influência (li) sobre os demais são, alguns de forma imprevista: o ator_12 (282), o ator_13 (299) e o ator_14 (279), todos eles enquanto atores internos e sobre os quais os atores externos – e também alguns internos – têm a preocupação de criar condições e respostas às suas necessidades nos diferentes campos, sejam laborais, seja enquanto problema social, nomeadamente, sobre a equipa técnica e os utentes.

Já no que toca aos atores mais dependentes (Di) são os que, na matriz, apresentam os valores mais elevados, os atores das organizações de sector não-lucrativo (299) e as autarquias e comunidades municipais -regionais/locais (298).

Para acrescido entendimento e foco da informação acerca deste tipo de jogo de atores é benéfico colocar a questão num plano de influências e dependências entre os atores do projeto da casa abrigo masculina e, como tal, separá-los por quatro quadrantes distintos. No primeiro sector, onde se encontram os atores dominantes; no sector dois onde estão os atores relais, no terceiro sector os atores dominados e no quarto os atores autónomos, de acordo com a figura seguinte:

Figura 16 - Plano de Influências e Dependências entre os Atores do Projeto da Casa Abrigo Masculina



Fonte: output Mactor.

Ora, deste nosso plano, apenas conseguimos extrair três tipos de atores. Os atores dominantes, de onde podemos destacar a equipa técnica que desenvolve o trabalho com e para os utentes, mas que, pela posição no quadrante, demonstram alguma dependência, e o Governo, com maior capacidade de influência pois são quem

estabelece as condições de funcionamento e financiamento deste tipo de projetos. No segundo quadrante (sector 2) os atores relais (ou de ligação) mais significantes são, por exemplo, o ator_12 (diretores de outros equipamentos) e o ator_14 (utentes), ambos atores internos. Não conseguimos extrair nenhum ator do quadrante 3, porém, são os fundos comunitários (ator_3) cuja posição no sector 4, os coloca como aqueles que são tidos como autónomos e com uma ligação pouco significativa em relação aos demais.

Depreende-se, então, que neste tipo de projetos aquele que, efetivamente, são os atores-chave do sistema, pelo seu poder de decisão, a sua capacidade de criar regulamentação ou por serem quase exclusivamente a única fonte de financiamento é, claramente, o Governo. O que vai contra o preconizado por este tipo de projetos e para estes programas sociais que é o envolvimento de todos para o sucesso da resposta, deixando-o quase totalmente à mercê de um só ator.

Posto isto, embora de acordo com as entrevistas e os resultados das mesmas que temos vindo a analisar se defendam algumas variáveis como reforçar o envolvimento dos técnicos, ou garantir o fomento da autonomização ou, ainda, reforçar o fomento de cooperação entre o Estado e a IPSS, entre muitos outros objetivos, a verdade é que, na prática, esta dinâmica não se confirma .

3.3.5.2.2 Relação de Forças e Posição Relativa dos Atores no “Jogo Estratégico” dos Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Para se medir a relação de força de um ator, deve-se ter em consideração não só a influência e a dependências, mas, também, a retração. A isto denominamos por R_i – é a relação de força do ator x tendo em conta as suas influências e dependências diretas e indiretas e a sua retroação.

As relações de força demonstradas pelos atores neste jogo de relações, face à matriz anterior e ao gráfico seguinte, são: a equipa técnica da casa abrigo com um R_i de 1,32, que dada a sua posição cimeira assume-se como um ator-chave, seguindo-se do Governo com um R_i de 1,17 também como um dos mais influentes. Estes atores por apresentarem valores nos fatores de força superiores a 1, mas também

superiores a outros acima de 1, são determinantes para os sistemas. Já os que apresentam o fator de força menor do que 1, por exemplo, os fundos comunitários, são muito dependentes dos mesmos.

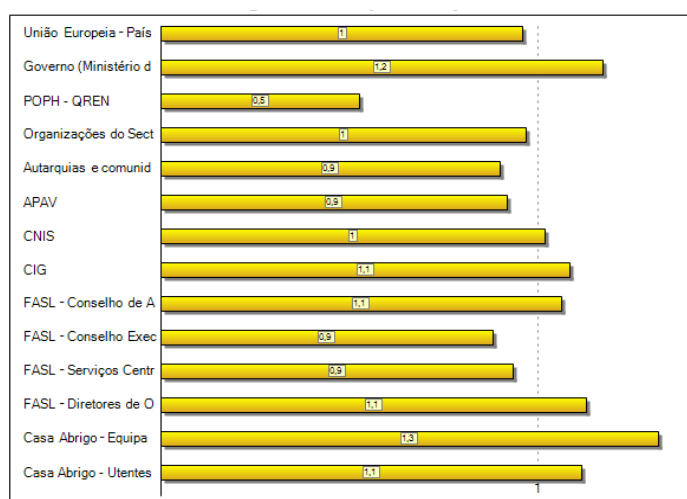
Quadro 21

Matriz das Influências Diretas e Indiretas (MIDI) entre os Atores do Projeto da Casa Abrigo Masculina

ATOR	Código	Ri
• União Europeia – Países com respostas semelhantes	Ator_1	0,96
• Governo	Ator_2	1,17
• Fundos Comunitários	Ator_3	0,53
• Organizações do Sector não-lucrativo	Ator_4	0,97
• Autarquias e comunidades municipais – Regionais/Locais	Ator_5	0,90
• APAV (outros da rede de apoio)	Ator_6	0,92
• CNIS	Ator_7	1,02
• Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género	Ator_8	1,08
• FASL – Conselho de Administração	Ator_9	1,06
• FASL – Conselho Executivo	Ator_10	0,88
• FASL – Serviços Centrais	Ator_11	0,94
• FASL – Diretores de Outros equipamentos	Ator_12	1,13
• Casa Abrigo – Equipa Técnica	Ator_13	1,32
• Casa Abrigo – Utentes	Ator_14	1,12

Fonte: output Mactor.

Figura 17 -Gráfico das Relações de Força MIDI (Ri) entre os Atores do Projeto da Casa Abrigo Masculina



Fonte: output Mactor

Este indicador é normalizado pela média, logo, o ator acima do Ri 1 é considerado um ator com mais poder do que a média.

É-nos possível ainda obtermos conhecimento em termos líquidos, ou seja, se um ator influencia mais ou é mais influenciado, logo, ficamos a conhecer as demasias de influência praticada e arrecadada por cada um dos pares de peritos, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 22

Balço Líquido de Influências (BLI) entre os Atores do Projeto da Casa Abrigo Masculina

	A 1	A 2	A 3	A 4	A 5	A 6	A 7	A 8	A 9	A 10	A 11	A 12	A 13	A 14	Soma
Ator_1		1	4	-5	1	-1	-6	0	1	6	2	-5	-10	-3	-15
Ator_2	-1		2	4	5	7	3	5	2	2	7	4	-1	10	49
Ator_3	-4	-2		-3	0	-5	-5	0	-2	-2	0	-5	-3	-2	-33
Ator_4	5	-4	3		5	-4	-6	-4	-3	3	-3	-6	-10	-7	-31
Ator_5	-1	-5	0	-5		0	-5	-3	-2	4	-3	-6	-11	-6	-43
Ator_6	1	-7	5	4	0		3	-2	-5	-2	-4	-3	-9	-2	-21
Ator_7	6	-3	5	6	5	-3		0	3	4	-1	-1	-4	-2	15
Ator_8	0	-5	0	4	3	2	0		1	2	8	-2	0	2	15
Ator_9	-1	-2	2	3	2	5	-3	-1		3	7	-1	-1	-2	11
Ator_10	-6	-2	2	-3	-4	2	-4	-2	-3		1	-7	-6	-3	-35
Ator_11	-2	-7	0	3	3	4	1	-8	-7	-1		3	-3	-2	-16
Ator_12	5	-4	5	6	6	3	1	2	1	7	-3		-7	-2	20
Ator_13	10	1	3	10	11	9	4	0	1	6	3	7		3	68
Ator_14	3	-10	2	7	6	2	2	-2	2	3	2	2	-3		16

Fonte: output Mactor.

Então, passando à parte explicativa do quadro o sinal (+), ou balanço positivo, significa que o ator exerce mais influência do que recebe e o sinal (-), ou saldo negativo, significa que o ator exerce menos influência do que recebe.

Podemos, ainda, calcular para cada um dos atores o resultado final das suas interações e das suas influências, pelo somatório de todos os saldos líquidos que cada um deles exerce sobre o outro ator.

Por conseguinte, observamos, mais uma vez, que o Ator_13 Casa Abrigo – Equipa Técnica e o Ator_2 Governo são quem pratica elevada influências sobre todos os outros e o Ator_5 Autarquias e comunidades municipais – Regionais/locais são quem tem uma maior condição de dependência em relação aos outros atores.

O quadro seguinte reflete de forma esquematizada e simples as afirmações feitas anteriormente, isto é, onde se demonstra a condição dos peritos em relação à sua capacidade de influência ou de serem influenciados. Curiosamente, há um equilíbrio no que toca a sistema interno ou externo não sendo possível afirmar que uns estão mais num contexto do que outros.

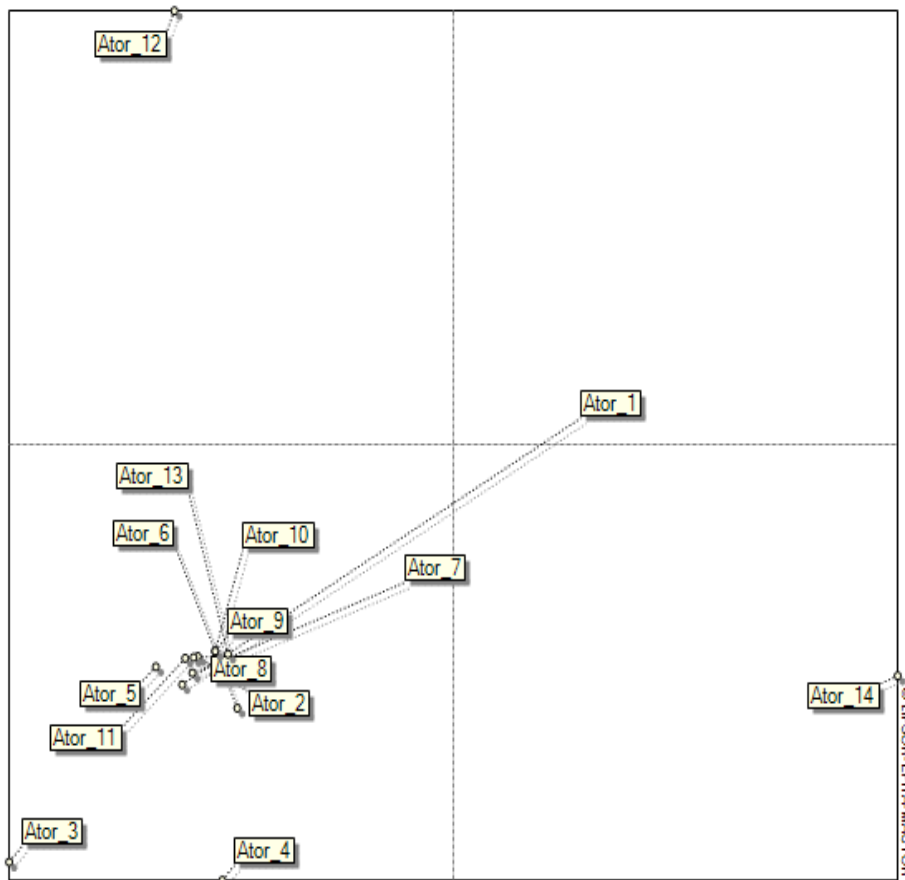
Quadro 23
Síntese das Distâncias Líquidas entre Atores do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Atores que são mais influentes do que influenciados	Atores que são mais influenciados que influentes
Ator_13 - Casa Abrigo – Equipa Técnica	Ator_5 - Autarquias e comunidades municipais – Regionais/Locais
Ator_2 - Governo	Ator_10 - FASL – Conselho Executivo
Ator_12 - FASL – Diretores de Outros equipamentos	Ator_3 - POPH – QREN
Ator_14 - Casa Abrigo – Utentes	Ator_4 - Organizações do Sector não-lucrativo
Ator_7 – CNIS	Ator_6 – APAV
Ator_8 - Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género	Ator_11 - FASL – Serviços Centrais
Ator_9 - FASL – Conselho de Administração	Ator_1 - União Europeia – Países com respostas semelhantes

Fonte: output Mactor e elaboração própria.

Sobre as distâncias entre os atores existentes no sistema, através do plano das distâncias líquidas entre os atores do projeto da casa abrigo masculina seguinte, os atores mais próximos e que instituem uma conexão de maior interação são os dispostos na região centro do mesmo. Pela observação podemos incluir neste campo, por exemplo o ator_7 (CNIS). Já no extremo oposto, deparamo-nos com a existência de afastamento no ator_12 (Diretores de outros equipamentos). Este afastamento e esta dispersão contrasta com a teoria preconizada da participação e do entrosamento de todos, nas diferentes áreas, seja de tomada de decisão, seja na cooperação, e participação para o sucesso do projeto, significando coesão entre todos os intervenientes pois, só assim, a continuidade do programa não ficaria comprometida.

Figura 18 - Plano das Distâncias Líquidas entre os Atores do Projeto da Casa Abrigo Masculina



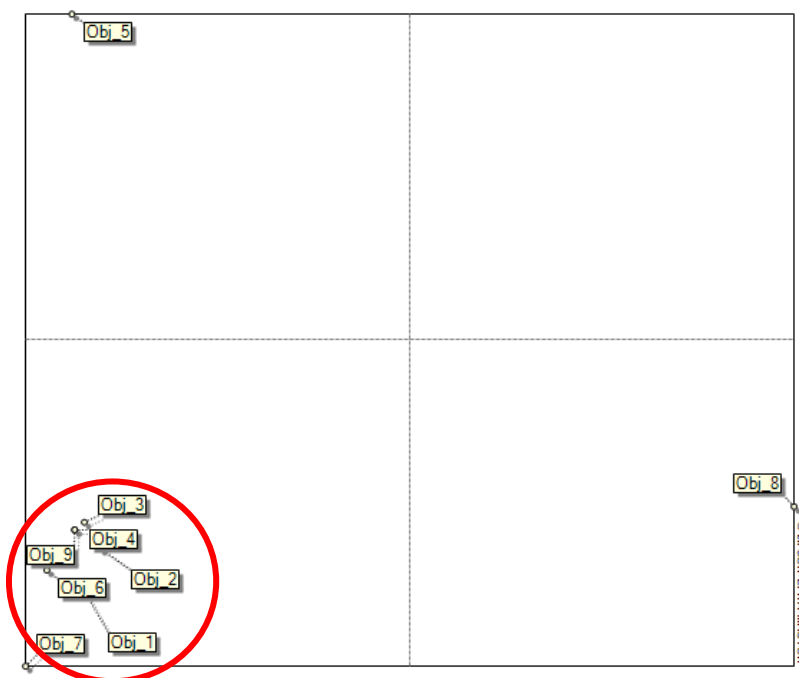
Fonte: output Mactor

Estas distâncias podem ainda ser medidas e confirmadas pelo Grafo das Distâncias líquidas entre os atores do projeto. Ou seja, podemos verificar o afastamento existente sendo que a distância mais forte ou mais importante está assinalada a vermelho e diz respeito à relação estabelecida entre o Atror_9 e o Atror_10. Porém, há alguma proximidade entre o Atror_11(Serviços centrais) e Atror_9 (Conselho de administração), entre o Atror_10 (Conselho executivo) e o Atror_8 (Cig), ou entre o Atror_13 (Equipa técnica) e o Atror_2 (Governo).

interessantemente, com o objetivo oito, que é o de reforçar o envolvimento dos técnicos na gestão da casa, que também se encontra a uma distância significativa dos demais, logo, têm ligações débeis e pouco sólidas.

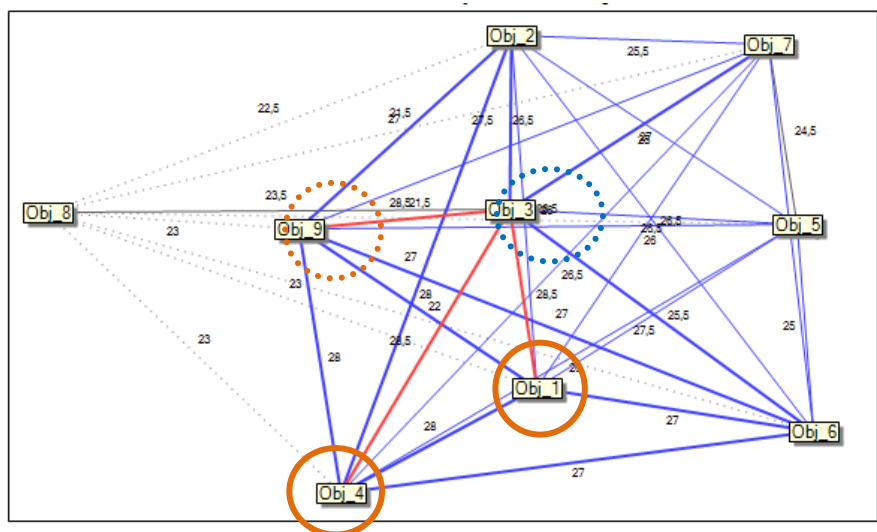
No sector inferior esquerdo estão todos os outros objetivos (rodeados a vermelho), logo, estão estabelecidos entre eles não só ligações muito possantes como de elevada convergência.

Figura 20 - Plano das Distâncias entre Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina



Fonte: output Mactor

Figura 21 - Grafo das Distâncias entre Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina



Fonte: output Mactor

Pelo Grafo das distâncias entre objetivos estratégicos do projeto, em cima, percebemos, então, as ligações mais significativas entre os objetivos.

Assim, assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas de violência doméstica masculina, está fortemente relacionada com a garantia da sustentabilidade financeira da Casa Abrigo, também numa perspetiva de melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional sem descuidar outro objetivo importante que é melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes sendo que, este último, permite criar circunstâncias para a realização dos demais.

3.3.5.2.4 Perfil da Convergência dos Atores em Relação aos Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina

É possível identificar e interpretar a posição dos atores em relação a cada um dos objetivos. Para tal, para entendermos a importância que cada objetivo pode representar para os inquiridos e quais os alicerces da ação estratégica foi realizada uma matriz de convergências ponderadas dos atores face aos objetivos (3CAA) do projeto onde se depreende o grau de mobilização dos atores para a execução dos ditos:

Quadro 24
Matriz de Convergências Ponderadas dos Atores face os Objetivos (3CAA) do Projeto da Casa Abrigo Masculina

	A_1	A_2	A_3	A_4	A_5	A_6	A_7	A_8	A_9	A_10	A_11	A_12	A_13	A_14
Ator 1	0	19	9,1	11,1	13,5	11,8	13,8	17,6	19,5	17,3	14,7	11,2	19,9	10,8
Ator 2	19	0	15,6	17,8	20,1	18,4	20,5	24,3	27,3	24,8	21,8	18	28,1	16,7
Ator 3	9,1	15,6	0	7,5	9,9	8,2	10,3	14	17	14,6	11,5	7,7	17,8	7,7
Ator 4	11,1	17,8	7,5	0	12,1	10,4	12,5	16,2	19,2	16,8	13,7	9,9	20	9,9
Ator 5	13,5	20,1	9,9	12,1	0	12,7	14,9	18,6	21,6	19,1	16,1	12,3	22,4	11,5
Ator 6	11,8	18,4	8,2	10,4	12,7	0	13,1	16,9	19,9	17,4	14,4	10,6	20,7	10,6
Ator 7	13,8	20,5	10,3	12,5	14,9	13,1	0	19	22	19,5	16,5	12,7	22,8	12,2
Ator 8	17,6	24,3	14	16,2	18,6	16,9	19	0	25,7	23,3	20,3	16,5	26,5	15,3
Ator 9	19,5	27,3	17	19,2	21,6	19,9	22	25,7	0	26,3	23,3	19,4	29,5	18,3
Ator 10	17,3	24,8	14,6	16,8	19,1	17,4	19,5	23,3	26,3	0	20,8	17	27,1	16,2
Ator 11	14,7	21,8	11,5	13,7	16,1	14,4	16,5	20,3	23,3	20,8	0	14	24,1	13,1
Ator 12	11,2	18	7,7	9,9	12,3	10,6	12,7	16,5	19,4	17	14	0	20,2	10,1
Ator 13	19,9	28,1	17,8	20	22,4	20,7	22,8	26,5	29,5	27,1	24,1	20,2	0	19,4
Ator 14	10,8	16,7	7,7	9,9	11,5	10,6	12,2	15,3	18,3	16,2	13,1	10,1	19,4	0
Número de convergências	189,2	272,4	150,8	177,0	204,7	185,1	209,9	254,3	289,0	260,2	224,2	179,7	298,5	171,9

Fonte: output Mactor

Após a identificação dos atores e de como os mesmos se colocam em termos de colaboração e de mobilização em prol dos objetivos conseguimos perceber o empenho na concretização desses objetivos pela intensidade da convergência, isto é, o valor associado àquilo que cada um valoriza e que está disposto para alcançar os objetivos propostos. Optámos, porém, pela matriz (3CAA) com o objetivo de distinguir a intensidade média de cada par de atores quando dois atores estão em convergência diante um dado objetivo. Esta apresenta valores que medem a intensidade dessas alianças, a posição hierárquica dos objetivos e as relações de

força presentes. Os valores representam, desta forma, o grau de convergência e quanto maior o nível de intensidade, maior será o número de atores com interesses convergentes.

Então, pelo quadro anterior e reforçado pelo quadro da hierarquia dos atores segundo as citas convergências percebemos que há uma acentuada convergências para a concretização dos objetivos por parte da equipa técnica da casa abrigo (298,5), do Conselho de Administração da FASL (289,0), do Governo (272,4), do Conselho Executivo da FASL (260,2) e da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (254,3).

Ora, pelo quadro hierárquico, evidenciamos também que as três primeiras posições cimeiras que assumem maior volume de convergências tendo em vista os objetivos são também três dos atores-chave do sistema. E, mais ainda, os atores com mais influência e poder de decisão e comprometimento com o projeto casa abrigo masculina são o ator_13 (equipa técnica), ator_9 (Conselho Administração) e ator_2 (Governo).

Quadro 25

Hierarquia dos Atores segundo as Convergências Ponderadas face aos Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Posição	Código	Ator	Nº de Convergências Ponderadas
1ª	Ator 13	Casa Abrigo – Equipa Técnica	298,5
2ª	Ator 9	FASL – Conselho de Administração	289,0
3ª	Ator 2	Governo	272,4
4ª	Ator 10	FASL – Conselho Executivo	260,2
5ª	Ator 8	Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género	254,3
6ª	Ator 11	FASL – Serviços Centrais	224,2
7ª	Ator 7	CNIS	209,9
8ª	Ator 5	Autarquias e comunidades municipais – Regionais/Locais	204,7
9ª	Ator 1	União Europeia – Países com respostas semelhantes	189,2
10ª	Ator 6	APAV	185,1
11ª	Ator 12	FASL – Diretores de Outros equipamentos	179,7
12ª	Ator 4	Organizações do Sector não-lucrativo	177,0
13ª	Ator 14	Casa Abrigo – Utentes	171,9
14ª	Ator 3	POPH – QREN	150,8

Fonte: output Mactor

3.3.5.3 Considerações Finais da Caracterização dos Atores do Sistema Estratégico do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Terminada as análises referentes aos atores surge agora a necessidade de efetuar uma síntese sobre as relações dos Atores e Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina.

Assim, pela análise ao quadro, os atores com maior nível de mobilização face aos objetivos estratégicos, logo, determinantes para a concretização desses objetivos são: a Equipa Técnica da Casa Abrigo (30,3); o Conselho de Administração da FASL (28,7), o Governo (25,8) e o Conselho Executivo da FASL (23,8). Já em relação ao número de concordâncias aos principais objetivos temos: o melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes (29,8), garantir a sustentabilidade financeira da CA (28,8), melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional (28,5) e assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas masculinas (28,4). É importante referir o nível pouco relevante da mobilização dos fundos comunitários (5,3) e das organizações do sector não-lucrativo (9,7), o que pode comprometer por um lado o financiamento por outro tipo de fontes de financiamento e, por outro, o aumento da resposta por parte de outras IPSS semelhantes.

Este conjunto de resultados sugere a presença de uma terceira hipótese:

Hipótese 3: Os atores-chave do sistema são a Equipa Técnica, o Conselho de Administração, o Governo e o Conselho Executivo, que ocupam a posição cimeira pelo nível de mobilização para a concretização dos objetivos estratégicos que são: melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes, garantir a sustentabilidade financeira da Casa Abrigo e melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional e assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas.

Quadro 26
Acordos e Mobilização dos Atores face aos Objetivos Estratégicos do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Código	Atores	Nível de Mobilização	Código	Objetivos	Número de concordâncias
Ator_13	Casa Abrigo – Equipa Técnica	30,3	Obj_3	Melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio utentes	29,8
Ator_9	FASL – Conselho de Administração	28,7	Obj_1	Garantir a sustentabilidade financeira da CA	28,8
Ator_2	Governo	25,8	Obj_9	Melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional	28,5
Ator_10	FASL – Conselho Executivo	23,8	Obj_4	Assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas	28,4
Ator_8	Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género	22,8	Obj_2	Garantir a implementação e concretização dum sistema de qualidade nas CA	26,8
Ator_11	FASL – Serviços Centrais	17,8	Obj_6	Reforçar o fomento da cooperação entre o Estado e a IPSS para a garantia de qualidade e capacidade da CA	26,5
Ator_7	CNIS	15,3	Obj_7	Garantir o fomento da autonomização	25,7
Ator_5	Autarquias e comunidades municipais – Regionais/Locais	14,4	Obj_5	Melhorar as práticas para a concretização do projeto de vida dos utentes	24,8
Ator_1	União Europeia – Países com respostas semelhantes	13,4	Obj_8	Reforçar o envolvimento dos técnicos na gestão da casa	20,5
Ator_14	Casa Abrigo – Utentes	11,2			
Ator_6	APAV	11,0			
Ator_12	FASL – Diretores de Outros equipamentos	10,2			
Ator_4	Organizações do Sector não-lucrativo	9,7			
Ator_3	POPH – QREN	5,3			

Fonte: output MACTOR; elaboração própria a partir da matriz 3MAO.

3.3.6 Tendências de Desenvolvimento do Projeto da Casa Abrigo Masculina

3.3.6.1 Análise Morfológica (Morphol) das Tendências do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Finda a primeira fase da análise onde nos foi possível identificar as variáveis-chave dos sistemas bem como as relações entre elas e, ainda, identificar os atores-chave e o jogo que esses mesmo atores dinamizam nos sistemas, passamos agora para a segunda fase, preconizada por Michel Godet, como a elaboração dos cenários possíveis. Ou seja, feita a construção de base, passamos à construção dos cenários onde “é feita uma análise morfológica das variáveis e dos fatos futuros mais importantes e que podem alcançar um grande número de potenciais cenários” (Fonseca, et al, 2018, p. 3).

Como já dissemos, a prospetiva destaca-se por ser capaz de antecipar e reagir às mudanças e, ainda, por considerar vários futuros possíveis. Contudo, as dimensões que influenciam esses futuros são incertas, bem como o resultado do jogo de atores. Neste caso, a construção de cenários resulta no estudo dessas incertezas e na conceção de hipóteses e da identificação de tendências. Cada um destes conjuntos corresponde, então, um cenário que pode ser mais ou menos provável.

Ora, através da análise morfológica é possível realizar estas combinações e criar histórias possíveis, dentro do período temporal definido. Para tal, utilizámos como programa informático de ajuda à análise morfológica o MORPHOL, isto é, método de análise morfológica que nos possibilita delimitar o campo dos possíveis e diminuir a incerteza.

Neste caso em particular, e tendo por base a aplicação dos questionários a um grupo de peritos, apresentamos a probabilidade das tendências, isto é, das hipóteses/ocorrências, de desenvolvimento do projeto da casa abrigo masculina num horizonte de cinco anos.

As componentes utilizadas na análise foram:

- A-Valorização das práticas de governação;

- B- Melhoria das políticas e práticas de qualidade nas respostas sociais;
- C- Melhora do contexto de ação das redes de intervenção.

Com base nos resultados recolhidos das entrevistas podemos definir as hipóteses correspondentes a cada uma das dimensões apresentadas.

Por exemplo, relativamente à valorização das práticas de governação, foi referido:

"... nós vimos uma oportunidade, que já existia noutros países e que cá ainda não tínhamos, e achávamos que era o momento de mudar isso e avançámos com a proposta. Se servirmos de exemplo a que deixe de ser apenas um projeto e passe a ser um equipamento que possa ter um acordo de cooperação normal e noutras instituições ainda melhor, não é?" e "Todas as respostas que puderem ser criadas para responder a este tipo de violência são importantes nesta fase, precisamente porque não as há." (entrevista ator interno_2),

mas também pela entrevista ator interno_1

" Existe uma casa abrigo masculina, da mesma maneira que existem casas-abrigo femininas, mas, existem casas de emergência femininas e não existem casas de acolhimento de emergência masculinas. Do mesmo modo, existem linhas de apoio especializadas na violência doméstica que são específicas para mulheres e não existem essas linhas específicas para homens. O que faz com que aquilo que é expectável na evolução destes tipos de resposta seja equivalente nos homens como nas mulheres. E esse é provavelmente o caminho a seguir no grau de desenvolvimento desta resposta. Tem que haver respostas iguais para os dois. Mas de forma separada porque a problemática é diferente. Era importante que, quando se divulgasse no programa de divulgação nacional o

número para as vítimas masculinas poderem falar, sentirem que aquele número é para si”.

Ideia reforçada pela entrevista ao ator interno_3 que defende

"A criação de uma linha de apoio na área das telecomunicações é uma excelente ferramenta para controlar as vagas de emergência e acolhimento na resposta, pois seriam filtradas pela linha os casos reais de VD e não apenas de apoio social, fenómeno esse que se tem vindo a verificar e agravar tanto em Casa Abrigo feminina como masculina nos últimos tempos. Esta linha específica facilitaria e possivelmente aproximaria as vítimas de VD masculinas à informação"

Também pelas entrevistas, os peritos fixaram como desafios estratégicos a melhoria das políticas e práticas de qualidade de respostas, sendo possível apresentá-las por algumas variáveis, tais como:

Melhoria na qualidade do equipamento:

"Como já disse, a resposta tem um problema, é pequena (...) só tem 10 camas para o número de vítimas que anda por aí, mas depois também divulgar uma resposta que tem de ser anónima na sua localização é complicado. E os serviços, os hospitais, a polícia não estão preparados para ela (...) Os técnicos ainda não sabem muitas vezes reconhecer as vitimas por isso acabam por não as reencaminhar” (entrevista ator interno_2).

"Nós seguimos em todos os nossos equipamentos os princípios da qualidade das nossas respostas. Ainda não conseguimos alcançar os ditos certificados de qualidade, mas regemo-nos por muitos deles. É uma área muito difícil e que precisa ainda de muito trabalho para conseguirmos alcançar ... mas vamos lá. Temos de ir, acho que. Um equipamento sem qualidade é um equipamento destinado a falhar e

a falir. Temos de responder antes de mais aos utentes, dar-lhes qualidade, dar-lhes a resposta que eles precisam e procuram. Mas também aos colaboradores. E não só claro. Há também a questão dos processos, da qualidade da gestão, da própria comunidade, que nos avalia e ao nosso desempenho (...)” (entrevista ator interno_2).

Também os entrevistados externos à instituição opinam nesta questão de mais investimentos e financiamento público nas respostas sociais na área da violência doméstica:

“Nós, este ano, vamos dar início ao processo de certificação , de acordo com a lei que diz que quem tem dinheiros públicos tem de estar certificado pela CIG, nós vamos iniciar este ano uma auditoria as todas as entidades que recebem verbas para ter respostas na área da violência doméstica” (entrevista ator externo_2),

e o ator externo_3 diz-nos que as medidas existentes são insuficientes para colmatar as situações pelo que se exige um alargamento das vagas:

“Apesar da violência contra homens ser mais invisível, ela existe e não existem respostas, sendo necessário ampliar o número de vagas.”

Formação e qualificação dos recursos humanos: é igualmente uma dimensão partilhada por todos

"as propostas a curto-prazo que poderiam ser implementadas são a consolidação do projeto, melhorarmos no âmbito da divulgação a importância da casa-abrigo, criarmos medidas para os homens vítimas chegarem mais facilmente e adequadamente até nós e reforçar a formação dos técnicos para lidar com os desafios nesta área que nos surgem diariamente" (entrevista ator interno_3).

"Deve existir um envolvimento dos técnicos, bem como uma aposta na formação e qualificação dos recursos humanos pois são eles que trabalham diariamente com estas pessoas e que promovem uma resposta de qualidade (...) e são quem está mais próximo, ao fim ao cabo e quem sabe as dificuldades e as limitações primárias das instituições e dos equipamentos" (entrevista ator externo_1).

“Eu acho que a sua implementação tem a ganhar se a equipa se especializar, se diferenciar” (entrevista ator externo_2).

Mais ainda, de acordo com o ator interno_4 o que importa é a dimensão multidisciplinar das atividades formativas ...

"Um quadro de pessoal com experiência na área da violência doméstica, com formações multidisciplinares e envolvido com a problemática são a base da criação de uma estratégia eficaz para a problemática da violência doméstica masculina".

Enfoque no utente:

"as pessoas entram com determinada esperança e depois as coisas muitas vezes não acontecem daquela maneira, não é. Ou não há trabalho, ou não há casa para se tornarem autónomos, ou a justiça continua a ser lenta, lentina, no caso da violência doméstica contra os homens parece que isto emperra ainda mais (...) muitas vezes os homens saem da casa abrigo e o processo crime ainda está a decorrer.” (entrevista ator externo_1).

“tendo sido fundamentais as redes de contactos existentes na Casa Abrigo feminina, criados ao longo de mais de uma década, e essenciais no estabelecimento da Casa Abrigo masculina. Uma das principais motivações para a cooperação com entidades locais,

nacionais e internacionais, passa por um lado, pela procura de formação específica e subsequente partilha com os diversos parceiros e agentes sociais, e por outro, pela procura constante de parcerias que possam contribuir para o bem-estar físico, psicológico e social dos nossos utentes, contribuindo em muitos casos para o encontrar de trabalho, e/ou para melhorar as condições de autonomização (e.g. habitação social)" (entrevista ator interno_3).

No que respeita às questões relativas à **melhoria do contexto de ação das redes de intervenção**, nomeadamente, da cooperação, quer os corpos sociais, de funções diretivas ou técnicas, quer os peritos que compõem a própria rede de intervenção ou de decisão potenciar e desenvolvem a sua orientação sobre essa necessidade e sobre esse conceito importante da cooperação, tal como apresentamos:

"Como sabes, sem fundos nada se faz...e a questão é mesmo essa. Por muito boa vontade que haja, é preciso que haja condições financeiras para poder apostar neste tipo de equipamentos." (entrevista ator interno_2),

também o ator externo_1 confirma,

"Portanto, devia ter sido feito aqui secalhar um trabalho maior até de sensibilização da rede nacional e das próprias comunidades para esta questão. Porque há uma grande feminização das questões associadas à violência doméstica, ou violência conjugal, que é disso que estamos a falar (...) que poderão existir outras formas de acolhimento se assim quisermos dizer, antes de termos...porque uma casa abrigo é um investimento imenso por parte do estado, financeiro, recursos humanos (...) Devia haver um trabalho de maior sensibilização para estas matérias. Sensibilizações com escolas, com juntas, com a comunidade, por parte dos técnicos devem ter sido muito poucas",

ou tal como diz o ator externo_2 na sua entrevista

“Passará por esclarecer também as outras entidades sobre o seu papel diferenciado”.

O ator externo_3 foca muito as suas respostas nesse sentido

“Deverá existir uma resposta social integrada de forma a que as pessoas se possam autonomizar o mais depressa possível e uma resposta terapêutica, para diminuir o impacto do trauma.”

Mais a frente, o mesmo ator externo_3, volta a referir da necessidade de melhoria da articulação interinstitucional e a garantia da segurança dos utentes:

“É fundamental melhorar a articulação com as diferentes respostas envolvidas, (respostas de primeira linha, órgãos de polícia criminal, ministério publico, tribunal). Deverá fazer-se formação para todos/as os/as profissionais que trabalhem na área, bem como supervisão e intervisão. Melhorar os encaminhamentos e trocas de informação entre entidades.”

“As casas-abrigo deverão ser uma resposta que dê primazia à segurança do utente, mas que tenha também em vista a sua autonomização (seja através da formação académica, seja pela inserção no mercado de trabalho, ou ainda através de integração em Centros de Dia no caso da população envelhecida). Uma resposta habitacional terá de ser considerada, já que grande parte dos utentes poderá não ter para onde ir, ou seja, é fundamental que as entidades tenham em consideração que o apoio não pode ficar apenas pela segurança, mas também no apoio para recomeçar a vida, muitas vezes do zero.”

Estes desafios estratégicos com vista à melhoria das políticas e práticas de qualidade de respostas sociais sobre VD em geral e do projeto Casa-abrigo masculina "Proteção para Todos" em particular, colocam um conjunto de hipóteses ou tendências de desenvolvimento e que colocámos aos especialistas do setor. Para o efeito, foram abordados no âmbito de um determinado período de tempo (5 anos) a probabilidade da ocorrência dessas mesmas hipóteses. O quadro seguinte sistematiza essas respostas e a probabilidade das tendências de desenvolvimento do projeto da casa abrigo masculina num horizonte de 5 anos.

Quadro 27

Probabilidade das Tendências (Hipóteses/Ocorrências) de Desenvolvimento do Projeto da Casa Abrigo Masculina num Horizonte de 5 anos

Desafios Estratégicos	Variáveis	Hipóteses	% Média	prob H 5 anos (%)
A – Valorização das Práticas de Governação	Políticas e estratégias organizacionais (PEO)	Hip_1. Desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar novos projetos semelhantes a nível nacional	53	48
		Hip_2. Promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina	56	52
B – Melhoria das Políticas e Práticas de Qualidade nas Respostas Sociais	Melhoria qualidade do equipamento (MQE)	Hip_3. Aumento da capacidade de resposta do equipamento	35	40
		Hip_7. Dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento	53	60
	Formação e qualificação dos recursos humanos (Forma)	Hip_8. Incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências dos profissionais, técnicos e utentes	78	55
		Hip_10. Aposta na qualificação de recursos humanos	64	45
	Enfoque no utente (Utente)	Hip_4. Criação de mecanismos que potenciem a empregabilidade e ou inserção na vida ativa dos utentes	44	23
		Hip_11. Aposta na oferta de serviços aos utentes para melhoria do seu projeto de vida, com vista à melhoria das suas condições de inserção no mercado do trabalho	70	37
Hip_12. Estimulo de ações para assegurar as condições de saída do equipamento	75	40		
Desafios Estratégicos	Variáveis	Hipóteses	% Média	prob H 5 anos (%)
C - Melhoria do Contexto de Ação das Redes de Intervenção	Cooperação	Hip_5. Desenvolvimento de acordos institucionais para o fomento de mais serviços aos utentes	71	37
		Hip_6. Promoção da cooperação entre as demais IPSS's para melhoria da capacidade de resposta	49	26
		Hip_9. Dinamização do aumento da cooperação com as organizações públicas e privadas para a maximização das oportunidades de emprego tendo em conta o processo de autonomização das vítimas	70	37

Fonte: entrevistas; elaboração própria.

Efetivamente, os resultados apresentados em quadro sobre os desafios estratégicos, as hipóteses e a probabilidade de ocorrência, permite-nos uma leitura simplificada das possibilidades futuras do projeto. De facto, existem variáveis, mais precisamente hipóteses, que ficam aquém das expectativas. Por exemplo, a hipótese 4 da criação de mecanismos que potenciem a empregabilidade ou a inserção na vida ativa dos utentes, com uma percentagem de 23% ou, na hipótese 6, da promoção da cooperação entre as demais IPSS's para melhoria da capacidade de resposta, provavelmente pela burocracia deste tipo de acordos entre instituições e pelo desconhecimento neste tipo de equipamento em particular, de projeto único, logo difícil de funcionar entre várias instituições em simultâneo.

Já no que respeita especificamente à promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina, sem depender de parcerias, possui uma percentagem de ocorrência neste horizonte de 5 anos de 52% tendo todos os peritos, ao longo das entrevistas, demonstrado essa preocupação com o aumento das vítimas masculinas e a necessidade de responder a esta violência emergente.

O incremento de medidas de formação inicial e contínua orientada para o reforço de competências dos profissionais, técnicos, por um lado, e utentes, por outro, é, efetivamente, uma dimensão fundamental exigida e repetidamente mencionada por todos, pela especificidade da resposta, pelo desconhecimento da temática, pela importância da questão. Daí que os 55% sejam um valor naturalmente aceitável que pode não ser mais elevado pela rotatividade dos técnicos e dos utentes e, em paralelo, pelos custos financeiros que esta especialização acarreta e que este tipo de instituições na sua grande maioria não consegue comportar.

Por último, é importante ainda referir a Hipótese_7 como a que maior probabilidade de ocorrência se apresenta, 60%, seja pela vontade interna de melhorar constantemente os seus serviços, de afirmar a existência da resposta não como um projeto mas como uma equipamento sustentável, seja pelas entidades que o regulam e a necessidade também dos parceiros de dar a estas vítimas uma resposta com dignidade e qualidade.

Finda esta fase, mais descritiva, passemos então à configuração dos cenários prováveis propriamente dita, nesse horizonte de 5 anos.

3.3.7 Configuração dos cenários prováveis do Desenvolvimento do Projeto da Casa Abrigo

Tal como mencionámos, pelo recurso ao MORPHOL foi-nos possível identificar futuros possíveis identificados pelos peritos entrevistados, reduzindo, também, as incertezas. Essas representações do futuro ou futuros possíveis podem ser reduzidas a cenários mais prováveis, através de uma metodologia dedutiva. Pela matriz seguinte conseguimos visualizar que o número de cenários possíveis, sendo que após exclusão são 432 e o número de cenários preferidos são 50.

O cenário mais provável, ou os cenários mais próximos, para o horizonte de 5 anos, resulta do conjunto de hipóteses previamente identificadas e que, articuladas entre si, ditará o resultado de um dos objetivos deste estudo.

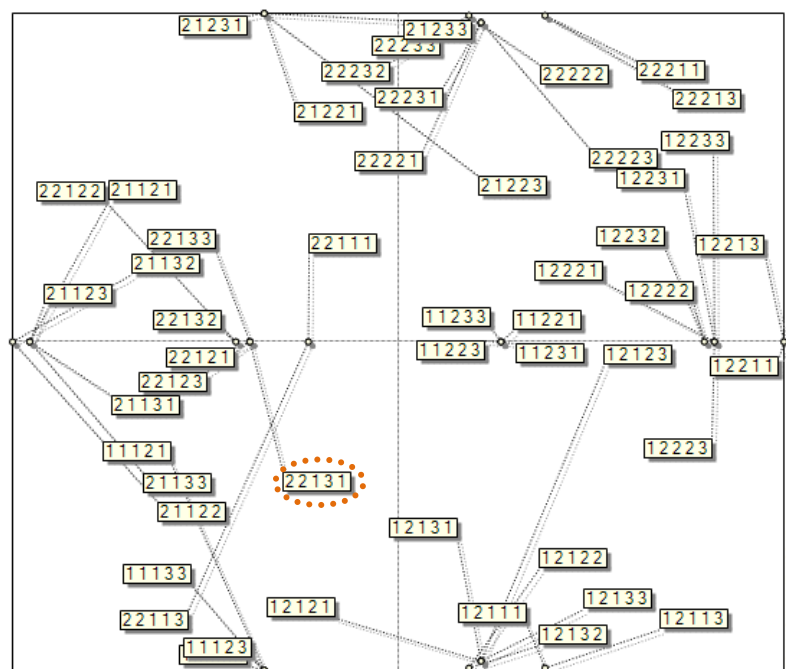
Assim sendo ponderados os 50, o cenário otimista seria o 1:22131, o cenário intermédio o 25:11133 e o cenário pessimista o 50:21122, que mais adiante irei explicar.

Quadro 28: Matriz dos Indicadores dos 50 Cenários mais Prováveis do Desenvolvimento do Projeto da Casa Abrigo Masculina num Horizonte de 5 anos

Número de cenários após a exclusão = 432				
Número de cenários preferidos = 50				
	CT	CM	CX	Cenários mais próximos
1 : 2 2 1 3 1	120	7	1	2;3;5;9;15;18;27
2 : 2 2 1 3 3	120	7	1	
3 : 2 2 1 2 1	120	7	1	
4 : 2 2 1 2 3	120	7	1	
5 : 1 2 1 3 1	118	7	1	
6 : 1 2 1 3 3	118	7	1	
7 : 1 2 1 2 1	118	7	1	
8 : 1 2 1 2 3	118	7	1	
9 : 2 2 2 3 1	118	7	1	
10 : 2 2 2 3 3	118	7	1	
11 : 2 2 2 2 1	118	7	1	
Número de cenários após a exclusão = 432				
Número de cenários preferidos = 50				
12 : 2 2 2 2 3	118	7	1	
13 : 1 2 2 3 1	116	7	2	
14 : 1 2 2 3 3	116	7	2	
15 : 2 2 1 3 2	110	6	2	
16 : 1 2 2 2 1	116	7	2	
17 : 1 2 2 2 3	116	7	2	
18 : 2 1 1 3 1	106	6	3	
19 : 2 1 1 3 3	106	6	3	
20 : 2 2 1 2 2	110	6	2	
21 : 1 2 1 3 2	108	5	2	
22 : 2 1 1 2 1	106	6	3	
23 : 2 1 1 2 3	106	6	3	
24 : 1 1 1 3 1	104	5	3	
25 : 1 1 1 3 3	104	5	3	6;19;24;31;41
26 : 1 2 1 2 2	108	5	2	
27 : 2 2 1 1 1	107	5	2	
28 : 2 2 1 1 3	107	5	2	
29 : 2 2 2 3 2	108	5	2	
30 : 1 1 1 2 1	104	5	3	
31 : 1 1 1 2 3	104	5	3	
32 : 2 1 2 3 1	104	5	3	
33 : 2 1 2 3 3	104	5	3	
34 : 2 2 2 2 2	108	5	2	
35 : 1 2 1 1 1	105	5	2	
36 : 1 2 1 1 3	105	5	2	
37 : 1 2 2 3 2	106	5	2	
38 : 2 1 2 2 1	104	5	3	
39 : 2 1 2 2 3	104	5	3	
40 : 1 1 2 3 1	102	5	3	
41 : 1 1 2 3 3	102	5	3	
42 : 1 2 2 2 2	106	5	2	
43 : 2 2 2 1 1	105	5	2	
44 : 2 2 2 1 3	105	5	2	
45 : 2 1 1 3 2	96	4	4	
46 : 1 1 2 2 1	102	5	3	
47 : 1 1 2 2 3	102	5	3	
48 : 1 2 2 1 1	103	5	4	
49 : 1 2 2 1 3	103	5	4	
50 : 2 1 1 2 2	96	4	4	20;22;23;45

Fonte: output Morphol

Figura 22 - Plano de Proximidades dos Cenários mais Prováveis do Desenvolvimento do Projeto da Casa Abrigo Masculina num Horizonte de 5 anos



Fonte: output Morphol

Ora, passemos então a apresentar os cinco cenários mais prováveis e otimistas nesse período temporal de 5 anos, sendo que, todos eles, se regem praticamente por todas as mesmas premissas, oscilando por vezes a posição das mesmas.

Perspetiva-se, então, como cenário otimista do desenvolvimento do projeto da casa abrigo masculina num horizonte de 5 anos (1:22131) aquele que comportaria as hipóteses H2, H7, H8, H12 e H5.

Ou seja, a probabilidade da promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica, no âmbito da valorização das práticas de governação e das políticas e estratégias organizacionais. Mais ainda, na melhoria das políticas e práticas de qualidade das respostas sociais, crê-se na dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento e no incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências, bem como o estímulo de ações para assegurar as condições de saída do equipamento. Por último, considera-se haver condições para o desenvolvimento de acordos institucionais para

o fomento de mais serviços para os utentes, seria essa a ação estratégica desta instituição e das outras entidades sociais ou privadas.

Quadro 29
Configuração dos Primeiros 5 Cenários Otimistas mais Prováveis do Desenvolvimento do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5
2. Promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina	2. Promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina	2. Promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina	2. Promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina	1. Desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar novos projetos semelhantes a nível nacional
7. Dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento	7. Dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento	7. Dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento	7. Dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento	7. Dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento
8. Incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências dos profissionais, técnicos e utentes	8. Incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências dos profissionais, técnicos e utentes	8. Incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências dos profissionais, técnicos e utentes	8. Incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências dos profissionais, técnicos e utentes	8. Incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências dos profissionais, técnicos e utentes
Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5
12. Estímulo de ações para assegurar as condições de saída do equipamento	12. Estímulo de ações para assegurar as condições de saída do equipamento	11. Aposta na oferta de serviços aos utentes para melhoria do seu projeto de vida, com vista à melhoria das suas condições de inserção no mercado do trabalho	11. Aposta na oferta de serviços aos utentes para melhoria do seu projeto de vida, com vista à melhoria das suas condições de inserção no mercado do trabalho	12. Estímulo de ações para assegurar as condições de saída do equipamento
5. Desenvolvimento de acordos institucionais para o fomento de mais serviços aos utentes	9. Dinamização do aumento da cooperação com as organizações públicas e privadas para a maximização das oportunidades de emprego tendo em conta o processo de autonomização das vítimas	5. Desenvolvimento de acordos institucionais para o fomento de mais serviços aos utentes	9. Dinamização do aumento da cooperação com as organizações públicas e privadas para a maximização das oportunidades de emprego tendo em conta o processo de autonomização das vítimas	5. Desenvolvimento de acordos institucionais para o fomento de mais serviços aos utentes

Fonte: output Morphol

Quadro 30
Configuração do Cenário Otimista do Desenvolvimento do Projeto da Casa
Abrigo Masculina num Horizonte de 5 anos (H2; H7; H8; H12; H5)

Áreas	Variáveis	Hipóteses de Cenarização (C1: 22131)			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
A – Valorização das Práticas de Governação (Gov)	Políticas e estratégias organizacionais (PEO)	1. Desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar novos projetos semelhantes a nível nacional	2. Promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina	Outra? (PEO)	
B – Melhoria das Políticas e Práticas de Qualidade nas Respostas Sociais (Qual)	Melhoria qualidade do equipamento (MQE)	3. Aumento da capacidade de resposta do equipamento	7. Dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento	Outra? (MQE)	
	Formação e qualificação dos recursos humanos (Forma)	8. Incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências dos profissionais, técnicos e utentes	10. Aposta na qualificação de recursos humanos	Outra? (Forma)	
	Enfoque no utente (Utente)	4. Criação de mecanismos que potenciem a empregabilidade e ou inserção na vida ativa dos utentes	11. Aposta na oferta de serviços aos utentes para melhoria do seu projeto de vida, com vista à melhoria das suas condições de inserção no mercado do trabalho	12. Estímulo de ações para assegurar as condições de saída do equipamento	Outra? (Utente)
C - Melhoria do Contexto de Ação das Redes de Intervenção (Rede)	Cooperação (Coopera)	5. Desenvolvimento de acordos institucionais para o fomento de mais serviços aos utentes	6. Promoção da cooperação entre as demais IPSS's para melhoria da capacidade de resposta	9. Dinamização do aumento da cooperação com as organizações públicas e privadas para a maximização das oportunidades de emprego tendo em conta o processo de autonomização das vítimas	Outra? (Coopera)

Fonte: output Morphol

Já na configuração do cenário intermédio do desenvolvimento do projeto, a hipótese de cenarização é, tal como referimos anteriormente, a C25:11133. Assim, seria provável ou possível o desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar novos projetos semelhantes a nível nacional, mas também um aumento da capacidade de resposta do equipamento. Por outro lado, e, mais uma vez, o foco seria na formação inicial e contínua dos técnicos e profissionais, mas, também,

estimular ações que assegurassem as condições de saída do utente da resposta social e, em simultâneo o desenvolvimento no âmbito da cooperação entre outras instituições públicas e privadas para potenciar o processo de autonomização das vítimas masculinas, tal como podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro 31
Configuração do Cenário Intermédio do Desenvolvimento do Projeto da Casa Abrigo Masculina num Horizonte de 5 anos (H1; H3; H8; H12; H9)

Áreas	Variáveis	Hipóteses de Cenarização (C25: 11133)			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
A – Valorização das Práticas de Governação (Gov)	Políticas e estratégias organizacionais (PEO)	1. Desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar novos projetos semelhantes a nível nacional	2. Promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina	Outra? (PEO)	
B – Melhoria das Políticas e Práticas de Qualidade nas Respostas Sociais (Qual)	Melhoria qualidade do equipamento (MQE)	3. Aumento da capacidade de resposta do equipamento	7. Dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento	Outra? (MQE)	
	Formação e qualificação dos recursos humanos (Forma)	8. Incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências dos profissionais, técnicos e utentes	10. Aposta na qualificação de recursos humanos	Outra? (Forma)	
	Enfoque no utente (Utente)	4. Criação de mecanismos que potenciem a empregabilidade e ou inserção na vida ativa dos utentes	11. Aposta na oferta de serviços aos utentes para melhoria do seu projeto de vida, com vista à melhoria das suas condições de inserção no mercado do trabalho	12. Estímulo de ações para assegurar as condições de saída do equipamento	Outra? (Utente)
C - Melhoria do Contexto de Ação das Redes de Intervenção (Rede)	Cooperação (Coopera)	5. Desenvolvimento de acordos institucionais para o fomento de mais serviços aos utentes	6. Promoção da cooperação entre as demais IPSS's para melhoria da capacidade de resposta	9. Dinamização do aumento da cooperação com as organizações públicas e privadas para a maximização das oportunidades de emprego tendo em conta o processo de autonomização das vítimas	Outra? (Coopera)

Fonte: output Morphol

Por último, é importante mostrarmos o cenário pessimista do desenvolvimento do projeto cujas hipóteses de cenarização (C50:21122) expõem num cenário de 5 anos o que seria menos provável ou não desejável de acontecer quando se equaciona um projeto desta importância (Quadro 32). Então, na área da valorização das práticas de governação e nas variáveis de políticas e estratégias organizacionais não teria lugar a promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina. Em relação à melhoria das políticas e práticas de qualidade nas respostas sociais não haveria um aumento da capacidade de resposta, nem se incrementaria formação nos profissionais, técnicos ou utentes nem se apostaria na oferta de serviços aos utentes tendo em conta o seu projeto de vida e a sua reinserção na sociedade. Do mesmo modo que, no contexto de ação das redes de intervenção e parcerias, não se promoveria a cooperação entre as demais IPSS's para qualquer fim.

Ora, apoiando-nos na configuração do cenário mais provável, para uma visão prospetiva, concluímos que a concretização desse mesmo cenário os interesses dos atores deverão ter em conta determinadas questões para o sucesso da resposta: é o caso da qualidade da intervenção, não só pela modernização como pelas boas práticas, a capacidade da promoção de novas respostas às vítimas de violência doméstica masculina – cuja questão financeira não nos interessou avaliar mas seria um fator a ter em conta de futuro pois, certamente, nestas questões sociais assume-se como um grande constrangimento – ou a aposta na formação constante ou contínua dos técnicos e dos profissionais, não perdendo de vista o projeto de vida e autonomização dos utentes. Mais ainda, o sistema de parcerias entre organizações públicas e privadas, bem como dos acordos de cooperação e institucionais são determinantes para a continuidade do projeto pois reduzem, de forma significativa, os encargos e aumentam o interesse pela temática fomentando, simultaneamente, mais serviços para os utentes.

Para frisar os aspetos mais relevantes, que se mostram pós este processo de formação do diagnóstico e do cenário mais provável para o horizonte dos 5 anos, cumpre-nos apresentar, em conclusão, a síntese final, do diagnóstico sociológico à formação do cenário futuro mais provável.

Quadro 32
Configuração do Cenário menos provável (Pessimista) do Desenvolvimento do Projeto da Casa Abrigo Masculina num Horizonte de 5 anos (~H2; ~H3; ~H8; ~H11; ~H6)

Áreas	Variáveis	Hipóteses de Cenarização (C50: ~21122)			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
A – Valorização das Práticas de Governação (Gov)	Políticas e estratégias organizacionais (PEO)	1. Não Desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar novos projetos semelhantes a nível nacional	2. Não Promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina	Outra? (PEO)	
B – Melhoria das Políticas e Práticas de Qualidade nas Respostas Sociais (Qual)	Melhoria qualidade do equipamento (MQE)	3. Não Aumento da capacidade de resposta do equipamento	7. Não Dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento	Outra? (MQE)	
	Formação e qualificação dos recursos humanos (Forma)	8. Não Incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências dos profissionais, técnicos e utentes	10. Não Aposta na qualificação de recursos humanos	Outra? (Forma)	
	Enfoque no utente (Utente)	4. Não Criação de mecanismos que potenciem a empregabilidade e ou inserção na vida ativa dos utentes	11. Não Aposta na oferta de serviços aos utentes para melhoria do seu projeto de vida, com vista à melhoria das suas condições de inserção no mercado do trabalho	12. Não Estímulo de ações para assegurar as condições de saída do equipamento	Outra? (Utente)
C - Melhoria do Contexto de Ação das Redes de Intervenção (Rede)	Cooperação (Coopera)	5. Não Desenvolvimento de acordos institucionais para o fomento de mais serviços aos utentes	6. Não Promoção da cooperação entre as demais IPSS's para melhoria da capacidade de resposta	9. Não Dinamização do aumento da cooperação com as organizações públicas e privadas para a maximização das oportunidades de emprego tendo em conta o processo de autonomização das vítimas	Outra? (Coopera)

Fonte: output Morphol

3.3.8 Síntese final: do diagnóstico sociológico à formação do cenário mais provável

Tal como Silveira, Nardi, & Spindler (2014) afirmam a violência é um problema social grave, muitas das vezes escondido e de difícil combate. Por isso é aceitável e até necessário que o Estado deva intervir na intimidade das instituições familiares tornando a questão da violência doméstica do domínio público e permitindo que as instituições, nomeadamente as privadas e com fins não lucrativos, tomem este tema complexo como sujeito das suas ações.

Nas palavras de Lisboa (2005) o estudo da violência doméstica pelas ciências Sociais é um tema inquestionável uma vez que a violência doméstica é um fenómeno social, quando contra o homem em termos de sociedade, emergente, e deve ser atendida e prevenida através de um conjunto de estratégias políticas e de intervenção social direta, pelo Estado e pelas Instituições, mas, também, de conhecimento teórico sobre o mesmo.

O grande repto para encarar esta questão da violência doméstica contra o homem é criar uma rede de serviços para atender estas vítimas masculinas que experienciam situações de violência física, psicológica e sexual, tal como as mulheres, os idosos ou as crianças, nomeadamente através de programas e projetos, que se consolidem numa política social de atendimento e apoio à vítima, como casas de abrigo, linhas de emergência especializada, grupos de apoio, entre outros.

No panorama das novas interfaces que se apresentam, tal como aconteceu com a violência contra a mulher há vinte anos, a questão da violência contra o homem tem vindo a tornar-se mais visível e passou a ser discutida como um problema público a ser enfrentado (relembremos que, nos telejornais de 13 de Março de 2019, enquanto se discutiam as vítimas mortais deste flagelo fez-se por diversas vezes menção às duas vítimas masculinas do primeiro trimestre do ano em Portugal).

Foi com esta convicção que nasceu o projeto da Casa de Abrigo Masculina pela iniciativa, em 2016, de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com a prestação de apoio e de serviços aos homens vítimas de violência doméstica, cuja fonte de sustentabilidade e financiamento depende exclusivamente do Estado.

Nesse sentido, ao longo desta parte da tese percorremos algumas etapas para podermos concluir quais os futuros possíveis para esta resposta social.

Neste sentido, começámos por definir o sistema interno e o sistema externo da Casa de Abrigo e, para tal, foram considerados os seguintes grupos de variáveis:

- Variáveis do sistema interno:
 - Variáveis de governação;
 - Variáveis das áreas de intervenção da Casa-abrigo;
 - Variáveis dos recursos financeiros;
 - Variáveis dos recursos tecnológicos e equipamentos de apoio.

- Variáveis do sistema externo:
 - Variáveis das políticas governamentais e sectoriais;
 - Variáveis sociodemográficas, culturais e outras do público-alvo;
 - Variáveis da rede;
 - Dinâmicas socioeconómicas da envolvente nacional.

De seguida, classificámos essas mesmas variáveis do sistema, hierarquizando-as e identificando as variáveis-chave do sistema. Tal como referimos na altura, Godet considera que as variáveis de ligação são as variáveis-chave do sistema uma vez que qualquer mudança sobre elas terá mais ressonâncias em todo o sistema e, como tal, devem ser alvo de mais cuidado pois, também podem ser instáveis e as que desempenham um papel determinante à execução ou não continuidade do projeto casa de abrigo masculina.

Por conseguinte, e através do uso do software informático MICMAC, constituímos o plano de influências/dependências diretas percebendo a importância que cada conjunto dessas variáveis tem para os sistemas. Daqui, retirámos o conhecimento de que no âmbito das variáveis que se posicionam no sector 1 não são perceptíveis

variáveis motrizes, ou seja, não estão identificadas nenhuma que se situem em evidência neste setor. Em relação ao sector 3, das variáveis resultado, cuja evolução está dependente dos dois setores anteriores, é do grupo do sistema interno das variáveis das áreas de interiorização da casa de abrigo, em particular, da organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas do Estado que podemos destacar, mas, também, o aumento da capacidade de resposta através de novas modalidades, ao nível do sistema externo. No sector 5 onde se encontram as variáveis de pelotão, as citas mediamente motrizes e/ou influentes cuja influência ou relevância no sistema é difícil de determinar podemos distinguir ao nível do sistema interno a garantia do enfoque na criação de um projeto de vida, a sustentabilidade do financiamento público, entre outras. Porém, são as variáveis de ligação, essencialmente explicativas e as quais ajustam todo o sistema e que estão no sector 2 que destacámos dentro do sistema interno, nas variáveis dos recursos financeiros, o recurso aos apoios do financiamento público e nas variáveis dos recursos tecnológicos e equipamentos de apoio, as condições das infraestruturas e as condições das áreas comuns privadas. Já no sistema externo, são identificáveis as variáveis da rede da qualificação técnica da equipa de intervenção e a reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência.

Posto isto, tornou-se possível realizar a análise estratégica de atores, isto é, onde se procura, essencialmente, estudar como se posicionam relativamente a estas variáveis-chave os principais atores, ou seja, compreender eventuais alianças, conflitos e estratégias. Então os objetivos deste tipo de análise passam por:

“identificar e caracterizar os diferentes atores-chave; perceber conflitos e alianças possíveis entre os diferentes atores; contribuir para uma maior participação/implicação e reflexão por parte dos diferentes atores; confrontar os projetos em presença e avaliar as relações de força existentes; e elaborar recomendações estratégicas e especificar as condições de viabilidade da sua implementação” (Perestrelo e Caldas, citados por Linhares, 2012, p. 157)

Então, concluímos que os principais atores dos sistemas identificados são, então, 14, sendo que os oito que fazem parte do contexto envolvente da organização temos, por exemplo, a União Europeia, o Governo, Fundos Comunitários, Redes de Apoio, CIG e, por outro lado, nos seis atores internos, não só o Conselho Executivo e de Administração, mas também a equipa técnica e utentes, entre outros.

Em resultado da análise estrutural foi solicitado aos especialistas que, e de acordo com os objetivos e desafios estratégicos de cada um, distribuíssem e agrupassem esses mesmos objetivos, dando origem às três linhas de ação fundamentais:

- Valorização das Práticas de Governação que compõe: garantir a sustentabilidade financeira da CA, assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas e reforçar o envolvimento dos técnicos na gestão da casa;
- Melhoria das Políticas e Práticas de Qualidade nas Respostas Sociais com os objetivos: garantir a implementação e concretização dum sistema de qualidade nas CA, melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio utentes, melhorar as práticas para a concretização do projeto de vida dos utentes e garantir o fomento da autonomização;
- Melhoria do Contexto de Ação das Redes de Intervenção onde integramos: reforçar o fomento da cooperação entre o Estado e a IPSS para a garantia de qualidade e capacidade da CA e melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional.

Para isso, recorreremos também à análise das matrizes onde percecionámos quais os objetivos valorizados por um lado e, por outro, o plano de influências/dependências entre atores, logo, os atores mais e menos dependentes. Para tal, foi construída uma matriz denominada Matriz AtoresXObjetivos (posição simples) (IMAO) onde podemos verificar que existia quase unanimidade dos atores no qual se colocam favoravelmente face aos objetivos o que subentende a inexistência de conflitos entre os mesmos em relação a estes objetivos. No que se refere à valorização dos objetivos, pela construção de uma nova matriz, denominada de Matriz

ObjetivosXAtores (posições favoráveis e de oposição) (2MAO) em que, com base na primeira, avaliamos a intensidade das posições favoráveis e desfavoráveis de cada ator perante os mesmos, pela quantidade de acordos, percebemos que, apesar de todos muito próximos, há dois que são mais valorizados pelos atores: garantir a sustentabilidade da CA e melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes. Verificamos, também, que quem dá mais relevo a estes objetivos são os atores internos, em particular, o Conselho Executivo da Instituição e o Conselho de Administração, mas também são valorizados pelo Governo e pela equipa técnica da casa. Ainda para percebermos a capacidade dos atores mais influentes para mobilizar tendo em vista a concretização dos objetivos gerámos uma terceira matriz de posições ponderadas - 3MAO – onde conseguimos evidenciar que os atores mais influentes e com maior capacidade de mobilização nesta dinâmica são o Conselho de Administração seguido do Governo. Já os objetivos com maior grau de mobilização neste jogo de atores são: melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes; garantir a sustentabilidade financeira da CA ; melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional e assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas.

Já no plano das influências e dependências, que também analisámos, apenas conseguimos extrair três tipos de atores. Os atores dominantes, de onde podemos destacar a equipa técnica que desenvolve o trabalho com e para os utentes, mas que, pela posição no quadrante, demonstram alguma dependência, e o Governo, com maior capacidade de influência pois são quem estabelece as condições de funcionamento e financiamento deste tipo de projetos. No segundo quadrante (sector 2) os atores relais (ou de ligação) mais significantes são, por exemplo, os diretores de outros equipamentos e os utentes. Não conseguimos extrair nenhum ator do quadrante 3, porém, são os fundos comunitários cuja posição no sector 4, os coloca como aqueles que são tidos como autónomos e com uma ligação pouco significativa em relação aos demais.

No grafo das distâncias entre atores, realizados com recurso ao Mactor, os atores mais próximos e que instituem uma conexão de maior interação são os dispostos na região centro do mesmo, como a CNIS, mas no extremo oposto, deparamo-nos com

a existência de afastamento dos diretores de outros equipamentos. Conseguimos também perceber há alguma proximidade entre os Serviços centrais e o Conselho de Administração, entre o Conselho executivo da Instituição e a CIG, por exemplo.

No grafo das distâncias entre objetivos gerais Através do plano das distâncias entre objetivos estratégicos do projeto da Casa Abrigo Masculina, sobressai a existência de um afastamento bastante relevante entre a maioria dos objetivos e o objetivo de melhorar as práticas para a concretização do projeto de vida dos utentes. O mesmo se passa, interessantemente, com o objetivo de reforçar o envolvimento dos técnicos na gestão da casa, que também se encontra a uma distância significativa dos demais, logo, têm ligações débeis e pouco sólidas. Mas as ligações mais significativas entre os objetivos estão em assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas de violência doméstica masculina, que está bastante alistada com a garantia da sustentabilidade financeira da Casa Abrigo, também numa perspetiva de melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional sem descurar outro objetivo importante que é melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes sendo que, este último, permite criar circunstâncias para a realização dos demais.

Posteriormente, passámos à fase da elaboração dos cenários.

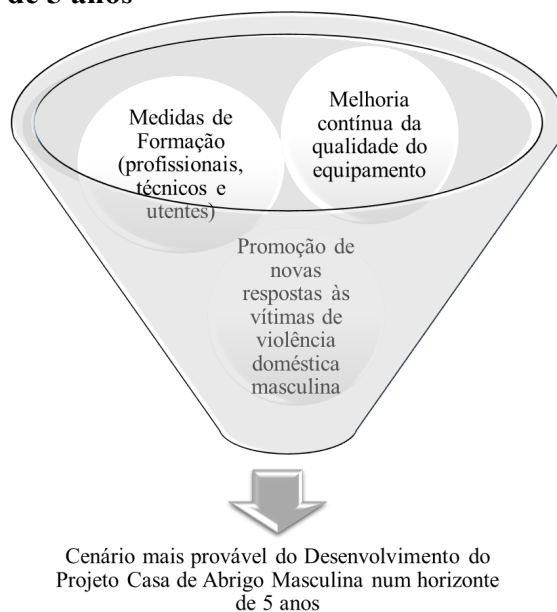
“No planeamento por cenários substitui-se as previsões por hipóteses alternativas sobre o futuro, visando estas implementar o desenvolvimento de estratégias. Processo esse, através do qual, mediante a conceção de hipóteses alternativas sobre o futuro (os cenários), os decisores podem avaliar o impacto que a concretização de cada uma das hipóteses alternativas poderia ter sobre a organização e, assim gizar as estratégias de longo prazo para a posicionar de forma adequada, face a esses cenários (que são elaborados para responder a situações de incerteza)” (Santos, 2013, p.37).

Através do recurso à análise morfológica, pelo uso do *software* MORPHOL, conseguimos determinar as tendências de futuro de desenvolvimento do projeto a 5 anos. Isto é, identificámos e hierarquizámos 432 cenários possíveis sendo que, para efeitos de estudo, considerámos 50 dos quais justificámos:

- O cenário mais provável (otimista) que compreende as hipóteses de cenarização H2 (promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica); H7 (dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento); H8 (incrementação de medidas de formação inicial e contínua orientadas para o reforço de competências dos profissionais, técnicos e utentes); H12 (estímulo de ações para assegurar as condições de saída do equipamento) e H5 (desenvolvimento de acordos institucionais para o fomento de mais serviços aos utentes).

Para finalizar e perante os dados apresentados, é possível confirmar a seguinte hipótese de cenarização:

Figura 23 - Lógicas do Desenvolvimento do Projeto da Casa Abrigo Masculina num horizonte de 5 anos



Fonte: elaboração própria

Em suma, decorrente da análise dos dilemas, desafios e tendências de desenvolvimento do projeto da Casa Abrigo Masculina num horizonte de 5 anos, somos a considerar a possibilidade da ocorrência da seguinte hipótese:

Hipótese 4 – Existem interesses estratégicos dos atores envolvidos para a concretização de um cenário mais provável para o desenvolvimento do projeto da Casa Abrigo Masculina num horizonte de 5 anos, nomeadamente pela promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica, certa da importância da dinamização na melhoria da qualidade do equipamento, mas, também, pela incrementação de medidas de formação inicial e contínua a todos os envolvidos no projeto.

Ângela Malveiro

Violência doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência.
Uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas.

Conclusões

Ângela Malveiro

Conclusões

O processo de investigação que agora termina, assente numa abordagem sociológica das tendências, dos contextos e das práticas da violência doméstica contra os homens em Portugal e da (in)sustentabilidade das IPSS na criação de projetos de apoio aos homens vítimas, é, antes de mais, um fomento à investigação neste tema mas, também, fornece uma visão e um contributo à análise prospetiva e à gestão das instituições através da demonstração das ferramentas daquilo que podem ser “futuros possíveis”, neste caso em particular, do projeto de casa de abrigo masculina num horizonte temporal de 5 anos tendo em consideração a ação estratégica, os consensos e as alianças dos atores envolvidos nesta questão.

As organizações do 3º sector resultam de forma pragmática da união de pessoas, maioritariamente com objetivos sociais, ambientais ou de desenvolvimento territorial convergentes e, na certeza que não alcançariam as suas metas de forma isolada, se agregam, cooperam e desenvolvem dinâmicas coletivas com o intuito de as atingir. Hoje em dia, é expectável que estas produzam resultados positivos e com impacto, quer no território quer na população alvo a que se destinam.

Particularmente, as IPSS, como a vigente no nosso estudo, possuem acordos de cooperação, ou de financiamento, com o Estado para o exercício da sua atividade junto desse público alvo o que pode ser, por um lado, garante da sua existência, mas, por outro, limitador na sua forma de subsistência e condicionante da sua autonomia e inovação.

Muitas das vezes, essa inovação social traduz-se na proposta de projetos sociais. A construção de um projeto surge da “vontade coletiva de mudança e a constatação de recursos (humanos, materiais, simbólicos, etc.) capazes de fornecer a energia suficiente para a montagem do projeto” (Guerra, 2007, p. 127). O que acontece é que, tal como mostrámos ao longo do estudo, quando a população alvo do projeto não é considerada de relevo/lucrativa ao sector privado/lucrativo, nem reflete as maiorias, ao sector público, é ao sector privado com fins não lucrativos, de preocupação social e solidária, que cabem as iniciativas de projetos sociais.

Na atualidade, os principais desafios das IPSS são a garantia da sua sustentabilidade financeira, a capacidade de criar uma rede de parcerias forte, a necessidade de qualificação dos seus equipamentos sociais, a indispensabilidade de formar, profissionalizar e envolver os seus recursos humanos e a capacidade de garantir o bem-estar dos seus utentes.

O primeiro objetivo de compreender o papel das IPSS no campo dos fenómenos de violência doméstica conjugal contra o homem implicou antes de mais a realização de uma revisão bibliográfica sobre o tema, não só a nível de nacional como internacional, de forma a fundamentar a questão mas também para situar em que estado se encontra o nosso conhecimento sociológico sobre o tema.

Apesar de, ao longo dos tempos, vários autores e de forma transversal a todas as áreas de investigação, apresentarem diversas definições de violência doméstica, o que contribuiu para uma evolução positiva do conceito, inclusive á luz da própria lei, a verdade é que há mais de duas décadas que Straus e Gelles (1986) chamavam a atenção para o facto da mulher enquanto perpetradora não ser considerada como uma questão pública, social ou cultural e apontavam que existia “pouca visibilidade deste problema e pouco investimento no seu estudo e compreensão isto porque, na verdade, nem sequer tinha sido definido como um problema” (citados por Casimiro, 2013) e tal parece manter-se.

É importante referir, antes de mais, que não foi só o conceito de violência doméstica que evoluiu. As próprias famílias sofreram mudanças, bem como a forma como a violência era encarada no espaço familiar. Ou seja, se a regra era a de uma sociedade assente no poder patriarcal e que se regia pela máxima “entre marido e mulher não se mete a colher”, atualmente as mulheres conquistaram um lugar no mercado de trabalho e de poder no seio familiar, assim como o exercício da violência sobre o cônjuge passou a crime público. Por isso, é natural que "o aumento da consciência social da gravidade de determinados actos, e sua assunção pelo Estado, tem contribuído para que alguns tenham passado a ser objecto de tratamento legal Lisboa (2009, p.24)" - como é o caso da violência doméstica. Paralelamente, outra verdade é que, no momento em que encerramos este estudo, na comunicação social, podíamos ler que durante o ano de 2019 em Portugal morreram 35 pessoas, sete

delas homens, vítimas de violência doméstica. Não obstante, os outros números dos quais os homens também são vítimas (comportamentos de controle, agressões físicas e psicológicas, alienação parental, etc.) continuam a não espelhar a realidade pela falta de denúncia – devido à barreira do medo, da vergonha e da desacreditação – ou pelo tabu ou outros interesses - muitas vezes financeiros.

Por isso, mais uma vez não nos podemos esquecer do papel que as ciências sociais e a sociologia têm no conhecimento destes temas complexos. Isto porque:

“O aprofundamento do conhecimento sobre a complexa realidade social permitirá não só informar a decisão, mas garantir sustentabilidade à acção. É esta estratégia de transformação social que tem estado presente na definição e execução de políticas de promoção da igualdade e de combate à violência de género, nomeadamente à violência doméstica (Lisboa, 2009, p.5)”

A problemática da violência doméstica já não é nem pode mais ser vista como uma questão de caráter privado, uma vez que se trata de um problema social, mas, também, não pode ser resumida a um só indivíduo/género. Por isso, como nos explica Casimiro (2013) “enquanto realidade sociológica, os abusos físicos e emocionais exercidos, em contextos íntimos, pelas mulheres sobre os homens, não deve ser ignorado e menos ainda desprezado”. É importante conhecer a problemática e a extensão da violência doméstica no seu todo. E para conhecer é preciso investigar. Ou seja, só quando a violência doméstica contra o homem for legalmente – que já o é – legitimada, mas também socialmente reconhecida por todos poderá ser objeto de uma intervenção correta e tida em conta na definição de políticas públicas para o seu combate/prevenção, por um lado, e com relevância para a academia.

Por isso, achámos oportuno inserir este estudo no contexto da sociologia da ação, uma vez que entendemos que refletir sobre os novos desafios sociais e os temas complexos e, em particular, deste projeto, faria sentido numa perspetiva não somente de produzir conhecimento sociológico mas de fazer parte da mudança

social, visto que, a sua continuidade dependerá da ação coletiva, das estratégias dos atores e de conhecer os futuros possíveis.

Desta feita, as opções metodológicas que considerámos mais adequadas à prossecução dos nossos objetivos e para podermos responder à pergunta de partida foi pela análise prospetiva e dos métodos de cenários de Michel Godet.

Borges (2012) defende que a análise prospetiva diferencia-se por melhorar a capacidade de antecipar e lidar com as mudanças. É, para Berger (1958), a oportunidade de podermos olhar para a frente e não para trás, mas através de uma análise em profundidade pois pressupõe o preparar-se para agir. Pensar prospectivamente é, por isto, considerar a existência de cenários. Assim, planear por cenários é uma técnica que visa responder aos desafios impostos pela mudança de contexto no qual os decisores têm dificuldades na previsão a médio e longo prazo, sendo difícil prever se essas mudanças condicionam o desenvolvimento das instituições (Santos, 2013). Os cenários são, por conseguinte, conjuntos daquilo que podem ser futuros possíveis e que permitem passar da situação de origem a esse futuro (Godet, s/d), é um método que se baseia em “histórias assumindo que possíveis eventos podem acontecer esboçando consequências destas situações (...) que requerem reflexão, imaginação e criatividade (...) e envolvem um processo participativo, quer na construção de cada futuro alternativo, quer na discussão estratégica sobre cada futuro (Borges, 2012, p.31).

Como Godet diz também o mundo não é abstrato e, por isso mesmo, as instituições devem ser tidas como atores de um jogo onde outros participam até porque, “a cooperação faz crescer o poder total das partes” (Guerra, 2006, p.71). Para uma ação coerente e de sucesso estes atores devem então posicionar-se em relação a cada um dos outros e da sua envolvente estratégica. Assim, as organizações que querem equacionar a continuidade dos seus projetos a médio e longo prazo devem pensar estrategicamente e, nesse sentido, antecipar o futuro, os caminhos que poderão ter de percorrer, como o farão, com que esforços e a melhor forma de o fazer para o concretizar dos seus objetivos mas sem esquecer uma ação que contemple a cooperação entre os atores do sistema, partilhando estratégias e sinergias e procurando as principais oportunidades para superar os desafios.

Acatando as mais valias da opção pela prospetiva, pela estratégia de atores e pelo método dos cenários, a parte metodológica passou, então, por duas fases distintas:

- Numa primeira, analisámos o conteúdo do discurso dos atores, recorrendo ao Iramuteq, *software* de livre acesso;
- Numa segunda fase, com o objetivo de construirmos o cenário ou os futuros possíveis do projeto da casa de abrigo masculina num horizonte temporal de 5 anos, efetuámos as diversas etapas para concretizar o método dos cenários pelo uso dos softwares Micmac, Mactor e Morphol.

Mesmo sendo um estudo qualitativo, como já dissemos, a mais-valia na utilização de *softwares* informáticos como ferramenta de tratamento de dados, trouxe-nos vantagens por organizar e separar a informação em dados estatísticos textuais, gráficos e tabelas. Essa vantagem foi importante para nós visto que nos facilitou, por exemplo, reportando-nos ao *Iramuteq*, a localização de segmentos de texto, a análise das palavras e o contexto dos comentários, a identificação de opiniões, entre outros, e de forma rápida. Naturalmente, que tal fato não exclui a necessidade de contextualizar os extratos desta análise quantitativa de textos que não se confunde com a análise de conteúdo clássica (Silva, 2019).

Então, sucintamente, com o uso deste software, ao submetermos um corpus para análise de 7 textos (que testámos e apresentámos os dados em dois subcorpus, em primeira instância mas que, para os dados da conclusão, dada a proximidade dos resultados, apenas nos interessam o resultado do corpus total) resultou que as ocorrências com maior frequência foram as palavras: resposta (99), casa (68), violência (62), abrigo (54), homem (51), projeto (40) e vítima (33). Posteriormente, conjugando-as com a análise de similitude das palavras evidenciámos as seguintes relações entre: “resposta – violência-homem-vítima”, “resposta-casa-abrigo”, “resposta-projeto” e “resposta-técnica-formação”. Este conjunto de léxicos permitiu-nos perceber que os peritos consideram a casa de abrigo como uma resposta aos homens vítimas de violência, logo, um projeto que deve existir, mas cuja formação da equipa técnica é relevante.

Para melhor compreensão e profundidade destas premissas submetemos o corpus total ao tratamento da classificação hierárquica descendente de onde retirámos 5 contextos temáticos, chamadas de classes. Ora, destes cinco conseguimos identificá-los como categorias de organização do discurso dos peritos, que confirmámos com os segmentos de texto mais relevantes, que foram:

- Classe 1 (28,7% - *o conhecimento da violência doméstica masculina*): “a avaliação positiva fomos pioneiros na criação de um projeto que não existia em Portugal o que se houve a violência doméstica é exclusivamente um problema das mulheres e até 2016 estas eram as únicas a ter uma resposta que lhes permitisse abrigo em caso de necessidade”;
- Classe 2 (15,7% - *qualidade e formação*): “deve existir um envolvimento dos técnicos bem como uma aposta na formação e qualificação dos recursos humanos pois são eles que trabalham diariamente com estas pessoas e que promovem uma resposta de qualidade são quem está mais próximo ao fim ao cabo e quem sabe as dificuldades e as limitações primárias das instituições e dos equipamentos”;
- Classe 3 (27,8% - *investimento em questões complexas*): “a abertura desta resposta veio trazer para a ordem do dia esta problemática oculta e envergonhada da sociedade passando se a tratar a problemática da violência doméstica com verdadeira igualdade de género em que o homem não é só agressor, mas também uma vítima e como tal precisa de ser tratado com igualdade em termos de auxílio”;
- Classe 4 (13,9% - *medidas a tomar para melhorar a resposta*): “na atualidade as propostas a curto prazo que poderiam ser implementadas são a consolidação do projeto melhorarmos no âmbito da divulgação a importância da casa abrigo criarmos medidas para os homens vítimas chegarem mais facilmente e adequadamente até nós e reforçar a formação dos técnicos para lidar com os desafios nesta área que nos surgem diariamente”;
- Classe 5 (13,9% - *o programa para os utentes e a comunidade*): “a componente mais relevante da casa abrigo é o fortalecimento emocional e físico a reconstrução da personalidade a reconstrução física e da

personalidade que a casa abrigo comporta digamos que para recomeçar de vida, portanto o conceito casa abrigo original que é o refúgio”.

Em síntese, o resultado da análise das entrevistas pelo *Iramuteq* pôs em evidência alguns dos nossos objetivos, uma vez que refletiu a **pertinência** para o homem vítima e à sociedade do **programa da casa de abrigo masculina**, contudo, numa ótica de **recomendação** que, para a sua **continuidade ou aumento de capacidade** a entidade deve **qualificá-la e formar** a sua equipa técnica. Tornou também evidente que as **IPSS** e este tipo de projetos contribuem para o **conhecimento dos problemas sociais complexos**, como a violência doméstica masculina, e, como tal, deve existir **um maior empenho por parte de todos** na sua divulgação e para o seu investimento.

Retiradas as primeiras ilações partimos para o diagnóstico social da casa de abrigo.

Em primeiro lugar, caracterizámos a estrutura da entidade, onde foram dados a conhecer os atores internos implicados na resposta, tais como, os órgãos sociais (executivo e administração), os técnicos especialistas (serviços centrais), a direção técnica e os utentes, bem como as ações por eles desenvolvidas e de onde provêm os recursos financeiros do equipamento social e o quadro representativo das variáveis internas. Em segundo lugar, propusemo-nos a descrever o contexto geral da instituição nas suas vertentes políticas, sociodemográficas e culturais, de rede e socioeconómicas, identificando, ainda, os atores mais relevantes, como foi o caso do Governo.

O diagnóstico social da instituição é importante pois permitiu-nos obter informação sobre as forças e fraquezas da mesma, pelo seu diagnóstico interno, e as suas ameaças e oportunidades externas.

Seguidamente, pela análise *swot*, e para reforçar a importância do diagnóstico, conseguimos apresentar a teia entre o ambiente da empresa e os recursos da instituição, recorrendo a um esquema sistematizado que permitiu decifrar facilmente as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças desta, mas, igualmente,

escolher uma estratégia apropriada tendo em conta os condicionalismos e ensejos ao alcance dos objetivos e da missão da organização. Identificámos, deste modo, como oportunidades a mediatização do tema, o ser um projeto pioneiro e a forte rede de apoio especializada; como ameaças o reduzido financiamento público, a captação de recursos privados insuficiente, os recursos próprios inexistentes e o número de denúncias reduzido, como forças o enfoque no utente, o comprometimento da equipa na qualidade de resposta, a experiência da organização em casas-abrigo e como fraquezas a fraca afetação de recursos humanos, baixa qualificação das equipas, as condições físicas e tecnológicas do equipamento. Ou seja, e por exemplo, destacámos como **potencialidades do programa** a mediatização do tema, mas, em termos de **envolvimento dos atores**, o comprometimento da instituição e a orientação da equipa em responder às expectativas do utente e com qualidade. Já ao nível dos **constrangimentos e desafios do projeto** destacámos as dificuldades financeiras de sustentabilidade e a dificuldade de qualificação dos recursos humanos – uma vez que este tipo de instituições prima por uma forte rotatividade de pessoal.

Em seguida, continuámos para a análise estrutural do sistema de forma a ser-nos possível classificar quanto à sua tipologia o grau de dependência e motricidade das variáveis e isolando um conjunto destas variáveis-chaves, que propagam o seu efeito a todo o sistema, e perceber as estratégias dos atores. Para tal, recorremos ao programa informático MicMac. Daqui concluímos que, relativamente ao sistema interno, sobre as variáveis de governação ressaltava o cumprimento das leis emanadas do estado, o modelo da governação organizacional e a garantia da qualidade dos serviços; sobre as variáveis das áreas de intervenção da casa de abrigo destacava-se a garantia do enfoque na criação de um projeto de vida, centrado no utente e na missão do próprio projeto; sobre as variáveis de recursos financeiros destacava-se o recursos aos apoios de financiamento público e sobre as variáveis dos recursos tecnológicos e equipamentos de apoio, as condições de infraestruturas e a qualidade do serviço prestado. Em relação ao sistema externo, nas variáveis das políticas governamentais e sectoriais foi dado um especial enfoque à importância da sustentabilidade do financiamento público para a criação e continuidade da resposta; nas variáveis de rede, a qualificação da equipa de intervenção e a

qualidade e eficácia da resposta, bem como o estímulo à transferência do conhecimento para que haja um reconhecimento da resposta social e do problema e, nas dinâmicas socio económicas da envolvente nacional, a reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência.

Posteriormente, após explanação de todas, situámo-las num eixo cartesiano, num plano de influências/dependências diretas com o intuito de identificar as variáveis-chave, isto é, as variáveis de ligação ou aquelas que desempenham um papel crucial à execução e continuidade ou não do projeto da casa de abrigo masculina num horizonte de cinco anos – que se vieram a confirmar também no plano das influências/dependências indiretas, o que pode traduzir-se na certeza de um jogo de relações a curto prazo estável e cuja influência nos sugere que continuará sem alterações abruptas. Foram elas, a reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência, a qualificação técnica da equipa de intervenção e o recurso aos apoios do financiamento público. Daqui resultaram duas hipóteses (H1: Os sistemas reconhecem a reduzida afetação de recursos humanos especializado nas áreas de violência doméstica masculina e na necessidade de qualificação da equipa técnica e, H2: Este tipo de projetos sociais está fortemente dependente dos apoios do financiamento público e do cumprimento das leis emanadas do Estado) que nos ajuda a responder a quase todos os objetivos a que nos propusemos.

Na etapa seguinte recorreremos ao programa Mactor, para caracterizar os atores, o sistema estratégico do projeto e clarificar os **objetivos, as estratégias, as relações de poder e as contrariedades entre os atores.**

Identificámos, então, três linhas de ação chave e a cada uma delas os objetivos. Em primeiro lugar, a valorização das práticas de governação onde se pressupõe garantir a sustentabilidade financeira da casa, assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas e reforçar o envolvimento dos técnicos; em segundo lugar, a melhoria das políticas e práticas de qualidade nas respostas Sociais estão materializados os objetivos: garantir a implementação e concretização dum sistema de qualidade na CA; melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes; melhorar as práticas para a concretização do projeto

de vida dos utentes e garantir o fomento da autonomização; em terceiro lugar, a melhoria do contexto de ação das redes de intervenção estão incorporados os objetivos: reforçar o fomento da cooperação entre o Estado e a IPSS para a garantia de qualidade e capacidade da CA e melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional.

Na verdade, face aos objetivos, verificámos, também, a quase inexistência de conflitos entre os atores em relação a estes objetivos. O que se refere à valorização dos objetivos existiam dois mais valorizados pelos atores: o garantir a sustentabilidade da CA e a melhoria das práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes, principalmente para os atores internos mas, mais ainda, o melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional e assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas. Já como atores mais influentes identificámos o Conselho de Administração e o Governo.

Por último, depreendemos que neste projeto aquele que é o ator chave do sistema, pelo seu poder de decisão, a sua capacidade de criar regulamentação e por serem a única fonte de financiamento, é o Governo, deixando o sucesso e a continuidade da resposta totalmente à mercê deste único ator. No entanto, pelo nível de mobilização face aos objetivos estratégicos, ou seja, depois de medida a intensidade das alianças que se podem criar, e de analisada a posição hierárquica dos objetivos e das relações de força, também o Conselho executivo e de administração e a equipa técnica são determinantes para a concretização dos objetivos estratégicos que são: o melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio aos utentes, garantir a sustentabilidade financeira, melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional e assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas masculinas.

Mais uma vez relembramos que a prospetiva destaca-se por antecipar, reagir às mudanças e por considerar vários futuros possíveis. Todavia, as dimensões que influenciam esses futuros são incertas, bem como o resultado do jogo de atores. Por conseguinte, a construção de cenários, mais ou menos prováveis, resulta no estudo dessas incertezas e na conceção de hipóteses e da identificação de tendências. Através da análise morfológica é possível realizar estas combinações e criar histórias possíveis, dentro do período temporal que definimos. Utilizámos como

programa informático de ajuda à esta análise morfológica o MORPHOL para apresentarmos a **probabilidade das tendências do desenvolvimento** do projeto da casa de abrigo masculina num horizonte de cinco anos.

Apresentámos, para este efeito, excertos das entrevistas e um quadro sobre **os desafios estratégicos**, com as hipóteses e as probabilidades de ocorrência. Os resultados evidenciaram que algumas hipóteses ficaram aquém das expectativas, como a promoção da cooperação entre as demais IPSS para a melhoria da capacidade de resposta, provavelmente pela burocracia e desconfiança deste tipo de acordos entre instituições com a mesma forma de gestão ou pelo desconhecimento deste tipo de equipamento em particular. Já o incremento de medidas de formação técnica foi uma dimensão fundamental repetidamente mencionada, mais ainda, a vontade de melhorar os serviços da casa e de afirmar a existência da resposta como um equipamento sustentável e de qualidade.

Posto isto, reduzimos esses **futuros possíveis** a cenários mais prováveis (otimista, intermédio e pessimista) através de uma metodologia dedutiva.

Num cenário otimista aconteceria a probabilidade da promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica, no âmbito da valorização das práticas de governação e das políticas e estratégias organizacionais; a melhoria das políticas e práticas de qualidade das respostas sociais; crê-se na dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento e no incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências, bem como o estímulo de ações para assegurar as condições de saída do equipamento; e considera-se haver condições para o desenvolvimento de acordos institucionais para o fomento de mais serviços para os utentes, seria essa a ação estratégica desta instituição e das outras entidades sociais ou privadas. Num cenário intermédio seria provável o desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar novos projetos semelhantes a nível nacional, mas também um aumento da capacidade de resposta do equipamento; o foco seria na formação inicial e contínua dos técnicos e profissionais, mas, também, estimular ações que assegurassem as condições de saída do utente da resposta social e, em simultâneo o desenvolvimento no âmbito da cooperação entre outras instituições públicas e privadas para potenciar o

processo de autonomização das vítimas masculinas. E num cenário pessimista o que seria menos desejável de acontecer, na área da valorização das práticas de governação e nas variáveis de políticas e estratégias organizacionais não teria lugar a promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina; não haveria um aumento da capacidade de resposta, nem se incrementaria formação nos profissionais, técnicos ou utentes nem se apostaria na oferta de serviços aos utentes tendo em conta o seu projeto de vida e a sua reinserção na sociedade; e não se promoveria a cooperação entre as demais IPSS's para qualquer fim.

Ora, acreditámos, desta feita, poder demonstrar que, à luz da prospetiva e daquilo que são os cenários possíveis e dos nossos objetivos da investigação, numa perspetiva otimista que interesses estratégicos dos atores envolvidos para a concretização de um cenário mais provável para o desenvolvimento do projeto da Casa Abrigo Masculina num horizonte de 5 anos, nomeadamente pela promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica, certa da importância da dinamização na melhoria da qualidade do equipamento, mas, também, pela incrementação de medidas de formação inicial e contínua a todos os envolvidos no projeto, logo, para tal, no contexto da ação desta IPSS em particular no **campo do fenómeno da violência doméstica** contra o homem em Portugal conseguimos, pelos resultados e conclusões das diferentes fases, mostrar **as estratégias, consensos e alianças que subjazem nas representações e práticas dos atores** internos e externos que identificámos e escutámos.

No entanto, e uma vez que falemos em prospetiva, estratégias e futuro não podemos deixar de fazer referência, mais uma vez, à importância de avaliar o programa que deveria ter sido realizada no processo da criação do projeto da casa de abrigo – tal como deverá ser feito quando falamos na implementação de uma política pública – mas, também, como uma atividade constante e até ao final do mesmo, pois só assim, as equipas, os gestores, os investidores e todos os que sobre ele têm interesse podem compreender, atuar se necessário e medir a sua conformidade. Ou seja

“os processos e resultados da avaliação podem implicar mudanças no planeamento e implementação de um programa; mudanças em políticas;

mudanças sobre o mérito, valor ou significado de um programa; ou, ainda, mudanças nas atitudes referentes ao valor da avaliação” (Pocho, 2010, p.10)

À data da entrega deste estudo, o projeto da casa de abrigo masculina continuava em funcionamento, mas seria pertinente para a Instituição e para o Estado avaliá-lo, quer pela área do desempenho financeiro, quer pela sua qualidade e desempenho, quer pela melhoria das práticas e procedimentos, por exemplo, visto que, em termos de compreensão dos problemas sociais e de legitimação do mesmo, cremos que conseguimos demonstrar que a casa é uma das soluções possíveis e a sua replicabilidade poderia ser uma mais-valia para os beneficiários, vítimas de violência.

Posto isto, cremos, então, que se tornou claro a **pertinência** do programa (e do estudo) pelo seu carácter inovador e pela sua força social, quer como potenciador do debate sociológico em torno do fenómeno, quer como pela valorização positiva que esta resposta tem tido ao longo dos seus meses (anos) de funcionamento por parte dos utentes, sempre com a visão estratégica de, ao longo do processo, ir avaliando o mesmo para melhor prossecução dos objetivos.

Limitações e desafios para futuras investigações

As organizações sociais, como as Instituições Particulares de Solidariedade social têm por missão transversal e universal fazer face às necessidades emergentes da sociedade pela intervenção, consolidando essa intervenção na criação de respostas sociais que respondam aos problemas sociais. Contudo, as burocracias que dominam a sua ação bem como as fontes de financiamento das mesmas condicionam em grande parte e muitas das vezes os objetivos da sua ação estratégica.

Isto porque, muitas das vezes, estes tipos de organizações não consideram nas suas estratégias, como Baião (2014) afirma nem as incertezas do meio envolvente, nem as limitações humanas e as suas pretensões individuais, nem a emergência de outros

fenómenos ou as alterações no próprio fenómeno, pelo que não optam por uma posição preventiva, o que leva, muitas das vezes, ao insucesso da ação.

Nesse entendimento, a sociologia de ação, que se dedica ao entendimento e ao enfoque de casos sociais numa lógica em que reconhece o sistema em si como dinâmico e de interação entre os diversos indivíduos, em que os reconhece como ativos, é capaz de integrar essa alteração de regras e esse jogo de atores numa perspetiva de participação e na definição de estratégias estruturadas e cooperativas, fugindo aos modelos teóricos tradicionalistas.

Neste trabalho de investigação quisemos mostrar os desafios com que os projetos sociais se deparam e também as opiniões dos atores que possibilitam a existência deste tipo de iniciativas que, ao longo do seu caminho, passam por tantos constrangimentos, principalmente quando se tratam de assuntos emergentes ou sensíveis e que só conseguem sobreviver quando, entre estes atores e o meio que os envolve, se estabelecem redes e interesses, que resultam em soluções ou estratégias para ultrapassar divergências e incertezas e manter o funcionamento desses mesmos projetos.

Na presente investigação, ficou também “provado” que, às IPSS's como a FASL, aos atores organizacionais, nos projetos, o seu grande interesse é o bem-social, o público alvo/utentes, mas também aos profissionais. Ou seja, todos os peritos entrevistados (atores internos e externos) demonstraram sempre preocupação, para além da importância do tema, de garantir a qualidade do equipamento, mas, também, garantir as condições aos profissionais e técnicos da casa bem como, o grande objetivo, do bem-estar da vítima, do sucesso do seu projeto de vida e da sua autonomização. Contudo, há constrangimentos que, muitas vezes, falam mais alto e ditam as regras da continuidade ou do encerramento de um projeto social que subsiste, exclusivamente, do financiamento público e que, não existindo, leva à não continuidade dos mesmos. Nesse sentido, propõe-se que, cada vez mais, estas instituições contruam o seu plano de ação numa lógica de parcerias com outras instituições públicas e privadas, que celebrem acordos de cooperação, para garantir essa qualidade e autonomia desejadas e necessárias.

Esta foi uma das grandes limitações do nosso estudo. Não só o “desconhecimento” público do equipamento social e da temática, como a escassez de fontes de suporte, mas, mais ainda, pela incerteza de, a qualquer momento, o projeto, independentemente da relevância social inequívoca que os peritos nos fizeram transparecer, pudesse cessar fruto das imitações financeiras, que optámos por não abordar em termos de valores, que o país e este tipo de instituições e projetos enfrenta na gestão do seu dia-a-dia.

Outra das limitações, que faz parte de quem pesquisa estes temas sociais, mas se torna um grande entrave quando os temas são complexos e com poucos recursos em termos de entendidos na área foi o número de recusas face às possibilidades de entrevistados peritos na violência doméstica contra os homens. As oito entidades que apelaram a questões pessoais para não participar no estudo – um da rede de apoio nacional, outro da rede de apoio local algarvia onde a casa de abrigo está sediada, dois psicólogos com uma vasta experiência em violência doméstica e quatro académicos – teriam sido, certamente, uma mais valia pelo seu conhecimento teórico e prático. E, por último, não só porque a minha base de formação foi construída na área da Ciência Política, o que pode influenciar o meu discurso, mas o facto destes quatro anos de estudo terem coincido com o alargamento da minha família, com o nascimento do meu terceiro filho, e o meu aumento de funções laborais – onde exerço a direção técnica e executiva de dois equipamentos sociais que distam de 200 quilómetros entre eles.

Em termos de recomendações para futuros trabalhos de pesquisa seria enriquecedor efetuar um estudo comparativo com um projeto semelhante a nível internacional e perceber se as preocupações e os constrangimentos são semelhantes ou distintos e como têm sido ultrapassados os desafios, uma vez que há respostas análogas e que subsistem um pouco por todo o mundo. Por outro lado, também, sugerimos o acompanhamento mais próximo aos próprios utentes da casa abrigo masculina no sentido de perceber que tipo de respostas seriam também adequadas à sua condição de homem vítima, mas, também, perceber junto de potenciais investidores, o que seriam soluções e estratégias concretas para dar continuidade ao projeto, tornando-o numa resposta social efetiva e tomando-a mais, enquanto objeto de estudo, como

um tema de pesquisa ativa, isto é, numa posição preconizada pela sociologia como de intervenção. Mas o mais importante seria não entregar novamente ao esquecimento o tema da violência doméstica contra os homens nas Ciências Sociais e Humanas em geral, e em Sociologia em particular.

A sociologia de intervenção, como Isabel Guerra defende, dota o investigador de uma postura ativa considerando “que se compreende melhor uma situação social quando nos mobilizamos para a transformar” (Guerra, 2010, p. 2). Em simultâneo, estreita os laços entre o investigador e os atores, ou melhor, entre quem estuda e o objeto desse estudo possibilitando que o próprio atue na organização e seja ativo no trabalho pela mudança. Assim, a sociologia intervencionista tenta remediar a insuficiência de laços entre pesquisa e ação.

Este modo interventivo de estudar os projetos, nos seus contextos e, com os sujeitos, num processo coletivo e cooperativo, em que o investigador atua ativamente para que os atores, desde a sua base, tenham consciência e sejam auto-reflexivos e em que a “postura do sociólogo consiste, portanto, em situar-se entre os atores, com o intuito de proporcionar-lhes um valor agregado cognitivo que possa ser mobilizado para a ação” (Herrerros, 2001, citado por Moreau, 2014, p. 207) seria uma mais valia não só para a produção de conhecimento científico aquando do estudo dos fenómenos como, para as próprias organizações, fazê-las pensar de uma maneira diferente (prospetiva), dar-lhes outras ferramentas de gestão e conhecimento utilizável.

Violência doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência.
Uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas.

Bibliografia

Bibliografia

- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- Alves, A. & Magalhães, J. (2012). Estudo e Avaliação da Perceção dos Municípes do Concelho de Ourém Sobre a Violência Doméstica. *Psique*, 8, 139-162
- Antunes, A. (2008) Avaliação de projetos sociais: um estudo de caso do projeto social "Samba se aprende na escola" da Sociedade Rosas de Ouro. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131396>
- Araújo, C., Pinto, E., Lopes, J., Nogueira, L. & Pinto, R. (2008). Estudo de caso. Documento de Trabalho da Unidade Curricular de Métodos de Investigação em Educação do Mestrado em Educação -Tecnologia Educativa. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2016). Relatório Annual 2015. Lisboa: APAV
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2019). Relatório Annual 2018. Lisboa: APAV
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2019). Estatísticas APAV: Homens vítimas de violência doméstica 2013-2018. Lisboa: APAV
- Atmore, C. (2001). Men as Victims of Domestic Violence some issues to consider. *Discussion Paper n.º 2*. Domestic Violence and Incest Resource Centre, Melbourne - Australia. Disponível em <https://www.dvrcv.org.au/sites/default/files/Mens%20as%20victims%20of%20domestic%20violence%20%28full%20paper%29.pdf>
- Azevedo, C., Franco, R. & Meneses, J. (2010). *Gestão de organizações sem fins lucrativos – o desafio da inovação social*. Porto: Imoedições
- Baert, P. & Silva, F.C. (2014). *Teoria social contemporânea*. Lisboa: Mundos Sociais

- Baião, A. & Saragoça, J. (2014). A Prospectiva como Metodologia de Análise e Intervenção nas Relações de Cooperação entre Municípios, no Alto Alentejo. In APDR, 20TH APDR CONGRESS Renaissance of the Regions of Southern Europe. Proceedings. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/12824>
- Baião, J. (2014). *O Diagnostico Sociológico da ação estratégica das misericórdias do Distrito de Beja*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Évora: Universidade de Évora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/11411>
- Bair-Merritt, H., Crowne, S., Thompson, D., Sibinga, E., Trent, M. & Campbell, J. (2010). Why do women use intimate partner violence? a systematic review of women's motivations. *Trauma Violence Abuse*, 11(4), 178–189. doi:10.1177/1524838010379003
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Barros, E., & Barreto, M. (2016). Avaliação de projetos sociais estudo de caso do Projeto Caminhos de Barro. *7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. ISBN: 978-85-93416-00-2
- Bell, J. (1993). *Como realizar um projecto da investigação*. Lisboa: Gradiva
- Bilhim, J. A. (2006). *Teoria Organizacional Estruturas e Pessoas*. 5ª ed. Lisboa: ISCSP.Artes Gráficas, Lda
- Blay, E. (2003). Violência contra a mulher e políticas pública. *Estudos Avançados*, 17(49), 87-98. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>
- Berger, G. (2004). A atitude Prospetiva. *Parcerias Estratégicas*. 9(19), 311-318
- Borges, M. (2012). *Análise Prospetiva. O Caso do Mercado da Habitação*. Mestrado em Planeamento Regional e Urbano. Aveiro: Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território
- Caldas, J. & Perestrelo, M. (1996). Estratégia de atores: prospetiva e avaliação. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 22, 81-94

- Caldas, J. & Perestrelo, M. (1998). Instrumentos de análise para o método dos cenários. I. Análise Estrutural. Documento de Trabalho, Working Paper, 1998/09. Dinâmia - Centro de Estudos Sobre a mudança Socioeconómica.
- Camargo, B.V., & Justo, A.M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513-518
- Camargo, B.V. & Justo, A.M. (2013). *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Disponível em <http://www.iramuteq.org>
- Campos, C. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF), 57(5), 611-614
- Campos, E., Maciel, C. & Pereira, F. (2015). O controle social e a gestão de políticas públicas: a perspetiva dos usuários, *3º encontro internacional de política social, 10º encontro nacional de política social*, Vitória, Brasil, <https://doi.org/10.14295/idonline.v12i41.1255>
- Carmo, H. (2010). Política Social e Sociologia - Rumos da Intervenção Social com Grupos no início do século XXI. In O. Barata (coord.). *Política social e sociologia* (pp. 103-187). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta
- Carneiro, W., Carneiro, M., Santini, F. & Junior, V. (2006). Terceiro Setor: Estudo Diagnóstico Voltado para o Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos em 100 ONGs na Cidade de São Paulo. Comunicação do *IX Semead. Administração no Contexto Internacional. Seminários em Administração FEA-USP*, 10 e 11 de Agosto de 2006
- Carvalho, A. (2007). Políticas sociais: afinal do que se trata? *Agenda Social. Revista do PPGPS / UENF*. Campos dos Goytacazes, v.1, n.3, p. 73-86

- Casimiro, C. (2008). Violências na conjugalidade: a questão da simetria do género. *Análise Social*, XLIII(3º), 579-601
- Casimiro, C. (2013). Violência feminina: a face oculta da violência no casal. *Sociologia On-line*, 6. Disponível em <https://revista.aps.pt/pt/violencia-feminina-a-face-oculta-da-violencia-no-casal/>
- Cesar, C. (2015). Filosofia do Direito. *XXIV Encontro Nacional do Conpedi-UFS*.
- Cezario, A. & Lourenço, L. (2013). Violência conjugal contra o homem: uma análise bibliométrica. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(1), 144-156
- Chorincas, J. (2006). Prospetiva Territorial: conceitos, técnicas e exemplos europeus. *Revista GeoInova*, nº 12, p. 275-295
- Correia, J. (2011). *Os Sistemas de Financiamento das IPSS e a sua Relação com o Estado Providência em Portugal* (Tese de Doutoramento), Lisboa, ISCTE, IUL, ISBN: 978-989-732-500-7. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/7659>
- Costa, A. (2003). *O que é sociologia?* Quimera Editores, 4ª ed.
- Costa, D. (2005). *Perceção social de mulher vítima de violência conjugal: estudo exploratório realizado no concelho de Lisboa*, Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP, Lisboa
- Coutinho, C. (2016). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina
- Creswell, J.W. (2010). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed
- Crozier, M. & Friedberg, E. (1977). *L'acteur et le système*. Paris: Editions du Seuil
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2010). *O planeamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed
- Dhingra, K. & McGarry, J. (2016). A literature review of intimate partner violence and its classifications. *Aggression and Violent Behavior*, 31, 16-25. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.avb.2016.06.008>

- Dias, I. (2000). O espaço doméstico como lugar de violência inter-géneros, *Sociologia*, 12, p.103-106
- Dias, I. (2004). *Violência na família – Uma abordagem sociológica*, Porto: Edições Afrontamento
- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 245-262.
- Dias, I. (2015). *Sociologia da Família e do Género*. Lisboa, Portugal: Pactor,
- Dias, I. (2017). O uso de metodologias qualitativas no estudo da violência doméstica, *Atas dos ateliers do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação*, Teorias e Metodologias de Investigação. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628fe129283c_1.pdf
- Dienye, P., & Gbeneol, P. (2009). Domestic Violence Against Men in Primary Care in Nigeria. *American Journal of Men's Health*, 333–339. <https://doi.org/10.1177/1557988308325461>
- Dotoli, F. & Leão, A. (2016). Violência Domestica Contra o homem: de agressor a agredido, *Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, SP, Brasil, e-ISSN: 1982-5587
- Duarte, T. (2009). A possibilidade da investigação a 3: Reflexões sobre triangulação (metodológica), CIES e-working Paper nº60/2009, ISSN 1647-0893 Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/1319>
- Fernandes, A. (1994). Os Direitos do Homem nas Sociedades Democráticas: A violência na Família, *Sociologia*, 4, Faculdade de Letras: Sociologia, p. 4-47, <http://hdl.handle.net/10216/7690>
- Ferreira, C. (2012). *A complexidade da violência doméstica: Contributos para a justificação da intervenção social em rede*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa. Acedido em Agosto de 2018. Disponível em http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3521/3/DM_16496.pdf.

- Ferreira, C., Peixoto, J., Carvalho, A. S., Raposo, R., Graça, J.C., & Marques, R. (2013). *Sociologia*. Lisboa: Escolar editora
- Ferreira, S. (2012). Observando a indecidibilidade da participação do terceiro setor na governação em rede, Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, p. 107-132
- Ferreira, V. & Monteiro, R. (2012). Introdução: Políticas de igualdade em Portugal - Assinalando o fim de um ciclo. *Ex aequo*, 09-12. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602012000100002&lng=pt&tlng=pt.
- Finkler, L. (2011). *Avaliação de um programa social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias*. (Tese de Doutoramento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor
- Flyvbjerg, B. (2004). Cinco malentendidos acerca de la investigación mediante los estudios de caso. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 106, 33-62, Disponível em http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_106_041167998142322.pdf
- Foddy, W. (1996). *Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras. Celta Editora
- Fonseca, L.; Oliveira, C. & Filho, E. (2018) A prospetiva estratégica e o método dos cenários de Godet – Um mapeamento sistemático, *XXXVIII Encontro Nacional de Eng^a de Produção*. Brasil. 10.14488/ENEGEP2018_TN_STO_264_515_35914
- Fontes, P. (2018). Enquadramento jurídico-político da violência de género em Portugal: da inscrição da violência à voz da vítima. *Desenvolvimento e Sociedade. Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*, 5, p. 7-16. Disponível em http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/article/view/297
- Foucault, M. (1992). *Microfísica del poder*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta

- Foucault, M. (2003). The subject and power. in P. Rabinow & N. Rose (eds) *The Essential Foucault: Selections from the Essential Works of Foucault 1954-1984* (pp.126-144). New York: The New Press
- Foucault, M. (2018). *Vigiar e Punir*. Lisboa: Edições 70
- Fragoso, F. (2015) O diagnóstico social nas instituições do terceiro sector. Experiências e registos da intervenção social, in AAVV. *Diagnóstico Social – Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Lisboa: Edições Sílabo
- Friedberg, E. (1995). *O Poder e a Regra - Dinâmicas da Acção Organizada*. Lisboa: Instituto Piaget
- Fukuyama, F. (2000). *A grande rutura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Lisboa: Quetzal Editores
- Gambardella, A. (2014). Avaliação de projetos em organizações do terceiro sector. *Pensamento & Realidade*, 29(2), 120-137.
- Garcia, C. (2017). Governança: uma estratégia para o terceiro sector face ao contexto de austeridade. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7. p. 171-191, Disponível em <http://hdl.handle.net/11067/3510>
- Gauthier, B. (2003). *Investigação Social: da problemática à colheita de dados*. Loures: Lusociência
- George, M. (1994). Riding the Donkey Backwards: Men as the Unacceptable Victims of Marital Violence. *The Journal of Men's Studies*, 3(2), 137–159. <https://doi.org/10.1177/106082659400300203>
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1997). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora
- Gibbs, G. (2012). *Análisis de Datos Cualitativos en Investigación Cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata
- Gil, A. (2012). (In)visibilidades e paradoxos na violência contra as pessoas idosas. *VII Congresso Português de Sociologia – Sociedade, Crise e Reconfigurações*, p. 1-10. Porto: Associação Portuguesa de Sociologia.

- Godet, M. (1991). *Manual de prospective estratégica-da antecipação à acção*. 1.^a Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Godet, M. (2000). *A "caixa de ferramentas" da prospetiva estratégica*. Lisboa: Cadernos SEDES-Centro de Estudos e Prospetiva estratégica
- Godoy, A. (2006). Estudo de caso qualitativo. In Godoi, C., Melo, R. & Anielson B. (Coord.), *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos* (p.115-146). São Paulo: Editora Saraiva
- Gonnet, F. (1992). Le diagnostic en pratique: outils et méthode. F. Gonnet, *L'hospital en question(s). Un diagnostic pour améliorer les relations de travail* (pp.253-323), Paris: Éditions Lamarre
- Guerra-Silva, C. & Aguiar, A. (2018). Avaliação de Atividades no Terceiro Setor de Belo Horizonte: da racionalidade subjacente às influências institucionais. *Organizações & Sociedade*, 18(56), 35-56. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302011000100002>
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia da Ação: O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia
- Guerra, I. (2005). O planeamento no contexto de uma sociologia de ação – As rearticulações teórico-práticas no campo da sociologia e do planeamento. *Cidades – Comunidades e territórios*, 10. p.3-24
- Guerra, I. (2006a). *Participação e ação coletiva – interesses, conflitos e consensos*. Cascais: Principia
- Guerra, I. (2006b). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo*. Estoril: Principia
- Guerra, I. (2010) Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. DOI: 10.4000/rccs.4182
- Guerra, I. (2014). Polémicas e Modelos para uma sociologia de intervenção, *Cadernos de Estudos Africanos*, 4. Disponível em <http://journals.openedition.org/cea/1571>, DOI : <https://doi.org/10.4000/cea.1571>

- Hamel, J. (2010). L'objet d'analyse comme pivot de l'analyse qualitative assistée par ordinateur. *Recherches qualitatives, Hors-série*, 9, 170-180. Disponível em http://www.recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/hors_serie/hors_serie_v9/HS9_Hamel.pdf
- Hellgren, L., Andersson, H. & Burcar, V. (2015). "Du kan ju inte bli slagen av en tjej liksom" – en studie av män som utsatts för våld i nära relationer (Você não pode ser derrotado por uma garota" - um estudo sobre os homens submetidos à violência em relacionamentos íntimos). *Socialvetenskaplig tidskrift*, 22(1), 82-99, Disponível em <https://journals.lub.lu.se/svt/article/view/15973>
- Hines, D., & Douglas, E. (2010). A Closer Look at Men Who Sustain Intimate Terrorism by Women. *Partner abuse*, 1, pp. 286–313. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.1.3.286>
- Hogan, K. (2016). *Mens experiences of female-perpetrated intimate partner violence: A qualitative exploration*. (Tese) University of the West of England. Disponível em <http://eprints.uwe.ac.uk/28618>
- Idañez, M. & Ander-Egg, E. (2008). *Diagnóstico Social: conceitos e metodologias*. 3ª Ed. Rede Europeia Anti-Pobreza, Portugal. ISBN 978-989-95487-8-7
- Izumino, W.P. (2002). Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: Contribuições para a Consolidação de uma Cidadania de Gênero. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 10(40), pp. 282-295
- Joysolyne, S. (2011). *Men's experience of violence and abuse from a female Partner: Power, masculinity and institutional system*. (Doctoral Research). University of East London, Stratford Campus.
- Kubai, N. (2012). *Causes and consequences of domestic violence against men in Mukurwe-ini Constituency*. (Tese de Mestrado). Kenya. Disponível em <http://hdl.handle.net/11295/78323>

- Lambert, K. (2006) 'Broken Men Break the Silence' - Male Domestic Violence Victims and their Struggle to be Heard. Disponível em <https://www.mankind.org.uk/wp-content/uploads/2015/05/Broken-Men-Break-The-Silence-Katie-Lam.pdf>
- Lebart, L. & Salem, A. (1994). *Statistique textuelle*. Paris: Dunod
- Linhares, G. (2012). Planejamento aeroportuário no Brasil: discussão sobre contribuições da prospectiva estratégica. *Journal of Transport Literature*, 6(4), 147-163. <https://doi.org/10.1590/S2238-10312012000400008>
- Lisboa, M. (coord.), Barroso, Z., Patrício, J. & Leandro, A. (2009). *Violência e Género - Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- Lisboa, T. (2005). Violência e Relações de Género - definindo políticas públicas. II Jornada Internacional de Políticas Públicas, UMFA, São Luís disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Teresa%20Kleba%20Lisboa319.pdf>
- Lopes, F. (2016). *Violência doméstica contra homens: Perceções das forças de segurança*. Dissertação de mestrado integrado em Psicologia. Braga: Universidade do Minho, Escola de Psicologia. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/43250/1/Flávia%20Marina%20Capa%20de%20Brito%20Lopes.pdf>
- Lopes, E., Caçapo, A. & Carmo, L. (revisores) (2018). *Parentalidade e Género - Jurisdição da Família e das Crianças*. CEJ, Coleção Formação Continua
- Lupri, E. (2004) Domestic Violence: the case of male abuse. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/228515575>
- Machado, A. (2016). *Intimate partner violence against men: From characteristics to their meanings*. Tese de Doutoramento em Psicologia Aplicada. Braga: Universidade do Minho, Escola de Psicologia

- Machado, A. & Matos, M. (2012) Homens de quem não se fala: As vítimas esquecidas da violência na intimidade. *Psicologia, Psiquiatria e Justiça*, 5. Disponível em http://www.spppj.com/uploads/n_5.pdf ISBN. 978-989-97581-4-8
- Machado, A. & Matos, M. (2014) Homens vítimas na intimidade: análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & Sociedade*; 26(3). 726-736
- Mamede, P. (2014). *O lugar da prospetiva na estratégia*. (Tese de Mestrado) Lisboa: ISCSP. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/8286>
- Malveiro, A. (2017). Violência Doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência. Uma breve revisão da literatura. *Desenvolvimento e Sociedade. Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*, 3, p. 157-170. Disponível em http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/article/view/227
- Malveiro, A. (2018). Domestic Violence against Man: Where are We Around the World? *The Social Sciences*, 13: 1552-1560. DOI: 10.3923/sscience.2018.1552.1560
- Malveiro, A. (2019). Da institucionalização das ciências sociais à perspectiva teórica da política social sobre a violência doméstica e a prática interventiva. *Quaderns animacio*, 29. ISSN: 1698-4404. Disponível em http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/veintinueve/index_htm_files/Da%20institucionalizacao.pdf
- Marques, S. (2014). *A Importância da Gestão na Sustentabilidade de Organizações Sem Fins Lucrativos Prestadoras de Serviços Sociais*. (Tese de Mestrado). Portugal: Universidade de Coimbra
- Marreiros, V. (2015) Análise Swot: Casa da Criança do Rogil – IPSS. (Tese de Mestrado em Gestão) Portugal: Universidade do Algarve Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/8285>
- McKeown, K. & Kidd, P. (2002) *Men and domestic violence: what research tells us*, Report to the Department of Health & Children, Social & Economic Research

- Consultants, Ireland. Acedido em julho de 2018. Disponível em <http://hdl.handle.net/10147/288412>
- Mestre, T. (2020) *Risco de violência sobre idosos institucionalizados. O enfoque sociológico do agir profissional nas ERPI do Distrito de Évora*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Évora: Universidade de Évora
- Moreau, D. (2014) Sociologie d'intervention: historique et fondements. *Revue européenne des sciences sociales*, 52-2. Disponível em <http://journals.openedition.org/ress/2872>. DOI : 10.4000/ress.2872
- Moreno, M. & Ratinaud, P. (2015). *Guia Iramuteq. Manual de uso de Iramuteq version 07 alfa 2*. Disponível em <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/guia-iramuteq>
- Neto, O. & Moreira, M. (1999). A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), 33-52. <https://doi.org/10.1590/S1413-81231999000100004>
- Nigro, R. (2011) Foucault e a crítica feminista pós-estruturalista. *O Que Nos Faz Pensar*, 21(31), 45-60. Disponível em <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqfnp/article/view/361>
- Oliveira, A. & Cavalcanti V. (2007). Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. *Journal of Human Growth and Development*, 17(1), 39-51. disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000100005&lng=pt&tlng=pt.
- Oliveira, M. (2017) Diagnostico Institucional Participativo. *Instituto Fonte*. Disponível http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Oliveira%20MP_Diagnostico%20institucional%20participativo_artigo.pdf
- Omar, A. (2011) *Masculinity and the acceptance of violence: a study of social construction*. MA (Master of Arts) thesis, University of Iowa. Acedido em julho de 2018 <https://doi.org/10.17077/etd.pkkxwq38>

- Palhares, M. & Schwartz, G. (2015) *A violência*. São Paulo: Editora UNESP ISBN 978-85-7983-742-5
- Peixoto, A. (2012). *Propensão, experiências e consequências da vitimização: representações sociais*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- Peinado, A., Moura, C., Almeida, I., Santos, M. & Gaspar, T. (2010). *Violência doméstica: uma abordagem teórica sob a perspectiva das ciências sociais*. Trabalho de Curso. Universidade de Lisboa, Portugal. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0206.pdf>
- Perestrelo, M. (2002). Planeamento Estratégico e Avaliação: Metodologias de Análise Prospectiva. *Cidades, Comunidades e Territórios, 4*, CET/ISCTE, p. 33-43
- Perestrelo, M. (2017). Prospetiva: planeamento estratégico e avaliação. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia – sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Acedido em dezembro 2017. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e0a77b4aca_1.PDF
- Perestrelo, M. & Caldas, J. (1996). Estratégia de actores: prospectiva e avaliação. *Sociologia- Problemas e Práticas, 22*, p. 81-94.
- Perestrelo, M. & Caldas, J. (2000). *Instrumentos de análise para o método dos cenários: Estratégia de atores*. Lisboa: Dinâmica
- Perry, A. (2014). *Battered men and our changing attitudes toward intimate partner violence*. Tese de Doutoramento. Disponível em https://digitalcommons.lsu.edu/gradschool_dissertations/3737
- Perryman, S. & Appleton, J. (2016) Male victims of domestic abuse: implications for health visiting practice. *Journal of Research in Nursing, 21*(5–6), 386–414. <https://doi.org/10.1177/1744987116653785>
- Pizzey, E., Shackleton, J. & Urwin, P. (2000) *Women or Men – Who Are the Victims?*, London: Civitas Institute for the Study of Civil Society

- Pocho, C. (2011). *Avaliação de programas governamentais de educação ambiental: um caso de empresa estatal de energia*. Tese Doutorado. Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro
- Poiães, N. (2014). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal*. Tese Doutorado em Sociologia. Lisboa: ISCTE. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/10004>
- Quintão, C. (2004). Terceiro Sector: Elementos para referenciação teórica e conceptual. *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção; Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho*. V Congresso Português de Sociologia. Universidade do Minho. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54377>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ragin, C. (2007). *La Construcción de la Investigación Social: Introducción a Los Métodos Y a Su Diversidad*. Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre Editores
- Ragin, C. & Becker, H., (1992). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press
- Ramos, M., Lima, V. & Amaral-Rosa, M. (2018). Contribuições do software IRAMUTEQ para a Análise Textual Discursiva. *Atas CIAIQ 2018, Investigação Qualitativa em Educação, Volume 1*
- Ratinaud, P. (2019). IRaMuTeQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. *Téléchargeable à l'adresse: <http://www.iramuteq.org/>*
- Ratinaud, P. & Marchand, P. (2015). Des mondes lexicaux aux représentations sociales. Une première approche des thématiques dans les débats à l'Assemblée nationale (1998-2014). *Mots. Les langages du politique*, 108, 57-77. Disponível em <https://journals.openedition.org/mots/22006>

- Rêgo, P. (2001). *Instituições de Solidariedade social: participação cívica e desenvolvimento local*. (Tese Doutoramento) Portugal: Universidade de Évora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/11255>
- Reis, A. (2014). *Violência Doméstica em Casais Homossexuais Masculinos*. (Tese de Mestrado) Lisboa: ISPA. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.12/3686>
- Reis, D. (2009). *Avaliação de projetos sociais: um estudo na ONG - Ação Social Arquidiocesana de Florianópolis-Santa Catarina*. (Tese de Mestrado) Univali, Biguaçu. Acedido em Outubro de 2019. Disponível em <http://siaibib01.univali.br/pdf/Denise%20Maestri%20Reis.pdf>
- Ribeiro, J.M.F. (1997). *Prospectiva e cenários-uma breve introdução metodológica*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento
- Rio, S. (2010). *Estado, IPPS e proteção social na área da reabilitação e integração das pessoas com deficiências e incapacidades*. (Tese de Mestrado) Lisboa: ISCTE. disponível em <http://hdl.handle.net/10071/3724>
- Rojas-Solis, J. (2013). Las víctimas olvidadas en el estudio de la violencia de pareja, *Estudios Sociales: Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo Regional*, ISSN-e 2395-9169, 22 (43),p. 297-301
- Salviati, M. (2017). Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Disponível em <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>
- Sampieri, H., Collado, C., & Lucio, P. (2010). *Metodología de la Investigación*. México: McGraw Hill
- Santana, R. (2013). *Violência Doméstica em Portugal: Discursos e Representações Sociais de deputados e governantes*. (Tese de Mestrado) Lisboa: FCSH. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/10779>
- Santos, C.M. & Izumino, W.P. (2005). Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. *E.I.A.L. Estudos Interdisciplinarios de*

- América Latina y El Caribe*, 16(1), 147-164. Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>
- Santos, M. (2010). *Textos de apoio sobre métodos dos cenários*. Disponível em http://home.uevora.pt/~mosantos/download/Cenars_TextoApoio_25Jul2011.pdf
- Santos, M. (2012). Texto de apoio sobre indicadores sociais. Disponível em http://home.uevora.pt/~mosantos/download/IndicadoresSociais_22Jul12.pdf
- Santos, M. (2013). O planeamento por cenários como resposta das organizações a desafios colocados na época atual. Disponível em http://home.uevora.pt/~mosantos/download/PlaneamentoporCenarios_01Jun13.pdf
- Saragoça, J. (2013). Breves notas sobre Análise Prospectiva. In Silva, C. & Saragoça, J. (coords). *Cooperação, Território e Rede de Atores: Olhares de Futuro* (pp. 343-354). Évora: Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais
- Saragoça, J. (2010). *Governo Electrónico Local: Diagnóstico Sociológico, Estratégia de Actores e Futuros Possíveis para o Distrito de Évora, Portugal*. Évora. Universidade Évora. Disponível <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/4502>
- Saragoça, J. (coord.) et al. (2017). *Prospetiva Estratégica - Teoria, Métodos e Casos Reais*. Lisboa: Edições Sílabo
- Sarantakos, S. (1999) Husband abuse: fact or fiction. *Australian Journal of Social Issues*, 34 (3)
- Shuler, C. (2010). Male Victims of Intimate Partner Violence in the United States: An Examination of the Review of Literature through the Critical Theoretical Perspective, *International Journal of Criminal Justice Sciences*, 5(1), p.163-173
- Silva, A. & Pinto, J. (Coor.). (2014). *Metodologias das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento
- Silva, C. (2019). *Toolkit de tratamento de dados não numéricos em ciências sociais com software de livre acesso*. Faro: Sílabas & Desafios

- Silva, C. (2019). Revisita às relações indivíduo-grupo-organização: uma caixa de pandora no campo da ação organizada. *Desenvolvimento e Sociedade - Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*, 7, 117-136. Disponível em http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/article/view/396
- Silva, J. (2012). *A Opacidade da Violência Doméstica no Masculino*. Faculdade Ciências Sociais e Humanas. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10284/3417>
- Silva, L., Coelho, E. & Caponi, S. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 11(21), 93-103. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>
- Silveira, R., Nardi, H., & Spindler, G. (2014). Articulações entre género e raça/cor em situações de violência de género. Brasil, *Psicologia & sociedade*, 26(2), 323-334, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a09v26n2.pdf>
- Siqueira, R. (2016). *Diagnostico Social: um instrumento de pesquisa sobre populações e territórios*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em <http://hdl.handle.net/10438/17825>
- Sirgado, M. (2015). *Crianças em Situação de Rua: O Caso do IAC – Projecto Rua “Em Família para Crescer”*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCSP. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/11462>
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, (16), 20-45. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
- Sousa, S. (2012) *As instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica*. CNIS, Fundação Millenium BCP
- Stake, R. (2000). Case Studies. In N. Denzin, & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 435-453). Thousand Oaks, CA: Sage Publications

- Stake, R. (2012). *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Stufflebeam, D. (2001) *Evaluation Models: New Directions for Evaluation*. Editor: Jossey-Bass ISBN: 978-0787957551
- Swahnberg, K., Davidsson-Simmons, J., Hearn, J., & Wijma, B. (2012). Men's experiences of emotional, physical, and sexual abuse and abuse in health care: A cross-sectional study of a Swedish random male population sample. *Scandinavian Journal of Public Health*, 40(2), 191–202. Acedido em julho de 2018 <https://doi.org/10.1177/1403494811425711>.
- Swan, S., Gambone, L., Caldwell, J., Sullivan, T. & Snow, D. (2008). A Review of Research on Women's Use of Violence With Male Intimate Partners. *Violence and Victims*, 23(3), 301–314. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2968709/>
- Teixeira, C. (2015). *Avaliação de Projetos de Investimento Público - Estudo de Caso no Sector dos Resíduos Urbanos em Portugal*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/10872>
- Taylor, S. & Bogdan, R. (1986). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Barcelona: Paidós Studio
- Turner, B. (ed.) (2002). *Teoria Social*. Lisboa: Difel
- Valério, A. (2010) *Homens vítimas de violência doméstica: estudo exploratório*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISPA. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.12/4420>
- Vernon, D. (2017). Has Society Created Social Injustice for Male Victims of Domestic Violence?, *Undergraduate Honors Capstone Projects*, 227, p.1-47
- Vieira, T. (2015). *Os Papéis das Organizações do Terceiro Setor na resposta aos Problemas Sociais*. (Tese de Mestrado) Coimbra: Faculdade de Economia, Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/29684>
- Vilelas, J. (2017). *Investigação, o processo de construção do conhecimento*. Lisboa : Edições Sílabo

Vranken, D. & Kutty, O. (2001). *La sociologie et l'intervention. Enjeux et perspectives*. Paris: De Boeck Université, Ouvertures sociologiques

Woods, M. (2007) The Rhetoric And Reality Of Men And Violence. Men's Health Australia. Acedido em julho de 2018. Disponível em <https://www.webcitation.org/6WjNIM5FR>

Wright, C. (2016). The Absent Voice of Male Domestic Abuse Victims: The Marginalisation of Men in a System Originally Designed for Women', *Plymouth Law and Criminal Justice Review*, 8, p. 333-350. Disponível em <https://pearl.plymouth.ac.uk/handle/10026.1/9037>

Yin, R. (2001). *Estudo de Caso: panejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman

Younger, R. (2011). The Effects of Domestic Violence: The Male Victims Perspective. *Electronic Theses and Dissertations*. Disponível em <https://dc.etsu.edu/etd/12>

Violência doméstica e a (in)sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência.
Uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas.

Anexos e Apêndices

Anexos e Apêndices

Guião das Entrevistas e Grelha

Guião de Entrevista Prospetiva a Atores-Expert na implementação do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas na implementação do projeto de prestação de apoio a homens vítimas de violência doméstica

Entrevista semi-dirigida (tipo prospetiva)

Nota explicativa: Com o propósito de fundamentar a definição das tendências e eventuais hipóteses de cenarização, no âmbito do estudo sobre a (in) sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência, a consulta um conjunto de atores-expert (especialistas) sobre esta matéria torna-se fundamental e imprescindível.

Dimensão: Enquadramento do Projeto da Casa Abrigo

- P1-** Tendo em consideração o seu conhecimento e envolvimento na implementação do Projeto da casa de abrigo masculina, qual é o balanço que faz sobre este programa, em geral, e das suas implicações no problema social da violência doméstica, em particular?
- P2-** No domínio da cooperação interinstitucional e intrainstitucional, considera que a Casa de abrigo Masculina tem promovido uma política e prática de cooperação em matéria de garantia da qualidade de resposta, nos termos preconizados pelo Projeto? E que outras motivações estão na base da criação de novos projetos de cooperação neste âmbito com outras instituições locais, nacionais e internacionais?
- P3-** Na sua opinião, o programa piloto da casa-abrigo é facilmente reconhecida e comparável a nível europeu?
- P4-** Como avalia o tipo de resposta social “casas-abrigo” para as vítimas de violência doméstica masculina?
- P5-** Considera que a casa abrigo masculina dá uma resposta adequada às necessidades do País no âmbito deste tipo de violência?
- P6-** Considerando que a violência doméstica é um assunto emergente na sociedade portuguesa, na sua opinião, qual tem sido o contributo do projeto para o aumento do interesse e do conhecimento sobre esta problemática?
- P7-** Na sua opinião, desde a criação do projeto da casa abrigo, verifica-se ou não um maior envolvimento dos colaboradores na gestão da instituição?

Dimensão: Sistema de ação concreto

P8- Avalie a importância das variáveis que caracterizam os sistemas interno e externo, implicados na otimização do funcionamento da IPSS no âmbito do Projeto da casa-abrigo masculina.

(Utilize a seguinte escala: 0=nenhuma importância; 1=importância reduzida; 2=tem importância; 3=muita importância)

Nº da Variável	Designação das variáveis	Grau de Importância 0 a 3
	Sistema interno	
	Variáveis da governação	
1	Modelo da governação organizacional (em geral).	
2	Liderança no âmbito da proposta.	
3	Cumprimento das leis emanadas Estado	
4	Regulamentos e procedimentos internos (em geral).	
5	Garantia da qualidade dos serviços (em geral).	
6	Política de financiamento ao funcionamento organizacional.	
7	Regulação dos serviços de apoio aos utentes.	
8	Governação baseada no envolvimento de todos os atores.	
9	Política de alocação de recursos humanos.	
10	Normativos legais que regulam as relações e ou condições laborais.	
	Variáveis das áreas de interiorização da Casa-abrigo	
11	Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas do Estado	
12	Garantia do enfoque na criação de um projeto vida.	
13	Fomento da empregabilidade e ou inserção na vida ativa.	
14	Organização e funcionamento da casa abrigo segundo as normas da IPSS	
	Variáveis dos recursos financeiros	
15	Recurso aos apoios do financiamento público.	
16	Receitas provenientes das parcerias e ou protocolos.	
17	Receitas provenientes de utentes.	
18	Receitas de outras atividades (donativos, quermesses).	
	Variáveis dos recursos tecnológicos e equipamentos de apoio	
19	Infraestruturas adequadas ao equipamento (em geral).	
20	Meios de informação tecnológica disponível aos utentes	
21	Meios de informação tecnológica disponível aos profissionais	
22	Condições das infraestruturas (p.e edifício, etc.).	
23	Condições dos gabinetes de trabalho dos técnicos.	
24	Condições das áreas comuns e privadas.	

(continua)

P8- Avalie a importância das variáveis ... (continuação).

(Utilize a seguinte escala: 0=nenhuma importância; 1=importância reduzida; 2=tem importância; 3=muita importância)

Nº da Variável	Designação das variáveis	Grau de Importância 0 a 3
	Sistema externo	
	Variáveis das políticas governamentais e sectoriais	
25	Políticas Públicas – de cidadania e igualdade de género	
26	Sustentabilidade do financiamento público	
	Variáveis sócio-demográficas, culturais e outras dos público-alvo	
27	Idade dos utentes	
28	Proveniência dos utentes.	
29	Capacidade económica dos utentes	
30	Utentes acompanhados de menores	
31	Utentes casados	
32	Utentes solteiros ou divorciados	
	Variáveis da rede	
33	Existência de outras instituições com a mesma resposta para mulheres.	
34	Existência de outras instituições com a mesma resposta para homens.	
35	Qualificação técnica da equipa de intervenção	
36	Aumento da capacidade de resposta através de novas modalidades (call-center, etc.)	
37	Colaborações entre instituições sociais para aumentar a capacidade de resposta	
38	Existência de protocolos com outras instituições (ex.: APAV)	
39	Articulação das sinergias entre as instituições regionais.	
40	Estímulo à transferência do conhecimento (aplicações concretas ao mundo científico para reconhecimento da resposta social)	
41	Ligação da casa-abrigo com a sociedade, em geral, e com outras IPSS, em particular	
42	Disseminação da atividade da casa-abrigo nos media	
	Dinâmicas socioeconómicas da envolvente nacional	
43	Envelhecimento populacional e desertificação das regiões rurais e do interior	
44	Evolução desfavorável do mercado de trabalho	
45	Debilidade sócio económica do território	
46	Debilidade das relações sociais e familiares	
47	Dificuldades na articulação processual entre organizações	
48	Reduzida afetação de recursos humanos especializados nas áreas sociais e de violência	

Dimensão: Qualidade e temas estratégicos de intervenção

P9- Tendo presente, as respostas dadas nas perguntas anteriores, na sua opinião, quais são os requisitos fundamentais para que os princípios da qualidade prevaleçam na IPSS, em geral, e da Casa Abrigo Masculina, em particular? E, em termos específicos, quais são as principais necessidades e recursos organizacionais que a IPSS deverá ter para potenciar a melhoria da qualidade da sua resposta, num horizonte de curto prazo (1 a 5 anos)?

P10- Quais são os principais aspetos a considerar na ação estratégica da IPSS, para o desenvolvimento de uma resposta na área da violência doméstica masculina eficaz, assim como o reforço das camas ou, também, a introdução da resposta pela área das telecomunicações? Faça referência aos benefícios que resultam da introdução das novas tecnologias para a melhoria da qualidade da resposta às vítimas de violência doméstica, em geral e da violência doméstica contra o homem, em particular?

Dimensão: Relações entre os atores-estratégicos

P11- Considerando que a IPSS deverá definir uma ação estratégica de cooperação entre atores (*stakeholders*) no contexto do Projeto da Casa Abrigo Masculina, defina o GRAU DE INFLUÊNCIA dos seguintes atores na instituição que mais interferem neste processo:

(assinale a sua opção, considerando a escala: 0=nenhuma influência; 1=pouca influência; 2=influência; 3=muita influência).

Atores e ou agentes	0	1	2	3
• União Europeia – Países com respostas semelhantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Governo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Fundos Comunitários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Organizações do Sector não-lucrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Autarquias e comunidades municipais – Regionais/Locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• APAV (e outras da Rede de Apoio)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• CNIS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• FASL – Conselho de Administração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• FASL – Conselho Executivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• FASL – Serviços Centrais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• FASL – Diretores de Outros equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Casa Abrigo – Equipa Técnica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Casa Abrigo – Utentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

P12- Considerando que a IPSS deverá definir uma ação estratégica de cooperação entre atores (*stakeholders*) no contexto do Projeto da Casa Abrigo Masculina, defina o GRAU DE DEPENDÊNCIA dos seguintes atores na continuação do projeto:

(assinale com numeração a sua opção, considerando a escala: 0=nenhuma dependência; 1=pouca dependência; 2= dependência satisfatória; 3=muita dependência).

Atores e/ ou agentes	0	1	2	3
• União Europeia – Países com respostas semelhantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Governo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Fundos Comunitários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Organizações do Sector não-lucrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Autarquias e comunidades municipais – Regionais/Locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• APAV (e outras da rede de Apoio)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• CNIS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• FASL – Conselho de Administração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• FASL – Conselho Executivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• FASL – Serviços Centrais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• FASL – Diretores de Outros equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Casa Abrigo – Equipa Técnica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
• Casa Abrigo – Utentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

P13- Tendo em consideração os atores individuais e coletivos implicados na criação de respostas sociais da IPSS, assinale as relações de influência entre estes atores (individuais ou coletivos) e os objetivos que integram uma possível ação estratégica futura, na melhoria da capacidade da resposta, em geral, e na qualidade da resposta, em particular.

Para definir as suas opções, utilize a escala seguinte:

0=objetivo pouco relevante; 1=objetivo relacionado com práticas que favorecem a capacidade de intervenção; 2=objetivo da melhoria da qualidade do equipamento de intervenção; 3=objetivo sustentação e aumento de abrangência da resposta social; 4=objetivo da integração em rede da resposta social.

	Garantir a sustentabilidade e financeira da CA	Garantir a implementação e concretização dum sistema de qualidade nas CA	Melhorar as práticas para a modernização e eficácia dos serviços de apoio utentes	Assegurar a criação de novas formas de resposta às vítimas	Melhorar as práticas para a concretização do projeto de vida dos utentes	Reforçar o fomento da cooperação entre o Estado e a IPSS para a garantia de qualidade e capacidade da CA	Garantir o fomento da autonomização	Reforçar o envolvimento dos técnicos na gestão da casa	Melhorar a promoção da dimensão da resposta a nível nacional
União Europeia – Países com respostas semelhantes									
Governo									
Fundos Comunitários									
Organizações do Sector não-lucrativo									
Autarquias e comunidades municipais – Regionais/Locais									
APAV (e outras da RA)									
CNIS									
CIG									
FASL – Conselho de Administração									
FASL – Conselho Executivo									
FASL – Serviços Centrais									
FASL – Diretores de Outros equipamentos									
Casa Abrigo – Equipa Técnica									
Casa Abrigo – Utentes									

Dimensão: Tendências do desenvolvimento e continuação do Projeto Casa-Abrigo Masculina

P14- Na atualidade, quais são as propostas de intervenção e de melhoria da resposta que deverão ser implementadas, a curto prazo, tendo em conta a continuação do projeto casa-abrigo?

P15 - Considerando a influência exercida pela ação estratégica dos atores (Estado, Profissionais, Outras Instituições e Utentes) na eficácia e eficiência da intervenção da IPSS, em termos de qualidade e capacidade de resposta na organização e continuação do projeto, mencione o grau de importância das seguintes componentes da estrutura no programa, utilizando a escala seguinte:

(1=nada importante; 2= pouco importante; 3=importante; 4=muito importante)

Componentes da estrutura da ação estratégica	1	2	3	4
Liderança e envolvimento dos atores (Estado, profissionais, outras instituições e utentes)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rentabilização e otimização dos recursos técnicos e infraestruturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reforço da valorização dos recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Integração e estabelecimento de parcerias e compromissos formais com organizações públicas, privadas e de solidariedade social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão direcionada para a autonomia financeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentivos para a cooperação e desmaterialização de processos nas e entre as unidades orgânicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Implementação das normas reguladoras que visam alcançar a melhoria contínua da qualidade dos serviços e a certificação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Definição estratégica e formal das regras da comunicação organizacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de planos contínuos de formação para os profissionais/técnicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Parceria com atividades de investigação para reconhecimento da temática social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da relação c/a comunidade (cooperação/protocolos), incrementando as relações com os diferentes stakeholders.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maior número de camas oferecidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Planear prospectivamente para garantir financiamento (projetos com fundos europeus, prestações de serviço, donativos, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria da qualidade da resposta social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria a nível dos processos internos/administrativos da IPSS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria na gestão da IPSS que detém a casa-abrigo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria das condições de internacionalização (mobilidade docente, não docente e estudantes in e out)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criação de cursos de verão e outros não conferentes de grau para potenciais interessados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reforçar a oferta de cursos breves em língua estrangeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Planear prospectivamente para repensar, monitorizar e avaliar o impacto económico-financeiro da resposta social.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Planear o aumento do tipo de respostas sociais direcionadas à VD masculina	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

P16- Tendo presente os domínios que compõem o funcionamento do Projeto da Casa-Abrigo Masculina na IPSS, mas que podem ser “incertos”, avalie a probabilidade de ocorrência (concretização) das seguintes hipóteses, que se relacionam com os efeitos da ação estratégica nas opções da intervenção na instituição.

(Utilize o quadro seguinte, referenciando a % de concretização entre 0 e 100, num espaço temporal previsível de 5 anos, ou seja, no horizonte 2030).

Hipóteses de concretização dos efeitos da ação estratégica na instituição	Probabilidade de concretização (em percentagem %)	
	5 anos	Obs.
1. Desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar novos projetos semelhantes a nível nacional		
2. Promoção de novas respostas sociais às vítimas de violência doméstica masculina		
3. Aumento da capacidade de resposta do equipamento		
4. Criação de mecanismos que potenciem a empregabilidade e ou inserção na vida ativa dos utentes		
5. Desenvolvimento de acordos institucionais para o fomento de mais serviços aos utentes		
6. Promoção da cooperação entre as demais IPSS's para melhoria da capacidade de resposta		
7. Dinamização da melhoria contínua da qualidade do equipamento		
8. Incremento de medidas de formação inicial e contínua, orientadas para o reforço de competências dos profissionais, técnicos e utentes		
9. Dinamização do aumento da cooperação com as organizações públicas e privadas para a maximização das oportunidades de emprego tendo em conta o processo de autonomização das vítimas		
10. Aposta na qualificação de recursos humanos		
11. Aposta na oferta de serviços aos utentes para melhoria do seu projeto de vida, com vista à melhoria das suas condições de inserção no mercado do trabalho		
12. Estímulo de ações para assegurar as condições de saída do equipamento		
13. Outra (especifique):		
14. Outra (especifique):		

P17- Outras considerações, que julgue pertinentes, para esclarecer os efeitos da ação estratégica nas opções futuras de intervenção da IPSS na melhoria da capacidade da resposta, em geral, e na qualidade da resposta, em particular.

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Solicita-se a sua participação numa investigação sobre a experiência de vivência na casa -abrigo. Esta investigação é da autoria de Ângela Malveiro e é realizada no âmbito da Tese de Doutoramento da Universidade de Évora. Este estudo tem como principal objetivo efetuar uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas na implementação do projeto de prestação de apoio a homens vítimas de violência doméstica e para isso perceber a (in) sustentabilidade das IPSS neste tipo de prestação na ótica do utente. Para isso pedimos a sua colaboração para participar num questionário sobre os aspetos acima mencionados. A sua participação será voluntária, pelo que poderá interromper as respostas ao mesmo, se assim o desejar. Tudo o que escrever será estritamente confidencial, não sendo em qualquer momento ou circunstância, revelada a sua identidade como entrevistado, bem como em nenhum relatório ou publicação, estando nós obrigados ao dever da confidencialidade, ao respeito pela privacidade e rege-se pelo código de conduta desta casa de abrigo.

Eu, _____, concordo em participar no estudo da autoria de Ângela Malveiro, realizado no âmbito da Tese de Doutoramento da Universidade de Évora, efetuar uma abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas na implementação do projeto de prestação de apoio a homens vítimas de violência doméstica e para isso perceber a (in) sustentabilidade das IPSS neste tipo de prestação na ótica do utente. Compreendo que a minha participação será voluntária, pelo que poderei interromper a resposta ao questionário em qualquer momento, se assim o desejar. Asseguraram-me que tudo o que escrever será estritamente confidencial, não sendo em qualquer momento ou circunstância, revelada a minha identidade. Tendo em consideração o anteriormente referido, concordo, voluntariamente, em participar no referido estudo.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura/Rúbrica do Participante: _____

Obrigado pela sua colaboração.

Guião de Entrevista utentes do Projeto da Casa Abrigo Masculina

Temática: Abordagem sociológica das tendências dos contextos e das práticas na implementação do projeto de prestação de apoio a homens vítimas de violência doméstica

Nota explicativa: Com o propósito de fundamentar a definição das tendências e eventuais hipóteses de cenarização, no âmbito do estudo sobre a (in) sustentabilidade das IPSS na prestação de apoio aos homens vítimas de violência, a consulta aos utentes sobre a sua experiência nesta matéria torna-se fundamental e imprescindível.

INTEGRAÇÃO NA CASA DE ABRIGO

P1. Como foi o seu processo de encaminhamento para a casa de abrigo?

P2. Que fatores pesaram na sua decisão pessoal de aceitar ser acolhido numa instituição?

P3. Quais as suas expectativas nesse momento em relação ao acolhimento?

P4. Como sentiu que foi o momento de receção na casa de abrigo?

P5. Nessa altura o que achou da decisão que tomou?

P6. Aquando da sua entrada que perceção teve da equipa e dos outros residentes?

PERMANENCIA NA CASA DE ABRIGO

P7. Como avalia o tipo de resposta casa de abrigo enquanto equipamento social?

P8. O que acha da forma como está organizada?

P9. Como tem sido a sua adaptação à casa de abrigo?

P10. Olhando para trás, acha que a as suas expectativas estão a ser correspondidas ou pelo contrário?

P11. Como descreve a sua vivência/relacionamento com a equipa?

P12. Sente-se envolvido na gestão da casa de abrigo? (receção de novos residentes, envolvimento nas reuniões da casa, organização das tarefas, avaliação do regulamento interno, entre outros)

P13. Acha que a resposta social casa de abrigo dá uma resposta adequada às necessidades do país?

P14. Considera que tem recebido todo o apoio que necessita para a sua situação?

P15. Quais as propostas de intervenção e de melhoria da casa-abrigo tendo em conta a qualidade dos serviços prestados para a continuação de um projeto deste âmbito?

P16. Na sua opinião, qual tem sido a importância do projeto para o conhecimento da e o aumento do interesse da sociedade portuguesa deste tipo de problemática?

Grelha de Análise das Entrevistas

Grelha das Dimensões e Objetivos das Entrevistas

Dimensão Analítica	Objetivos	Questão Principal	Questão Secundária
Enquadramento do Projeto Casa-Abrigo.	- balanço / objetivos estratégicos - problemas e dificuldades na implementação - implicações na questão social	P1- Tendo em consideração o seu conhecimento e envolvimento na implementação do Projeto da casa-abrigo masculina, qual é o balanço que faz sobre este programa, em geral (...)?	P1.1- (...) e das suas implicações no problema social da violência doméstica, em particular?
Principais áreas do Projeto Casa-Abrigo	- especificidade do Projeto nas áreas sociais, capacidade de resposta, internacionalização, cooperação, qualidade, reconhecimento, promoção do conhecimento da problemática, envolvimento dos colaboradores na gestão - desafios e prioridades	P3- Na sua opinião, o programa piloto da casa-abrigo é facilmente reconhecido e comparável a nível europeu?	
		P4- Como avalia o tipo de resposta social “casas-abrigo” para vítimas de violência doméstica masculina?	
		P2- No domínio da cooperação interinstitucional, e intrainstitucional, considera que a casa abrigo Masculina tem promovido uma política e prática de cooperação em matéria de garantia da qualidade de resposta, nos termos preconizados pelo programa?	P2.1- E que outras motivações que estão na base da criação de projetos de cooperação neste âmbito com outras instituições locais, nacionais e internacionais?
		P5- Considera que a casa abrigo masculina dá uma resposta adequada às necessidades do País no Âmbito deste tipo de violência?	
		P6- Considerando que a violência doméstica é um assunto emergente na sociedade portuguesa, na sua opinião, qual tem sido o contributo do projeto para o aumento do interesse e do conhecimento sobre esta problemática?	
		P7 – Na sua opinião, desde a criação do projeto da casa abrigo, verifica-se ou não um maior envolvimento dos colaboradores na gestão da instituição?	
Dinâmicas do Sistema de Ação da IPSS	- políticas e práticas para a implementação do Projeto CA - atores internos e externos e suas práticas que influenciam a garantia da qualidade do Projeto CA - objetivos estratégicos do Projeto CA	P8- Baseado na sua experiência e conhecimento sobre o Projeto, como caracteriza os sistemas interno e externo, implicados na otimização do funcionamento da IPSS no âmbito da criação do Projeto casa-abrigo masculina?	P8.1 – Na sua opinião, quais são as variáveis que melhor caracterizam o sistema interno, nomeadamente no que diz respeito à governação da IPSS, o grau de interiorização casa abrigo masculina na organização, os recursos financeiros e tecnológicos e equipamentos de apoio mobilizados? P9.2 – O que pensa acerca das variáveis do sistema externo (envolvente) que podem influenciar as dinâmicas organizacionais da IPSS (políticas governamentais e setoriais, questões sociodemográficas, culturais e outras dos público-alvo, rede, Dinâmicas socioeconómicas da envolvente nacional)?
		P11- Indique os principais atores (internos e externos da IPSS) implicados nas dinâmicas do desenvolvimento do projeto e da resposta e serviço à comunidade da IPSS que considere das mais influentes no desenvolvimento projeto CA?	P11.1- Por cada ator identificado (influyente), refira o seu papel na cooperação entre os atores (<i>stakeholders</i>) no contexto do Projeto Casa-Abrigo
		P12- E quais são os que se apresentam como muito dependentes do desenvolvimento da CA na IPSS?	P13.1- Por cada ator identificado (dependente), refira o seu papel na cooperação entre os atores (<i>stakeholders</i>) no contexto do Projeto Casa-Abrigo

Dimensão Analítica	Objetivos	Questão Principal	Questão Secundária
Dinâmicas do Sistema de Ação da IPSS (cont.)		<p>P13- Tendo presente os descritores da CA, na sua opinião quais serão os objetivos estratégicos que poderão e deverão integrar uma possível ação estratégica futura da IPSS, na melhoria da qualidade da oferta e capacidade de resposta, em geral, e da qualidade da resposta ca CA, em particular.</p> <p>Nota: 1=objetivo relacionado com práticas que favorecem a capacidade de intervenção e ajustamento da oferta centrada no utente; 2=objetivo da melhoria da qualidade do equipamento social; 3=objetivo da inovação e aumento da abrangência; 4=objetivo da integração em rede da resposta social</p>	P13.1- Quais poderão ser as relações de influência e compromissos entre os atores internos e externos (individuais ou coletivos) e os objetivos estratégicos referidos anteriormente?
Tendências de desenvolvimento e consolidação da CA na IPSS	<p>- Caracterização das principais necessidades, tendências e cenários de evolução</p> <p>- Qualidade e temas estratégicos de intervenção</p>	P9- Tendo presente, as respostas dadas nas perguntas anteriores, na sua opinião, quais são os requisitos fundamentais para que os princípios da qualidade prevaleçam na IPSS, em geral, e do Projeto Casa-Abrigo Masculina, em particular?	P9.1- E, em termos específicos, quais são as principais necessidades, recursos e condições organizacionais que a IPSS deverá ter para potenciar a melhoria da qualidade da sua resposta, em particular, num horizonte de curto prazo (1 a 5 anos)?
		P10- Quais deverão ser os principais aspetos a considerar na ação estratégica da IPSS, para o desenvolvimento de uma resposta na área da violência doméstica masculina eficaz, assim como o reforço das camas ou, também, a introdução da resposta pela área das telecomunicações?	P10.1- Faça referência aos benefícios que resultam da introdução das novas tecnologias para a melhoria da qualidade da resposta às vítimas de violência doméstica, em geral da violência doméstica contra o homem, em particular?
		P14- Na atualidade, quais são as propostas de intervenção e de melhoria da resposta que deverão ser implementadas, a curto prazo, tendo em conta a continuação do projeto casa-abrigo?	P15 - Especifique a sua resposta, considerando a influência exercida pela ação estratégica dos atores (Estado, Profissionais, Outras instituições e utentes) na eficácia e eficiência da intervenção da IPSS na CA, em termos de qualidade e capacidade de resposta na organização e continuação do projeto, mencionando o grau de importância de cada uma das respostas de intervenção nas componentes da estrutura no processo.
		P16- Tendo presente os domínios, dimensões, variáveis e tendências que caracterizam o funcionamento do Projeto CA na IPSS, mas admitindo que os mesmos que podem ser “incertos”, na sua opinião quais são as hipóteses de desenvolvimento da ação estratégica nas opções da intervenção e melhoria da CA na instituição?	P16.1- E, qual é a probabilidade de ocorrência (concretização) das hipóteses identificadas anteriormente, e relacionados com a ação estratégica da IPSS, no contexto da consolidação do Projeto CA?
Sugestões		P17- Outras considerações, que julgue pertinentes, para esclarecer os efeitos da ação estratégica nas opções futuras de intervenção da IPSS na melhoria da capacidade da resposta, em geral, e da qualidade de resposta, em particular.	
Caracterização do entrevistado/ expert		<p>P18- Grupo de Atores</p> <p>Nota: 1-estado; 2- administração; 3- diretores; 4- colaboradores</p>	